



RELATÓRIO E CONTAS

2016

RELATÓRIO E CONTAS 2016

| | | |
|---------|--|-----|
| PARTE 1 | RELATÓRIO DE GESTÃO | 3 |
| PARTE 2 | RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO | 54 |
| PARTE 3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 122 |
| PARTE 4 | CERTIFICAÇÃO DO REVISOR E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS | 233 |
| PARTE 5 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS | 244 |
| PARTE 6 | CERTIFICAÇÃO DO REVISOR E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS CONTAS INDIVIDUAIS | 286 |

PARTE 1

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO | 5 |
| 2. SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO SEMAPA..... | 6 |
| 3. ÁREA DE NEGÓCIOS DE PAPEL E PASTA DE PAPEL | 10 |
| 3.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS..... | 10 |
| 3.2. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DE PAPEL E PASTA DE PAPEL | 10 |
| 3.3. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS..... | 13 |
| 3.4. ATIVIDADE INDUSTRIAL..... | 16 |
| 3.5. DESENVOLVIMENTO..... | 17 |
| 3.6. RECURSOS E FUNÇÕES DE SUPORTE..... | 19 |
| 4. ÁREA DE NEGÓCIOS DE CIMENTOS E DERIVADOS..... | 24 |
| 4.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS..... | 24 |
| 4.2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS..... | 25 |
| 4.3. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DE CIMENTOS E DERIVADOS | 25 |
| 4.4. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS | 26 |
| 4.5. RECURSOS E FUNÇÕES DE SUPORTE..... | 37 |
| 4.6. ORGANIZAÇÃO | 38 |
| 5. ÁREA DE NEGÓCIOS DE AMBIENTE | 39 |
| 5.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS..... | 39 |
| 5.2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS..... | 39 |
| 5.3. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DE AMBIENTE..... | 40 |
| 6. RECURSOS HUMANOS DO GRUPO SEMAPA | 41 |
| 7. RESPONSABILIDADE SOCIAL NO GRUPO SEMAPA..... | 42 |
| 8. ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA | 43 |
| 8.1. ENDIVIDAMENTO..... | 43 |
| 8.2. RESULTADOS FINANCEIROS..... | 44 |
| 8.3. GESTÃO DE RISCO..... | 44 |
| 8.4. EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE BOLSISTA | 44 |
| 8.5. DIVIDENDOS..... | 45 |
| 8.6. RESULTADO LÍQUIDO..... | 46 |
| 9. ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES EM 2016..... | 47 |
| 10. PERSPETIVAS FUTURAS..... | 48 |
| 11. REFERÊNCIAS FINAIS | 51 |
| 12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS..... | 52 |

1. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

Volvidos quase 10 anos desde a falência do Lehman Brothers em 2008 e após a crise da dívida soberana de 2011, a economia mundial parece ter entrado numa fase de baixo crescimento continuado. Assim, de acordo com o FMI, em 2016, a economia mundial deverá ter registado um crescimento de 3,1% vs. 3,2% em 2015, (*World Economic Outlook*, janeiro 2017), mantendo diferentes comportamentos por áreas geográficas.

A economia europeia, manteve o seu trajeto de crescimento moderado, com alguns sinais positivos, tendo enfrentado desafios gerados por eventos de ordem política, nomeadamente o Brexit, com a aprovação em referendo da saída do Reino Unido da União Europeia. Após o crescimento de 2% do PIB em 2015 na Zona Euro, 2016 registou alguma desaceleração (1,7%, de acordo com as últimas estimativas do FMI), acompanhada, no entanto, de uma descida da taxa de desemprego.

Destaque para o comportamento do motor da economia europeia, a Alemanha, que ainda assim cresceu ligeiramente face ao ano anterior de acordo com a mesma fonte, devendo atingir o patamar dos 1,7%. Refira-se ainda os dados económicos positivos revelados em relação ao 4º trimestre que apontam para o crescimento da economia da Zona Euro ao ritmo mais rápido desde 2011. No entanto, a evolução da economia europeia continuará a estar muito dependente dos acontecimentos políticos que se avizinham em 2017, incluindo as eleições em vários países. O BCE prosseguiu a sua política de *quantitative easing*, tendo voltado a baixar as taxas de referência em março de 2016.

Em 2016, o ritmo de crescimento da economia norte-americana abrandou (2,6% em 2015 vs. estimativa de 1,6% para 2016, *World Economic Outlook*, FMI, janeiro 2017). Por seu lado, a Reserva Federal subiu a taxa referência, embora de forma mais suave e cautelosa do que faziam crer as expectativas iniciais, tendo em conta a performance da economia ao longo do ano e a gestão de expectativas futuras do mercado. A segunda metade do ano foi mais positiva, tendo os mercados reagido positivamente à eleição de Donald Trump, cujo mandato encerra um conjunto de incertezas não só para a economia dos EUA, mas também para a economia mundial, e.g. a possibilidade de prossecução de políticas de âmbito fortemente protecionista.

Na China continuou a desaceleração do ritmo de crescimento, com um abrandamento das exportações e importações, em parte refletindo menor investimento e atividade industrial, ainda que num patamar significativamente elevado e assumindo um peso proporcionalmente decisivo no crescimento global. O desempenho da economia chinesa reflete-se especialmente no mercado das *commodities* excluindo o petróleo, já que se trata de um dos principais *players*, tendo-se assistido a uma acentuada e generalizada queda dos preços.

Em particular, o preço do petróleo duplicou em 2016, tendo terminado o ano nos USD 56. Os contactos entre a OPEP e os países fora desta organização permitiram uma maior limitação da produção, tendo, no final do ano, sido obtido um acordo de redução da produção nos países da OPEP, bem como uma redução da produção na Rússia.

No que respeita ao mercado cambial, 2016 foi um ano de apreciação do dólar, quer face ao euro, quer face às principais moedas do mercado, continuando a funcionar como principal moeda de refúgio. Não se antecipa o enfraquecimento da moeda norte-americana mas antes a possibilidade de dificuldades por parte de moedas de países dependentes das políticas e economia norte-americanas.

No âmbito da economia portuguesa, após um crescimento do PIB em 2015 de 1,5%, estima-se um crescimento de 1,2% para 2016 (Banco de Portugal – Projeções para a economia portuguesa: 2016-2019). Deste modo, a economia portuguesa tem prosseguido um trajeto de recuperação moderada desde 2013 ancorada no dinamismo das exportações, tendo recuperado o acesso aos mercados no rescaldo da crise da dívida soberana, e com um nível de desemprego que, apesar de elevado, tem vindo a reduzir-se de forma sustentada. No entanto, persistem vários constrangimentos ao crescimento da economia designadamente o elevado nível de endividamento, o alto nível de desemprego de longa duração, o baixo volume de investimento e a vulnerabilidade dos setores bancário e financeiro.

2. SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO SEMAPA

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS

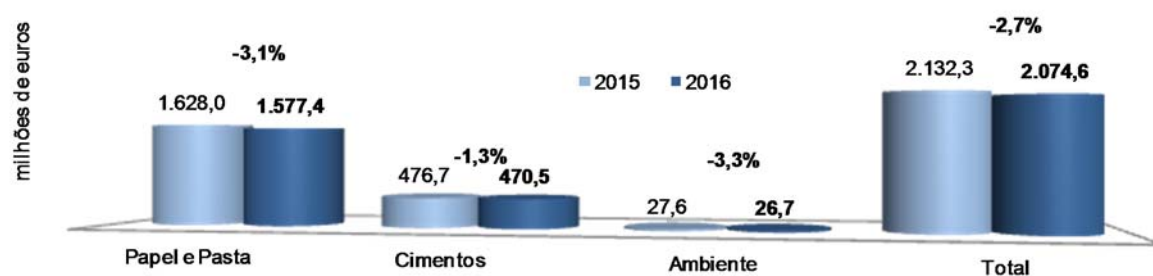
| IFRS - valores acumulados (milhões de euros) | 2016 | 2015 | Var. |
|---|-------------------|-------------------|----------------------------|
| Volume de negócios | 2.074,6 | 2.132,3 | -2,7% |
| EBITDA Total | 489,1 | 478,2 | 2,3% |
| Margem EBITDA (%) | 23,6% | 22,4% | 1,2 p.p. |
| Amortizações e perdas por imparidade | (247,0) | (199,3) | -23,9% |
| Provisões (reforços e reversões) | 2,4 | 9,0 | -73,4% |
| EBIT | 244,5 | 287,9 | -15,1% |
| Margem EBIT (%) | 11,8% | 13,5% | -1,7 p.p. |
| Resultados financeiros líquidos | (74,3) | (122,3) | 39,2% |
| Resultados antes de impostos | 170,2 | 165,6 | 2,8% |
| Impostos sobre lucros | 19,1 | (34,8) | >100% |
| Lucros retidos do exercício | 189,3 | 130,8 | 44,7% |
| Atribuível a acionistas da Semapa | 114,9 | 81,5 | 40,9% |
| Atribuível a interesses não controlados (INC) | 74,4 | 49,3 | 51,1% |
| Cash-Flow | 433,9 | 321,1 | 35,1% |
| | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Dez16 vs. Dez15 |
| Capitais próprios (antes de INC) | 817,3 | 716,3 | 14,1% |
| Dívida líquida | 1.779,7 | 1.803,0 | -1,3% |

Notas:

- EBITDA total = resultado operacional + amortizações e perdas por imparidade + provisões (reforços e reversões)
- Cash-Flow = lucros retidos do período + amortizações e perdas por imparidade + provisões (reforços e reversões)
- Dívida líquida = dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) + dívida remunerada corrente (incluindo dívida a acionistas) – caixa e seus equivalentes
- A comparabilidade entre períodos encontra-se afetada pela consolidação integral do Grupo Supremo a partir de 1 de julho de 2015 e pela alteração da participação na The Navigator Company de 81,19% para 69,4% a partir de julho 2015, facto este que apenas tem impacto nos Lucros retidos do período atribuíveis a acionistas da Semapa

VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios consolidado do Grupo Semapa, em 2016, foi de 2.074,6 milhões de euros, resultando num decréscimo de 2,7% face ao ano 2015. As exportações e vendas no exterior ascenderam a 1.606,0 milhões de euros: 77,4% do volume de negócios.



PAPEL E PASTA: 1.577,4 MILHÕES DE EUROS ↓ 3,1%

O volume de negócios da área do papel e pasta de papel, em 2016, totalizou 1.577,4 milhões de euros, cerca de 3,1% abaixo do valor registado no ano anterior. Esta diminuição resulta essencialmente da redução do valor de vendas na área de energia, após a revisão da tarifa de venda à rede na central de cogeração a gás natural da Figueira da Foz, assim como da contração global dos preços de pasta e papel que se verificou ao longo de 2016.

CIMENTOS¹: 470,5 MILHÕES DE EUROS ↓ 1,3%

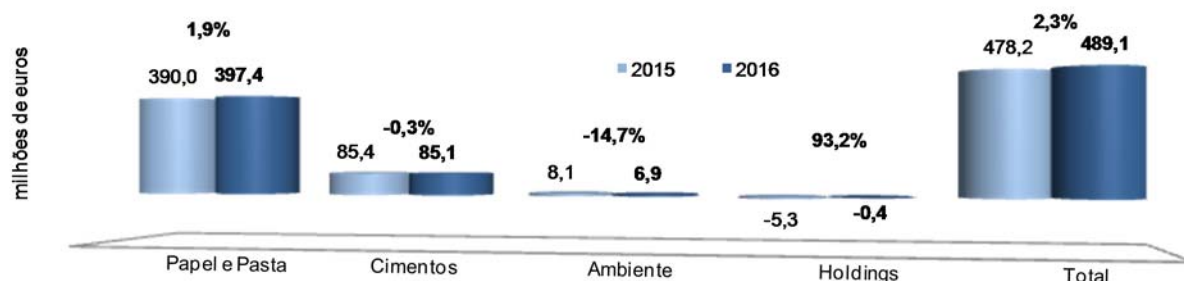
Em 2016, o volume de negócios da área de Cimentos foi de 470,5 milhões de euros, 1,3% abaixo do valor registado no exercício anterior. A diminuição deveu-se maioritariamente ao decréscimo do volume de negócios do conjunto das operações desenvolvidas em Portugal e na Tunísia, apesar do aumento do volume de negócios do Brasil.

AMBIENTE: 26,7 MILHÕES DE EUROS ↓ 3,3%

O volume de negócios da área ambiente cifrou-se em cerca de 26,7 milhões de euros no ano de 2016, o que representou uma redução de aproximadamente 3,3% relativamente ao ano de 2015.

EBITDA

O EBITDA em 2016 aumentou cerca de 2,3% face ao ano anterior, atingindo 489,1 milhões de euros. A margem consolidada situou-se nos 23,6%, 1,2 p.p. acima da registada no ano anterior.



¹ A integração do Grupo Supremo nas demonstrações financeiras consolidadas em 2015 da Semapa, tendo em consideração que, a aquisição dos restantes 50% do Grupo que implicou a consolidação integral, ocorreu no final do mês de junho, teve o seguinte impacto: 50% dos resultados do primeiro semestre foram integrados via aplicação do método da equivalência patrimonial, a posição de balanço foi consolidada integralmente (100%) a partir de 30 de junho de 2015 e os resultados do 2º semestre (julho a dezembro) foram igualmente consolidados integralmente (100%).

PAPEL E PASTA: 397,4 MILHÕES DE EUROS ↑ 1,9%

O EBITDA da área de papel e pasta em 2016 totalizou 397,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,9% face ao ano anterior. A margem EBITDA situou-se nos 25,2% em 2016, 1,2 p.p. acima do registado no ano transato. Esta evolução reflete o impacto do esforço de redução de custos.

CIMENTOS: 85,1 MILHÕES DE EUROS ↓ 0,3%

O EBITDA da área dos cimentos foi de 85,1 milhões de euros, o que se traduziu um decréscimo de 0,3% face ao ano de 2015. O decréscimo do EBITDA deveu-se maioritariamente às operações em Portugal, onde este indicador diminuiu 2,6 milhões de euros, e no Líbano, onde diminuiu igualmente 2,6 milhões de euros. Em 2016, a margem EBITDA situou-se nos 18,1%, 0,2 p.p. acima do observado no ano anterior.

AMBIENTE: 6,9 MILHÕES DE EUROS ↓ 14,7%

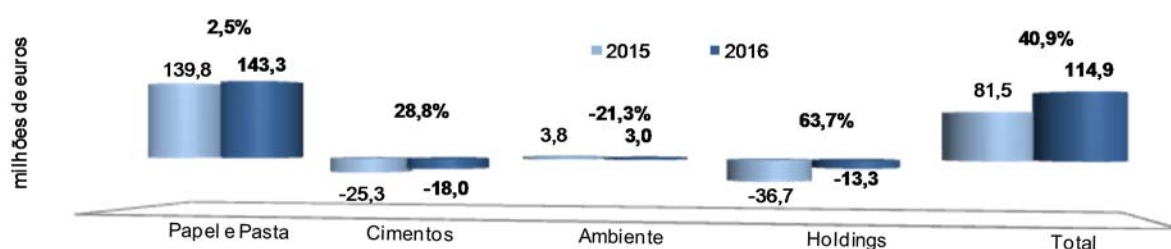
O EBITDA da área ambiente totalizou no exercício de 2016 cerca de 6,9 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 14,7% relativamente a 2015 mas registou um aumento de 78,9% face a 2014. A margem EBITDA atingiu 25,8%, o que se traduziu numa redução de cerca de 3,4 p.p. face à margem registada no ano de 2015.

HOLDINGS (SEMAPA SGPS E SUAS SUB-HOLDINGS INSTRUMENTAIS) ↑ 93,2%

Em 2016, o EBITDA das holdings foi de -0,4 milhões de euros, comparando favoravelmente com o valor negativo de 5,3 milhões de euros registados no ano anterior. Recorde-se que no período homólogo de 2015, o EBITDA estava negativamente influenciado pela reclassificação das gratificações de balanço, relativas ao exercício de 2014, pagas na sequência da deliberação tomada pela Assembleia Geral Anual realizada em 2015, para a rubrica Custos com pessoal, por força da aplicação das normas contabilísticas em vigor.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido atingiu os 114,9 milhões de euros, crescendo 40,9% face ao ano anterior. O aumento do EBITDA, a melhoria dos resultados financeiros e a comparação favorável dos impostos sobre lucros, mais que compensaram os efeitos do aumento de amortizações, perdas por imparidades e provisões e da redução da participação na Navigator após julho de 2015.



CONTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

| IFRS - valores acumulados (milhões de euros) | Papel e Pasta | | Cimentos | | Ambiente | | Holdings | | Consolidado |
|---|----------------|---------------|---------------|--------------|-------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
| | 2016 | 16/15 | 2016 | 16/15 | 2016 | 16/15 | 2016 | 16/15 | 2016 |
| Volume de vendas | 1.577,4 | -3,1% | 470,5 | -1,3% | 26,7 | -3,3% | - | - | 2.074,6 |
| EBITDA Total | 397,4 | 1,9% | 85,1 | -0,3% | 6,9 | -14,7% | (0,4) | 93,2% | 489,1 |
| Margem EBITDA (% Vol. Vendas) | 25,2% | 1,2 p.p. | 18,1% | 0,2 p.p. | 25,8% | -3,4 p.p. | - | 100,0% | 23,6% |
| Amortizações e perdas por imparidade | (181,9) | -32,8% | (61,9) | -4,7% | (2,9) | 0,6% | (0,2) | 12,7% | (247,0) |
| Provisões (reforços e reversões) | (0,4) | -102,9% | 2,8 | 197,8% | - | 100,0% | - | 100,0% | 2,4 |
| EBIT | 215,1 | -19,6% | 26,1 | 11,2% | 4,0 | -21,1% | (0,6) | 93,1% | 244,5 |
| Margem EBIT (% Vol. Vendas) | 13,6% | -2,8 p.p. | 5,5% | 0,6 p.p. | 14,8% | -3,3 p.p. | - | - | 11,8% |
| Resultados Financeiros Líquidos | (20,8) | 58,6% | (37,2) | 10,8% | (0,6) | 26,8% | (15,7) | 46,8% | (74,3) |
| Resultados Antes de Impostos | 194,3 | -10,6% | (11,2) | 38,9% | 3,3 | -19,9% | (16,2) | 56,8% | 170,2 |
| Impostos sobre Lucros | 11,5 | 136,3% | 5,1 | 237,7% | (0,4) | 7,0% | 2,9 | 232,2% | 19,1 |
| Lucros Retidos do Exercício | 205,8 | 10,8% | (6,1) | 72,3% | 3,0 | -21,3% | (13,3) | 63,7% | 189,3 |
| Atribuível a Acionistas da Semapa | 143,3 | 2,5% | (18,0) | 28,8% | 3,0 | -21,3% | (13,3) | 63,7% | 114,9 |
| Atribuível a Interesses Não Controlados | 62,5 | 36,2% | 11,9 | 253,8% | 0,0 | -21,4% | - | - | 74,4 |
| Cash-Flow | 388,1 | 26,0% | 53,0 | 32,4% | 5,9 | -13,6% | (13,1) | 61,3% | 433,9 |
| Dívida Líquida | 640,7 | -2,1% | 422,9 | -7,5% | 15,7 | -13,4% | 700,4 | 4,1% | 1.779,7 |

Notas:

- Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efectuados na consolidação

A The Navigator Company (“Navigator”) está cotada e divulgará o seu Relatório e Contas, pelo que se apresentarão de seguida apenas os principais aspetos do referido relatório.

Já os Grupos Secil e ETSA não estando cotados, não procederão à divulgação dos respetivos resultados, pelo que a sua atividade será descrita com maior desenvolvimento.

3. ÁREA DE NEGÓCIOS DE PAPEL E PASTA DE PAPEL

3.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

| IFRS - valores acumulados (milhões de euros) | 2016 | 2015 | Var. |
|---|-------------------|-------------------|----------------------------|
| Volume de negócios | 1.577,4 | 1.628,0 | -3,1% |
| EBITDA | 397,4 | 390,0 | 1,9% |
| Margem EBITDA (%) | 25,2% | 24,0% | 1,2 p.p. |
| Amortizações e perdas por imparidade | (181,9) | (137,0) | -32,8% |
| Provisões (reforços e reversões) | (0,4) | 14,6 | -102,9% |
| EBIT | 215,1 | 267,6 | -19,6% |
| Margem EBIT (%) | 13,6% | 16,4% | -2,8 p.p. |
| Resultados financeiros líquidos | (20,8) | (50,3) | 58,6% |
| Resultados antes de impostos | 194,3 | 217,3 | -10,6% |
| Impostos sobre lucros | 11,5 | (31,6) | 136,3% |
| Lucros retidos do exercício | 205,8 | 185,7 | 10,8% |
| Atribuível aos acionistas da Navigator | 206,4 | 185,3 | 11,4% |
| Atribuível a interesses não controlados (INC) | (0,7) | 0,4 | -285,9% |
| Cash-Flow | 388,1 | 308,1 | 26,0% |
| | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Dez16 vs. Dez15 |
| Capitais próprios (antes de INC) | 1.056,0 | 1.041,7 | 1,4% |
| Dívida líquida | 640,7 | 654,5 | -2,1% |

Nota:

- Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efectuados na consolidação

3.2. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DE PAPEL E PASTA DE PAPEL

Em 2016, o volume de negócios da Navigator atingiu 1.577,4 milhões de euros, que compara com um valor de 1.628,0 milhões de euros no ano anterior. A quebra no valor global das vendas resulta essencialmente da redução do valor de vendas na área de energia, após a revisão da tarifa de venda à rede na central de cogeração a gás natural da Figueira da Foz, assim como da contração global dos preços de pasta e papel que se verificou ao longo de 2016. A Navigator mitigou a evolução negativa de preços de pasta e de papel através de um aumento dos volumes vendidos, acompanhado por um esforço global de diminuição de custos.

No negócio do **papel** (UWF), na Europa, assistiu-se durante o ano de 2016 a uma degradação das condições de mercado, estimando-se uma redução no consumo aparente de 3,8% (-0,3%, em 2015) e um aumento das importações totais em mais de 18%. As importações de papel provenientes da Ásia registaram um aumento significativo, em particular nos papéis de escritório, tendo provocado um ajustamento em baixa no nível global de preços. Neste enquadramento adverso, a Navigator conseguiu atingir vendas de UWF de 1.586,8 mil toneladas, um crescimento de 2,0% em relação a 2015, registando assim um novo recorde em termos de volume. A colocação de um volume adicional de papel, neste enquadramento de mercado, foi sustentada num crescimento das vendas, quer na Europa quer nos mercados internacionais. Nas vendas para a Europa, o preço médio situou-se 1,2% abaixo do registado no ano anterior, o que compara com uma evolução do índice de preços para a Europa (PIX A4 Copy-B) de +0,3%. Esta redução ficou a dever-se

a uma alteração desfavorável no mix de produtos e mercados. Já o preço médio de venda da Navigator para todos os mercados apresentou uma redução de 2,4% em relação ao ano anterior, devido também à evolução do mix de produtos e mercados.

O ano 2016 ficou marcado pela descida acentuada do preço da **pasta**, que se iniciou ainda no final de 2015 e que se prolongou ao longo de 2016. O índice de referência para a pasta hardwood (PIX – BHKP) perdeu cerca de 16% em USD e 13% em Euros desde o início do ano 2016. A Navigator registou, no entanto, um bom desempenho operacional colocando um volume de pasta no mercado de 290,6 mil toneladas, aumentando as suas vendas de cerca de 15,1% em resultado da maior capacidade disponível de pasta para mercado, proveniente do aumento de capacidade da fábrica de Cacia realizado em 2015. O aumento do volume vendido não foi suficiente para compensar totalmente a redução de preços, pelo que o valor das vendas de pasta acabou por situar-se cerca de 1,6% abaixo do valor registado em 2015.

As vendas de **energia** da Navigator sofreram o impacto de diversos fatores ao longo do ano, sendo o principal o facto de, tal como já havia sido antecipado, a cogeração a gás natural do complexo da Figueira da Foz ter passado a operar em regime de autoconsumo, reduzindo o volume de vendas de energia para a Rede e simultaneamente reduzindo a compra de energia elétrica e de gás natural para uma das fábricas de papel. A atividade foi também condicionada pelas reparações efetuadas nos turbogeradores das fábricas de pasta de Cacia e Setúbal, assim como pelas outras manutenções programadas, nomeadamente na cogeração a gás natural do complexo industrial de Setúbal e na Central Termoelétrica a Biomassa de Setúbal.

Deste modo, a produção bruta total de energia elétrica acumulada no período registou uma redução de 8% face a 2015 e o volume de vendas em quantidade de energia (MWh) uma diminuição de 16,3%. O valor total das vendas de energia à Rede situou-se 50 milhões de euros abaixo do valor de 2015. No entanto, a redução do volume de compras de eletricidade e de gás, bem como a melhoria do preço de compra de combustíveis, essencialmente de gás natural, atenuaram significativamente o impacto da redução de vendas de energia, tendo resultado numa perda líquida ao nível de EBITDA de cerca de 6,0 milhões de euros face a 2015.

No negócio do **tissue**, o volume das vendas de produtos e mercadorias da fábrica de Vila Velha de Ródão registou um crescimento de quase 30% durante 2016 (em toneladas vendidas), possibilitado pelo aumento de capacidade de produção de bobines e de transformação verificado ao longo de 2015. O aumento das quantidades vendidas, conjugado com uma ligeira descida no preço médio de venda, fruto da alteração do mix de produtos (maior venda de bobinas), traduziu-se num valor das vendas de tissue próximo de 67,5 milhões de euros, que representa um aumento de 21% em relação ao ano anterior.

Em 2016, o EBITDA da Navigator totalizou 397,4 milhões de euros, um valor que compara com 390,0 milhões de euros do ano anterior, refletindo uma margem de 25,2% vs. 24,0% em 2015.

Do lado dos fatores de produção, a Navigator registou um incremento no volume de madeira abastecido às fábricas, proveniente essencialmente do mercado espanhol e importação de outros países. Apesar de registar uma melhoria do consumo específico, o aumento do recurso a madeira importada agravou o custo global de aquisição. A importação de madeira ibérica e extra-ibérica continua a ser necessária para suprir as lacunas do mercado nacional.

Tal como verificado nos primeiros 9 meses de 2016, os custos de logística do papel e da pasta continuaram a registar uma evolução positiva, essencialmente por efeito da descida do preço de petróleo, diferente mix de mercados de destino, por maior utilização dos portos de proximidade das fábricas (Setúbal e Figueira) e pela continuação do desenvolvimento de processos transversais de melhoria de eficiência nas operações Comerciais do Grupo. Estes fatores possibilitaram uma redução nos gastos de logística de 8,2 milhões de euros em relação ao ano anterior.

Nos gastos com químicos, a Navigator registou uma evolução favorável global nos químicos associados à produção de papel, no montante estimado de cerca de 2 milhões de euros. Adicionalmente, a Navigator tem vindo a trabalhar

intensamente a redução dos custos de manutenção em todos os seus sites industriais, tendo registado, no ano de 2016, uma redução global de cerca de 5%, correspondente a 3,6 milhões de euros.

A rubrica de gastos com pessoal reflete uma redução de 10,2 milhões de euros face ao exercício anterior. Por um lado, esta rubrica em 2015 incluía elementos de carácter não recorrente, nomeadamente a dotação extraordinária para o fundo de pensões, o acréscimo de gastos com as rescisões relativas ao programa de rejuvenescimento em curso e a estimativa de gastos com o prémio de desempenho. Por outro lado, os gastos de 2016 foram negativamente influenciados pelo aumento de efetivos em resultado do recrutamento para os novos negócios (em Moçambique e nos EUA) e da integração de atividades que anteriormente estavam em regime de outsourcing, essencialmente no centro fabril da Figueira da Foz. Assim, os gastos com pessoal em 2016 teriam ficado em linha com os gastos de 2015, excluindo o impacto dos Colaboradores das novas áreas de negócio e do insourcing, e dos outros impactos não recorrentes que influenciaram o ano anterior.

Para além do desempenho operacional acima mencionado, o EBITDA do período reflete o impacto de um conjunto de elementos não recorrentes, com um valor global positivo de 7,5 milhões de euros, entre os quais se destacam:

- Reavaliação dos ativos biológicos em Portugal, refletindo essencialmente a atualização dos pressupostos assumidos na taxa de desconto e alguns ajustamentos ao modelo de avaliação: variação líquida positiva de 7,3 milhões de euros;
- Reversão do montante do anti-dumping no EBITDA de 2015: impacto positivo de 3,8 milhões de euros;
- Recebimento da indemnização relativa às avarias das TG3 e TG4 em Cacia ocorridas em 2015 e 2016, deduzido do impacto global estimado das avarias: impacto positivo de cerca de 1 m de euros;
- Imparidade registada nos ativos biológicos de Moçambique: impacto negativo de 3,5 milhões de euros;
- Impacto do incêndio da fábrica de tissue em Vila Velha de Ródão (ocorrido em maio) deduzido do recebimento parcial do seguro: impacto negativo no EBITDA de 1,1 milhões de euros.

O valor de EBITDA em 2016, sem o impacto dos elementos não recorrentes mencionados, teria sido sensivelmente equivalente ao registado em 2015.

Os resultados operacionais situaram-se em 215,1 milhões de euros e comparam com um valor de 267,6 milhões de euros em 2015. Esta evolução desfavorável resulta do reforço de 45 milhões de euros verificado na rubrica de Depreciações, amortizações e imparidades, que reflete um aumento no nível de imparidades registadas, essencialmente nos ativos fixos tangíveis em Moçambique associados à preparação de terrenos (45,5 milhões de euros, a que acrescem 3,5 milhões de euros de ativos biológicos em Manica), que refletem uma abordagem conservadora ao projeto em curso, dado o contexto atual que se vive naquele país. Esta rubrica inclui ainda o abate de ativos fixos tangíveis na sequência do incêndio de Vila Velha de Ródão (1,9 milhões de euros).

Os resultados financeiros no período totalizaram 20,8 milhões de euros negativos, comparando muito favoravelmente com o valor de 50,3 milhões de euros negativos de 2015. O Grupo registou uma redução de 16,6 milhões de euros nos juros suportados em resultado da profunda reestruturação da dívida efetuada nos últimos doze meses e também uma evolução positiva nos juros obtidos e nos resultados cambiais. Os resultados incluem ainda conjunto de impactos não recorrentes, nomeadamente (i) um custo de 6 milhões de euros relativo ao prémio da opção exercida em maio de 2016 para a amortização de 150 milhões de euros relativamente ao empréstimo obrigacionista Portucel Senior Notes 5.375%, um custo ainda assim inferior em 8,6 milhões de euros ao prémio de reembolso registado em setembro de 2015 para a amortização de 200 milhões de euros; (ii) uma reversão de provisões relativas a juros compensatórios num montante de 3,2 milhões de euros.

A rubrica de impostos reflete um conjunto de reversões de provisões fiscais ocorridas no último trimestre de 2016, em consequência do encerramento do processo de inspeção fiscal da Navigator ao exercício de 2013 e de decisões favoráveis dos tribunais no montante global de 23 milhões de euros, bem como o impacto positivo decorrente da adoção do regime de reavaliação publicado pelo DL 66/2016 de 3 de novembro, cujo efeito líquido ascendeu a 16 milhões de euros. Em 2015 a rubrica de imposto estava influenciada negativamente pelo impacto associado à mais-valia fiscal gerada na alienação intra-grupo dos ativos afetos à produção de pasta em Setúbal (16 milhões de euros).

O resultado líquido consolidado do exercício foi de 206,4 milhões de euros, evoluindo favoravelmente face a igual período de 2015 (+11,4%).

3.3. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

3.3.1. PAPEL

3.3.1.1. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

O ano de 2016 fica marcado por um contexto adverso, decorrente da diminuição em 3,8% do consumo aparente de UWF na Europa e, ainda, pelo aumento na ordem dos 18% do volume de importações europeias a baixo preço, sobretudo provenientes de países afetados pela imposição de taxas anti-dumping pelos EUA, como a Indonésia e a China. O efeito negativo destes dois fatores acabaria por ser mitigado pelo fecho de 300.000 toneladas de capacidade de produção na Europa, fazendo com que a taxa de utilização de capacidade produtiva tenha diminuído apenas 1,4 p.p. face a 2015, situando-se nos 91%.

O preço de mercado do papel, pressionado pelo preço decrescente da pasta, manteve-se próximo do patamar de 2015, em termos médios, apesar da oscilação de 29,6 Euro/t entre o início e o final do ano. O principal índice de referência do preço de UWF (PIX A4-Copy B) registou uma variação homóloga positiva de 0,3%.

Nos EUA, a queda no consumo aparente de papéis UWF esteve alinhada com o mercado europeu, diminuindo 3,7%. A imposição de tarifas anti-dumping e a valorização do dólar provocaram uma redução muito significativa nos fluxos internacionais, com as importações a regredirem 12% e as exportações 10,5%. A taxa de utilização da capacidade produtiva foi de 92% (-0,6 p.p. face a 2015). O principal índice de preços do setor (Risi 20lb A4) teve uma diminuição de 1,9% em relação a igual período do ano anterior, seguindo a tendência registada desde 2010.

3.3.1.2. DESEMPENHO OPERACIONAL

| (000 tons) | 2016 | 2015 | Var. |
|----------------------------|-------|-------|------|
| Produção UWF | 1.587 | 1.571 | 1,0% |
| Vendas UWF | 1.587 | 1.555 | 2,0% |
| FOEX – A4- BCOPY Euros/ton | 824 | 822 | 0,3% |

Apesar deste contexto, a Navigator atingiu em 2016 o valor máximo de volume vendido de papel, registando um aumento de mais de 2% em relação a 2015. Para além de um aumento das suas vendas na Europa de 2,4%, este crescimento foi igualmente suportado pelo continuado alargamento geográfico das vendas, nomeadamente no Médio Oriente e em África, tendo os mercados fora da Europa atingido o melhor valor de sempre. Este crescimento nos países fora da Europa traduziu-se em grande parte num aumento do volume de vendas de produtos *standard*, o que alterou o peso relativo destes produtos no volume global de vendas de papel, com impacto negativo no preço médio de venda. No entanto, importa salientar que fruto do posicionamento do Grupo e da evolução das taxas de câmbio, estas vendas são mais interessantes do que as equivalentes na Europa. Apesar da degradação no *mix* de mercado e dos produtos

vendidos, o Grupo mantém a sua posição de líder no segmento *premium*, com uma quota de mais de 50% no mercado Europeu.

Deste modo, o Grupo continuou a operar, como habitualmente, a 100% da capacidade instalada, registando o melhor ano de sempre em entrada de encomendas.

3.3.1.3. BRANDING

Durante o ano de 2016, o Grupo The Navigator Company manteve a aposta nas suas marcas próprias, sendo de destacar as seguintes marcas:

A marca Navigator continuou a reforçar a sua liderança no segmento *premium* de papéis de escritório em 2016, com particular incidência na Europa de Leste, países nórdicos e bálticos e Inglaterra, bem como em África, alargando assim a sua presença geográfica, estando já em mais de 110 países um pouco por todo o mundo.

Pela primeira vez, a marca Navigator alcançou a primeira posição do ranking no estudo *Brand Equity Index*, uma iniciativa da Opticom. O estudo de 2016 identificou a Navigator como a marca mais reconhecida, mais vendida, com o maior índice de fidelidade e com o melhor índice de perceção de qualidade. Destaque ainda para o estudo realizado anualmente pela EMGE – Paper Industry Consultants, junto dos profissionais de distribuição, que voltou a posicionar a marca Navigator como a mais importante a nível Europeu

A marca Discovery, líder Europeia no segmento de papel de escritório de baixa gramagem, continua a demonstrar que é possível o balanço entre resultados ambientais e uma redução da gramagem, assegurando níveis de performance elevados, ao associar matérias-primas de excelência, inovação, tecnologia de ponta e uma posição de destaque no que se refere à eco-eficiência.

A marca Discovery é hoje uma referência mundial no seu segmento, marcando presença em mais de 60 países, tendo durante o ano de 2016 continuado a crescer em mercados tão importantes como o Italiano, onde registou mais de 5% de aumento nas vendas.

Durante o ano de 2016, a marca Pioneer, papel de escritório *premium* com um posicionamento ligado ao universo feminino, consolidou a sua posição em termos de vendas e quota de mercado, quer na Europa, quer nos restantes mercados internacionais, sendo de destacar os resultados obtidos no Norte de África.

A marca Pioneer conseguiu também posicionar-se no top-20 de marcas com maior notoriedade espontânea no estudo realizado anualmente pela EMGE – Paper Industry Consultants, junto dos profissionais de distribuição, além de ter alcançado a quarta posição do ranking no que toca a Brand Performance.

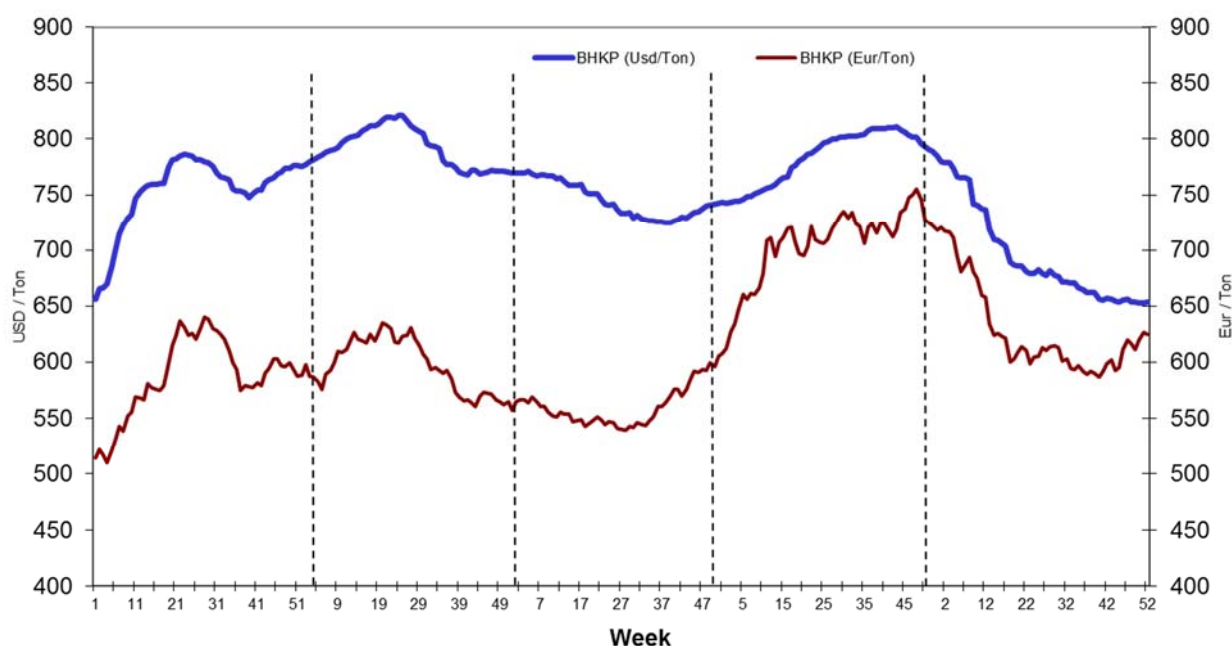
3.3.2. PASTA

3.3.2.1. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

Após um início de ano durante o qual se verificou uma forte desaceleração das compras de BEKP por parte dos compradores Chineses, a procura de pasta recuperou, registando em 2016 ganhos de 5,7% (em termos acumulados), sendo o mercado Chinês responsável por 98% deste aumento. A taxa de utilização de capacidade global de BEKP em 2016 situou-se em 93%.

No entanto, os receios relativos aos impactos das novas capacidades de produção previstas para o final de 2016 e para os próximos anos subsistem, e o preço de referência da indústria, que começou o ano num elevado patamar, registou uma trajetória descendente acentuada, tendo perdido cerca de 16% em USD e 13% em EUR desde o início do ano.

EVOLUÇÃO MENSAL DO PREÇO PIX EUROPA - BHKP



3.3.2.2. DESEMPENHO OPERACIONAL

| (000 tons) | 2016 | 2015 | Var. |
|------------------------|-------|-------|--------|
| Produção BEKP | 1.470 | 1.424 | 3,3% |
| Vendas BEKP | 291 | 253 | 15,1% |
| Foex – BHKP Euros /ton | 628 | 705 | -10,9% |

Em contra-ciclo, e em resultado do aumento de capacidade realizado em 2015, as vendas do Grupo situaram-se em 291 mil toneladas, de 15,1% acima do período homólogo.

3.3.3. TISSUE

3.3.3.1. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

O mercado de Tissue, uma das apostas da Navigator ao abrigo do plano de expansão, apresenta uma evolução positiva do consumo aparente na Europa Ocidental. Em 2016 estima-se que tenha sido de cerca de 2,2% em relação ao ano anterior.

3.3.3.2. DESEMPENHO OPERACIONAL

| (000 tons) | 2016 | 2015 | Var. |
|--------------------------------|------|------|--------|
| Produção de bobines | 47 | 33 | 44,2% |
| Produção produto acabado | 42 | 35 | 18,1% |
| Vendas produto acabado | 9 | 2 | 315,7% |
| Vendas de bobines e mercadoria | 42 | 37 | 13,0% |
| Vendas de tissue total | 51 | 39 | 29,7% |

Neste enquadramento, e considerando o aumento de capacidade concluído em 2015, a Navigator apresentou um crescimento acumulado de 29,7% no volume de vendas de tissue (toneladas). Este crescimento ocorreu em particular no segmento Away from Home, em Portugal e em Espanha. O mercado Português atingiu 43,5 milhões de euros em vendas, representando 65% do volume total. Espanha com um valor aproximado de 23,2 milhões de euros representa praticamente o remanescente das vendas. As vendas totais de tissue em 2016 foram de 67,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 21%.

3.4. ATIVIDADE INDUSTRIAL

Durante o ano de 2016 produziram-se 1,5 milhões de toneladas air dry de Pasta e 1,6 milhões de toneladas de papel UWF, o que representou um crescimento de 3,2% e de 1,0% respetivamente em relação ao ano anterior. Os equipamentos produtivos da Navigator tiveram ao longo do ano uma taxa de ocupação de 100%.

Um novo record de produção de pasta ocorreu na fábrica da Figueira da Foz, com mais 6.000 tAD do que o anterior máximo atingido no ano de 2015.

Os resultados do projeto de expansão implementado em 2015 na fábrica de Cacia, traduziram-se num aumento de produção de Pasta nesta unidade, em 2016, de mais 45.000 tAD (13,2%).

Na produção de Papel, nas duas fábricas situadas em Setúbal, verificou-se um novo aumento de produção de 14.000 t de produto acabado em relação ao ano anterior, com especial destaque para a nova unidade industrial About the Future.

| | 2016 | 2015 | 2014 |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| <u>Pasta ('000 tAD)</u> | | | |
| Cacia | 341 | 296 | 302 |
| Figueira da Foz | 586 | 580 | 565 |
| Setúbal | 543 | 548 | 551 |
| Total | 1.470 | 1.424 | 1.418 |
| <u>Papel ('000 t)</u> | | | |
| Figueira da Foz | 767 | 765 | 765 |
| Setúbal | 820 | 806 | 794 |
| Total | 1.587 | 1.571 | 1.559 |

Os custos unitários da madeira, principal fator de custo na produção de pasta, tiveram uma evolução positiva face a 2015, com uma redução de 1,0 %.

Na produção de papel, os custos variáveis unitários sofreram uma descida importante em relação ao ano anterior: -15,6% no somatório das Fibras e Carbonato de Cálcio, -2,3% nos Químicos e -14,3% na Energia.

Os custos em manutenção dos ativos industriais da Navigator diminuíram 5,1% face a 2015. Os custos unitários de manutenção nas Fábricas de Papel mantiveram-se ao mesmo nível, enquanto os das Fábricas de Pasta sofreram uma redução significativa de 11,4%, resultado de menores gastos e do aumento do volume de pasta produzida.

Dentro do que tem sido a política de expansão das capacidades produtivas das Fábricas da Navigator, 2016 fica assinalado pelos trabalhos preparatórios de engenharia e de negociação com os fornecedores de equipamentos industriais do projeto PO3 (Projeto de Otimização 3), que tem como objetivo o aumento de capacidade da Fábrica de Pasta da Figueira da Foz para as 650.000 tAD/ano.

Também na Figueira da Foz, iniciou-se a construção das infraestruturas para acomodar uma nova pilha de aparas de madeira, com uma capacidade de 170.000 m³, que entrará em funcionamento em maio de 2017.

No sentido da melhoria da eficiência operacional das Fábricas de Pasta e de Papel UWF da Navigator, decorreram dois projetos-piloto de Lean Manufacturing, um na Fábrica de Pasta da Figueira da Foz e outro na Fábrica de Papel About the Future, em Setúbal. Com estas experiências pretende-se colher os ensinamentos necessários para estender a metodologia Lean a todas as Fábricas da Navigator. Ainda neste âmbito, consolidou-se a metodologia 5S+Segurança em toda a área industrial, com benefícios visíveis para uma transformação cultural mais orientada para a Segurança das Pessoas, maior eficiência das operações e consequente redução do desperdício.

No que diz respeito à atividade produtiva de tissue desenvolvida em 2016, Vila Velha de Ródão atingiu um total de 46.940 toneladas de papel e 41.700 toneladas de produto acabado na transformação, valores que representam um aumento de 44% e 18%, respetivamente, face a 2015.

O ano de 2016 pautou-se por uma boa ocupação dos ativos: 86% máquinas de papel (valor penalizado pelo incêndio ocorrido em maio, mas mitigado graças a um excelente plano de resposta interna) e 77% na transformação.

De realçar ainda uma boa evolução dos custos unitários, com uma redução nominal face a 2015 em todas as rubricas principais, resultante sobretudo do aumento de escala da operação e de ações de redução de custos.

Durante o ano decorreram os trabalhos de conclusão das montagens dos equipamentos principais da Colombo Energy.

Ao longo do segundo semestre de 2016 foi efetuado o comissionamento das instalações e todos os ensaios de arranque e colocação em serviço das mesmas.

No 4º Trimestre foi iniciada a produção de Pellets grade industrial, com os testes de qualidade do produto, tendo mesmo sido iniciado o processo de expedição que conduziu ao 1º embarque para um cliente final, a partir do Porto de Wilmington, NC.

A Colombo Energy, com uma capacidade de produção de 500 000 Ton/Ano de Pellets grade industrial e doméstica, está situada em Greenwood, no estado da Carolina do Sul e encontra-se localizada no centro de uma das melhores manchas florestais da Costa Leste dos EUA, propiciando um abastecimento de madeira em condições excecionais.

3.5. DESENVOLVIMENTO

O Grupo Navigator prosseguiu ao longo de 2016 o desenvolvimento das várias oportunidades de crescimento delineadas no seu plano estratégico. O investimento global situou-se em 138,6 milhões de euros, incluindo 38 milhões de euros nos negócios de pasta, papel e tissue, 8,9 milhões de euros no projeto de Moçambique e 81,6 milhões de euros na fábrica de pellets nos Estados Unidos.

PELLETS

A Colombo Energy Inc., na Carolina do Sul, EUA, entrou em processo de laboração contínua no último trimestre do ano, e iniciou já as suas exportações para a Europa. O produto fabricado evidencia uma qualidade *premium*, com um elevado poder calorífico, um baixo teor de cinzas e uma boa durabilidade.

A Empresa obteve ainda as certificações SFI, PEFC (CoC), FSC (CoC), e SBP para o segmento industrial, bem como a certificação PFI para o mercado residencial dos EUA.

A Colombo Energy Inc. tem asseguradas por 10 anos vendas correspondentes a 40% da capacidade da fábrica, e que se destinam ao segmento industrial na Europa. Adicionalmente, prosseguem os estudos do mercado Residencial nos EUA, com o objetivo de se direcionar 10 a 20% da capacidade para esse mercado doméstico americano.

MOCAMBIQUE

Tal como referido anteriormente, o Grupo olha com preocupação os desenvolvimentos políticos e económicos que têm ocorrido em Moçambique, reavaliando em permanência a situação e tendo decidido reduzir o ritmo de investimento nas suas operações.

Em Moçambique, o ano de 2016 ficou marcado por uma conjuntura político-económica instável, que se traduziu em restrições de circulação e de segurança dos Colaboradores e prestadores de serviços envolvidos no projeto.

Ainda assim, o balanço operacional resultou na plantação de 5,3 mil ha, totalizando cerca de 10 mil ha plantados acumulados à data na Zambézia e 1,7 mil ha em Manica. No que se refere à proveniência de plantas, a larga maioria da área plantada foi abastecida a partir do viveiro de Luá, tendo sido utilizadas 7,1 milhões de plantas produzidas no ano.

Foi também um ano em que se encerraram importantes atividades do plano de ações ambientais e socais incluído no compromisso com o IFC - International Finance Corporation, que concretizou a entrada no capital em julho.

Visando adquirir conhecimento dos processos legais e administrativos, canais logísticos ou ainda do funcionamento das instituições foi realizado um projeto-piloto de exportação de 2 mil toneladas de madeira de eucalipto a partir do Porto de Nacala.

TISSUE

No final de 2015, o Grupo comunicou a sua intenção de desenvolver um projeto na área do tissue em Cacia, visando a construção de uma linha de produção de papel tissue e respetiva transformação em produto final, com uma capacidade nominal de 70 mil toneladas por ano e um investimento global de 121 milhões de euros. A decisão de avançar com a construção da nova linha estava condicionada à concretização de um conjunto de fatores, nomeadamente a obtenção de um pacote de incentivos fiscais e financeiros, que, neste momento, já se encontram finalizados.

A Navigator estima ter reunido a globalidade das condições necessárias para a concretização deste investimento e, mediante a assinatura dos contratos de apoio, o Conselho de Administração decidiu avançar com o desenvolvimento deste projeto. O prazo estimado para a conclusão das novas linhas de produção e transformação de tissue é a segunda metade de 2018, estando previstos que os desembolsos deste investimento sejam repartidos entre 2017 (cerca de 40%) e 2018.

EXPANSÃO DE CAPACIDADE DE PASTA

Adicionalmente, a Navigator pretende desenvolver um projeto de aumento de competitividade no centro fabril da Figueira da Foz. O valor de investimento global estimado é de cerca de 85 milhões de euros, tendo sido apresentada uma candidatura a um conjunto de incentivos financeiros e fiscais que ainda se encontra pendente de apreciação pelo AICEP e sobre a qual espera ter visibilidade até ao final do 1º Trimestre. O projeto visa uma melhoria na eficiência produtiva e um aumento de capacidade de 70 mil toneladas, para uma produção total de 650 mil toneladas de pasta BEKP por ano.

No entanto, a Navigator vê com preocupação a intenção do Governo em fazer aprovar, no âmbito da reforma da legislação que regula o setor florestal, um diploma legal que proíbe a plantação de novas áreas com eucalipto, apenas permitindo plantações de novas áreas por troca com plantações já existentes em zonas marginais e de baixo rendimento. Esta proposta, que carece de qualquer fundamento técnico e ambiental, não tem em consideração a importância do eucalipto para a economia nacional e irá provocar dificuldades acrescidas num setor onde já existe um desequilíbrio entre a oferta e a procura, e que atualmente já importa cerca de 200 milhões de euros de madeira por ano.

Importa referir que o Grupo Navigator tem trabalhado de forma construtiva, quer diretamente, quer através da sua associação setorial, no sentido de dar os contributos necessários para tentar minimizar os aspetos mais negativos desta legislação.

3.6. RECURSOS E FUNÇÕES DE SUPORTE

3.6.1. SUSTENTABILIDADE

Em 2016, a Navigator consolidou, de forma estruturada e duradoura, a sua atuação responsável no domínio da Sustentabilidade. Na vertente económica, pela criação de emprego e desenvolvimento para o país e para as regiões; na vertente ambiental, pelo aperfeiçoamento de políticas e práticas capazes de preservar o ambiente e minimizar os impactos gerados pela sua atividade; na vertente social, pela criação de oportunidades de desenvolvimento e de bem-estar para os seus Colaboradores e para a Comunidade.

A Empresa realizou duas sessões do Fórum de Sustentabilidade, uma plataforma de diálogo e cooperação com os seus principais *stakeholders*. Contando com mais de 200 participantes, os temas em debate incidiram sobre o contributo do Grupo Navigator para o desenvolvimento económico e social do país, e das regiões onde se inserem as suas unidades industriais, e a certificação florestal, enquanto pilar de uma indústria de produtos florestais oriundos de plantações geridas de forma sustentável.

O projeto de investimento em Moçambique concluiu com sucesso o primeiro ano do Plano de Desenvolvimento Social, com várias iniciativas de apoio às famílias e comunidades.

No âmbito da sua atividade externa, a Navigator desenvolveu, em 2016 o papel de co-chair do Forest Solutions Group, plataforma global de colaboração estratégica para a promoção da gestão florestal sustentável, no âmbito do WBCSD - World Business Council for Sustainable Development.

A nível nacional, o Grupo Navigator manteve uma presença ativa no BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, com o apoio ao projeto MEET 2030 para desenvolvimento de cenários e soluções empresariais para 2030, num contexto de alterações climáticas e de neutralidade carbónica.

Na vertente interna, salienta-se a realização de um módulo de formação em sustentabilidade que abrangeu mais de 800 Colaboradores de áreas operacionais da Navigator. Esta ação visou sensibilizar para a importância dos desafios sociais e ambientais com que o mundo se defronta, relevando a gestão sustentável da Navigator.

Foi publicado e divulgado o Relatório de Sustentabilidade 2014-2015 de acordo com a versão G4 do referencial GRI - Global Reporting Initiative. De salientar a auscultação aos stakeholders na definição dos temas relevantes para o negócio, bem como a identificação dos principais desafios e ações a desenvolver em matéria de sustentabilidade.

Merece, igualmente, referência o posicionamento da Navigator no top 3 da avaliação para o Melhor Desempenho em Sustentabilidade 2016 efetuada pela Lyreco, um cliente-chave para a atividade papel de escritório da Navigator.

Alinhar as prioridades da Navigator com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, envolver parceiros de negócio no esforço de integração de práticas de sustentabilidade ao longo da cadeia de valor, reforçar as

iniciativas de responsabilidade social e cidadania na comunidade, promovendo o envolvimento dos seus Colaboradores, e manter o investimento em economia circular e tecnologias de baixo carbono, são os desafios de sustentabilidade mais próximos da Navigator.

3.6.2. FLORESTA E ABASTECIMENTO DE MADEIRAS

GESTÃO SUSTENTÁVEL

A gestão sustentável da floresta constitui um dos pilares essenciais do modelo de negócio da Navigator. Em 2016, a empresa desenvolveu a sua política ativa de renovação e valorização da floresta nacional, quer em terrenos próprios, quer arrendados, numa área total de 118 mil hectares, em 168 concelhos e 603 freguesias do País. Deste património, 55% localizava-se em áreas próprias.

Como parte da diversidade da sua atividade, a Navigator gerou em 2016 produções relevantes em cortiça (14 mil arrobos), vinho (109 mil litros), madeira de resinosas (28 mil toneladas), pinhas, ramas de eucalipto, caça e pastagens, entre outras.

A campanha de florestação de 2016 registou um nível de atividade abaixo do registado em 2015, devido às dificuldades em ver os projetos de florestação aprovados pelo ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, em tempo para permitir a plantação nos períodos que as condições meteorológicas o permitem. Assim, foram florestados ou reflorestados 1,8 mil hectares, tendo sido empregues 2 milhões de plantas selecionadas de eucalipto.

Tendo como preocupação a gestão responsável dos espaços florestais foram efetuadas ações de controlo de vegetação espontânea em mais de 12,6 mil hectares e selecionadas varas em cerca de 7 mil hectares. Foram ainda efetuadas ações de fertilização em aproximadamente 8 mil hectares e procedeu-se à conservação ou beneficiação de caminhos e aceiros florestais com cerca de 4.900 km de extensão.

Em 2016, foram explorados e transportados cerca de 607 milhares de m³ de madeiras próprias de eucalipto a partir das matas da Navigator (99% correspondendo a madeira certificada).

A atividade regular de produção de plantas em viveiro, baseada nos três viveiros da Viveiros Aliança, S.A., resultou na produção e venda de 8,9 milhões de plantas, das quais cerca de 408 mil de espécies autóctones ou protegidas e 84 mil plantas ornamentais ou arbustivas.

Em 2016, o investimento em prevenção de incêndios manteve-se em cerca de 3 milhões de euros, com destaque para ações de prevenção, mitigação e Investigação & Desenvolvimento.

Assumindo a certificação florestal como veículo para fortalecer a sua presença num mercado internacional de crescente exigência quanto à origem da matéria-prima dos seus produtos e responder aos legítimos anseios da sociedade, a Navigator assegurou, em 2016, a manutenção dos seus certificados no âmbito dos dois programas de maior reconhecimento à escala internacional, o FSC® e o PEFC™. Estes certificados abrangem produtos como a roleria de eucalipto para a produção de pasta e papel (a principal produção da Navigator) e a cortiça. A área certificada da Navigator inclui todo o património em Portugal continental e corresponde a uma parte muito significativa da floresta portuguesa certificada (32% FSC e 46% PEFC).

ABASTECIMENTO DE MADEIRA

O aumento do consumo fabril em 2016 originou um crescimento no abastecimento de madeira de 156 mil m³ face a 2015. Porque a oferta de eucalipto no mercado português se mantém deficitária face às necessidades de consumo instaladas, recorreu-se à importação de madeira, sendo o mercado espanhol aquele que mais contribuiu para o incremento do abastecimento (+33%), refletindo-se num agravamento dos custos, quando comparado com o ano de 2015.

Assim, o abastecimento totalizou 4,5 milhões de m³, dos quais 72% de Portugal, incluindo autoabastecimento, 14% de

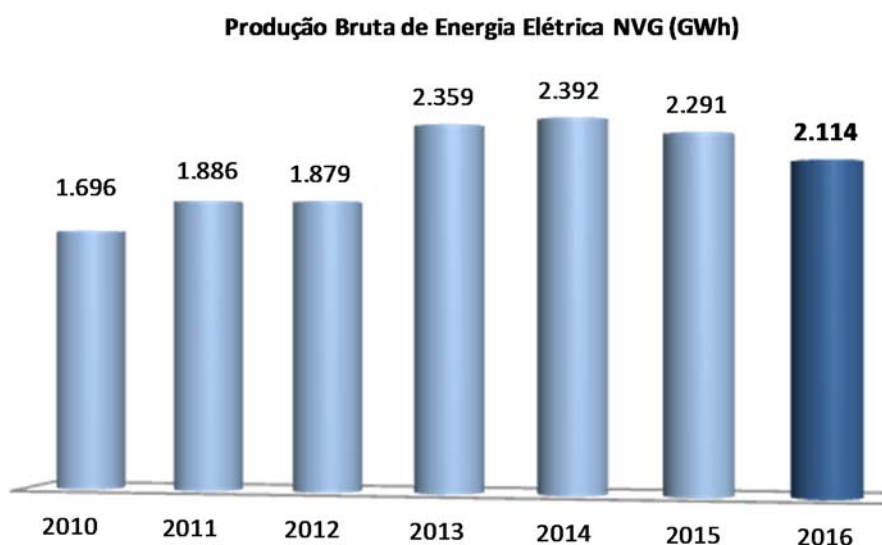
Espanha e 14% do mercado extraibérico: Uruguai e Brasil. A Navigator mantém a sua posição de referência como um forte *player* no mercado Atlântico de *woodchips*.

Do total de madeira abastecida às fábricas, 45% foi de origem certificada e 55% de origem controlada. Em Espanha, com forte oferta de madeira certificada, 88% da madeira abastecida foi certificada. A Navigator reforçou a aposta na promoção de iniciativas de certificação florestal e de cadeia de custódia junto de fornecedores e associações de proprietários, ambicionando atingir 20% das aquisições nacionais de madeira certificada em 2017.

3.6.3. ENERGIA

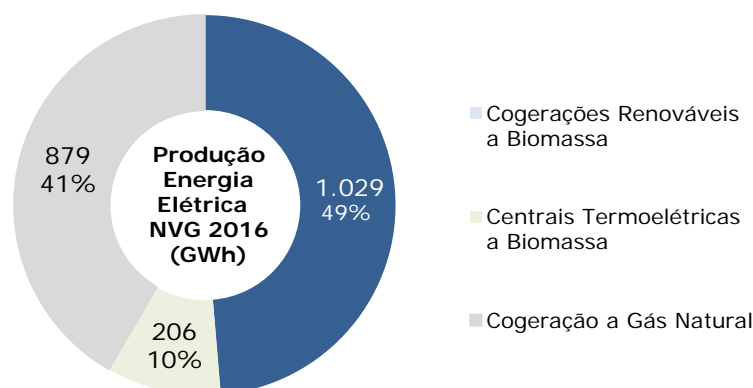
A eletricidade gerada pela Navigator representa cerca de 4% da produção bruta anual de Portugal Continental.

No ano 2016, a Navigator foi responsável por um total de 2.114 GWh, registando uma redução de 7,7% face aos valores do ano anterior.



A produção de energia elétrica foi essencialmente afetada por dois fatores. Por um lado, avarias registadas nos turbogeradores dos complexos industriais de Setúbal e Cacia; por outro, o facto de, a partir do mês de novembro de 2015, a central de ciclo combinado a gás natural do Complexo Industrial da Figueira da Foz ter passado a operar em regime de autoconsumo, com recurso apenas a um turbogruppo.

No ano 2016, a produção de energia elétrica a partir de biomassa totalizou 1.235 GWh, o que representa aproximadamente 59% da produção total da Navigator e cerca de 50% da estimativa da produção total nacional a partir deste recurso renovável. Para este valor contribui a produção de quatro cogerações renováveis a biomassa e as duas centrais termoelétricas a biomassa de Cacia e Setúbal.



Em relação ao ano de 2015, a produção de energia elétrica a partir de biomassa teve um aumento de 1,5%, beneficiando do regime de produção mais favorável das cogerações renováveis. Importa salientar o importante papel da tecnologia de cogeração, que por otimizar a produção simultânea de energia elétrica e térmica, permite alcançar poupanças significativas de energia primária face ao que ocorreria se essa mesma produção tivesse de ser efetuada em equipamentos separados.

Por seu turno, a produção de energia elétrica a partir das duas centrais de ciclo combinado a gás natural de Setúbal e Figueira da Foz, representou no ano 2016, aproximadamente 41% da produção total da Navigator. Face ao ano 2015, a produção de energia elétrica a partir de gás natural sofre uma redução de aproximadamente 18% em virtude da central de ciclo combinado da Figueira da Foz ter passado a operar em regime de autoconsumo com recurso a apenas um dos grupos.

No ano 2016, destaque para a entrada em funcionamento da central solar fotovoltaica da Navigator, marcando a aposta do Grupo numa das fontes de energia renovável emergentes à escala mundial. Com uma potência instalada de 2.288 kWp, a central solar fotovoltaica vai permitir a produção de cerca de 3.100 MWh/ano de energia elétrica renovável, que será fornecida à máquina de papel 4, em regime de autoconsumo.

O incremento da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, reduzindo sempre que possível a exposição a combustíveis fósseis, continuará a ser um importante desígnio da atividade da Navigator na área de energia.

BIOMASSA FLORESTAL PARA FINS ENERGÉTICOS

Em 2016 manteve-se a forte oferta de biomassa, sobretudo de sobrantos de exploração florestal. Foram abastecidas às Centrais Termoelétricas a Biomassa de Cacia e Setúbal cerca de 314 mil ton de biomassa, excluindo a casca de eucalipto do respetivo centro fabril.

3.6.4. AMBIENTE

A Navigator continua a pautar o seu desempenho ambiental pelo caminho da melhoria contínua, tendo em conta o desenvolvimento tecnológico e a implementação das melhores práticas. É neste contexto que em 2016 começaram a ser desencadeadas as ações decorrentes do Plano Estratégico Ambiental da Navigator, que se prolonga até 2026.

Após um ano de intenso investimento ambiental no Complexo Industrial de Cacia iniciou-se em 2016 um novo Projeto de Otimização (PO3), com forte relevância ambiental, na unidade da Figueira da Foz. Este projeto visa dar resposta à

implementação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) e aos Valores de Emissão Associados às MTD (VEA-MTD), estipulados na Decisão de Execução da Comissão 2014/687/EU de 26 de setembro.

Os indicadores ambientais de 2016 traduzem a manutenção do bom desempenho de todos os Complexos Industriais, nos vários domínios: ar, água, resíduos, energia e materiais. As emissões atmosféricas, em relação a 2015, traduziram-se em melhorias nas partículas e NOx, com aumento do SO2. Esta última situação será fortemente atenuada com a implementação do projeto PO3.

As melhorias processuais e a minimização de perdas permitiram uma diminuição de 47% na produção total de resíduos por tonelada de produto, face a 2010. É de salientar a manutenção da taxa de valorização de resíduos, nesta década, em níveis superiores a 80%.

O estudo de emissão de odores, iniciado em todos os Complexos Industriais da Navigator, em parceria com entidades externas acreditadas, irá permitir a minimização deste importante aspeto ambiental através da definição de ações de melhoria/mitigação.

3.6.5. INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Grupo é reconhecido pela sua aposta no desenvolvimento de produtos diferenciadores, não apenas em termos de qualidade intrínseca, mas também em termos de segmentação de consumidores, aspeto que continuou a merecer especial atenção durante o ano de 2016.

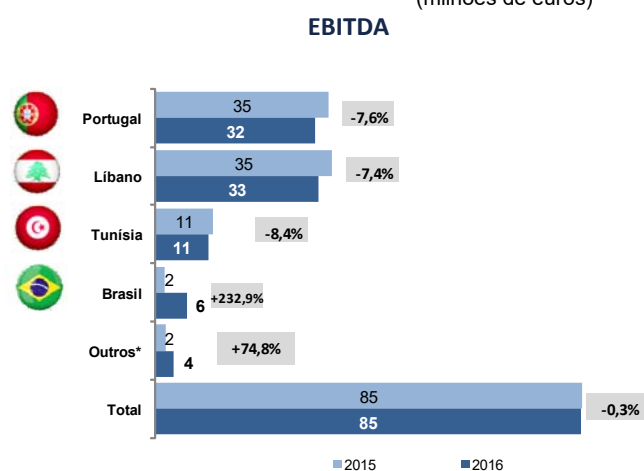
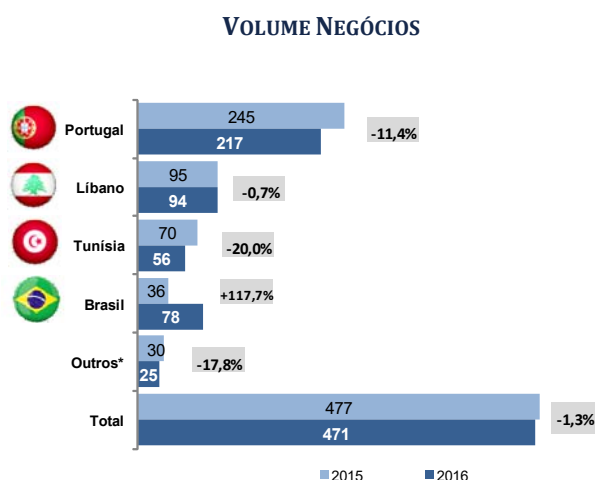
Em 2016, o Grupo manteve o investimento em investigação nas áreas florestal, pasta e papel, nomeadamente através dos projetos do RAIZ (Instituto de Investigação da Floresta e Papel), desenvolvidos em estreita cooperação com as respetivas áreas de atividade do Grupo e diversas entidades do sistema científico e tecnológico nacional e internacional.

4. ÁREA DE NEGÓCIOS DE CIMENTOS E DERIVADOS

4.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

| IFRS - valores acumulados (milhões de euros) | 2016 | 2015 | Var. |
|---|-------------------|-------------------|----------------------------|
| Volume de negócios | 470,5 | 476,7 | -1,3% |
| EBITDA | 85,1 | 85,4 | -0,3% |
| Margem EBITDA (%) | 18,1% | 17,9% | 0,2 p.p. |
| Amortizações e perdas por imparidade | (61,9) | (59,1) | -4,7% |
| Provisões (reforços e reversões) | 2,8 | (2,9) | 197,8% |
| EBIT | 26,1 | 23,4 | 11,2% |
| Margem EBIT (%) | 5,5% | 4,9% | 0,6 p.p. |
| Resultados financeiros líquidos | (37,2) | (41,7) | 10,8% |
| Resultados antes de impostos | (11,2) | (18,3) | 38,9% |
| Impostos sobre lucros | 5,1 | (3,7) | 237,7% |
| Lucros retidos do exercício | (6,1) | (21,9) | 72,3% |
| Atribuível aos acionistas da Secil | (18,0) | (25,3) | 28,8% |
| Atribuível a interesses não controlados (INC) | 11,9 | 3,4 | 253,8% |
| Cash-Flow | 53,0 | 40,0 | 32,4% |
| | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Dez16 vs. Dez15 |
| Capitais próprios (antes de INC) | 444,9 | 426,1 | 4,4% |
| Dívida líquida | 422,9 | 457,4 | -7,5% |

(milhões de euros)



* inclui Angola e Cabo Verde

Notas:

- Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efectuados na consolidação.
- A integração do Grupo Supremo nas demonstrações financeiras consolidadas em 2015 da Semapa, tendo em consideração que, a aquisição dos restantes 50% do Grupo que implicou a consolidação integral, ocorreu no final do mês de junho, teve o seguinte impacto: 50% dos resultados do 1º semestre foram integrados via aplicação do método da equivalência patrimonial, a posição de balanço foi consolidada integralmente (100%) a partir de 30 de junho de 2015 e os resultados do 2º semestre (julho a dezembro) foram igualmente consolidados integralmente (100%).

4.2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

| em 1 000 t | 2016 | 2015 | Var. |
|---------------------------------------|-------|-------|--------|
| Capacidade produtiva anual de cimento | 9.750 | 9.750 | 0,0% |
| Vendas | | | |
| Cimento cinzento | 4.988 | 4.731 | 5,4% |
| Cimento branco | 84 | 80 | 5,1% |
| Clinker | 418 | 482 | -13,1% |
| Inertes | 2.547 | 2.179 | 16,9% |
| Prefabricação em betão | 200 | 29 | 581,8% |
| Argamassas | 102 | 100 | 2,3% |
| Cal hidráulica | 24 | 26 | -6,8% |
| Cimento-cola | 16 | 15 | 5,4% |
| em 1 000 m ³ | | | |
| Betão-pronto | 1.214 | 1.389 | -12,6% |

4.3. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DE CIMENTOS E DERIVADOS

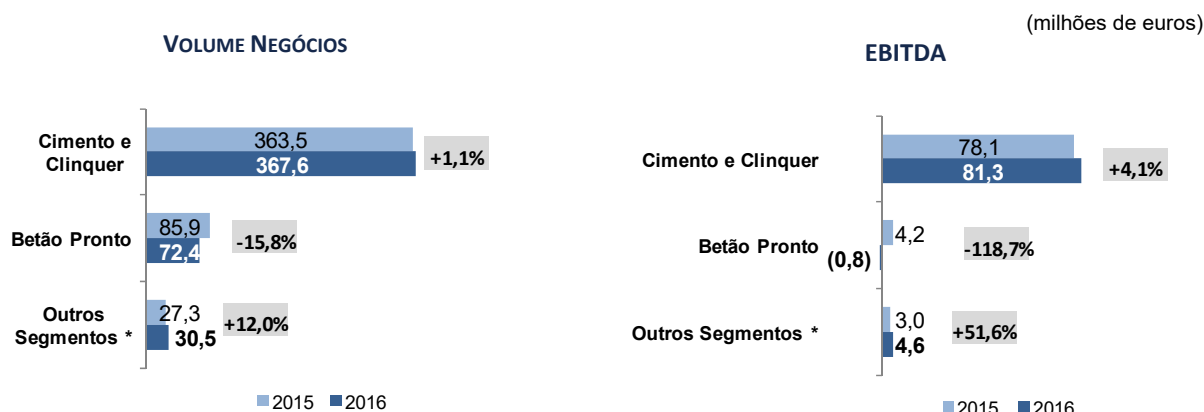
Em 2016, o volume de negócios da área de Cimentos foi de 470,5 milhões de euros, 1,3% abaixo do valor registado no ano anterior. A diminuição deveu-se maioritariamente ao decréscimo do volume de negócios do conjunto das operações desenvolvidas em Portugal e na Tunísia, apesar do aumento do volume de negócios do Brasil.

O EBITDA atingiu 85,1 milhões de euros, tendo decrescido cerca de 0,3 milhões de euros comparativamente ao ano de 2015. O decréscimo do EBITDA deveu-se maioritariamente às operações em Portugal, onde este indicador diminuiu 2,6 milhões de euros, e no Líbano, onde diminuiu igualmente 2,6 milhões de euros. Em 2016, a margem EBITDA situou-se nos 18,1%, 0,2 p.p. acima do observado no ano anterior.

Os resultados operacionais situaram-se em 26,1 milhões de euros, que comparam com 23,4 milhões de euros no ano anterior, em resultado da melhoria das provisões.

Os resultados financeiros registaram uma evolução positiva tendo passado de 41,7 milhões de euros negativos em 2015 para 37,2 milhões de euros negativos em 2016. Apesar da integração do Grupo Supremo, cujos custos de financiamento são elevados (devido à dimensão do investimento efetuado na nova fábrica de Adrianópolis e às elevadas taxas de juro praticadas no Brasil), estes resultados foram menos negativos, devido principalmente ao registo de diferenças de câmbio favoráveis de cerca de 4 milhões de euros.

Em 2016, o resultado líquido consolidado atingiu 18,0 milhões de euros negativos.



* Inclui Inertes, Argamassas e Pré-fabricados

O volume de negócios do segmento Cimento e Clínquer aumentou 1,1% face ao ano de 2015. O segmento Betão Pronto registou uma redução de 15,8%, devido sobretudo à finalização da obra do Túnel do Marão em Portugal. No caso do conjunto dos Outros Segmentos (Inertes, Argamassas e Pré-fabricados) registou-se um acréscimo face ao ano anterior, que se cifrou em 12,0%.

Em 2016, o EBITDA do segmento Cimento e Clínquer aumentou 4,1% face ao ano de 2015 e os Outros Segmentos cresceram 51,6%. O segmento do Betão Pronto passou a ter EBITDA negativo em resultado da redução do volume de negócios e do aumento dos custos de transporte.

4.4. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

4.4.1. PORTUGAL

4.4.1.1. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

Em Portugal, as projeções para a economia portuguesa no período 2016-2019, apontam para a continuação de um crescimento moderado da atividade económica, ligeiramente abaixo da evolução projetada para a Zona Euro. Após um crescimento do PIB em 2015 de 1,5%, estima-se um crescimento de 1,2% para 2016 (Banco de Portugal – Projeções para a economia portuguesa: 2016-2019). O índice de produção na construção (INE – Índices de Produção, Emprego e Remunerações na Construção – novembro de 2016) diminuiu 2%, em termos homólogos, em novembro de 2016.

De acordo com os dados disponíveis, o consumo de cimento em Portugal Continental terá registado uma variação homóloga negativa de 3,6%, estimando-se que o mercado tenha atingido cerca de 2,7 milhões de toneladas.

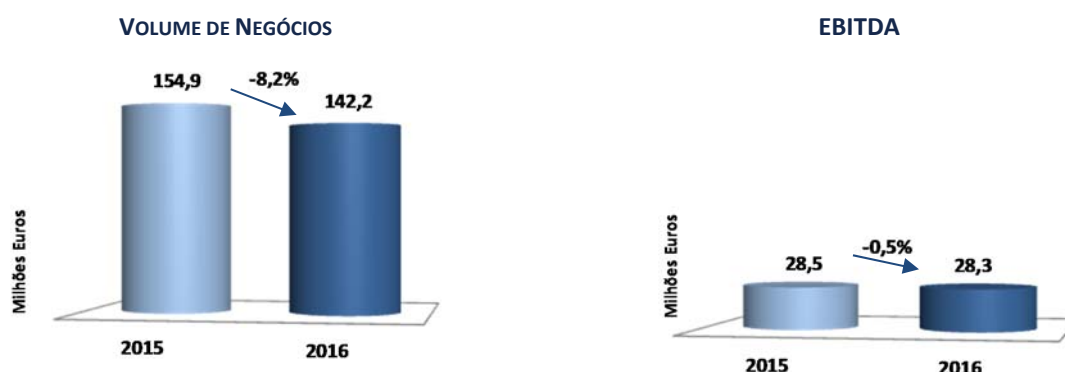
Neste enquadramento, o Grupo Secil apresentou os seguintes indicadores globais da atividade desenvolvida em Portugal nos exercícios de 2016 e 2015:

| Portugal (milhões de euros) | Volume de Negócios | | | EBITDA | | | Unid. | Quantidades Vendidas | | |
|--------------------------------|--------------------|--------------|---------------|-------------|-------------|--------------|----------|----------------------|-------|--------|
| | 2016 | 2015 | Var. | 2016 | 2015 | Var. | | 2016 | 2015 | Var. |
| Cimento e Clínquer | 142,2 | 154,9 | -8,2% | 28,3 | 28,5 | -0,5% | 1.000 t | 2.085 | 2.346 | -11,1% |
| Betão Pronto | 46,0 | 64,4 | -28,5% | -0,6 | 3,3 | -119,0% | 1.000 m3 | 737 | 1.027 | -28,3% |
| Inertes | 12,8 | 12,0 | 7,3% | 2,3 | 1,4 | 61,9% | 1.000 t | 2.437 | 2.096 | 16,3% |
| Argamassas | 11,6 | 10,8 | 7,1% | 2,5 | 1,9 | 33,0% | 1.000 t | 143 | 141 | 1,0% |
| Pré-fabricados | 4,2 | 2,5 | 68,7% | -0,1 | 0,1 | -205,9% | 1.000 t | 188 | 20 | 832,6% |
| Outros | 0,6 | 1,0 | -35,6% | -0,4 | -0,5 | 23,8% | | | | |
| Total | 217,5 | 245,5 | -11,4% | 32,0 | 34,6 | -7,6% | | | | |

4.4.1.2. CIMENTO E CLÍNQUER

De acordo com os dados disponíveis, o consumo de cimento em Portugal Continental terá registado uma variação homóloga negativa de 3,6%, estimando-se que o mercado tenha atingido cerca de 2,7 milhões de toneladas. Apesar de ter ocorrido um desagravamento no segundo semestre, este não foi suficiente para recuperar os consumos mais baixos, registados no início do ano. O setor das obras públicas foi o principal responsável pelo decréscimo verificado.

INDICADORES



Na unidade de negócio de Cimento em Portugal, que inclui as vendas efetuadas em Portugal e exportações, apesar do incremento das quantidades vendidas no mercado interno de 4,4% face a 2015, as quantidades vendidas para exportação foram menores em cerca de 21,6% face ao ano anterior. Assim, a unidade como um todo teve um decréscimo do volume de negócios de 8,2%, atingindo 142,2 milhões de euros em 2016. Esta evolução deveu-se maioritariamente à evolução negativa das atividades de exportação de cimento e de clínquer, fruto do excesso de oferta no Mediterrâneo e da diminuição da procura por parte dos países dependentes das receitas de combustíveis fósseis, nomeadamente a Argélia.

A unidade de negócio de Cimento em Portugal atingiu um EBITDA de 28,3 milhões de euros, valor ligeiramente abaixo do registado em 2015. Este decréscimo de atividade foi parcialmente compensado pelas vendas de licenças de CO₂ (em 2016 foram registados 3,6 milhões de euros de proveitos, quando em 2015 haviam sido registados cerca de 1,6 milhões de euros) e pela redução dos custos de produção, destacando-se os custos com a energia térmica cuja redução teve um impacto significativo na estrutura de custos, tendo sido influenciados positivamente pela redução global dos custos dos combustíveis. Também a otimização do mix de combustíveis alternativos permitiu a obtenção de uma maior taxa de substituição de combustíveis fósseis.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Durante o ano de 2016, a produção de cimento nas fábricas do Grupo Secil em Portugal atingiu 1.804 mil toneladas, o que representou uma redução de 9,6% face a 2015, refletindo a diminuição da procura nos mercados de exportação.

Produção de Cimento

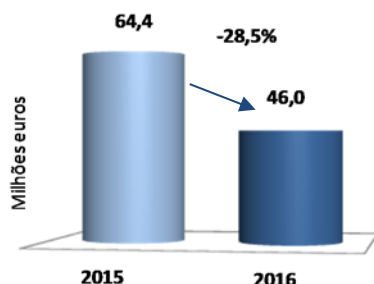
| | | 2016 | 2015 | Var. |
|------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|
| Cimento Cinzento | 1.000 t | 1.716 | 1.913 | -10,3% |
| Cimento Branco | 1.000 t | 88 | 82 | 7,3% |
| Total | 1.000 t | 1.804 | 1.995 | -9,6% |

INVESTIMENTO

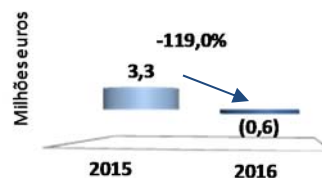
O investimento em ativos fixos tangíveis em Portugal totalizou 30,4 milhões de euros. A maior parte destes investimentos foram realizados na área do Cimento. Destacam-se os investimentos efetuados na substituição de arrefecedores dos fornos do Outão, beneficiação das instalações de CDR's no Outão e melhoramentos na moagem de cru da Maceira e Outão.

4.4.1.3. Betão-Pronto

VOLUME DE NEGÓCIOS



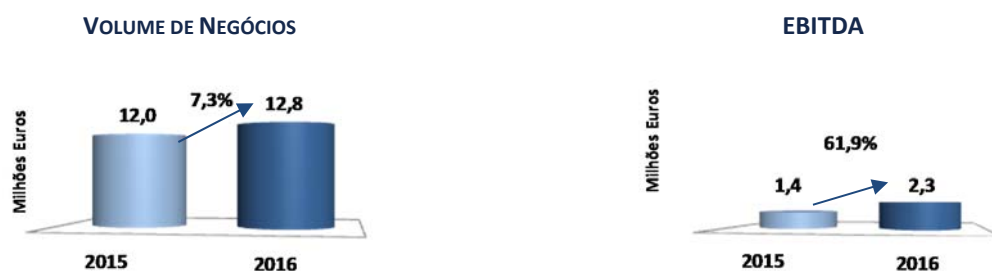
EBITDA



A unidade de negócio de Betão Pronto alcançou, em 2016, um volume de negócios de 46,0 milhões de euros, que representou um decréscimo de 28,5% relativamente ao ano 2015, em resultado da diminuição das quantidades vendidas devido ao término da obra do Túnel do Marão. Desconsiderando o efeito Túnel do Marão, apesar das vendas no primeiro trimestre de 2016 terem registado uma diminuição face ao período homólogo (em virtude das condições climáticas), registou-se uma recuperação nos trimestres seguintes, o que permitiu que as vendas de 2016 fossem superiores em cerca de 4% às de 2015.

O EBITDA desta unidade de negócio cifrou-se em cerca de 0,6 milhões de euros negativos, o que compara com 3,3 milhões de euros positivos no ano anterior. A redução do EBITDA deveu-se à diminuição do volume de negócios e ao aumento dos custos com transporte.

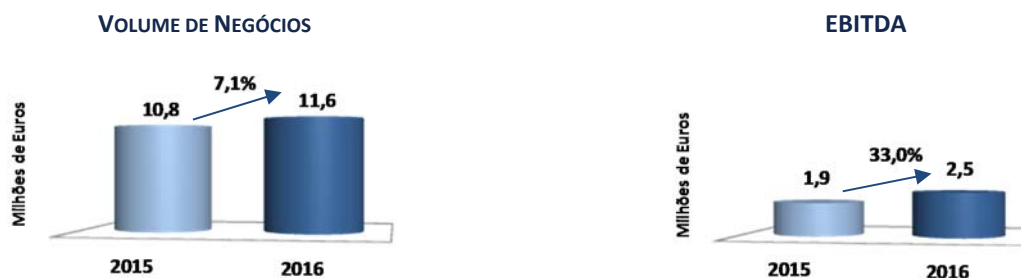
4.4.1.4. INERTES



A unidade Inertes registou um crescimento da sua atividade, tendo as vendas em quantidade aumentado 16,3%, fruto de uma maior dinâmica em todas as regiões de atuação, em especial na região de Lisboa e do Algarve, onde as obras de requalificação rodoviária registaram um crescimento significativo. A região Norte foi a que teve uma dinâmica mais baixa, em 2016, devido à conclusão da obra do Túnel do Marão. O volume de negócios cifrou-se em 12,8 milhões de euros, um aumento de cerca de 7,3% face ao ano anterior.

O aumento das quantidades vendidas e a redução dos custos operacionais permitiram que esta unidade tenha atingido um EBITDA de 2,3 milhões de euros, superior em 61,9% ao registado no período homólogo.

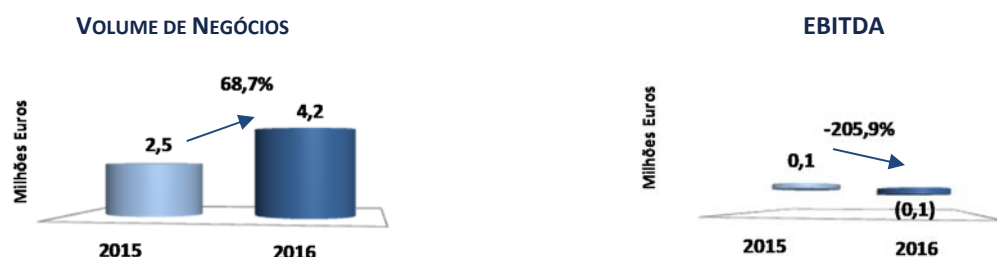
4.4.1.5. ARGAMASSAS



A atividade na unidade Argamassas, foi marcada pelo aumento dos volumes de vendas no mercado interno (+2,7%) e diminuição no mercado externo (-12,7%). A nível internacional o ano apresentou alguns desafios, nomeadamente no principal mercado, o Reino Unido. No entanto, o volume de negócios registou um aumento de 7,1%, atingindo os 11,6 milhões de euros, devido ao mix de produtos mais favorável.

Em resultado do aumento do volume de negócios pela venda de produtos mais valorizados, o EBITDA cresceu 33%, tendo-se cifrado em 2,5 milhões de euros.

4.4.1.6. PRÉ-FABRICAÇÃO EM BETÃO



A Secil Prebetão passou a partir de julho de 2016 a ser consolidada integralmente, com um impacto de 2,3 milhões de euros no volume de negócios e no EBITDA de 140 mil euros negativos.

A unidade de Pré-fabricados, que tem sido a mais afetada pela quebra contínua do mercado e pela degradação do desempenho comercial dos últimos anos, registou uma evolução negativa da sua atividade de venda de telhas e de blocos, face a 2015. As vendas de telhas diminuíram no mercado externo (-2%) e no mercado interno (-15%), e as vendas de blocos decresceram -12%.

O EBITDA de 2016 foi negativo em 13 mil euros, abaixo dos 77 mil euros positivos de 2015.

4.4.2. LÍBANO

4.4.2.1. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

O Líbano continua a sofrer o impacto da desaceleração global e da instabilidade regional, em particular da situação vivida na Síria. A situação política manteve-se relativamente instável durante o ano de 2016, apesar de alguns desenvolvimentos positivos com a eleição de um novo presidente e a formação de um governo no final do ano. Apesar desta situação, é expectável um crescimento modesto da economia. De acordo com os últimos dados publicados pelo FMI, a economia libanesa deverá crescer 1% em 2016, à semelhança do que sucedeu em 2015 (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2016).

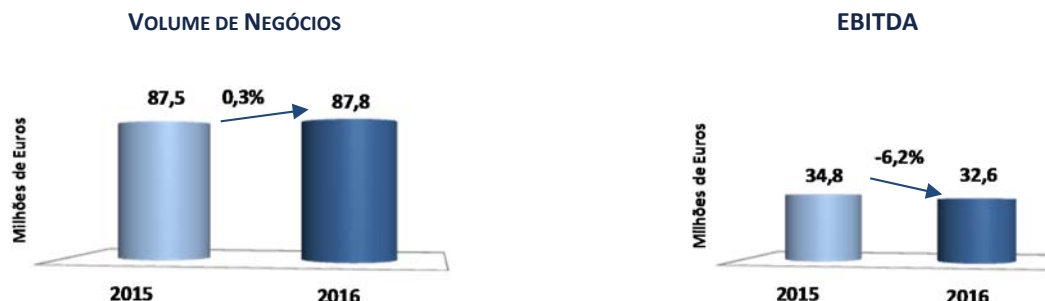
No que respeita ao consumo de cimento em 2016, o mercado cresceu 4,3% face a 2015, tendo atingido as 5,3 milhões de toneladas. Este crescimento do consumo de cimento deveu-se a condições climáticas mais favoráveis que as verificadas em 2015 (no primeiro trimestre de 2015 as condições climáticas foram bastante adversas) e à conclusão de alguns projetos que haviam transitado de 2015. Contudo, o consumo diminuiu durante o 4º trimestre de 2016.

Os indicadores globais da atividade desenvolvida no Líbano pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2016 e 2015, apresentaram a seguinte evolução:

| Líbano (milhões de euros) | Volume de Negócios | | | EBITDA | | | Unid. | Quantidades Vendidas | | |
|------------------------------|--------------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|----------|----------------------|-------|-------|
| | 2016 | 2015 | Var. | 2016 | 2015 | Var. | | 2016 | 2015 | Var. |
| Cimento e Clinquer | 87,8 | 87,5 | 0,3% | 32,6 | 34,8 | -6,2% | 1.000 t | 1.116 | 1.134 | -1,6% |
| Betão Pronto | 6,6 | 7,6 | -12,2% | 0,1 | 0,5 | -87,5% | 1.000 m3 | 107 | 113 | -5,2% |
| Total | 94,4 | 95,1 | -0,7% | 32,7 | 35,3 | -7,4% | | | | |

4.4.2.2. CIMENTO E CLÍNQUER

INDICADORES



As vendas de Cimento e Clínquer totalizaram 1.116 mil toneladas, tendo decrescido 1,6% face ao ano anterior. O ambiente competitivo no mercado tem sido desafiante, com reflexo nos preços médios de venda em moeda local, que diminuiriam cerca de 2,6%. O volume de negócios cresceu 0,3%, alcançando 87,8 milhões de euros.

A unidade de Cimento atingiu um EBITDA de 32,6 milhões de euros, 6,2% abaixo do registado no ano anterior. Esta redução deveu-se à diminuição das quantidades vendidas, ao aumento da competitividade, a pressão sobre os preços de venda e à necessidade de compra de cimento a terceiros para venda, parcialmente compensados pela redução dos custos de produção.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

A produção de clínquer registou um nível inferior à produção de 2015, tendo sido produzidas 871 mil toneladas (vs. 1.007 mil toneladas em 2015). Esta redução deveu-se à paragem programada da linha 2 para instalação do filtro de mangas durante o primeiro trimestre de 2016. Devido a algumas restrições na produção de cimento (paragens da principal moagem de cimento), as produções de cimento foram inferiores às do período homólogo de 2015, tendo sido produzidas 1.103 mil toneladas (vs. 1.162 mil toneladas de cimento em 2015).

INVESTIMENTO

Os investimentos em 2016 totalizaram 3,4 milhões de euros, destacando-se a conclusão da instalação do filtro de mangas na linha 2 (que havia sido iniciada no final de 2015 e cujo valor de investimento em 2016 ascendeu a 1,3 milhões de euros) e a modificação do silo de mistura de matérias-primas (420 mil euros).

4.4.2.3. BETÃO-PRONTO



O volume de negócios de Betão em 2016 decresceu 12,2%, atingindo 6,6 milhões de euros, tendo apresentado um desempenho abaixo do verificado no período homólogo, resultante da redução das quantidades vendidas em cerca de 5,2% e da quebra do preço de venda. O mercado do betão continuou muito competitivo, com principal incidência nas áreas de atuação desta unidade, e com reflexo nos preços de venda que decresceram cerca de 8% em moeda local.

O valor EBITDA desta unidade atingiu os 65 mil euros, uma diminuição de 87,5% comparativamente a 2015. Esta redução deveu-se à diminuição do volume de negócios, que foi parcialmente compensada pela diminuição dos custos com manutenção e com combustíveis, e ao registo de imparidades para clientes.

4.4.3. TUNÍSIA

4.4.3.1. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

Na Tunísia, após o fim do processo de transição política, permanece por concluir a transformação económica necessária para garantir um crescimento sustentado. De acordo com os últimos dados publicados pelo FMI, a economia tunisina deverá ter crescido 1,5% em 2016, crescimento superior ao verificado em 2015 de 0,8% (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2016).

Esta situação de incerteza afetou o consumo de cimento, que decresceu cerca de 4% em 2016, face ao ano anterior. A concorrência no mercado tunisino tem vindo a intensificar-se, existindo um elevado número de concorrentes e uma forte pressão sobre os preços de venda, tendo-se assistido a uma quebra dos mesmos. Esta concorrência sentiu-se também nas exportações, acentuada pelo fecho da fronteira da Líbia em algumas ocasiões e pela limitação das exportações de cimento da Tunísia para a Argélia.

Os indicadores globais da atividade desenvolvida na Tunísia pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2016 e 2015, apresentaram a seguinte evolução:

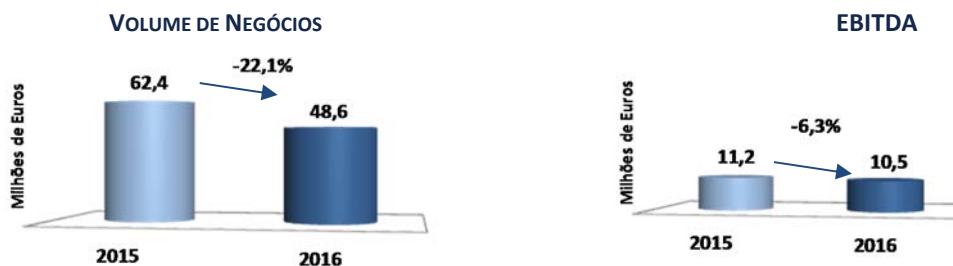
| Tunísia (milhões de euros) | Volume de Negócios | | | EBITDA | | | Unid. | Quantidades Vendidas | | |
|-------------------------------|--------------------|-------------|---------------|-------------|-------------|--------------|----------|----------------------|-------|--------|
| | 2016 | 2015 | Var. | 2016 | 2015 | Var. | | 2016 | 2015 | Var. |
| Cimento e Clinquer | 48,6 | 62,4 | -22,1% | 10,5 | 11,2 | -6,3% | 1.000 t | 962 | 1.139 | -15,5% |
| Betão Pronto | 7,1 | 7,4 | -3,9% | 0,0 | 0,3 | -90,0% | 1.000 m3 | 154 | 147 | 4,7% |
| Pré-fabricados | 0,3 | 0,2 | 24,5% | 0,0 | 0,0 | -86,8% | 1.000 t | 11 | 8 | 40,2% |
| Total | 56,0 | 70,0 | -20,0% | 10,5 | 11,5 | -8,4% | | | | |

4.4.3.2. CIMENTO E CLÍNQUER

A performance comercial do segmento Cimento e Clinquer decresceu face 2015, e as vendas em quantidade diminuíram 15,5%. Nas vendas no mercado interno, em resultado da diminuição do mercado e da pressão sobre o preço de venda, estas decresceram cerca de 6,2%. Apesar da forte concorrência, os preços desta unidade cresceram cerca de 1,7% no mercado interno comparativamente a 2015, sendo que parte deste crescimento deveu-se ao mix de produtos.

No caso das exportações, as vendas também diminuíram face a 2015, tendo decrescido 43,2%. Esta redução deveu-se a algumas limitações à importação por parte da Argélia e ao encerramento da fronteira da Líbia por diversas vezes. No mercado de exportação os preços de venda estão em baixa, devido às limitações anteriormente referidas e ao aumento da concorrência (em resultado da situação no mercado interno), o que também condicionou as vendas desta unidade.

INDICADORES



O volume de negócios decresceu cerca de 22,1% tendo-se cifrado em 48,6 milhões de euros, em virtude da diminuição do volume de negócios no mercado interno e, em especial, no externo.

Em 2016, o EBITDA cifrou-se em 10,5 milhões de euros, um decréscimo de cerca de 6,3% face ao ano anterior.

A performance da produção em 2016 foi superior à de 2015. Os custos variáveis de produção de clínquer e de cimento diminuíram face ao período homólogo. A diminuição dos custos com energia térmica, em resultado da baixa global dos custos dos combustíveis, teve um impacto significativo na redução dos custos de produção. Também os custos com energia elétrica registaram um decréscimo, devido à diminuição dos consumos específicos e do preço da energia. O preço da energia elétrica na Tunísia registou uma redução muito significativa no mês de junho, o que também produziu efeitos muito positivos nos custos de produção no terceiro e quarto trimestre.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

A produção de clínquer foi inferior à realizada em 2015, devido à diminuição da produção de cimento, em resultado da quebra das vendas de cimento.

INVESTIMENTO

Os investimentos ascenderam a 2,2 milhões de euros, valor semelhante ao de 2015, destinados essencialmente para investimentos de substituição e de higiene e segurança.

4.4.3.3. BETÃO-PRONTO E PRÉ-FABRICAÇÃO EM BETÃO



A unidade Betão e Pré-fabricados registou um desempenho inferior ao verificado em 2015. No que respeita às vendas em quantidade, as vendas de betão cresceram 4,7%, no entanto, o aumento da concorrência levou a uma ligeira quebra dos preços de venda. O volume de negócios foi inferior ao de 2015, no entanto este encontra-se influenciado negativamente pela desvalorização do dinar tunisino face ao euro em cerca de 500 mil euros.

O EBITDA desta unidade cifrou-se em 29 mil euros, valor inferior ao do período homólogo, em resultado da diminuição da margem EBITDA, devido ao aumento dos preços de compra de algumas matérias-primas, custos com transporte e ao registo de algumas imparidades para clientes.

4.4.4. BRASIL²

Com vista a permitir uma análise comparativa mais adequada, apresentam-se de forma autónoma os principais indicadores económico-financeiros do Grupo Supremo.

| IFRS - valores acumulados (milhões de euros) | 2016 | 2015 | Var. |
|---|-------------------|-------------------|----------------------------|
| Volume de negócios | 77,6 | 60,0 | 29,3% |
| EBITDA | 6,4 | (1,4) | >100% |
| Margem EBITDA (%) | 8,2% | -2,3% | 10,5 p.p. |
| Amortizações e perdas por imparidade | (11,6) | (7,0) | -66,4% |
| Provisões (reforços e reversões) | (0,2) | (0,2) | 17,4% |
| EBIT | (5,4) | (8,6) | 37,0% |
| Margem EBIT (%) | -7,0% | -14,3% | 7,3 p.p. |
| Resultados financeiros líquidos | (16,2) | (25,5) | 36,5% |
| Resultados antes de impostos | (21,6) | (34,1) | 36,6% |
| Impostos sobre lucros | 3,4 | 9,6 | -64,4% |
| Lucros retidos do exercício | (18,2) | (24,4) | 25,7% |
| Atribuível aos accionistas da Supremo | (18,2) | (24,4) | 25,7% |
| Atribuível a interesses não controlados (INC) | - | - | |
| Cash-Flow | -6,4 | -17,2 | 63,0% |
| | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Dez16 vs. Dez15 |
| Capitais Próprios (antes de IM) | 176,2 | 151,1 | 16,6% |
| Dívida Líquida | 146,7 | 121,0 | 21,2% |

4.4.4.1. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

Para o Brasil, nas suas projeções mais recentes, o FMI aponta para uma retração de 3,5% da economia em 2016 (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2016).

A economia brasileira continuou a ser fortemente afetada pela instabilidade política, pelos ajustamentos fiscais e pelo aparecimento de uma série de processos/investigação mediáticas. A conjugação destes acontecimentos provocou uma grande incerteza sobre a evolução económica, dificultando a gestão das expectativas.

Neste contexto, o setor da construção foi naturalmente afetado, tendo-se registado uma redução das obras e projetos, com impacto no consumo de cimento. As informações mais recentes (SNIC – janeiro 2017) acerca do mercado de cimento no Brasil, apontam para uma queda do mercado em 2016 em torno de 11,7%, face a 2015. No sul do Brasil, que é o principal mercado do Grupo Supremo, o decréscimo foi de 5,8%.

² A integração do Grupo Supremo nas demonstrações financeiras consolidadas do ano 2015 da Semapa, tendo em consideração que, a aquisição dos restantes 50% do Grupo que implicou a consolidação integral, ocorreu no final do mês de junho, teve o seguinte impacto: 50% dos resultados do primeiro semestre foram integrados via aplicação do método da equivalência patrimonial, a posição de balanço foi consolidada integralmente (100%) a partir de 30 de junho de 2015 e os resultados do 2º semestre (julho a dezembro) foram igualmente consolidados integralmente (100%).

4.4.4.2. CIMENTO, CLÍNQUER E BETÃO PRONTO

INDICADORES

| Brasil (milhões de euros) | Volume de Negócios | | | EBITDA | | | Unid. | Quantidades Vendidas | | |
|------------------------------|--------------------|-------------|--------------|------------|-------------|---------------|----------------------|----------------------|------|-------|
| | 2016 | 2015 | Var. | 2016 | 2015 | Var. | | 2016 | 2015 | Var. |
| Cimento e Clínquer | 64,9 | 46,0 | 41,0% | 6,6 | -1,7 | 483,2% | 1.000 t | 1.132 | 716 | 58,0% |
| Betão Pronto | 12,7 | 14,0 | -9,1% | -0,3 | 0,4 | -171,5% | 1.000 m ³ | 216 | 215 | 0,6% |
| Total | 77,6 | 60,0 | 29,3% | 6,4 | -1,4 | 566,9% | | | | |

Em 2016, o conjunto das operações desenvolvidas pelo Grupo Supremo gerou um volume de negócios de 77,6 milhões de euros, dos quais 64,9 milhões de euros de cimento e clínquer e 12,7 milhões de euros de betão pronto. De notar que só no final de abril de 2015 entrou em produção a fábrica de Adrianópolis e, consequentemente se verificou um aumento do volume médio diário de vendas. Em 2016, apesar do decréscimo do mercado, a unidade conseguiu aumentar significativamente as suas vendas, tendo sido vendidas 1.132 mil toneladas de cimento e clínquer e 216,3 mil m³ de betão pronto.

Não obstante o arranque da nova fábrica ter decorrido com sucesso, os preços de venda apresentaram um comportamento negativo em 2016, tendo sido afetados pela forte concorrência. A retração do mercado, aliada ao aumento de capacidade de um dos concorrentes fez aumentar a concorrência, tendo provocado uma redução de preços. O preço médio de venda decresceu cerca de 8% comparativamente a 2015, que não pode deixar de se refletir na margem EBITDA.

Em 2016, o EBITDA atingiu 6,4 milhões de euros, o que compara com o valor negativo de 1,4 milhões de euros no ano anterior. Com a entrada em funcionamento da fábrica de Adrianópolis, os custos de produção variáveis diminuíram significativamente, devido aos melhores consumos térmicos e elétricos do novo equipamento. Verificou-se uma redução dos custos variáveis de produção de cimento (embora não possam ser diretamente comparáveis, devido à nova gama de produtos, quando em comparação com o ano anterior) devido à redução dos custos de aquisição de combustíveis e ações de controlo dos custos. Os custos fixos tiveram um aumento face a 2015, devido à maior dimensão das operações no Brasil, quer pelo reforço da equipa comercial, abertura de novos centros de distribuição e aos custos fixos relacionados com uma nova unidade industrial.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

As produções de clínquer e cimento no Brasil foram substancialmente superiores às de 2015. A nova fábrica arrancou em Abril de 2015, pelo que os valores não são comparáveis, tendo sido o ano de 2016 o primeiro ano completo de atividade da nova fábrica. A fábrica de Adrianópolis apresentou uma boa performance industrial, os consumos energéticos (térmicos e elétricos) ficaram abaixo do ano anterior, o que também permitiu manter os custos variáveis em níveis mais baixos.

INVESTIMENTO

Os investimentos em 2016 totalizaram 4,9 milhões de euros, destacando-se a conclusão das obras da fábrica, a aquisição de duas centrais de betão (com o objetivo de alargar os canais de venda de cimento), a abertura de oito centros de distribuição de cimento e do centro estratégico de Curitiba.

4.4.5. ANGOLA

4.4.5.1. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

De acordo com o FMI, a economia Angolana em 2016 não deve registar qualquer crescimento (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2016). Dada a elevada dependência da economia das receitas provenientes do setor petrolífero, esta situação está a condicionar o desempenho económico e a refletir-se nas principais variáveis económicas e financeiras. O ano de 2016 ficou marcado pela continuação da desvalorização do Kwanza, pela subida da inflação (que deverá ter atingido os 33,7% de acordo com o FMI) e pelas dificuldades nos pagamentos ao estrangeiro.

Os indicadores globais da atividade desenvolvida em Angola pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2016 e 2015, apresentaram a seguinte evolução:

| Angola (milhões de euros) | Volume de Negócios | | | EBITDA | | | Unid. | Quantidades Vendidas | | |
|------------------------------|--------------------|-------------|---------------|------------|------------|--------------|---------|----------------------|------|--------|
| | 2016 | 2015 | Var. | 2016 | 2015 | Var. | | 2016 | 2015 | Var. |
| Cimento e Clínquer | 19,1 | 24,2 | -20,8% | 2,4 | 1,4 | 72,1% | 1.000 t | 155 | 200 | -22,6% |
| Total | 19,1 | 24,2 | -20,8% | 2,4 | 1,4 | 72,1% | | | | |

4.4.5.2. CIMENTO E CLÍNQUER

O mercado Angolano de cimento não passou imune a estas dificuldades e apresentou em 2016 um decréscimo, face ao ano anterior, de cerca de 25,5%, tendo atingido aproximadamente 3,9 milhões de toneladas. Este decréscimo é justificado pela paragem de um grande número não só de obras públicas, mas também do setor da construção privada, que se ressentiu devido ao aumento generalizado dos preços dos bens de consumo corrente.

Os produtores nacionais de cimento foram afetados por esta situação, a desvalorização da moeda teve impactos no custo de importação de clínquer, bem como de todos os materiais e serviços de origem externa. A redução das disponibilidades cambiais criou dificuldades nos pagamentos ao estrangeiro, tendo exposto as empresas a perdas cambiais.

INDICADORES



As quantidades vendidas de cimento decresceram 22,6% face ao período homólogo, tendo sido vendidas 154,7 mil toneladas de cimento. Esta diminuição deveu-se à retração do mercado, dadas as condições da economia angolana atrás mencionadas. O volume de negócios atingiu um total de 19,1 milhões de euros, uma diminuição de 20,8% comparativamente com o ano anterior. Esta diminuição está impactada negativamente pela desvalorização cambial do Kwanza face ao Euro, no montante de 6,9 milhões de euros. Desconsiderando o referido efeito cambial, o volume de negócios teria sido superior em 5,7% ao verificado em 2015, uma vez que o preço de venda registou um aumento significativo (+44,8%), permitindo compensar o decréscimo das quantidades.

O Grupo tem feito um esforço significativo na redução do total de custos, estando a ser efetuada uma adaptação da estrutura fabril. Os custos fixos registaram um decréscimo, devido à redução dos custos com pessoal, em resultado da diminuição do número de Colaboradores. Esta melhoria permitiu compensar o aumento dos custos variáveis unitários que subiram por via do: i) incremento do custo da importação de clínquer (em resultado da desvalorização do Kwana); e, ii) aumento significativo do custo da energia elétrica e dos combustíveis.

O efeito combinado dos fatores atrás descritos resultou numa melhoria no valor do EBITDA, que atingiu 2,4 milhões de euros em 2016, face a 1,4 milhões de euros no ano anterior.

INVESTIMENTO

Os investimentos do ano 2016 totalizaram 120 mil euros, o que representa uma redução de 82% face a 2015, não tendo sido efetuados investimentos relevantes.

4.5. RECURSOS E FUNÇÕES DE SUPORTE

4.5.1. SUSTENTABILIDADE

A Sustentabilidade é um dos vetores estratégicos na gestão do Grupo Secil, daí o empenhamento na participação na CSI – Cement Sustainability Initiative, no âmbito do WBCSD – World Business Council for Sustainability Development, nomeadamente nos trabalhos de redefinição dos objetivos prioritários e da estrutura mais adequada à sua realização, no âmbito do rejuvenescimento da CSI.

Saliente-se ainda a participação na elaboração e o apoio expresso do CEO da Secil ao documento Low Carbon Partnership Initiative para o setor cimenteiro, contribuição no âmbito do WBCSD para os Acordos de Paris.

Ao nível do Portugal Cimento destacam-se as seguintes ações:

- A taxa de substituição de combustíveis alternativos aumentou para os 47%, permitindo a continuação da substituição de combustíveis fósseis;
- A taxa de incorporação de clínquer no cimento foi de 74,9%, valor ligeiramente abaixo dos 75,5% registados em 2015;
- O valor das emissões específicas de CO₂ reduziu de 620 kg de CO₂ por tonelada de produtos cimentícios em 2015, para 601 kg de CO₂ por tonelada de produtos cimentícios, sendo mesmo inferior ao objetivo estipulado (629 kg de CO₂ por tonelada de produtos cimentícios), refletindo a redução da taxa de incorporação de clínquer no cimento e a redução do fator de emissão específico registado na fábrica da Secil-Outão;
- As emissões de CO₂ do conjunto das 3 fábricas mantiveram-se inferiores às licenças atribuídas pelo Governo Português no âmbito das NIM's – Medidas de Implementação Nacional para a Atribuição de Alocações 2013-2020.

4.5.2. AMBIENTE

A indústria cimenteira tem demonstrado o seu compromisso com a redução de emissões de CO₂, tendo sido o primeiro setor a apresentar um roteiro de evolução consonante com os objetivos de uma economia de baixo carbono (Cement Technology Roadmap – Carbon emissions reductions up to 2050), publicação conjunta da Cement Sustainability Initiative (CSI) e da International Energy Agency (IEA), em 2009.

Posteriormente, em 2013, a associação da indústria cimenteira Europeia (CEMBUREAU) publicou o roteiro do setor cimenteiro Europeu, designado “The role of Cement in the 2050 Low Carbon Economy”.

A Secil participou ativamente na elaboração dos dois documentos na qualidade de membro da CSI e da CEMBUREAU.

Neste último roteiro mencionado, a CEMBUREAU propôs uma redução de emissões de CO₂ de 32%, relativamente ao nível de emissões de 1990, através de tecnologias convencionais já provadas, redução essa que pode ser potencialmente aumentada para 80%, a partir do momento em que seja viável técnica e economicamente a adoção de tecnologias de rotura, como a Captura do Carbono - Carbon Capture and Storage/Use (CCS/U).

Em julho de 2015 a Comissão Europeia (CE) apresentou uma proposta de revisão da Diretiva reguladora do Mercado Europeu de Carbono (EU-ETS), a qual terá que ser aprovada em co-decisão pelo Parlamento Europeu e Conselho Europeu.

A EU-ETS deveria constituir uma medida de incentivo ao investimento, crescimento e criação de postos de trabalho, permitindo que setores, como o cimenteiro, avancem com soluções inovadoras para a construção da Europa do amanhã, pelo que a proposta apresentada deveria salvaguardar a proteção das instalações mais eficientes à exposição no mercado europeu da concorrência de fabricantes não europeus, não sujeitos a restrições equitativas de redução de emissões de CO₂, bem como promover a competitividade dos fabricantes europeus no mercado de exportação para fora da Europa. Para tal, deveria assegurar o estabelecimento de taxas de redução de emissões tecnicamente viáveis, assegurando simultaneamente um preço de energia suportável.

Ora, a proposta apresentada pela CE não contempla estas duas situações e, a não ser alterada, vai induzir custos acrescidos indevidos às instalações mais eficientes que podem atingir os 30% do Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Em 2016, esta proposta foi apreciada pelo PE e pelo Conselho Europeu, tendo o PE aprovado emendas em 15 de fevereiro de 2017 e o Conselho aprovou as suas emendas no Conselho Europeu de Ministros do Ambiente, realizada no dia 28 de fevereiro de 2017. Seguir-se-á a discussão entre as três entidades: Conselho Europeu, Parlamento Europeu e Comissão Europeia. Ao que sabemos, a CE também estará disponível para discutir detalhes da proposta, pelo que a Secil assumirá o compromisso da defesa de uma revisão justa e realista em todas as instâncias necessárias, quer isoladamente, quer como membro da ATIC e da CEMBUREAU.

No entanto, recordamos que no seguimento dos Acordos de Paris é expectável que as condições de negociação sejam ainda agravadas para os setores abrangidos pela EU-ETS quando, no nosso entender, deveriam ser aumentados os esforços a fazer pelos setores não abrangidos pela EU-ETS, nomeadamente no setor da eficiência carbónica dos edifícios e infra-estruturas, onde a indústria cimenteira pode contribuir decisivamente, através de soluções de construção em betão, de sustentabilidade comprovada.

4.6. ORGANIZAÇÃO

Em 2016 foi dada continuidade à priorização da otimização e melhoria da eficiência dos processos. À semelhança de anos anteriores, o aumento da eficiência continuou a ser uma das principais prioridades e foco do Grupo em todas as suas localizações. As unidades deram continuidade a uma série de iniciativas que haviam sido lançadas em anos anteriores, e foram definidos em 2016 um conjunto de projetos estruturantes (alguns dos quais transversais às diferentes localizações), sempre com o objetivo de melhorar a rentabilidade e tornar os processos mais eficientes.

5. ÁREA DE NEGÓCIOS DE AMBIENTE

5.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

| IFRS - valores acumulados (milhões de euros) | 2016 | 2015 | Var. |
|---|-------------------|-------------------|----------------------------|
| Volume de negócios | 26,7 | 27,6 | -3,3% |
| EBITDA | 6,9 | 8,1 | -14,7% |
| Margem EBITDA (%) | 25,8% | 29,2% | -3,4 p.p. |
| Amortizações e perdas por imparidade | (2,9) | (3,0) | 0,6% |
| Provisões (reforços e reversões) | - | (0,1) | 100,0% |
| EBIT | 4,0 | 5,0 | -21,1% |
| Margem EBIT (%) | 14,8% | 18,1% | -3,3 p.p. |
| Resultados financeiros líquidos | (0,6) | (0,9) | 26,8% |
| Resultados antes de impostos | 3,3 | 4,2 | -19,9% |
| Impostos sobre Lucros | (0,4) | (0,4) | 7,0% |
| Lucros retidos do exercício | 3,0 | 3,8 | -21,3% |
| Atribuível aos acionistas da ETSA | 3,0 | 3,8 | -21,3% |
| Atribuível a interesses não controlados (INC) | - | - | - |
| Cash-Flow | 5,9 | 6,8 | -13,6% |
| | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Dez16 vs. Dez15 |
| Capitais próprios (antes de INC) | 65,5 | 62,5 | 4,7% |
| Dívida líquida | 15,7 | 18,1 | -13,4% |

Nota:

Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efectuados na consolidação.

5.2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Os principais indicadores operacionais do Grupo ETSA do exercício económico de 2016 e 2015 são apresentados no seguinte quadro:

| | Unid. | 2016 | 2015 | Var. |
|---|---------|------|------|--------|
| Recolha de Subprodutos de Origem Animal (Categoria 1 e 2) | 1 000 t | 42,6 | 43,3 | -1,7% |
| Recolha de Subprodutos de Origem Animal (Categoria 3) | 1 000 t | 76,2 | 73,0 | 4,3% |
| Recolha de Óleos Alimentares Usados | 1 000 t | 1,6 | 1,7 | -4,5% |
| Vendas Gorduras Animais | 1 000 t | 15,1 | 12,7 | 18,8% |
| Vendas Farinhas | 1 000 t | 21,7 | 21,3 | 1,7% |
| Vendas de Óleos Alimentares Usados | 1 000 t | 1,4 | 1,9 | -24,2% |

5.3. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DE AMBIENTE

O volume de negócios do Grupo ETSA, no ano de 2016, cifrou-se em cerca de 26,7 milhões de euros, o que representou uma redução de aproximadamente 3,3% relativamente ao ano anterior.

Esta redução resulta de um decréscimo de cerca de 4,5% nas prestações consolidadas de serviços, maioritariamente explicado pela decisão do Estado de interromper temporariamente e excecionalmente a recolha oficial SIRCA entre os dias 26 de agosto e 4 de outubro, mas também devido a um decréscimo das vendas, em cerca de 2,4%, provocado fundamentalmente pelo efeito da redução de preço.

Nesta atividade existe ciclicidade, assim sendo, o EBITDA do Grupo ETSA que totalizou cerca de 6,9 milhões de euros no ano de 2016, decresceu 14,7% relativamente a 2015 mas registou um aumento de 78,9% face a 2014.

Esta variação é explicada cumulativamente pela: i) suspensão do serviço SIRCA e ii) redução das margens comerciais das vendas, provocado essencialmente pela diminuição do preço das farinhas, mas também pelo aumento do custo das matérias-primas face ao ano anterior.

A margem EBITDA atingiu 25,8%, o que se traduziu numa redução de cerca de 3,4 p.p face à margem registada no ano de 2015.

Os resultados financeiros melhoraram em cerca de 26,8% face ao período homólogo do ano anterior, em resultado da dívida líquida média ao longo do ano, assim como, do repricing das condições de remuneração da mesma em vigor.

O efeito conjugado dos impactos acima descritos conduziu a que o Resultado Líquido atribuível a acionistas do Grupo ETSA atingisse, em 2016, cerca de 3,0 milhões de euros.

6. RECURSOS HUMANOS DO GRUPO SEMAPA

A política de recursos humanos do Grupo SEMAPA está orientada para a melhoria contínua da produtividade através do reforço de qualificação dos Colaboradores e do desenvolvimento das suas competências, a par de um esforço de racionalização e redimensionamento.

A aposta em recursos humanos qualificados, com carreiras profissionais especializadas, bem como o esforço na qualificação profissional através da realização de ações de formação adequadas, continuam a ser vetores estratégicos da política de recursos humanos do Grupo.

O total de Colaboradores do Grupo Semapa passou de 5.621 no final de dezembro de 2015 para 6.028 no final de dezembro de 2016, conforme pode ser observado no quadro seguinte:

| | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Var. |
|---------------|--------------|--------------|------------|
| Papel e Pasta | 3.111 | 2.662 | 449 |
| Cimentos | 2.615 | 2.647 | -32 |
| Ambiente | 275 | 287 | -12 |
| Holdings | 27 | 25 | 2 |
| Total | 6.028 | 5.621 | 407 |

O aumento observado nas áreas de Papel e Pasta resulta essencialmente da inclusão do pessoal afeto aos novos negócios e da integração de atividades que anteriormente estavam em regime de *outsourcing*, essencialmente no centro fabril da Figueira da Foz.

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL NO GRUPO SEMAPA

A promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades com que se relaciona é um dos princípios estratégicos que norteia a atuação do Grupo Semapa. O Grupo sempre teve presente que o seu crescimento sustentável depende do bem-estar dos seus Colaboradores, bem como do apoio e da estreita colaboração que desenvolve junto das comunidades onde se inserem as suas atividades produtivas e comerciais.

Neste sentido todo o Grupo se encontra envolvido em inúmeras iniciativas que visam, em última análise, melhorar a qualidade de vida das comunidades onde se insere o conjunto das suas atividades e a preservação do meio ambiente.

Em 2016, o total dos donativos concedidos pelo Grupo Semapa nas atividades de responsabilidade social ascendeu a cerca de 2,2 milhões de euros.

Dentre as inúmeras iniciativas e projetos que o Grupo Semapa apoiou, destaque para:

- “Dá a Mão à Floresta”: A 6ª edição desta iniciativa, que é já um ex-libris do calendário anual de RSC da Navigator, mobilizou um total de 2.400 crianças de norte a sul do país, do 1.º ciclo do Ensino Básico e do Pré-Escolar. Esta ação que abrange as comemorações do Dia Mundial da Floresta e o Dia do Ambiente, é realizada em parceria com as autarquias e muito bem acolhida pelas comunidades locais, permitindo sensibilizar o público para a necessidade de proteger e valorizar a floresta nacional. Em 2016 foram distribuídas mais de 5.000 plantas no âmbito desta iniciativa;
- Apoio ao Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA): A Navigator assegurou, em 2015/2016, pequenos almoços diários a mais de 252 alunos com carências alimentares, o que corresponde à doação de 24.933 refeições no total. Este apoio surge ao abrigo de uma parceria com o Ministério da Educação e abrange agrupamentos escolares situados na área de influência das suas unidades fabris;
- Estabelecimento de protocolos de apoio e incentivo a instituições que promovem atividades de inclusão social, desportivas e culturais, junto das comunidades onde o Grupo desenvolve a sua atividade;
- Donativos em papel: em 2016 foram atribuídas várias ofertas a escolas e instituições de solidariedade social, localizadas nas áreas de influência das unidades fabris, tendo sido efetuadas doações para projetos de cariz social, educacional, cultural, correspondendo a cerca de 24 toneladas de papel. De salientar o apoio concedido de forma permanente aos agrupamentos escolares das comunidades onde o Grupo está inserido constituindo um suporte fundamental para as comunidades educativas;
- Apoio à Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso: Fundação que se dedica, desde 1951, a fins de saúde e de desenvolvimento humano, com especial foco na saúde da criança e da mulher, assegurando serviços de excelência independentemente da condição socio-económica dos seus utentes;
- Apoio à Associação Salvador: Associação que promove a defesa dos interesses e direitos das pessoas com mobilidade reduzida, em especial das pessoas portadoras de deficiência motora;
- Apoio à Associação Quinta Essência: IPSS, que tem como grande missão preparar as pessoas com atraso de desenvolvimento intelectual para uma vida autónoma, através do desenvolvimento integrado das suas competências pessoais, sociais e profissionais;
- Apoio à MDV Projeto Família: Projeto pioneiro em Portugal na intervenção junto de famílias com crianças em risco. O objetivo é preservar a família através do apoio intensivo, imediato e individualizado;
- Apoio à Cáritas Portuguesa;
- Apoio à Fundação Ronald McDonald, quer em Lisboa, quer no Porto.

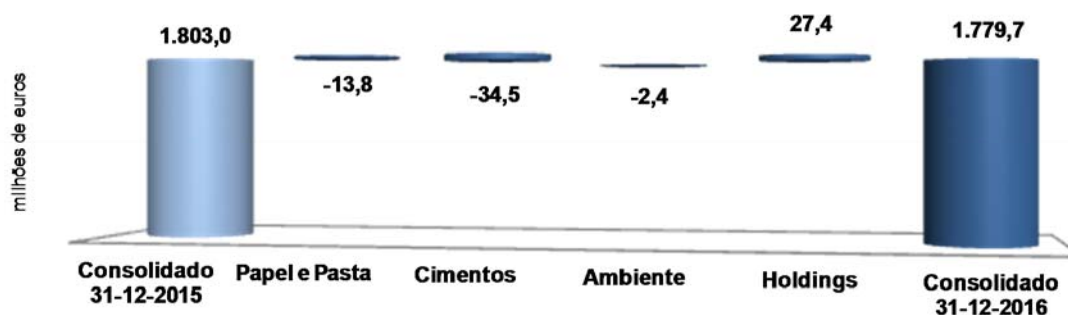
8. ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA

8.1. ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA

| (milhões de euros) | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Var. |
|--------------------|----------------|----------------|--------------|
| Papel e Pasta | 640,7 | 654,5 | -13,8 |
| Cimentos | 422,9 | 457,4 | -34,5 |
| Ambiente | 15,7 | 18,1 | -2,4 |
| Holdings | 700,4 | 673,0 | 27,4 |
| Total | 1.779,7 | 1.803,0 | -23,3 |

EVOLUÇÃO



Em 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida consolidada totalizava 1.779,7 milhões de euros, o que representou uma redução de 23,3 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2015, explicado positivamente pela geração de cash flow operacional e:

- Pasta e papel: -13,8 milhões de euros, resultante do pagamento de dividendos no valor global de 170 milhões de euros (118 milhões de euros pagos à Semapa) e incorporando a realização de investimentos de cerca de 138,6 milhões de euros, incluindo 38 milhões de euros no negócio de pasta, papel e tissue, 8,9 milhões de euros no projeto de Moçambique e 81,6 milhões na fábrica de pellets nos Estados Unidos;
- Cimentos: -34,5 milhões de euros, refletindo a realização, em dezembro de 2016, pela Semapa de prestações suplementares de capital no valor de 140 milhões de euros. Esta evolução inclui ainda investimentos no valor de 23 milhões de euros, a liquidação de 30,25 milhões de euros da dívida à Semapa, o pagamento de prestação aos vendedores da Supremo (35 milhões de euros), bem como o efeito cambial da conversão da dívida em moeda estrangeira em cerca de +23,9 milhões de euros;
- Ambiente: -2,4 milhões de euros; e,
- Holdings: +27,4 milhões de euros, evolução que decorre, nomeadamente do levantamento de fundos para proceder à realização de prestações suplementares na Secil, do recebimento de dividendos da Navigator, da aquisição de ações próprias, de pagamentos por conta de impostos sobre os rendimentos (IRC) e pagamento de dividendos (26,7 milhões de euros).

8.2. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2016, os resultados financeiros totalizaram 74,3 milhões de euros negativos, o que representou uma melhoria de 39,2% face ao valor registado no ano anterior. Esta variação positiva de 48,0 milhões de euros resultou principalmente de:

- Efeito positivo decorrente da redução das taxas de juro, reembolso de dívida e renegociação de dívida em condições mais vantajosas;
- Acréscimo de juros decorrente da integração do Grupo Supremo;
- Reconhecimento de custo não recorrente de cerca de 7,9 milhões de euros, associado ao reembolso antecipado num montante de 150 milhões de euros, referente à última tranche do empréstimo obrigacionista Portucel Senior Notes 5.375%. Em setembro de 2015, a Navigator havia já reembolsado 200 milhões de euros desta emissão de obrigações, o qual resultou no reconhecimento, no 3º trimestre de 2015, de um montante de 16,2 milhões de euros de custos.

8.3. GESTÃO DE RISCO

Este capítulo encontra-se detalhado em nota própria do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Semapa.

8.4. EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE BOLSISTA



Nota: cotações de fecho

Evolução das cotações médias das ações da SEMAPA em 2016



O ano de 2016 foi caracterizado por uma forte aversão ao risco e uma elevada volatilidade na generalidade dos mercados de capitais. O índice PSI20 destaca-se com uma queda de 11,9%, tendo sido penalizado pelos receios de um menor crescimento para a economia portuguesa e pelas dúvidas relativas à execução orçamental. Pela positiva, destacou-se a bolsa do Reino Unido, que, apesar da instabilidade relativa à questão do Brexit, voltou a surpreender com o ganho anual de 14% do índice FTSE. Do outro lado do Atlântico, o desempenho foi positivo, tanto para o índice norte-americano DJI, como para o brasileiro Bovespa.

Neste enquadramento, as ações da Semapa destacaram-se pela positiva, tendo registado durante o período em análise uma valorização que atingiu os 5,6%, acima do comportamento do PSI20 (-11,9%). A cotação do título Semapa alcançou o máximo de 13,40 euros no dia 30 de dezembro e o mínimo de 9,661 euros em 27 de junho

8.5. DIVIDENDOS

A Semapa procedeu à distribuição de dividendos em maio de 2016 no valor de 26,7 milhões de euros, a que corresponderam 0,329 euros por ação.

Em maio de 2016, a Navigator pagou dividendos e distribuiu reservas no montante total de 170 milhões de euros, correspondentes a 0,159 euros por ação e 0,0781021 euros por ação, respetivamente.

8.6. RESULTADO LÍQUIDO

Em 2016, o resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da Semapa foi de 114,9 milhões de euros, o que traduz uma melhoria de 40,9% face ao período homólogo. O resultado líquido por ação situou-se nos 1,42 euros/ação.

A melhoria do resultado líquido é explicada essencialmente pelo efeito combinado dos seguintes fatores:

- Aumento do EBITDA total em cerca de 10,9 milhões de euros;
- Aumento das Amortizações e perdas por imparidade em 47,7 milhões de euros, resultante nomeadamente de:
 - Início da amortização dos novos investimentos de Cacia, Vila Velha de Ródão e Colombo (Pellets), bem como a consolidação integral da Supremo;
 - Ajustamentos de caráter não recorrentes, designadamente o abate de ativos fixos tangíveis na sequência do incêndio de Vila Velha de Ródão (1,9 milhões de euros), a reavaliação de ativos fixos tangíveis em Moçambique da qual resultou uma imparidade associada à preparação de terrenos (45,5 milhões de euros), que reflete uma abordagem conservadora ao projeto em curso, dado o contexto atual que se vive naquele país. Adicionalmente, na Secil, procedeu-se ao reconhecimento de imparidades cujo impacto líquido de impostos diferidos em resultados ascendeu a 6,8 milhões de euros;
- Variação de provisões no valor de 6,6 milhões de euros, resultante essencialmente de, no período homólogo, se ter procedido à libertação de provisões que vieram a revelar-se desnecessárias;
- Melhoria dos resultados financeiros líquidos em cerca de 48,0 milhões de euros face ao período homólogo;
- Melhoria da rubrica dos impostos sobre lucros em cerca de 53,9 milhões de euros, refletindo um conjunto de reversões de provisões fiscais ocorridas no último trimestre de 2016, essencialmente em consequência do encerramento do processo de inspeção fiscal da Navigator ao exercício de 2013 e de decisões favoráveis dos tribunais no montante global de 23 milhões de euros, bem como o impacto positivo decorrente da adoção do regime de reavaliação publicado pelo DL 66/2016 de 3 de novembro, cujo efeito líquido ascendeu a 16 milhões de euros. Em 2015, a rubrica de imposto estava negativamente influenciada pela reversão de impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais da Semapa;
- Apropriação de menor resultado da Navigator no 1º semestre de 2016 vs. período homólogo (69,40% versus 81,19% respetivamente) na sequência da Oferta Pública de Troca (OPT) finalizada em julho de 2015.

9. ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES EM 2016

- Na sequência da aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa de 20 de abril de 2016, foram implementadas as seguintes deliberações:
 - Redução do capital social de 81.645.523,00 euros para 81.270.000,00 euros, no montante de 375.523,00 euros, por extinção de 375.523 ações próprias, nos termos do artigo 463.º do Código das Sociedades Comerciais, com a consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade, relativo à composição do capital social;
 - Aumento do capital social de 81.270.000,00 euros para 117.028.800,00 euros, no montante total de 35.758.800,00 euros, por incorporação de reservas, com o aumento proporcional, no montante de 0,44 euros por ação, do valor nominal de todas as ações da Sociedade, que passa a ser de 1,44 euros por ação e com a consequente alteração estatutária do n.º 1 do artigo 4.º, relativo à composição do capital social;
 - Redução do capital social de 117.028.800,00 euros para 81.270.000,00 euros, no montante de 35.758.800,00 euros, tendo por finalidade a libertação de excesso de capital, transferindo para reservas livres o montante do capital social liberto e por redução proporcional do valor nominal de todas as ações da Sociedade, no montante de 0,44 euros por ação, que passam a ter o valor nominal unitário de 1,00 euro, com a consequente alteração estatutária, nomeadamente do n.º 1 do artigo 4.º, relativo à composição do capital social, e do n.º 4 do artigo 9.º, respeitante ao número de ações a que corresponde um voto;
 - O pagamento de dividendos relativos aos resultados de 2015 num montante de cerca de 26,7 milhões de euros (32,9 cêntimos por ação em circulação).
- No final de julho concretizou-se a entrada da Internacional Financial Corporation – IFC – no capital da Portucel Moçambique, através da subscrição de um montante inicial de cerca de 5 milhões USD por parte desta entidade.
- A ETSA, através do consórcio ITS/LLF, assinou em agosto com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), pelo período de 3 anos, o contrato de aquisição de serviços de recolha de animais mortos na exploração, no transporte para o matadouro e na abegoaria, bem como o respetivo processamento e eliminação no valor de 35,993 milhões de euros.
- Em dezembro, a Semapa realizou Prestações Suplementares de Capital na sua Subsidiária Secil, no montante de 140 milhões de euros, dos quais 30,25 milhões de euros foram por esta utilizados para liquidação de dívida à Semapa.
- Durante o ano 2016, a Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. adquiriu 956.322 ações próprias, a que correspondeu um investimento de cerca de 10 milhões de euros. A Semapa terminou o ano com 586.329 ações próprias em carteira, representativas de 0,721% do respetivo capital social.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- No passado dia 27 de janeiro, a Secil celebrou um contrato com vista à aquisição de um conjunto de ativos em Espanha, atualmente detidos pelo grupo LafargeHolcim. Os ativos adquiridos consistem num terminal de cimento, duas pedreiras e treze centrais de betão-pronto localizados nas regiões espanholas das Astúrias, Galiza e Castela e Leão. Com esta aquisição, a Secil expande a sua atividade para uma nova geografia e aumenta as suas vendas de cimento a partir de Portugal. A concretização da transação encontra-se dependente da verificação de um conjunto de condições precedentes usuais em operações similares.

10. PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2016 voltou a ser um ano difícil para a economia mundial que ficou marcada pela estagnação do comércio global, pelo reduzido nível de investimento e por uma crescente incerteza ao nível político. A economia Europeia, em particular, manteve o seu trajeto de crescimento moderado ao longo do ano, com alguns sinais positivos travados por eventos de ordem política, nomeadamente o processo de saída do Reino Unido da União Europeia. Depois de um crescimento de 2% do PIB em 2015 na Zona Euro, espera-se alguma desaceleração para os anos 2016-2018, estimando-se que este se situe entre 1,5% e 1,7%. No entanto, as políticas de estímulos fiscais e reforço ao crescimento em curso nalgumas grandes economias, nomeadamente nos EUA, poderão gerar um maior dinamismo na atividade económica.

PAPEL E PASTA

Depois de um terceiro trimestre particularmente adverso para o mercado do papel, o final do ano evidenciou alguma melhoria ao nível da procura, tendo a Navigator registado um aumento nas vendas para a Europa e para outros mercados (excluindo Estados Unidos). Deste modo, a Navigator anunciou, em dezembro, um aumento dos preços do papel UWF nos mercados do Norte de África, Médio Oriente e Turquia, que efetivamente implementou no início de 2017. Desde então, a Navigator continua a verificar um fortalecimento nas condições de mercado, que se traduz num nível de encomendas record para a época, pelo que decidiu anunciar um aumento dos preços nos seus produtos UWF na Europa de cerca de 4%, com efeitos a partir de 24 de fevereiro do corrente ano.

No mercado da pasta de fibra curta, o final do ano ficou marcado por uma recuperação da atividade comercial, registando-se uma maior procura por parte dos compradores Chineses. A entrada de novas capacidades no mercado mais tarde e de volume inferior ao inicialmente previsto, assim como a continuação do fecho de capacidade obsoleta por parte das autoridades chinesas fomentaram, em grande medida esta recuperação. Verificou-se uma evolução positiva do preço de venda na Ásia no último trimestre de 2016, existindo também uma maior pressão para um aumento de preços de pasta na Europa no início de 2017. No entanto, apesar destes sinais positivos, as preocupações relativas ao elevado crescimento da oferta de pasta previsto para 2017 e 2018 subsistem, com receios de que a evolução da procura possa não acompanhar o incremento das novas capacidades previstas no mercado. Adicionalmente, a evolução cambial será um fator fundamental de competitividade para os produtores de pasta.

O tissue continua a ser um dos principais drivers da procura global de pasta, estimando-se um crescimento anual de produção de cerca de 1 milhão de toneladas por ano. Na Europa, o crescimento do consumo de tissue estimado para 2016 é de 2,2%, registando-se um maior dinamismo no segmento Away From Home, sustentado numa melhoria do nível de emprego e do rendimento disponível. A evolução para 2017, perspetiva-se em linha com o ano transato, condicionada pela atividade económica em geral, e em particular pelo nível de emprego e o crescimento do rendimento.

No projeto da Colombo Energy Inc., no negócio de pellets, a expectativa para 2017 é de um ano difícil, sendo que, a partir de 2018 na Europa, e de 2020-2021 no Japão, se abrem perspetivas mais otimistas dados os investimentos importantes projetados nesse período e para os quais a Colombo Energy está a desenvolver os seus esforços comerciais. Adicionalmente, a Empresa prossegue os seus estudos do mercado Residencial nos EUA, ambicionando poder a vir a direcionar 10 a 20 % da sua capacidade para esse mercado.

O Grupo olha com preocupação os desenvolvimentos políticos e económicos que têm ocorrido em Moçambique, reavaliando em permanência a situação e tendo decidido reduzir o ritmo de investimento nas suas operações. A conjuntura político-económica do país continua a revelar-se instável, traduzindo-se em restrições de circulação e de segurança dos Colaboradores e prestadores de serviços envolvidos no projeto.

CIMENTOS

As perspetivas de crescimento do PIB para 2017 em Portugal são ainda moderadas, sendo esperado um aumento de 1,4%, de acordo com as últimas projeções do Banco de Portugal. O crescimento de alguns indicadores do setor da construção em 2016, como o emprego, as transações de fogos habitacionais, o número de fogos novos licenciados e o número de contratos celebrados de empreitadas de obras públicas, permitem expectativas moderadamente positivas no mercado nacional. Já no que se refere às exportações, as perspetivas são moderadamente negativas.

No Líbano prevê-se um ano de 2017 semelhante ao de 2016. As alterações que têm ocorrido na região do Médio Oriente não facilitam a manutenção da estabilidade macroeconómica. Apesar do abrandamento expectável na atividade de construção residencial e à diminuição da confiança dos investidores, causada pela situação política incerta no país e na região, o mercado de cimento deverá estabilizar ou decrescer ligeiramente em 2017. Espera-se que o ambiente competitivo se mantenha desafiante. As vendas de blocos deverão aumentar nos próximos meses, uma vez que as encomendas aumentaram.

Na Tunísia é expectável que a economia tenha um crescimento de 2,8% (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2016) acima do crescimento de 2016, de 1,5%. No entanto, os mais recentes acontecimentos e a instabilidade vivida tornam estas perspetivas de crescimento económico algo incertas. O nível concorrencial deverá manter-se intenso, sendo expectável a continuação da pressão sobre os preços de venda (quer no mercado interno, quer no externo).

Para Angola o FMI prevê que haja um crescimento da economia de 1,5%, em 2017. Os programas de diversificação da economia lançados pelo governo em 2016, a tendência de subida do preço do petróleo nos mercados internacionais e o facto de em 2017 se realizarem eleições, permitem perspetivar um crescimento da economia e do consumo do cimento.

No Brasil, para o ano de 2017, é esperado um crescimento modesto de 0,5% (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2016) o que faz prever a continuação das dificuldades na atividade económica, e especialmente nas atividades ligadas ao setor da construção, devido à dificuldade em materializar investimentos. A maior ameaça ao crescimento económico continuará a ser a situação política, muito dependente da forma como o governo consiga passar as reformas necessárias para melhorar as expectativas dos agentes económicos públicos e privados. Como sinal positivo e com a inflação em queda, espera-se assistir a uma redução das taxas de juro, permitindo uma redução nos custos das empresas, mas também das famílias, podendo vir a ser um catalisador do consumo e do investimento. O governo já anunciou um programa de parcerias público privadas para o desenvolvimento de infra-estruturas, mas que apenas terá efeito no início do segundo semestre do ano, permitindo uma melhoria no cenário do setor da construção civil.

Com este enquadramento macroeconómico instável e apesar de alguns sinais de melhoria, prevê-se nova redução de mercado de cimento. Apesar desta situação, espera-se que as atividades da empresa no Brasil melhorem, sendo expectável um crescimento das vendas, aproveitando a qualidade dos produtos, a tecnologia utilizada, os baixos custos de produção e a dinâmica comercial. A abertura de novos centros de distribuição e aquisição de novas unidades de betão vão permitir mitigar a diminuição do mercado e complementar a dinâmica comercial.

AMBIENTE

Tendo em consideração o atual contexto macroeconómico, financeiro e setorial, antecipa-se, a médio prazo, a manutenção das condições atuais no setor onde o grupo ETSA se insere, sem alterações significativas a nível do consumo alimentar (por efetivo aumento, ou por mera recomposição de cabaz) com manutenção no volume de abates, após o período de reinvestimento dos principais centros de recolha e, sobretudo, após a implementação de mecanismos de substituição gradual de importações o que, consequentemente, permitirá o mesmo nível de subprodutos gerados. No entanto, a concorrência entre operadores na angariação de matéria-prima escassa manter-se-á intensa, em virtude da existência de marcada sobrecapacidade no processamento industrial.

Entre os principais objetivos do grupo ETSA a curto prazo destacam-se (i) o reforço da aposta no alargamento horizontal dos seus mercados de operação fabril e de destino (tendo as exportações representado cerca de 52,5% do valor global de vendas do ano de 2016), (ii) a identificação de oportunidades de crescimento vertical, canalizando os seus investimentos para a contínua melhoria da eficiência operacional, para a densificação dos canais trabalhados e para a fidelização dos principais centros de recolha, convencionais e alternativos, (iii) o restabelecimento gradual e progressivo das suas margens comerciais de equilíbrio no mercado e (iv) a aposta em inovação sustentada e em investigação e desenvolvimento dirigida, para procurar assegurar novas fronteiras de rendibilidade do seu negócio.

11. REFERÊNCIAS FINAIS

Para o resultado obtido muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Aos nossos Acionistas que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;
- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da sociedade;
- O apoio e compreensão dos nossos Clientes e Fornecedores, assumindo-se como parceiros do nosso projeto;
- A cooperação das Instituições Financeiras, das Autoridades de Regulação e de Fiscalização; e
- A colaboração do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral.

12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que a Sociedade deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera,

Considerando que a independência da Sociedade perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazo de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade, e

Considerando que a Comissão de Remunerações e a Comissão Executiva da Sociedade já tomaram posição quanto aos montantes que, no seu entendimento, podem vir a ser pagos, respetivamente, aos membros do Conselho de Administração e aos Colaboradores da Sociedade relativamente ao exercício de 2016, sendo por isso conhecido o valor total aproximado,

Propõe-se:

1. Que o Resultado Líquido do exercício individual, apurado segundo o normativo SNC, no montante de 89.520.902,81 euros (oitenta e nove milhões, quinhentos e vinte mil, novecentos e dois euros e oitenta e um cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

| | |
|-----------------------------------|----------------------|
| Dividendos às ações em circulação | 36.307.651,95 euros* |
|-----------------------------------|----------------------|

(45 cêntimos por ação)

| | |
|-----------------|---------------------|
| Reservas livres | 48.813.250,86 euros |
|-----------------|---------------------|

| | |
|--|--------------------|
| Participação dos Colaboradores e Administração nos lucros do exercício até | 4.400.000,00 euros |
|--|--------------------|

* excluindo as ações próprias em carteira; para o efeito foram consideradas 586.329 ações próprias; caso, à data de pagamento, esse montante seja alterado, o valor global de dividendos a pagar poderá ser ajustado, mantendo-se inalterado o valor a pagar por ação.

2. Que a distribuição individual da participação nos lucros seja efetuada pela Comissão Executiva na parte relativa aos Colaboradores e pela Comissão de Remunerações na parte relativa aos Administradores e que, caso não seja integralmente distribuído o montante afeto à participação nos lucros, o remanescente seja aplicado em Reservas Livres.
3. Que o valor relativo à participação dos Colaboradores e Administradores nos lucros do exercício que nos termos das normas contabilísticas aplicáveis foi especializado em custos com pessoal, seja revertido através do crédito do respetivo montante em reservas livres.

Lisboa, 07 de março de 2017

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

VOGAIS:

João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco

José Miguel Pereira Gens Paredes

Paulo Miguel Garcês Ventura

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

António Pedro de Carvalho Viana Baptista

Carlos Eduardo Coelho Alves

Francisco José Melo e Castro Guedes

Manuel Custódio de Oliveira

Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

Vítor Paulo Paranhos Pereira

PARTE 2

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

ÍNDICE

| | |
|---|-------------------|
| PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO | 56 |
| A. ESTRUTURA ACIONISTA | 56 |
| I. ESTRUTURA DE CAPITAL | 56 |
| II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS | 57 |
| B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES | 59 |
| I. ASSEMBLEIA GERAL | 59 |
| II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO | 60 |
| III. FISCALIZAÇÃO | 78 |
| IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS | 84 |
| V. AUDITOR EXTERNO | 84 |
| C. ORGANIZAÇÃO INTERNA | 87 |
| I. ESTATUTOS | 87 |
| II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES | 87 |
| III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS | 88 |
| IV. APOIO AO INVESTIDOR | 90 |
| V. SÍLIO DE INTERNET (59 A 65) | 91 |
| D. REMUNERAÇÕES | 91 |
| I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO | 91 |
| II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES | 92 |
| III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES | 93 |
| IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES | 95 |
| V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS | 96 |
| VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS') | 97 |
| E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | 98 |
| I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO | 98 |
| II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS | 98 |
| PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO | 99 |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO | 99 |
| 2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO | 99 |
| 3. OUTRAS INFORMAÇÕES | 108 |
| ANEXO I - INFORMAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 447.º E 448.º DO CSC E OS N.º 6 E 7 DO ARTIGO 14.º DO REGULAMENTO 5/2008 DA CMVM | 109 |
| ANEXO II - DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES | 113 |
| ANEXO III - DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA c) DO Nº 1 DO ARTIGO 245º DO | CÓDIGO DOS |
| VALORES MOBILIÁRIOS | 121 |

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. ESTRUTURA DE CAPITAL (CAPITAL SOCIAL, NÚMERO DE AÇÕES, DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL PELOS ACIONISTAS, ETC), INCLUINDO INDICAÇÃO DAS AÇÕES NÃO ADMITIDAS À NEGOCIAÇÃO, DIFERENTES CATEGORIAS DE AÇÕES, DIREITOS E DEVERES INERENTES ÀS MESMAS E PERCENTAGEM DE CAPITAL QUE CADA CATEGORIA REPRESENTA (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. A)).

A Semapa tem um capital social de 81.270.000 Euros, representado por um total de 81.270.000 ações, com o valor nominal de um euro cada. Todas as ações são ordinárias, têm os mesmos direitos e deveres a elas inerentes e encontram-se admitidas à negociação.

A distribuição do capital pelos acionistas, detentores de participação qualificada, é a que consta do quadro inserido no ponto 7 *infra*.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE AÇÕES (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. B)).

Não existem na Semapa restrições de qualquer natureza relativamente à transmissibilidade ou titularidade das suas ações.

3. NÚMERO DE AÇÕES PRÓPRIAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL SOCIAL CORRESPONDENTE E PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO A QUE CORRESPONDERIAM AS AÇÕES PRÓPRIAS (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. A)).

A Semapa era a 31 de dezembro de 2016 detentora de 586.329 ações próprias, correspondentes a 0,721% do respetivo capital social. Se os direitos de voto não se encontrassem suspensos, a percentagem de direitos de voto seria igual à percentagem de capital.

4. ACORDOS SIGNIFICATIVOS DE QUE A SOCIEDADE SEJA PARTE E QUE ENTREM EM VIGOR, SEJAM ALTERADOS OU CESSEM EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE NA SEQUÊNCIA DE UMA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO, BEM COMO OS EFEITOS RESPETIVOS, SALVO SE, PELA SUA NATUREZA, A DIVULGAÇÃO DOS MESMOS FOR SERIAMENTE PREJUDICIAL PARA A SOCIEDADE, EXCETO SE A SOCIEDADE FOR ESPECIFICAMENTE OBRIGADA A DIVULGAR ESSAS INFORMAÇÕES POR FORÇA DE OUTROS IMPERATIVOS LEGAIS (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. J)).

A Semapa não é parte em acordos significativos de financiamento, instrumentos de emissão de dívida ou outros que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. REGIME A QUE SE ENCONTRE SUJEITA A RENOVAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS, EM PARTICULAR AQUELAS QUE PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA DE FORMA INDIVIDUAL OU EM CONCERTAÇÃO COM OUTROS ACIONISTAS.

Não existem na sociedade quaisquer medidas defensivas, designadamente relativas à limitação dos direitos de voto exercíveis pelos acionistas.

6. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. G)).

A sociedade tem apenas conhecimento da contínua e assumida coordenação de exercício de direitos de voto mencionada no ponto 7 *infra* e dos quais resulta uma imputação à Sodim, SGPS, S.A., a 31 de Dezembro de 2016, de 71,935% dos direitos de voto não suspensos, superior à percentagem de 70,475% que resulta das relações de domínio diretas e indiretas.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, SÃO TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS (ART. 245.º-A, N.º 1, ALS. C) E D) E ART. 16.º), COM INDICAÇÃO DETALHADA DA PERCENTAGEM DE CAPITAL E DE VOTOS IMPUTÁVEL E DA FONTE E CAUSAS DE IMPUTAÇÃO.

Os titulares de participações qualificadas na Semapa a 31 de Dezembro de 2016 são os identificados no quadro *infra*:

| Entidade | Nº ações | % capital e direitos de voto | % dir. de voto não suspensos |
|---|------------|------------------------------|------------------------------|
| A | | | |
| - Sodim, SGPS, S.A. | 15.252.726 | 18,768% | 18,904% |
| Administradores da Sodim | | | |
| Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira Rocha Páris | 5.488 | 0,007% | 0,007% |
| Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira Sacadura Botte | 5.888 | 0,007% | 0,007% |
| Lua Mendes de Almeida de Queiroz Pereira | 5.888 | 0,007% | 0,007% |
| Cimigest, SGPS, S.A. | 3.185.019 | 3,919% | 3,948% |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | 16.199.031 | 19,932% | 20,077% |
| Longapar, SGPS, S.A. | 22.225.400 | 27,348% | 27,546% |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | 535.000 | 0,658% | 0,663% |
| Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A. | 625.199 | 0,769% | 0,775% |
| Soma: | 58.039.639 | 71,416% | 71,935% |
| B | | | |
| - Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C. | - | - | - |
| Bestinver Empleo, F.P. | 13.930 | 0,017% | 0,017% |
| Bestinver Bolsa, F.I.M. | 2.319.127 | 2,854% | 2,874% |
| Bestifond Ahorro Fondo de Pensiones | 198.347 | 0,244% | 0,246% |
| Bestinver Empleo III Fondo de Pensiones | 2.221 | 0,003% | 0,003% |
| Bestinver Hedge Value Fund, FIL | 1.503.046 | 1,849% | 1,863% |

| Entidade | Nº ações | % capital e direitos de voto | % dir. de voto não suspensos |
|------------------------------|-----------|------------------------------|------------------------------|
| Bestinver Global F.P. | 405.052 | 0,498% | 0,502% |
| Bestinver Mixto, F.I.M. | 195.019 | 0,240% | 0,242% |
| Bestvalue F.I. | 519.214 | 0,639% | 0,644% |
| Bestinver Prevision, F.P. | 38.849 | 0,048% | 0,048% |
| Divalsa de Inversiones SICAV | 13.543 | 0,017% | 0,017% |
| Bestinver SICAV – Bestinfund | 79.928 | 0,098% | 0,099% |
| Bestinver Empleo II, F.P. | 3.571 | 0,004% | 0,004% |
| Bestinver Futuro EPSV | 6.607 | 0,008% | 0,008% |
| Bestinver SICAV Iberian | 229.426 | 0,282% | 0,284% |
| Bestinver Renta F.I.M. | 177.186 | 0,218% | 0,220% |
| Bestinver Consolidacion EPSV | 1.975 | 0,002% | 0,002% |
| Bestinfond, F.I.M. | 1.459.715 | 1,796% | 1,809% |
| Soma: | 7.166.756 | 8,818% | 8,883% |

C

- Santander Asset Management España, S.A., S.G.I.I.C.

| | | | |
|------------------------------------|-----------|--------|--------|
| Laredo Fondo, F.I. | 3.000 | 0,004% | 0,004% |
| Santander Acciones Españolas, F.I. | 2.072.457 | 2,550% | 2,569% |
| Santander Small Caps España, F.I. | 192.889 | 0,237% | 0,239% |
| Soma: | 2.268.346 | 2,791% | 2,811% |

A imputação dos direitos de voto relativos às sociedades do grupo A resulta da (i) titularidade direta das ações; (ii) da assumida coordenação de exercício de direitos de voto que determina uma imputação recíproca dos direitos de votos detidos pelo conjunto destas sociedades na Semapa a cada uma delas, a seguir melhor explicada, e (iii) da existência de uma relação de domínio, direta e indireta, da Sodim, SGPS, S.A. também desenvolvida *infra*.

A imputação à Sodim por força da assumida coordenação dos direitos de voto nos termos em que têm vindo a ser divulgados, nos termos das alíneas c) e h) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários é a que consta da parte identificada com a letra “A” no quadro acima.

A imputação à Sodim por força da relação de domínio, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários era a 31 de dezembro de 2016 a seguinte:

| Entidade | Imputação | Nº ações | % capital e direitos de voto | % dir. de voto não suspensos |
|--|------------------------------|------------|------------------------------|------------------------------|
| Sodim, SGPS, S.A. | | 15.252.726 | 18,768% | 18,904% |
| Cimigest, SGPS, SA | Detida em 100% pela Sodim | 3.185.019 | 3,919% | 3,948% |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | Detida em 100% pela Cimigest | 16.199.031 | 19,932% | 20,077% |
| Longapar, SGPS, S.A. | Detida em 100% pela Cimigest | 22.225.400 | 27,348% | 27,546% |
| Soma: | | 56.862.176 | 69,967% | 70,475% |

Relativamente às sociedades dos grupos B e C a imputação dos direitos de voto resulta da titularidade direta e indireta de ações por força de relações de domínio.

8. INDICAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO.

Esta informação é prestada no Anexo I a este Relatório.

9. PODERES ESPECIAIS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA A DELIBERAÇÕES DE AUMENTO DO CAPITAL (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. I)), COM INDICAÇÃO, QUANTO A ESTAS, DA DATA EM QUE LHE FORAM ATRIBUÍDOS, PRAZO ATÉ AO QUAL AQUELA COMPETÊNCIA PODE SER EXERCIDA, LIMITE QUANTITATIVO MÁXIMO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL, MONTANTE JÁ EMITIDO AO ABRIGO DA ATRIBUIÇÃO DE PODERES E MODO DE CONCRETIZAÇÃO DOS PODERES ATRIBUÍDOS.

Os estatutos da sociedade não autorizam o Conselho de Administração a deliberar aumentos de capital.

10. INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE RELAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NATUREZA COMERCIAL ENTRE OS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E A SOCIEDADE.

Não houve em 2016 relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participação qualificada e a sociedade, por aplicação dos critérios enunciados no ponto 91 infra.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A) COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

11. IDENTIFICAÇÃO E CARGO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E RESPECTIVO MANDATO (INÍCIO E FIM).

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelas seguintes pessoas:

| | |
|-------------|--|
| PRESIDENTE: | Francisco Xavier Zea Mantero (mandato de 23/05/2014 a 31/12/2017) |
| SECRETÁRIA: | Rita Maria Pinheiro Ferreira Soares de Oliveira (mandato de 23/05/2014 a 31/12/2017) |

B) EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

12. EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PORCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. F));

Em 2016 foi eliminada a previsão estatutária que fazia depender o exercício do direito de voto da titularidade de 83 ações, tendo os estatutos da Semapa passado a prever que a cada ação da sociedade corresponde um voto.

Apesar da existência de prazos estatutários para a participação na Assembleia, previstos nos estatutos da Semapa, aplicam-se a esta matéria disposições legais imperativas como é o caso do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários. Já o prazo estatutário para o exercício do voto por correspondência é a véspera da Assembleia Geral.

Os estatutos da sociedade não regulam especificamente o voto por via eletrónica, autorizando no entanto o Conselho de Administração a regular formas de exercício do direito de voto alternativas ao suporte em papel, desde que assegurem igualmente a autenticidade e confidencialidade dos votos até ao momento da votação. Não obstante o Conselho de Administração não ter ainda feito uso desta faculdade, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral aceita o voto por correspondência eletrónica que seja recebido em condições equivalentes ao voto por correspondência em papel, no que respeita ao prazo, à inteligibilidade, à garantia de autenticidade, à confidencialidade e demais formalismos. Os reconhecimentos de assinatura devem ser substituídos por assinatura digital e os sobrescritos fechados e independentes para cada ponto da ordem de trabalhos por anexos independentes ao e-mail.

Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Por último, a Semapa não estabelece quaisquer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

13. INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM MÁXIMA DOS DIREITOS DE VOTO QUE PODEM SER EXERCIDOS POR UM ÚNICO ACIONISTA OU POR ACIONISTAS QUE COM AQUELE SE ENCONTREM EM ALGUMA DAS RELAÇÕES DO N.º 1 DO ART. 20.º.

Não existem regras estatutárias que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. IDENTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES ACIONISTAS QUE, POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, SÓ PODEM SER TOMADAS COM MAIORIA QUALIFICADA, PARA ALÉM DAS LEGALMENTE PREVISTAS, E INDICAÇÃO DESSAS MAIORIAS.

Não existem na sociedade quóruns constitutivos e deliberativos diferentes dos legais supletivos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A) COMPOSIÇÃO

15. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO.

A sociedade adota o modelo de governo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º (Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas), ambos do Código das Sociedades Comerciais.

16. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE REQUISITOS PROCEDIMENTAIS E MATERIAIS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO E DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. H)).

Não existem na Semapa quaisquer regras estatutárias especiais relativas à nomeação e substituição dos administradores, aplicando-se, nesta matéria, o regime geral supletivo que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

17. COMPOSIÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO E DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS, DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO, NÚMERO DE MEMBROS EFETIVOS, DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO E DATA DO TERMO DE MANDATO DE CADA MEMBRO.

Os estatutos da sociedade, no n.º 1 do artigo 11.º, estipulam que o Conselho de Administração é composto por três a quinze administradores e que o mandato é de quatro anos.

Individualiza-se, em relação a cada um dos membros a data da primeira designação e termo do mandato:

| Membros do Conselho de Administração | Data da primeira designação e termo do mandato |
|--|--|
| Pedro Mendonça de Queiroz Pereira | 1991-2017 |
| João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco | 2015-2017 |
| José Miguel Pereira Gens Paredes | 2006-2017 |
| Paulo Miguel Garcês Ventura | 2006-2017 |
| Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires | 2014-2017 |
| António Pedro de Carvalho Viana-Baptista | 2010-2017 |
| Carlos Eduardo Coelho Alves | 2015-2017 |
| Francisco José Melo e Castro Guedes | 2001-2017 |
| Manuel Custódio de Oliveira | 2014-2017 |
| Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves | 2010-2017 |
| Vítor Paulo Paranhos Pereira | 2014-2017 |

18. DISTINÇÃO DOS MEMBROS EXECUTIVOS E NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E, RELATIVAMENTE AOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS, IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS QUE PODEM SER CONSIDERADOS INDEPENDENTES, OU, SE APLICÁVEL, IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS INDEPENDENTES DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO.

Os membros executivos do Conselho de Administração são os que pertencem à Comissão Executiva e que estão identificados no ponto 28 infra, sendo os restantes membros não executivos.

Não obstante, o Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, Presidente do Conselho de Administração, mantém uma significativa proximidade às decisões relevantes da atividade corrente da sociedade.

Sendo o Conselho de Administração da sociedade, a 31 de dezembro de 2016, composto por onze membros, dos quais quatro integravam a Comissão Executiva, consideramos que a Semapa possuía um número de administradores não executivos suficiente para garantir a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão.

Dos membros não executivos podem ser qualificados como independentes, à luz dos critérios elencados pela CMVM, os Senhores Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista, Eng. Carlos Eduardo Coelho Alves e Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves, por não estarem associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontrarem em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão. Por outro lado, os Administradores Senhores Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes, Dr. Manuel Custódio de Oliveira e Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira não poderão ser qualificados como independentes à luz dos referidos critérios uma vez que são todos membros do Conselho de Administração de sociedades titulares de participação qualificada na Semapa.

Assim, verifica-se que cerca de 1/4 dos administradores são independentes, proporção que a sociedade considera adequada e consentânea com uma atuação independente do Conselho de Administração.

19. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E OUTROS ELEMENTOS CURRICULARES RELEVANTES DE CADA UM DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

PEDRO MENDONÇA DE QUEIROZ PEREIRA

Pedro Queiroz Pereira frequentou o curso geral dos liceus em Lisboa e o Instituto Superior de Administração. Entre 1975 e 1987 residiu no Brasil, período durante o qual exerceu cargos de administração em diversas sociedades ligadas às áreas da indústria, comércio, turismo e agricultura. De regresso a Portugal, continuou a exercer cargos de administração em diversas sociedades controladas pela família Queiroz Pereira. Em 1995, com a expansão dos interesses da família Queiroz Pereira para a indústria cimenteira, passou a exercer funções de Presidente do Conselho de Administração na Secil e na Semapa, e também como CEO da última, tendo deixado de exercer as funções de Presidente da Comissão Executiva da Semapa em julho de 2015. Desde 2004, exerce igualmente funções de Presidente do Conselho de Administração da The Navigator Company.

JOÃO NUNO DE SOTTOMAYOR PINTO DE CASTELLO BRANCO

João Castello Branco é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e tem um Mestrado em Gestão pelo INSEAD. Exerce, desde julho de 2015, funções como Presidente da Comissão Executiva da Semapa, tendo sido, até essa data, Sócio Diretor da McKinsey & Company - Escritório Ibéria. Ingressou na McKinsey em 1991, onde desenvolveu a sua atividade num número variado de indústrias, tendo servido algumas das instituições líderes, tanto em Portugal, como em Espanha. Trabalhou também nesses sectores na Europa, América Latina e Estados Unidos. Foi membro do grupo de liderança da prática de banca da McKinsey, na Europa, tendo liderado as práticas de Corporate Finance, tanto de Banca, como de Seguros. Liderou igualmente vários trabalhos na McKinsey sobre competitividade,

produtividade e inovação, tanto em Portugal, como em Espanha. Previamente a integrar a McKinsey trabalhou no centro de desenvolvimento de motores da Renault, em França. Exerce ainda, desde 2015, cargos de administração na The Navigator Company e na Secil.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA GENS PAREDES

José Miguel Paredes licenciou-se em Economia e iniciou a sua atividade profissional em 1985, na Direção Geral de Concorrência e Preços. Nos anos seguintes, passou pela Rodoviária Nacional, pela Interbiz, pela Cossec, pela Direção de Crédito Externo, pelo General Bank, pela Tesouraria / Sala de Câmbios e pela United Distillers. Assumiu em 1994 funções de Diretor Financeiro da Semapa e de outras sociedades com esta relacionadas. Desde 2004 que exerce funções de Representante das Relações com o Mercado da Semapa e é, desde 2006, Administrador Executivo da Semapa. Assumiu em 2008 funções de administração na ETSA. Desde 2011 e 2012, respetivamente, exerce cargos de administração na The Navigator Company e na Secil.

PAULO MIGUEL GARCÊS VENTURA

Miguel Ventura é licenciado em Direito e completou os Cursos do INSEAD IEP '08Jul e COL '15Dec. Iniciou a sua atividade profissional de Advogado em 1995. A partir de 1997 desempenhou funções nas Mesas das Assembleias Gerais de diversas sociedades participadas pela Cimigest, pela Sodim e pela Semapa e foi ainda designado Secretário da Sociedade da Semapa. De 2005 a 2007 exerceu funções de Vogal do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados. Desde 2006 que exerce funções de Administrador Executivo na Semapa e em diversas sociedades com esta relacionadas. Em 2007 foi ainda designado Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da REN e das Infraestruturas de Portugal. Desde 2011 e 2012, respetivamente, exerce cargos de administração na The Navigator Company e na Secil. Em 2014 foi designado vogal do Conselho Geral da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado.

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

Ricardo Pires é licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, detém uma especialização em Corporate Finance pelo ISCTE e um MBA de Gestão de Empresas pela Universidade Nova de Lisboa. Iniciou a sua carreira na área de consultoria de gestão, entre 1999 e 2002, primeiro na BDO Binder e posteriormente na GTE Consultores. Nos anos de 2002 a 2008 exerceu funções na Direção de Corporate Finance do ES Investment onde executou diversos projetos de M&A e mercado de capitais nos setores de Energia, Pasta e Papel e Food&Beverages. Colabora desde 2008 com a Semapa, inicialmente como Diretor de Planeamento Estratégico e Novos Negócios e depois, a partir de 2011, como Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração. É desde 2014 Administrador Executivo da Semapa, exercendo ainda funções noutras sociedades com esta relacionadas. Desde 2015 exerce cargos de administração na The Navigator Company e na Secil.

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA

António Viana Baptista é licenciado em Economia, pós-graduado em Economia Europeia e tem um MBA (INSEAD). Entre 1984 e 1991 foi Principal Partner de McKinsey & Co. Entre 1991 e 1998 exerceu o cargo de Administrador do Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2008 desempenhou funções na Telefonica, S.A. como Presidente da Telefonica Internacional (1998-2002), Presidente da Telefonica Moviles (2002-2006) e Presidente da Telefonica España (2006-2008), tendo também desempenhado funções como Administrador da Telefonica S.A. e da Portugal Telecom em

representação da Telefonica. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se actualmente como consultor desta instituição. Actualmente é Administrador não Executivo da Jerónimo Martins, S.A. (onde também exerceu funções de membro da Comissão de Auditoria entre 2010 e 2015), bem como da Jasper Inc, California. É Administrador não executivo da Semapa desde 2010.

CARLOS EDUARDO COELHO ALVES

Carlos Alves é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, tendo o Grau de Especialista em Gestão Industrial pela Ordem dos Engenheiros. No início da sua atividade profissional foi Assistente das cadeiras de Órgãos de Máquinas I e II no Instituto Superior Técnico e Estagiário para Especialista da Divisão de Observação de Obras do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa. Foi Engenheiro dos Serviços Técnicos da Cometna - Companhia Metalúrgica Nacional, SARL e posteriormente Administrador responsável pela Direção Fabril e Administrador Delegado da Cobrascom S.A. (Rio de Janeiro, Brasil). Entre 1989 e 2009 exerceu cargos de Administração na Semapa, na Secil, onde foi Presidente da Comissão Executiva entre 1994 e 2008, na Portucel (atualmente The Navigator Company) e na Enersis. É desde novembro de 2015 Administrador não executivo da Semapa.

FRANCISCO JOSÉ MELO E CASTRO GUEDES

Francisco Guedes é licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e tem um MBA pelo INSEAD. Iniciou a sua atividade profissional em 1971, na Companhia União Fabril. Entre os anos de 1972 a 1975 cumpriu o Serviço Militar. Nos anos seguintes, em 1976 exerceu funções de Administrador Financeiro na Companhia Rio Moju e, de 1977 a 1987, na Anglo American Corporation (no Brasil) exerceu funções de Administrador Executivo, Administrador Financeiro da Holding, Administrador responsável por todas as empresas de mineração (não ouro) e industriais no Brasil e Administrador Financeiro da Mineração Morro Velho. Nos anos de 1988 e 1989 foi responsável pela Corretora Ricardo Schedel. Em 1990, foi Administrador do projeto Aroeira na Formentur, e nos anos seguintes exerceu ainda cargos de administração e direção na Anglo American Corporation Portugal, Nacional – C.I.T.C., Nutrinveste e Sociedade Ponto Verde. Entre 2009 e 2015 exerceu funções de administração na The Navigator Company. Desde 2001 que exerce funções de administração na Secil, na Semapa e noutras empresas do grupo.

MANUEL CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

Manuel Oliveira é licenciado em Economia. Em 1977 iniciou funções de Administrador do Grupo Lagoalva, funções que exerce até à data. Em 1978 exerceu funções na empresa Thomson MacIntock, e em 1979 na Glaxo Farmacêutica. Em 1980 iniciou as suas funções de administração na Sodim e de Diretor Financeiro na Cimianto. Ainda durante os anos 90, foi Presidente da AIPA (Associação das Indústrias de Produtos de Amianto) e negociador em Bruxelas do dossier Amianto. Nos anos seguintes iniciou funções de Presidente do Conselho de Administração da Antasobral S.A., de Administrador da Sousa Campilho S.A. e da Esforço S.A. e Gerente da Zona de Caça e Pesca da Herdade Sobral e Mergulhos, Lda. Exerce desde 2013 funções de Presidente do Conselho de Administração da Cimilonga, da Longavia, da Refundos e da Sonagi Imobiliária, e de Administrador da Cimigest, da Sodim e da Sonagi, tendo passado a Presidente do Conselho de Administração desta última em 2014. Desde 2014 é Administrador não Executivo da Semapa, sociedade à qual prestava anteriormente assessoria.

VÍTOR MANUEL GALVÃO ROCHA NOVAIS GONÇALVES

Vítor Novais Gonçalves é licenciado em Gestão de Empresas pelo ISC-HEC em Bruxelas. Iniciou a sua atividade profissional em 1984 na Unilever como Management Trainee e posteriormente como Gestor de Produto e Gestor de Mercado. De 1989 a 1992 exerceu funções no Citibank Portugal, inicialmente como Gestor de Negócios na área de Capital de Risco e posteriormente como responsável pela área de Corporate Finance e membro do Management Committee. Entre 1992 e 2000 exerceu funções na área financeira do Grupo José de Mello, tendo ocupado cargos de administração em várias empresas e tendo sido, entre outros, Diretor de Marketing Estratégico e Desenvolvimento do Banco Mello e Diretor Geral da Companhia de Seguros Império. Entre os anos de 2001 e 2009 exerceu funções na área de telecomunicações do Grupo SGC como administrador da SGC Comunicações, sendo o responsável pelo Marketing Estratégico e Desenvolvimento Internacional de negócios. É administrador da Zoom Investment desde 2009, da Semapa desde 2010 e da The Navigator Company desde 2015.

VÍTOR PAULO PARANHOS PEREIRA

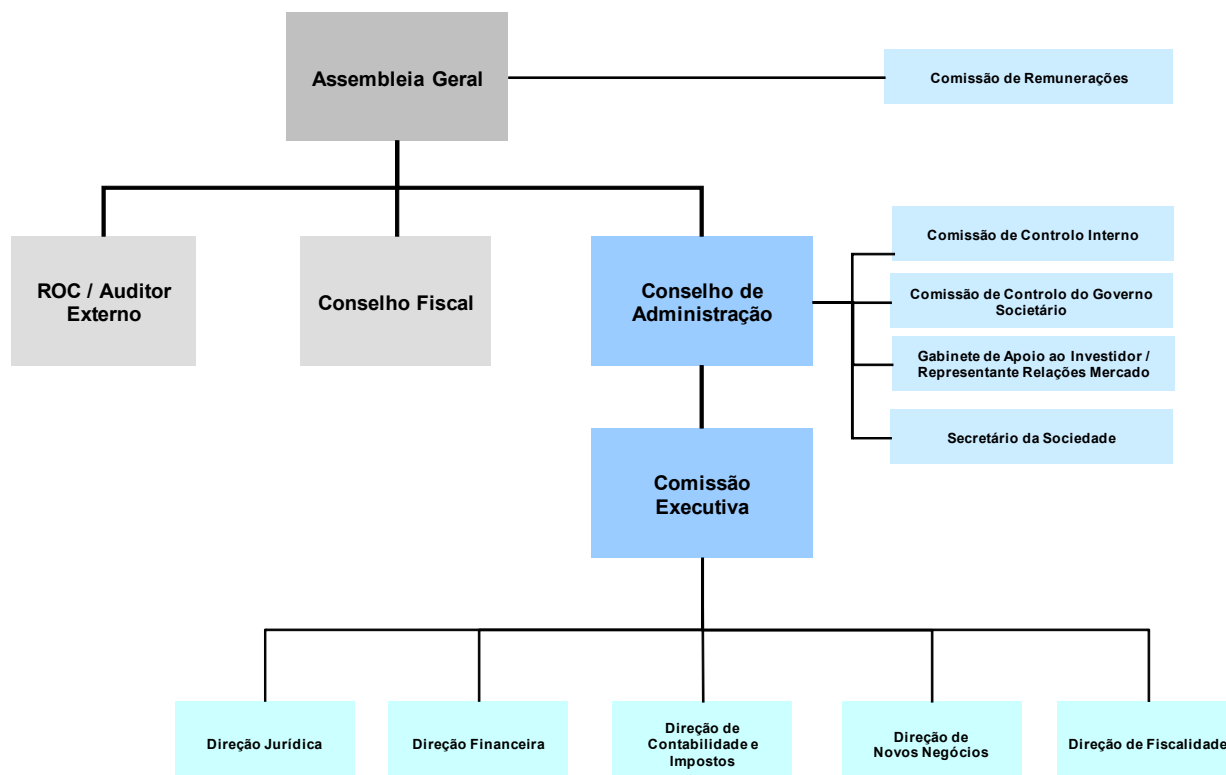
Vítor Paranhos Pereira é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e frequentou a AESE (Universidade de Navarra). Iniciou a sua atividade profissional em 1982 na Empresa Gaspar Marques Campos Correia & Cª. Lda. como Diretor Financeiro até 1987. De 1987 a 1989 exerceu o cargo de Adjunto da Direção Financeira no Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP). Em 1989 ingressou no grupo como Diretor Financeiro da Sodim, tendo sido nomeado vogal do Conselho de Administração da mesma em 2009. Exerce ainda funções de administração em diversas sociedades relacionadas com a Sodim, nomeadamente, desde 1998 na Hotel Ritz. Exerceu ainda entre 2001 e 2016 funções de administração na Hotel Villa Magna. É Administrador da Sonagi desde 1995. Em 2006 foi designado Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Hotelaria de Portugal (AHP). É desde 2007 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APPFIPP). A partir de 2009 exerce funções de vogal do Conselho Fiscal da Eurovida – Companhia de Seguros, SA e da Popular Seguros – Companhia de Seguros, SA. Em 2014 foi designado vogal do Conselho de Administração da Semapa e da Cimigest.

20. RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS OU COMERCIAIS, HABITUAIS E SIGNIFICATIVAS, DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO COM ACIONISTAS A QUEM SEJA IMPUTÁVEL PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA SUPERIOR A 2% DOS DIREITOS DE VOTO.

Para além do exercício de cargos de administração por parte de vários administradores em sociedades detentoras de participação qualificada na Semapa, nomeadamente na Sodim e participadas, conforme resulta do ponto 26 infra, e da detenção por parte do Senhor Pedro Mendonça Queiroz Pereira de uma posição acionista na Sodim, na OEM e na Vialonga, não existem outras relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas da Semapa titulares de participação qualificada.

21. ORGANOGRAMAS OU MAPAS FUNCIONAIS RELATIVOS À REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS VÁRIOS ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E/OU DEPARTAMENTOS DA SOCIEDADE, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS, EM PARTICULAR NO QUE SE REFERE À DELEGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO QUOTIDIANA DA SOCIEDADE.

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organograma dos vários órgãos, comissões e direções da Semapa:



A gestão da sociedade é centrada na articulação entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

A coordenação e a aproximação são asseguradas pela estreita cooperação desenvolvida pelo Presidente do Conselho de Administração com a equipa executiva, em especial com o respetivo Presidente, pela disponibilidade dos membros da Comissão Executiva para a transmissão regular de toda a informação relevante ou urgente, ou que seja solicitada, relativa à gestão corrente da sociedade aos membros não executivos do Conselho de Administração, de forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões estratégicas ou consideradas especialmente relevantes, ainda que estas se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados, e ainda pela presença do Presidente do Conselho de Administração nalgumas reuniões de Comissão Executiva da sociedade.

Também relativamente aos restantes membros dos órgãos sociais as informações solicitadas são prestadas pelos membros da Comissão Executiva em tempo útil e de forma adequada.

Para assegurar uma transmissão regular de informação, o Presidente da Comissão Executiva remete ainda as convocatórias e as atas dessa Comissão ao Presidente do Conselho Fiscal.

Na distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva, muito embora não exista uma compartimentação rígida de funções e responsabilidades, podem ser identificados essencialmente quatro núcleos:

- 1º Planeamento estratégico e política de investimentos, que cabe ao Presidente da Comissão Executiva Senhor Eng. João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco.
- 2º Área financeira, contabilística, e fiscal que cabe ao Administrador Senhor Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes.
- 3º Área jurídica, governo societário e tecnologias de informação, que cabe ao Administrador Senhor Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura.
- 4º Área de novos negócios, que cabe ao Administrador Senhor Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires.

Em relação ao planeamento estratégico e política de investimentos, e sem prejuízo do pelouro a que se faz referência, esclarece-se que é por natureza uma área de maior intervenção dos membros não executivos e que conta com significativo envolvimento por parte do Presidente do Conselho de Administração.

Estão delegados na Comissão Executiva poderes de gestão amplos, na sua grande parte discriminadamente indicados no ato de delegação, e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais. Estão, em concreto, delegados os seguintes atos:

- a) Negociar e deliberar a celebração por ato público ou particular de qualquer contrato de natureza comercial ou civil nos termos e condições que considere mais convenientes, bem como tomar todas as decisões que considere apropriadas na execução desses contratos;
- b) Deliberar emitir, subscrever, sacar, aceitar, endossar, avalizar, protestar ou praticar qualquer outro ato no âmbito da utilização de títulos de crédito;
- c) Deliberar sobre todos os atos correntes de natureza bancária, junto de instituições financeiras portuguesas ou estrangeiras, designadamente abrindo, consultando e estabelecendo o modo de movimentação de contas bancárias por todas as formas legalmente admissíveis;
- d) Negociar e deliberar, contrair e alterar as condições de mútuos, junto de instituições financeiras ou outras entidades, incluindo a prestação de respetivas garantias nos casos em que é delegável nos termos da lei, tudo nos termos que entender mais convenientes;
- e) Deliberar adquirir, alienar e onerar ativos de todas as naturezas, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer atos acessórios ou complementares que se revelem necessários na execução desses contratos;
- f) Tomar todas as decisões e praticar todos os atos no âmbito do exercício pela sociedade da sua posição de acionista, designadamente indicando os seus representantes nas Assembleias Gerais das sociedades em que participe e tomando deliberações unânimes por escrito;

- g) Preparar os projetos de relatórios de atividade, balanços, demonstrações financeiras e propostas de aplicação de resultados;
- h) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito das relações laborais da sociedade com os seus trabalhadores, designadamente contratar, despedir, transferir, definir condições de trabalho e de remuneração bem com as suas atualizações e alterações;
- i) Deliberar sobre a representação da sociedade perante qualquer Tribunal ou instituto de mediação ou arbitragem, tomando todas as decisões que se mostrem necessárias ou convenientes no âmbito de qualquer procedimento aí pendente ou a instaurar, designadamente as de desistir, confessar ou transigir;
- j) Constituir procuradores da sociedade dentro dos poderes que lhe estão delegados,
- k) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito da emissão de obrigações e papel comercial, já emitidos ou a emitir, incluindo a decisão de emissão; e
- l) Em geral, praticar todos os atos de gestão corrente da sociedade, com exceção daqueles que por lei não podem ser delegados nos termos do artigo 407.º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais.

Estão vedadas à Comissão Executiva as deliberações sobre:

- i) Escolha do Presidente do Conselho de Administração;
- ii) Cooptação de administradores;
- iii) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- iv) Relatórios e contas anuais;
- v) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- vi) Mudança de sede e aumentos de capital; e
- vii) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

No final do exercício de 2015, teve lugar a institucionalização de alguns procedimentos que sempre constituíram a prática na Sociedade, de modo a garantir a intervenção do Conselho de Administração na tomada de decisões estratégicas em razão do seu montante, risco ou características especiais.

No caso do Conselho Fiscal, que tem as competências que resultam da lei, não existem poderes delegados ou pelouros atribuídos.

A Comissão de Controlo Interno (CCI) tem como principal objeto a deteção e o controlo de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos financeiros, tendo-lhe sido atribuídas todas as competências referidas no ponto 29 deste relatório, necessárias ao prosseguimento daquele objetivo.

A Comissão de Controlo do Governo Societário (CCGS) tem por objeto a supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário e demais competências desenvolvidas no ponto 29 deste relatório.

As funções do Gabinete de Apoio ao Investidor vêm referidas no ponto 56 deste relatório.

O Secretário da Sociedade é designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei.

A Comissão de Remunerações elabora anualmente a declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização e realiza todo o trabalho de análise e fixação da remuneração dos administradores.

A Direção Jurídica presta assessoria jurídica à sociedade e é responsável pelo *compliance* legal com o objetivo de garantir a conformidade dos processos e procedimentos com a legislação aplicável. A Direção Financeira tem como principais funções a gestão e planeamento financeiro. A Direção de Contabilidade e Impostos tem como principais competências assegurar a prestação de contas da sociedade e o cumprimento das suas obrigações fiscais. Já a Direção de Novos Negócios promove a identificação e estudo de novas oportunidades de negócio com vista à sua concretização. A Direção de Fiscalidade, por seu turno, presta assessoria em matéria tributária, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e evitando o planeamento fiscal abusivo.

B) FUNCIONAMENTO

22. EXISTÊNCIA E LOCAL ONDE PODEM SER CONSULTADOS OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

Existe um regulamento de funcionamento do Conselho de Administração que se encontra publicado no sítio da sociedade na Internet (<http://www.semapa.pt/pt-pt/regulamentos-dos-corpos-sociais>), local onde o mesmo pode ser consultado.

23. NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E GRAU DE ASSIDUIDADE DE CADA MEMBRO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO, ÀS REUNIÕES REALIZADAS.

Em 2016 tiveram lugar 9 reuniões do Conselho de Administração, tendo a assiduidade de cada membro sido a seguinte:

| Membros do Conselho de Administração | Membros presentes (%) | Membros presentes e representados (%) |
|--|-----------------------|---------------------------------------|
| Pedro Mendonça de Queiroz Pereira | 100 | 100 |
| João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco | 100 | 100 |
| José Miguel Pereira Gens Paredes | 100 | 100 |
| Paulo Miguel Garcês Ventura | 100 | 100 |
| Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires | 100 | 100 |
| António Pedro de Carvalho Viana-Baptista | 89 | 89 |
| Carlos Eduardo Coelho Alves | 100 | 100 |
| Francisco José Melo e Castro Guedes | 100 | 100 |
| Manuel Custódio de Oliveira | 100 | 100 |
| Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves | 100 | 100 |
| Vítor Paulo Paranhos Pereira | 100 | 100 |

24. INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE COMPETENTES PARA REALIZAR A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS.

A Comissão de Remunerações define a forma de funcionamento do sistema e prepara todo o enquadramento da avaliação dos administradores executivos. É também da sua responsabilidade a verificação final dos fatores de desempenho e dos seus impactos em termos de remuneração, bem com a garantia de uma coerência geral. Não obstante, a avaliação em sentido restrito, enquanto apreciação concreta de desempenho individual, é da responsabilidade da pessoa que preside à equipe, no caso dos vogais da Comissão Executiva, e do Presidente do Conselho de Administração, no caso do Presidente da Comissão Executiva, em ambos os casos com a participação de outros não executivos que o responsável entenda por pertinente envolver.

25. CRITÉRIOS PRÉ-DETERMINADOS PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS.

Os critérios base para a avaliação do desempenho dos administradores executivos são os definidos no ponto 2 do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações para definição da componente variável da remuneração. Estes critérios são concretizados através de um sistema de KPIs que cobrem componentes quantitativas e qualitativas, individuais e conjuntas. Os elementos quantitativos conjuntos considerados são o EBITDA, os resultados antes de impostos e a TSR.

26. DISPONIBILIDADE DE CADA UM DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO, COM INDICAÇÃO DOS CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO EM OUTRAS EMPRESAS, DENTRO E FORA DO GRUPO, E OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DAQUELES ÓRGÃOS NO DECURSO DO EXERCÍCIO.

Os membros do Conselho de Administração têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas, tendo as demais atividades exercidas pelos membros executivos no decurso do exercício, fora do grupo económico de que a Semapa faz parte, um carácter inexpressivo quando comparado com o desempenho das suas funções na sociedade e restantes sociedades do mesmo grupo económico.

Para além das atividades referidas no ponto 19, os membros do Conselho de Administração desempenham os cargos sociais que se descrevem infra:

PEDRO MENDONÇA DE QUEIROZ PEREIRA

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

| | |
|--------------------------------------|---|
| CELCIMO, S.L. | Presidente do Conselho de Administração |
| INSPIREDPLACE, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| SEINPART - Participações, SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |

FUNÇÕES DESEMPENHADAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|---|---|
| CIMIGEST, SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |

| | |
|---|--|
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. | Presidente do Conselho de Administração ³ |
| COSTA DAS PALMEIRAS – Turismo e Imobiliário, S.A. | Presidente do Conselho de Administração ⁴ |
| ECOVALUE – Investimentos Imobiliários, Lda. | Gerente |
| HOTEL RITZ, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| Portucel Soporcel Switzerland Ltd. | Presidente do Conselho de Administração |
| SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| SODIM, SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| TERRAÇOS D’AREIA – SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração ⁵ |
| THE NAVIGATOR COMPANY, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| VILLA MAGNA S.L. | Presidente do Conselho de Administração ⁶ |

JOÃO NUNO DE SOTTOMAYOR PINTO DE CASTELLO BRANCO

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|--|--|
| CIMIGEST, SGPS, S.A. | Administrador |
| THE NAVIGATOR COMPANY, S.A. | Vice-Presidente do Conselho de Administração |
| SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | Vice-Presidente do Conselho de Administração |
| SODIM, SGPS, S.A. | Administrador |

JOSÉ MIGUEL PEREIRA GENS PAREDES

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

| | |
|--|---|
| ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A. | Administrador |
| BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda. | Gerente |
| CELCIMO, S.L. | Administrador |
| ETSA - Investimentos, SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| ETSA LOG, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| INSPIREDPLACE, S.A. | Administrador |
| I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| SEINPART - Participações, SGPS, S.A. | Administrador |
| SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A. | Administrador |

³ Funções desempenhadas até 29 de Junho de 2016.

⁴ Funções desempenhadas até 14 de fevereiro 2017.

⁵ Funções desempenhadas até 13 de fevereiro de 2017

⁶ Funções desempenhadas até 01 de março de 2016

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|---|---|
| CIMIGEST, SGPS, S.A. | Administrador |
| CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. | Administrador ⁷ |
| CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | Administrador |
| CIMO – Gestão de Participações, SGPS S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. | Administrador ⁸ |
| HOTEL RITZ, S.A. | Administrador |
| LONGAPAR, SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| MOR ON-LINE – Gestão de Plataformas de Negociação de Resíduos On-Line, S.A. | Administrador |
| OEM – Organização de Empresas, SGPS, S.A. | Administrador |
| SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | Administrador |
| SODIM, SGPS, S.A. | Administrador |
| THE NAVIGATOR COMPANY, S.A. | Administrador |
| VILLA MAGNA S.L. | Administrador ⁹ |

PAULO MIGUEL GARCÊS VENTURA

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

| | |
|--|---------------|
| ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A. | Administrador |
| Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A. | Administrador |
| BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda. | Gerente |
| CELCIMO, S.L. | Administrador |
| ETSA - Investimentos, SGPS, S.A. | Administrador |
| ETSA LOG, S.A. | Administrador |
| INSPIREDPLACE, S.A. | Administrador |
| I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A. | Administrador |
| SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A. | Administrador |
| SEINPART - Participações, SGPS, S.A. | Administrador |
| SEMAPA Inversiones, S.L. | Administrador |
| SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A. | Administrador |

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|--|---|
| AEM - Ass. de Emp. Emitentes de Valores Cotados em Mercado | Vogal do Conselho Geral |
| CIMIGEST, SGPS, S.A. | Administrador |
| CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. | Administrador ¹⁰ |
| CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| CIMO – Gestão de Participações, SGPS S.A. | Administrador |

7 Funções desempenhadas até 28 de dezembro de 2016

8 Funções desempenhadas até 29 de junho de 2016

9 Funções desempenhadas até 01 de março de 2016

10 Funções desempenhadas até 28 de dezembro de 2016

| | |
|--|--|
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. | Administrador ¹¹ |
| HOTEL RITZ, S.A. | Administrador |
| LONGAPAR, SGPS, S.A. | Administrador |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | Administrador |
| SODIM, SGPS, S.A. | Administrador |
| THE NAVIGATOR COMPANY, S.A. | Administrador |
| VILLA MAGNA S.L. | Administrador ¹² |
| ANTASOBRAL - Sociedade Agropecuária, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| BEIRA-RIO – Sociedade Construtora de Armazéns, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| CIMILONGA – Imobiliária, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| GALERIAS RITZ – Imobiliária, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. ¹³ | Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| LONGAVIA – Imobiliária, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| PARQUE RITZ – Imobiliária, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| REFUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| SONAGI – Imobiliária, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| SONAGI, SGPS, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| VALUELEGEND – SGPS, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral ¹⁴ |
| VÉRTICE – Gestão de Participações, SGPS, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |
| Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A. | Presidente da Mesa da Assembleia Geral |

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

| | |
|--------------------------------------|---------------|
| INSPIREDPLACE, S.A. | Administrador |
| SEINPART - Participações, SGPS, S.A. | Administrador |
| SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A. | Administrador |

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|--|---------------|
| CIMIGEST, SGPS, S.A. | Administrador |
| CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | Administrador |
| CIMO – Gestão de Participações, SGPS S.A. | Administrador |
| HOTEL RITZ, S.A. | Administrador |
| LONGAPAR, SGPS, S.A. | Administrador |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | Administrador |
| PYRUS AGRICULTURAL LLC | Administrador |

¹¹ Funções desempenhadas até 29 de junho de 2016

¹² Funções desempenhadas até 01 de março de 2016

¹³ Anteriormente designada Estradas de Portugal, S.A.

¹⁴ Funções exercidas até 30 de novembro de 2016

| | |
|--|-----------------------------|
| PYRUS INVESTMENTS LLC | Administrador |
| PYRUS REAL ESTATE LLC | Administrador |
| SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | Administrador |
| SODIM, SGPS, S.A. | Administrador |
| THE NAVIGATOR COMPANY, S.A. | Administrador |
| UPSIS S.A. | Administrador |
| VIEZNADA S.L. | Administrador ¹⁵ |
| VILLA MAGNA S.L. | Administrador ¹⁶ |
| WOM INTERNATIONAL, S.A. | Administrador |

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA**FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:**

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

FUNÇÕES DESEMPENHADAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|--|---|
| ARICA B.V. | Administrador |
| CREDIT SUISSE AG (para Espanha e Portugal) | CEO ¹⁷ |
| JASPER WIRELESS Inc. | Administrador |
| JERÓNIMO MARTINS SGPS, S.A. | Administrador |
| LARGO Ltd | Presidente do Conselho de Administração |

CARLOS EDUARDO COELHO ALVES**FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:**

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

Não exerce funções noutras sociedades.

FRANCISCO JOSÉ MELO E CASTRO GUEDES**FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:**

| | |
|--------------------------|---|
| CELCIMO, S.L. | Administrador |
| SEMAPA Inversiones, S.L. | Presidente do Conselho de Administração |

¹⁵ Funções desempenhadas até 01 de março de 2016

¹⁶ Funções desempenhadas até 01 de março de 2016

¹⁷ Funções desempenhadas até 31 de maio de 2016

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|--|-----------------------------|
| CIMENT DE SIBLINE S.A.L. | Administrador |
| CIMIGEST, SGPS, S.A. | Administrador |
| CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A. | Administrador ¹⁸ |
| SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | Administrador |
| SODIM, SGPS, S.A. | Administrador |

MANUEL CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|--|---|
| ANTASOBRAI - Sociedade Agropecuária, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| CIMIGEST, SGPS, S.A. | Administrador |
| CIMILONGA – Imobiliária, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| ESFORÇO - Investimentos Imobiliários, S.A. | Administrador |
| HOTEL RITZ, S.A. | Administrador |
| LONGAVIA – Imobiliária, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| REFUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| SODIM, SGPS, S.A. | Administrador |
| SONAGI, SGPS, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| SONAGI – Imobiliária, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| SOUSA CAMPILHO - Investimentos, SGPS, S.A. | Administrador |
| VIEZNADA S.L. | Administrador ¹⁹ |
| VILLA MAGNA S.L. | Administrador ²⁰ |
| Zona de Caça e Pesca da Herdade Sobral e Mergulhos, Lda. | Gerente |

VÍTOR MANUEL GALVÃO ROCHA NOVAIS GONÇALVES

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

FUNÇÕES DESEMPENHADAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|-----------------------|---------------|
| BELDEVELOPMENT, S.A. | Administrador |
| EXTRASEARCH SGPS S.A. | Administrador |

18 Funções desempenhadas até 29 de junho de 2016

19 Funções desempenhadas até 01 de março de 2016

20 Funções desempenhadas até 01 de março de 2016

| | |
|--|-----------------------------|
| MAGALHÃES e GONÇALVES - Consultoria e Gestão, Lda. | Gerente |
| QUALQUER PRUMO – Sociedade Imobiliária, Lda. | Gerente |
| TCARE - Conhecimento e Saúde, S.A. | Administrador ²¹ |
| THE NAVIGATOR COMPANY, S.A. | Administrador |
| VRES – Vision Real Estate Solutions, S.A. | Administrador |
| ZOOM INVESTMENT, SGPS, S.A. | Administrador |
| ZOOM INVESTMENT TURISMO, S.A. | Administrador |

VÍTOR PAULO PARANHOS PEREIRA

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

| | |
|--|---|
| ANTASOBRAL - Sociedade Agropecuária, S.A. | Administrador |
| CAPITAL HOTELS BV | Administrador |
| CIMIGEST, SGPS, S.A. | Administrador |
| CIMILONGA – Imobiliária, S.A. | Administrador |
| GALERIAS RITZ, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| HOTEL RITZ, S.A. | Administrador |
| LONGAVIA – Imobiliária, S.A. | Administrador |
| PARQUE RITZ, S.A. | Presidente do Conselho de Administração |
| REFUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. | Administrador |
| SOCIEDADE AGRÍCOLA da HERDADE dos FIDALGOS, Unip., Lda | Gerente |
| SODIM, SGPS, S.A. | Administrador |
| SODIMPARQUE – Parqueamento e Garagens, Lda. | Gerente |
| SONAGI, SGPS, S.A. | Administrador |
| SONAGI – Imobiliária, S.A. | Administrador |
| VALUELEGEND – SGPS, S.A. | Administrador ²² |
| VIEZNADA S.L. | Administrador ²³ |
| VILLA MAGNA S.L. | Administrador ²⁴ |

C) COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

27. IDENTIFICAÇÃO DAS COMISSÕES CRIADAS NO SEIO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO, E

²¹ Funções desempenhadas até 25 de maio de 2016

²² Funções desempenhadas até 30 de novembro de 2016

²³ Funções desempenhadas até 01 de março de 2016

²⁴ Funções desempenhadas até 01 de março de 2016

LOCAL ONDE PODEM SER CONSULTADOS OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO.

Na sociedade estão constituídas as seguintes comissões criadas no seio do Conselho de Administração: Comissão Executiva, Comissão de Controlo Interno e Comissão de Controlo do Governo Societário.

Todas as comissões dispõem de regulamentos de funcionamento, encontrando-se os mesmos publicados no sítio da sociedade na Internet (<http://www.semapa.pt/pt-pt/regulamentos-dos-corpos-sociais>), local onde podem ser consultados.

Relativamente à Comissão Executiva, as regras de funcionamento são as seguintes:

- a) A Comissão Executiva reúne quando for convocada pelo seu Presidente ou por quaisquer outros dois membros;
- b) Os membros da Comissão Executiva podem fazer-se representar por outro membro, não podendo cada pessoa representar mais que um membro;
- c) O Presidente da Comissão Executiva tem voto de qualidade;
- d) Os membros ausentes podem votar por escrito, e
- e) Compete em especial ao Presidente da Comissão Executiva assegurar a prestação de informação e a articulação com o Conselho de Administração.

28. COMPOSIÇÃO, SE APLICÁVEL, DA COMISSÃO EXECUTIVA E/OU IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADOR(ES) DELEGADO(S).

Os membros da Comissão Executiva são os seguintes que, com excepção do atual Presidente que iniciou funções em 1 de julho de 2015, foram todos designados por deliberação do Conselho de Administração de 19 de junho de 2014:

- Eng. João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco, que preside;
- Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes;
- Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura, e
- Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires.

29. INDICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DE CADA UMA DAS COMISSÕES CRIADAS E SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DESSAS COMPETÊNCIAS.

Os poderes da Comissão Executiva vêm referidos no ponto 21 deste relatório.

A Comissão Executiva é o órgão de gestão executivo da sociedade, tendo prosseguido as suas competências no âmbito da delegação de poderes que lhe foi confiada pelo Conselho de Administração. Esta comissão reúne com regularidade e sempre que necessário em função dos negócios em curso e do acompanhamento da atividade da sociedade, tendo reunido oitenta e quatro vezes durante o exercício de 2016. Para além dos membros da, estas reuniões são secretariadas pelo Secretário da Sociedade, Senhor Dr. Rui Gouveia, e incluem, sempre que as matérias assim o justifiquem, a presença de administradores não executivos e de sociedades do grupo e de elementos das várias direções da empresa.

Para a prossecução do seu objeto de deteção e controlo de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos financeiros, a CCI tem, nomeadamente, as seguintes competências:

- a) Zelar pelo cumprimento pela sociedade do quadro normativo que lhe seja aplicável, de natureza legal ou regulamentar;
- b) Acompanhar os negócios da sociedade assegurando uma análise integrada e permanente dos riscos associados aos mesmos;
- c) Propor e acompanhar a implementação de medidas concretas e procedimentos relativos ao controlo e redução dos riscos na atividade da sociedade, visando o aperfeiçoamento do sistema interno de controlo e gestão de riscos;
- d) Verificar a implementação dos ajustamentos ao sistema de controlo interno e de gestão de riscos propostos pelo Conselho Fiscal; e
- e) Acompanhar a verificação da qualidade da informação financeira e contabilística velando pela sua fiabilidade.

A CCI reuniu duas vezes durante o exercício de 2016 e é composta pelos Senhores Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral, Eng. Jaime Alberto Marques Sennfelt Fernandes Falcão e pela Senhora Dr.^a Margarida Isabel Feijão Antunes Rebocho. No âmbito das suas atividades esta comissão praticou os atos, manteve o acompanhamento e fez todas as verificações inerentes às suas competências, tendo realizado reuniões conjuntas com o Administrador Executivo, Senhor Dr. José Miguel Paredes e com os membros do Conselho Fiscal. O facto de a Senhora Dr.^a Margarida Rebocho ser Diretora de Contabilidade e Impostos da Semapa é ainda uma circunstância que facilita a comunicação e o acesso ao dia-a-dia da sociedade, sem comprometer o distanciamento necessário, que é assegurado por uma maioria de membros afastados da atividade diária.

À CCGS, para além da supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, compete a análise crítica das práticas e comportamentos da sociedade no âmbito do governo societário, e a iniciativa no sentido de propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da estrutura e governo societários. A CCGS deve ainda avaliar anualmente a situação do governo da sociedade e submeter ao Conselho de Administração as propostas que entenda convenientes.

A CCGS reuniu três vezes durante o exercício de 2016 e é composta pelos Senhores Eng. Jorge Manuel de Mira Amaral, Eng. Gonçalo Allen Serras Pereira e Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes, tendo este último membro sido designado para a comissão após ter cessado as suas funções como Administrador Executivo. A CCGS desenvolveu as suas atividades de supervisão e avaliação do governo societário ao longo do exercício e contribuiu ativamente para a elaboração do relatório anual do governo da sociedade, tendo tido acesso à informação necessária essencialmente através do contacto permanente e da presença nas reuniões do Administrador Executivo, Senhor Dr. Miguel Ventura, e de um membro da Direção Jurídica.

III. FISCALIZAÇÃO

A) COMPOSIÇÃO

30. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO MODELO ADOTADO.

A fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

31. COMPOSIÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO FISCAL, DA COMISSÃO DE AUDITORIA, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS, DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO, NÚMERO DE MEMBROS EFETIVOS, DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO E DATA DO TERMO DE MANDATO DE CADA MEMBRO, PODENDO REMETER-SE PARA PONTO DO RELATÓRIO ONDE JÁ CONSTE ESSA INFORMAÇÃO POR FORÇA DO DISPOSTO NO N.º 17.

Em termos estatutários o Conselho Fiscal é composto por três a cinco membros efetivos, um dos quais será o Presidente com voto de qualidade, e por um ou dois suplentes conforme o número de membros efetivos seja igual ou superior a três, sendo os mandatos de quatro anos.

| Membros do Conselho de Fiscal | Data da primeira designação e termo do mandato |
|---|--|
| Miguel Camargo de Sousa Eiró (Presidente) | 2006-2017 |
| Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira (Vogal Efetivo) | 2006-2017 |
| José Manuel Oliveira Vitorino (Vogal Efetivo) | 2015-2017 |
| Ana Isabel Moraes Nobre de Amaral Marques (Vogal Suplente) | 2016-2017 |

O Senhor Dr. José Manuel Oliveira Vitorino passou a exercer funções de vogal efetivo do Conselho Fiscal por deliberação da assembleia geral de 20 de abril de 2016, sendo que de 2 de Julho de 2015 até essa data era vogal suplente em substituição de vogal efetivo.

32. IDENTIFICAÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, DA COMISSÃO DE AUDITORIA, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS QUE SE CONSIDEREM INDEPENDENTES, NOS TERMOS DO ART. 414.º, N.º 5 CSC, PODENDO REMETER-SE PARA PONTO DO RELATÓRIO ONDE JÁ CONSTE ESSA INFORMAÇÃO POR FORÇA DO DISPOSTO NO N.º 18.

A Semapa sempre considerou que todos os membros do seu Conselho Fiscal eram independentes nos termos do artigo 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais.

Os membros do Conselho Fiscal Senhores Dr. Miguel Camargo de Sousa Eiró (Presidente), Dr. Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira e Dr. José Manuel Oliveira Vitorino são considerados pela Semapa independentes à luz dos critérios previstos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedade Comerciais, estando o primeiro e o segundo a cumprir o seu terceiro mandato e o terceiro a cumprir o seu primeiro mandato.

O entendimento de que o exercício de um terceiro mandato não compromete a posição de independência foi reforçado pelo Parecer da CMVM de 12 de novembro de 2011, que veio explicitar que só a terceira “reeleição” de membros do órgão de fiscalização, para um quarto mandato, tem como consequência a não verificação do critério.

Todavia, no contexto da instrução do processo de registo prévio da Oferta Pública Geral e Voluntária de Aquisição, na modalidade de oferta de troca, ocorrida em 2015, a CMVM informou ser seu entendimento que o Senhor Dr. Gonçalo Picão Caldeira não deveria ser considerado como membro independente do Conselho Fiscal da Semapa. As razões da CMVM para qualificar o referido membro como não independente decorreram do facto do mesmo ter assumido, entre abril de 2002 e fevereiro de 2004, funções de assessor do Conselho de Administração da Semapa. Os entendimentos da CMVM relativamente ao carácter não independente do mencionado membro do Conselho Fiscal não são subscritos nem pela Semapa, nem pela pessoa em questão.

33. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS, CONSOANTE APLICÁVEL, DE CADA UM DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, DA COMISSÃO DE AUDITORIA, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS E OUTROS ELEMENTOS CURRICULARES RELEVANTES, PODENDO REMETER-SE PARA PONTO DO RELATÓRIO ONDE JÁ CONSTE ESSA INFORMAÇÃO POR FORÇA DO DISPOSTO NO N.º 21.

MIGUEL CAMARGO DE SOUSA EIRÓ

Miguel Eiró é licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa em 1971, encontrando-se inscrito na Ordem dos Advogados desde 28 de junho de 1973, de que foi membro do Conselho Distrital de Lisboa entre 1982/1984 e membro do Conselho Geral entre 1999/2002 e entre 2002/2004. É Agente Oficial da Propriedade Intelectual e frequentou um Curso de Mediação. Exerce advocacia desde a sua licenciatura, em 1971, atualmente na “Correia Moniz & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.”, sociedade da qual é atualmente Sócio e Administrador. Entre 1972 e 1975 cumpriu o serviço militar na Marinha como Técnico Especialista em Direito. Foi membro da Direção do Centro de Arbitragens da Ordem dos Advogados entre 1997/1999. Foi Juiz Árbitro no Centro de Resolução de Conflitos Automóvel em 2004 e desempenhou funções de Árbitro em diversas outras arbitragens. Entre 1975 e 1980 foi Administrador da Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A., tendo posteriormente, ao longo da sua atividade profissional, sido gerente de outras sociedades comerciais. É membro do Conselho Fiscal da Semapa desde 2006, da The Navigator Company desde 2007 e da Secil desde 2013, desempenhando atualmente as funções de Presidente desses órgãos de fiscalização.

GONÇALO NUNO PALHA GAIO PICÃO CALDEIRA

Gonçalo Picão Caldeira é licenciado em Direito e esteve inscrito na Ordem dos Advogados em 1991, após a conclusão do estágio profissional de advocacia. É pós-graduado em gestão (MBA – Universidade Nova de Lisboa) e frequentou o curso de gestão e avaliação imobiliária do ISEG. Tem vindo a exercer a atividade de gestão e promoção imobiliária através de empresas familiares desde 2004. Antes disso, colaborou com o Grupo BCP de 1992 a 1998 e com o Grupo Sorel de outubro de 1998 a março de 2002. Foi ainda colaborador da Semapa de abril de 2002 a fevereiro de 2004. É membro do Conselho Fiscal da Semapa desde 2006, e da The Navigator Company e da Secil desde 2007 e 2013, respetivamente.

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

José Manuel Vitorino é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa. Qualificado como Revisor Oficial de Contas e no Programa de formação para executivos da Universidade Nova de Lisboa. Foi Professor Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra onde se manteve até 1980, tendo de seguida ingressado na PricewaterhouseCoopers e repartido a sua atividade pelas áreas de auditoria e assessoria financeira, tanto em empresas e grupos nacionais e estrangeiros, como em projetos em que integrou equipas internacionais. Desempenhava há vários anos as funções de Partner quando deixou a PricewaterhouseCoopers em 2013, por atingir o limite de idade na função. Atualmente exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal do Novo Banco, S.A. e de Vogal do Conselho Fiscal da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A., da Semapa, da The Navigator Company e da Secil.

B) FUNCIONAMENTO

34. EXISTÊNCIA E LOCAL ONDE PODEM SER CONSULTADOS OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA, CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, PODENDO REMETER-SE PARA PONTO DO RELATÓRIO ONDE JÁ CONSTE ESSA INFORMAÇÃO POR FORÇA DO DISPOSTO NO N.º 22.

Existe um regulamento de funcionamento do conselho fiscal que se encontra publicado no sítio da sociedade na Internet (<http://www.semapa.pt/pt-pt/regulamentos-dos-corpos-sociais>), local onde o mesmo pode ser consultado.

35. NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E GRAU DE ASSIDUIDADE ÀS REUNIÕES REALIZADAS, CONSOANTE APLICÁVEL, DE CADA MEMBRO DO CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA, CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, PODENDO REMETER-SE PARA PONTO DO RELATÓRIO ONDE JÁ CONSTE ESSA INFORMAÇÃO POR FORÇA DO DISPOSTO NO N.º 23.

No exercício de 2016, o Conselho Fiscal reuniu doze vezes, tendo os membros do mesmo estado presentes em todas as reuniões (presenças físicas).

36. DISPONIBILIDADE DE CADA UM DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO FISCAL, DA COMISSÃO DE AUDITORIA, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COM INDICAÇÃO DOS CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO EM OUTRAS EMPRESAS, DENTRO E FORA DO GRUPO, E OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DAQUELES ÓRGÃOS NO DECURSO DO EXERCÍCIO, PODENDO REMETER-SE PARA PONTO DO RELATÓRIO ONDE JÁ CONSTE ESSA INFORMAÇÃO POR FORÇA DO DISPOSTO NO N.º 26.

Os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas.

Para além das atividades referidas no ponto 33, os membros do Conselho Fiscal desempenham as funções que se descrevem infra:

MIGUEL CAMARGO DE SOUSA EIRÓ

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal

THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal

GONÇALO NUNO PALHA GAIO PICÃO CALDEIRA

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

LINHA DO HORIZONTE – Investimentos Imobiliários, Lda.

Gerente

LOFTMANIA – Gestão Imobiliária, Lda.

Gerente

SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.

Vogal do Conselho Fiscal

THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.

Vogal do Conselho Fiscal

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA:

Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS SOCIEDADES:

ANA Aeroportos de Portugal, S.A.

Vogal do Conselho Fiscal

NOVO BANCO, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal

SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.

Vogal do Conselho Fiscal

THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.

Vogal do Conselho Fiscal

c) COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES**37. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS AO AUDITOR EXTERNO.**

O Conselho Fiscal analisa os serviços adicionais e as propostas apresentadas pelo auditor externo para a prestação dos mesmos que lhe são transmitidas pela administração, procurando salvaguardar, essencialmente, que não é afetada a independência e a isenção do auditor externo necessárias à prestação dos serviços de auditoria e que os serviços adicionais são prestados com elevada qualidade e autonomia.

Refira-se que nesta análise o Conselho Fiscal aplicou as regras previstas no novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de Setembro, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016, e seguiu os procedimentos internos instituídos para garantia de que as novas disposições legais são cumpridas.

38. OUTRAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E, SE APLICÁVEL, DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS.

Como referido supra, o Conselho Fiscal tem as funções que resultam da lei, nomeadamente as que constam do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como as que constam do Regulamento do Conselho Fiscal, que são:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo de qualidade interno e do sistema de auditoria interna, se existentes, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade;
- Informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal das contas e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o órgão de fiscalização desempenhou nesse processo;
- Fiscalizar e acompanhar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- Seleccionar o revisor oficial de contas a propor à Assembleia Geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência;
- Acompanhar a revisão legal das contas anuais, individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da CMVM;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar, verificar e acompanhar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais e à verificação da adequação e aprovação de prestação de outros serviços, para além dos serviços e auditoria.

Não obstante, e embora a possibilidade de propor à Assembleia Geral a destituição do auditor com justa causa não conste expressamente das competências do Conselho Fiscal, é uma atribuição plenamente assumida que decorre em geral das suas funções e deveres – fiscalizar e comunicar as irregularidades verificadas na primeira Assembleia que se realize após tal verificação. Caso as irregularidades constituam justa causa de destituição, o Conselho Fiscal não poderá deixar de apresentar proposta aos acionistas nesse sentido.

O Conselho Fiscal é ainda o interlocutor privilegiado do Auditor Externo, tendo acesso e conhecimento direto da atividade por este desenvolvida. A sociedade crê que é possível esta ação fiscalizadora direta do Conselho Fiscal, sem interferência do Conselho de Administração, relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Auditor Externo desde que não saia prejudicado o conhecimento atempado e adequado do órgão de administração, responsável último pelo que se passa na sociedade e pelas demonstrações financeiras, quanto a este mesmo trabalho. Respeitando este princípio, os relatórios do Auditor Externo são dirigidos ao Conselho Fiscal e discutidos em reuniões conjuntas deste órgão com um membro do Conselho de Administração, onde o Conselho Fiscal informa designadamente sobre os resultados da revisão legal das contas, zelando o Conselho Fiscal para que sejam assegurados dentro da sociedade as condições necessárias para a prestação dos serviços de auditoria. Cabe ainda ao Conselho Fiscal propor e acompanhar, com o apoio dos serviços internos da sociedade, a remuneração do Auditor Externo.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. IDENTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

| | |
|-----------|---|
| EFETIVO: | PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., representada pelo Senhor Dr. Jorge Manuel Santos Costa (ROC) ou pelo Senhor Dr. António Alberto Henriques Assis (ROC) |
| SUPLENTE: | (Vago) |

40. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE O REVISOR OFICIAL DE CONTAS EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E/OU GRUPO.

A PricewaterhouseCoopers exerce funções consecutivamente junto da sociedade há 14 anos.

41. DESCRIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ROC À SOCIEDADE.

A PricewaterhouseCoopers presta à sociedade, para além dos serviços de revisão legal de contas e auditoria, serviços de consultoria fiscal permitidos e de garantia de fiabilidade.

V. AUDITOR EXTERNO

42. IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DESIGNADO PARA OS EFEITOS DO ART. 8.º E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES, BEM COMO O RESPECTIVO NÚMERO DE REGISTO NA CMVM.

O auditor externo da sociedade e o seu representante são os referidos no ponto 39, encontrando-se a PricewaterhouseCoopers registada junto da CMVM com o número 20161485.

43. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE O AUDITOR EXTERNO E O RESPECTIVO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES EXERCEM FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E/OU DO GRUPO.

O auditor externo é o revisor oficial de contas exercendo funções junto da sociedade há 14 anos conforme referido no ponto 40. O representante efetivo do auditor externo, Senhor Dr. Jorge Manuel Santos Costa (ROC), exerce funções junto da sociedade desde 05 de dezembro de 2016.

44. POLÍTICA E PERIODICIDADE DA ROTAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E DO RESPECTIVO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES.

O novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016 e veio consagrar um novo regime jurídico aplicável à rotação obrigatória dos revisores oficiais de contas nas sociedades de interesse público, como a Semapa, o qual será observado pela Sociedade.

Anteriormente a sociedade não tinha nenhuma política que impusesse a rotatividade do auditor externo ou do seu representante. No entanto, caso o Conselho Fiscal optasse por manter o auditor externo por mais de dois mandatos deveria emitir parecer favorável à sua continuidade.

Foi o que aconteceu aquando da cessação do mandato do Revisor Oficial de Contas da Semapa em 2013. O Conselho Fiscal, ouvida a administração da sociedade, solicitou aos serviços internos a preparação de um concurso limitado por convite, dirigido a quatro sociedades de Revisores Oficiais de Contas, para seleção do auditor externo e Revisor Oficial de Contas da Semapa e suas participadas para o quadriénio iniciado em 2014. As propostas apresentadas foram objeto de análise por parte de um Comité de Seleção, com o acompanhamento do Conselho Fiscal.

Em resultado, o Conselho Fiscal apresentou aos acionistas uma proposta de continuidade do auditor externo, emitindo parecer onde, ponderadas as vantagens e inconvenientes da manutenção da mesma SROC para novo mandato, focou que a qualidade do trabalho desenvolvido pela PricewaterhouseCoopers e a sua experiência acumulada nos setores onde a Semapa investe se sobrepunham aos eventuais inconvenientes da sua manutenção. No entanto, em linha com as melhores práticas internacionais e em reforço da independência da PricewaterhouseCoopers, foi proposta a rotação do sócio que a representa. A proposta do Conselho Fiscal foi aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral de 23 de maio de 2014.

45. INDICAÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E PERIODICIDADE COM QUE ESSA AVALIAÇÃO É FEITA.

Dentro da sua função fiscalizadora e de revisão aos documentos de prestação de contas da sociedade, o Conselho Fiscal avalia o auditor externo de forma contínua e em especial no âmbito dos trabalhos preparatórios do seu Relatório e Parecer às contas anuais.

46. IDENTIFICAÇÃO DE TRABALHOS, DISTINTOS DOS DE AUDITORIA, REALIZADOS PELO AUDITOR EXTERNO PARA A SOCIEDADE E/OU PARA SOCIEDADES QUE COM ELA SE ENCONTREM EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO, BEM COMO INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA EFEITOS DE APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE TAIS SERVIÇOS E INDICAÇÃO DAS RAZÕES PARA A SUA CONTRATAÇÃO.

Os serviços prestados pelo auditor externo, distintos dos de auditoria, são serviços de consultoria fiscal permitidos e de garantia de fiabilidade, sendo que os trabalhos considerados adicionais foram sempre aprovados pelo Conselho Fiscal obedecendo às normas legais aplicáveis e aos procedimentos internos instituídos para o efeito.

Os referidos serviços consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal permitidos à luz do novo regime legal consagrado pelo novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em vigor, em Portugal e no estrangeiro, os quais são aprovados pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal entendem que a contratação pontual de tais serviços é justificada pela experiência acumulada do Auditor Externo nos setores onde a sociedade atua e pela qualidade do seu trabalho, para além da definição criteriosa do escopo do trabalho solicitado, apoiando-se ainda o Conselho Fiscal na análise e pareceres internos dos serviços.

Na prestação dos serviços de consultoria fiscal e outros que não de auditoria, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adotadas na prestação destes serviços e objeto de monitorização por parte da sociedade, em especial pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Controlo Interno.

47. INDICAÇÃO DO MONTANTE DA REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA PELA SOCIEDADE E/OU POR PESSOAS COLETIVAS EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO AO AUDITOR E A OUTRAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS PERTENCENTES À MESMA REDE E DISCRIMINAÇÃO DA PERCENTAGEM RESPEITANTE AOS SEGUINTE SERVIÇOS:

| Serviços | Sociedade | | Entidades que integrem o grupo (incluindo a própria sociedade) | |
|--|---------------------|----------------|--|----------------|
| | Valor | Percentagem | Valor | Percentagem |
| Valor dos serviços de revisão de contas | 43.765,00 | 94,62% | 767.919,00 | 76,86% |
| Valor dos serviços de garantia de fiabilidade | 690,00 | 1,49% | 119.741,00 | 11,99% |
| Valor dos serviços de consultoria fiscal | 1.800,00 | 3,89% | 111.412,00 | 11,15% |
| Valor de outros serviços que não revisão de contas | - | - | - | - |
| Soma: | 46.255,00,00 | 100,00% | 999.072,00 | 100,00% |

NOTA: Valores em Euros

Em 2016, os serviços distintos dos serviços de auditoria faturados pela sociedade ou por entidades que com ela mantenham uma relação de domínio ao Auditor Externo, incluindo as entidades que com ele se encontram em relação de participação ou que integram a mesma rede, representaram 23% do total dos serviços prestados, percentagem que se situou abaixo dos 30% recomendados.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. H)).

Não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos, pelo que se aplica o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. MEIOS E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA SOCIEDADE.

Na sociedade vigora um “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” que tem como objeto regular a comunicação pelos trabalhadores da sociedade de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio.

Este regulamento consagra o dever geral de comunicação de alegadas irregularidades, indicando o Conselho Fiscal como entidade com competência para as receber, e prevendo também uma solução alternativa na eventualidade de existir conflito de interesses por parte do Conselho Fiscal no âmbito da comunicação em causa.

O Conselho Fiscal, podendo para o efeito socorrer-se da colaboração da Comissão de Controlo Interno, deve proceder à averiguação de todos os factos necessários à apreciação da alegada irregularidade. Notamos ainda que, em caso de existência de conflito de interesses quanto à irregularidade alegadamente praticada com um membro do Conselho Fiscal, deve igualmente ser remetida uma cópia da comunicação ao Presidente do Conselho de Administração.

Este processo termina com o arquivamento ou com a apresentação ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva, conforme esteja ou não em causa um titular dos órgãos sociais, de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa.

O regulamento contém ainda outras disposições, designadamente no sentido de salvaguardar a confidencialidade da comunicação, o tratamento não prejudicial do trabalhador comunicante e a difusão do respetivo regime na sociedade.

O “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” é de acesso reservado.

Refira-se ainda a este propósito que na sociedade vigora um conjunto de “Princípios Deontológicos” aprovados pelo Conselho de Administração em 30 de Dezembro de 2002 que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais.

São em especial consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente

precarizar situações de conflitos de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação relevante.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de proteção de todos os acionistas, assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. PESSOAS, ÓRGÃOS OU COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E/OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO.

Embora a sociedade não possua serviços estruturados de forma independente para a auditoria interna, o controlo interno e a gestão de riscos na sociedade são efetuados pelo Conselho de Administração e através de uma unidade orgânica com funções específicas nesta área – a Comissão de Controlo Interno (CCI), cabendo a sua verificação e fiscalização ao Conselho Fiscal e ao Auditor Externo.

Note-se, com a maior relevância, que a sociedade tem em termos consolidados um total de 6.028 trabalhadores e na holding, em termos individuais, apenas 27. O universo empresarial que representa a grande maioria dos trabalhadores do grupo e que é relativo às principais participadas da holding, The Navigator Company e Secil, está abrangido por sistemas de auditoria próprios com unidades orgânicas específicas para o efeito.

51. EXPLICITAÇÃO, AINDA QUE POR INCLUSÃO DE ORGANOGRAMA, DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA E/OU FUNCIONAL FACE A OUTROS ÓRGÃOS OU COMISSÕES DA SOCIEDADE.

As relações de dependência funcional constam do organograma do ponto 21 deste relatório, estando as funções dos órgãos e comissões com relevância nesta matéria melhor descritas no ponto 54.

52. EXISTÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS FUNCIONAIS COM COMPETÊNCIAS NO CONTROLO DE RISCOS.

Não existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

53. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS (ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS) A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE.

O capítulo 2 das notas às demonstrações financeiras consolidadas faz uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza financeira e operacional, incluindo designadamente risco cambial, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez, risco de preço, risco de abastecimento de matérias-primas, risco de preço de venda, risco de procura dos produtos, risco de concorrência, risco de legislação ambiental, risco de recursos humanos, risco de custos energéticos e riscos de contexto em geral.

Quanto aos riscos jurídicos, que não se encontram da mesma forma desenvolvidos naquele documento, importa referir que resultam essencialmente de riscos fiscais e de regulação que se encontram cobertos pela análise dos riscos de natureza operacional, e riscos específicos de responsabilidade geral ou riscos associados à negociação e celebração de

instrumentos contratuais. Estes riscos são controlados através de assessorias jurídicas instituídas quer a nível da Semapa enquanto holding quer a nível das suas participadas, e através do recurso a advogados externos sempre que a especialidade da matéria, o seu valor ou outros fatores do caso concreto assim o recomendem.

54. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS.

A CCI tem como principal objeto a deteção, o controlo e a gestão de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos jurídicos e financeiros, tendo as funções e competências referidas no ponto 21.

Ainda na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos assume particular relevância a nível das principais dominadas onde é diferente a natureza dos riscos e a exposição das sociedades, que dispõem por isso de sistemas próprios e independentes de controlo dos riscos a que estão sujeitas.

A auditoria externa é realizada na Semapa e nas sociedades por si dominadas pela PricewaterhouseCoopers. O Auditor Externo da sociedade verifica, designadamente, a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno através dos elementos que lhe são facultados pela sociedade, em especial pela Comissão de Remunerações e pela Comissão de Controlo Interno. As conclusões das verificações efetuadas são reportadas pelo Auditor Externo ao Conselho Fiscal que, sendo caso disso, reporta as deficiências encontradas.

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados têm-se demonstrado eficazes, não se tendo verificado até hoje situações que não tivessem sido previstas, devidamente acauteladas ou expressamente assumidas previamente como riscos controlados.

Como referido acima, o Conselho de Administração, para além das competências próprias nesta matéria e por forma a salvaguardar a não assunção excessiva de riscos pela sociedade, criou a CCI, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos. O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifiquem, estando a CCI incumbida de implementar tais ajustamentos. Por fim, importa referir que estes sistemas são sempre acompanhados e controlados pelo Conselho de Administração, como responsável último pelos atos praticados dentro da sociedade.

O Conselho Fiscal desempenha um papel especialmente preponderante nesta área, com todas as atribuições que resultam diretamente da lei.

55. PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA SOCIEDADE RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. M)).

A divulgação da informação financeira é da responsabilidade do responsável pelas relações com o mercado cabendo previamente, se aplicável, ao Conselho Fiscal, à Comissão de Controlo Interno e ao Auditor Externo avaliar a qualidade,

fiabilidade e integridade da informação financeira aprovada pelo Conselho de Administração da sociedade e preparada pelas direções Financeira e de Contabilidade e Impostos.

O processo de preparação da informação financeira está sujeito a um sistema de controlo interno e regras que têm como objetivo garantir uma adequada e consistente aplicação das políticas contabilísticas adotadas pela sociedade bem como a razoabilidade das estimativas e julgamentos utilizados na preparação dessa informação.

No que respeita aos mecanismos de controlo interno associados ao processo de divulgação da informação financeira, a sociedade tem implementadas regras que visam garantir a tempestividade das divulgações a efetuar e mitigar o risco de assimetrias nas informações disponibilizadas ao mercado.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. SERVIÇO RESPONSÁVEL PELO APOIO AO INVESTIDOR, COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES, INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA POR ESSES SERVIÇOS E ELEMENTOS PARA CONTACTO.

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete sob a responsabilidade do Administrador Senhor Dr. José Miguel Paredes, que dispõe de colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os setores da sociedade por forma a garantir por um lado a eficácia necessária na resposta às solicitações e por outro a transmissão de informação pertinente aos acionistas e investidores de forma atempada e sem desigualdades.

O referido administrador pode ser contactado através do respetivo endereço eletrónico (jmparedes@semapa.pt) ou através dos contactos telefónicos gerais da sociedade (+351 21 318 47 00). Por este meio é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no sítio da sociedade na Internet em www.semapa.pt, e respeita essencialmente a informação relativa ao grupo Semapa, à atividade da sociedade, ao governo societário e à informação financeira.

57. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO.

O representante da sociedade para as relações com o mercado é o Senhor Dr. José Miguel Paredes.

58. INFORMAÇÃO SOBRE A PROPORÇÃO E O PRAZO DE RESPOSTA AOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO ENTRADOS NO ANO OU PENDENTES DE ANOS ANTERIORES.

A Semapa recebe vários tipos de pedidos de informação, aos quais habitualmente responde nas 24h subsequentes à receção do pedido, sem prejuízo de alguns dos pedidos, pela sua amplitude, abrangência ou complexidade, necessitarem obrigatoriamente de um prazo mais alongado de resposta. Existem também períodos do ano em que a Semapa recebe maior solicitação de pedidos, designadamente nos períodos que antecedem a realização de Assembleias Gerais e o pagamento de dividendos, onde poderá ocorrer uma dilatação pontual dos prazos de resposta. Não existem pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

V. SÍTIO DE INTERNET (59 A 65)

| Descritivo | Endereço da página na internet |
|---|--|
| 59. SITE SEMAPA | http://www.semapa.pt |
| 60. LOCAL ONDE SE ENCONTRA INFORMAÇÃO SOBRE A FIRMA, A QUALIDADE DE SOCIEDADE ABERTA, A SEDE E DEMAIS ELEMENTOS MENCIONADOS NO ARTIGO 171.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS. | http://www.semapa.pt/pt-pt/localizacao |
| 61. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS ESTATUTOS E OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E/OU COMISSÕES. | http://www.semapa.pt/sites/default/files/pdf_pb/estatutos_semapa.pdf |
| 62. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA INFORMAÇÃO SOBRE A IDENTIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DO REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO, DO GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR OU ESTRUTURA EQUIVALENTE, RESPECTIVAS FUNÇÕES E MEIOS DE ACESSO. | www.semapa.pt/pt-pt/orgaos-sociais |
| 63. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZAM OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, QUE DEVEM ESTAR ACESSÍVEIS PELO MENOS DURANTE CINCO ANOS, BEM COMO O CALENDÁRIO SEMESTRAL DE EVENTOS SOCIETÁRIOS, DIVULGADO NO INÍCIO DE CADA SEMESTRE, INCLUINDO, ENTRE OUTROS, REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL, DIVULGAÇÃO DE CONTAS ANUAIS, SEMESTRAIS E, CASO APLICÁVEL, TRIMESTRAIS. | www.semapa.pt/pt-pt/demonstracoes-financeiras www.semapa.pt/pt-pt/eventos |
| 64. LOCAL ONDE SÃO DIVULGADOS A CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E TODA A INFORMAÇÃO PREPARATÓRIA E SUBSEQUENTE COM ELA RELACIONADA. | http://www.semapa.pt/pt-pt/assembleia-geral-extraordinaria-30-12-2016 |
| 65. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA O ACERVO HISTÓRICO COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTERIORES. | www.semapa.pt/pt-pt/ag-arquivo |

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA OU ADMINISTRADOR DELEGADO E DOS DIRIGENTES DA SOCIEDADE.

O órgão competente para determinar a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é a Comissão de Remunerações.

Relativamente aos dirigentes da sociedade essa competência pertence ao Conselho de Administração.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES, INCLUINDO IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS CONTRATADAS PARA LHE PRESTAR APOIO E DECLARAÇÃO SOBRE A INDEPENDÊNCIA DE CADA UM DOS MEMBROS E ASSESSORES.

A Comissão de Remunerações é composta pelos Senhores Dr. José Gonçalo Ferreira Maury, Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses e Eng. João Rodrigo Appleton Moreira Rato e não dispõe de pessoas contratadas para a auxiliar.

A sociedade considera todos os membros da comissão independentes, não obstante a CMVM sustentar entendimento divergente quanto ao Senhor Eng.º Frederico da Cunha. Quanto a este membro esclarecemos o seguinte:

Em primeiro lugar, tem uma conexão com a Semapa resultante do facto de ter sido até 2005 Administrador não executivo da sociedade e de manter atualmente uma pensão de reforma por força das funções que desempenhou. Entende no entanto a Semapa que, pelo facto de terem sido funções não executivas, por força do tempo decorrido e do direito à pensão ser um direito adquirido e independente da vontade da administração da Semapa, a sua isenção de análise e decisão não se encontra condicionada. Em segundo lugar, exerceu funções de administração, entre junho de 2013 e maio de 2014, na Sodim, sociedade à qual são atualmente imputados cerca de 72% dos direitos de voto não suspensos da Semapa, nos termos referidos supra no ponto 7, facto que a sociedade considera também não afetar a sua isenção de análise nem a sua capacidade de decisão. Com efeito, e tendo por base que o que está aqui em causa é uma independência relativamente aos membros executivos do órgão de administração, a Semapa considera que este membro da comissão exerce de forma independente as suas funções na Comissão de Remunerações.

No que respeita ao Senhor Dr. José Maury, cessou no exercício de 2014 o exercício de funções na Egon Zehnder, empresa especializada em recursos humanos e com a qual a Semapa e outras sociedades relacionadas tiveram ao longo dos anos alguns processos de contratação. Pelo afastamento a que se fez referência[1] entendemos que não foi posta em causa a independência deste membro da Comissão.

68. CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES.

Um dos membros da Comissão de Remunerações, o Senhor Dr. José Maury tem vastos conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações, tendo sido durante vários anos sócio da sociedade Egon Zehnder, que tem larga experiência e é líder em recrutamento de executivos, o que envolve profundo conhecimento dos processos e critérios de avaliação e dos pacotes remuneratórios associados.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO.

A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização é a constante da Declaração sobre Política de Remunerações da Comissão de Remunerações que corresponde ao Anexo II deste Relatório.

70. INFORMAÇÃO SOBRE O MODO COMO A REMUNERAÇÃO É ESTRUTURADA DE FORMA A PERMITIR O ALINHAMENTO DOS INTERESSES DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO COM OS INTERESSES DE LONGO PRAZO DA SOCIEDADE, BEM COMO SOBRE O MODO COMO É BASEADA NA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E DESINCENTIVA A ASSUNÇÃO EXCESSIVA DE RISCOS.

A forma como é estruturada a remuneração e como é baseada a avaliação do desempenho da administração resulta clara da Declaração sobre Política de Remunerações da Comissão de Remunerações, designadamente dos números 1 e 6 do capítulo VI, para o qual se remete.

Em desenvolvimento daqueles princípios, é aplicada na determinação exata da componente variável da remuneração um conjunto de KPIs que, como referido no ponto 25 supra, incluem na sua parte quantitativa o EBITDA, os resultados antes de impostos e a TSR.

O efeito do alinhamento dos interesses no longo prazo resulta em certa medida da existência de um KPI relacionado com o valor da empresa ao longo do tempo, a TSR, mas de forma mais limitada do que resulta da situação de facto existente na Semapa de estabilidade significativa dos titulares na Comissão Executiva. Esta estabilidade tem por natureza um alinhamento com prazos mais longos, também na componente salarial, pois os resultados futuros influenciam remunerações futuras em relação às quais existem expectativas.

O mesmo se deve dizer para a assunção excessiva de riscos. Não existe na sociedade qualquer mecanismo remuneratório independente com esse objetivo específico. O risco é uma característica inerente a qualquer ato de gestão e, como tal, inevitável e permanentemente objeto de ponderação em qualquer decisão da administração. A sua avaliação qualitativa ou quantitativa como boa ou má não pode ser efetuada de forma isolada em si mesma, mas apenas no seu resultado no desempenho da sociedade ao longo do tempo, confundindo-se assim com os interesses de longo prazo, e beneficiando por isso com os incentivos ao alinhamento geral de longo prazo acima referidos.

71. REFERÊNCIA, SE APLICÁVEL, À EXISTÊNCIA DE UMA COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE EVENTUAL IMPACTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NESTA COMPONENTE.

A remuneração dos administradores executivos integra uma componente variável que depende da avaliação de desempenho, nos termos descritos na Declaração sobre Política de Remunerações e em especial no ponto 2 do seu capítulo VI.

Dentro da remuneração variável, a avaliação de desempenho, na sua componente individual e qualitativa, tem um impacto em cerca de 50% da totalidade dessa componente da remuneração. Relativamente aos administradores não executivos, e sem prejuízo da situação excecional do Senhor Presidente do Conselho de Administração com significativa

proximidade às decisões relevantes da atividade corrente da sociedade, a eventual atribuição de uma remuneração variável, ainda que mais excecional, pode ocorrer não em função do desempenho da sociedade ou do seu valor mas em resultado do desempenho de tarefas de gestão que aproximem as suas funções das executivas.

Não existem limites máximos de remuneração, sem prejuízo do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício.

Já a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não inclui nenhuma componente variável.

72. DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DA COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO, COM MENÇÃO DO PERÍODO DE DIFERIMENTO.

Na sociedade não existe diferimento do pagamento da componente variável da remuneração.

73. CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM AÇÕES BEM COMO SOBRE A MANUTENÇÃO, PELOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS, DESSAS AÇÕES, SOBRE EVENTUAL CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS RELATIVOS A ESSAS AÇÕES, DESIGNADAMENTE CONTRATOS DE COBERTURA (HEDGING) OU DE TRANSFERÊNCIA DE RISCO, RESPECTIVO LIMITE, E SUA RELAÇÃO FACE AO VALOR DA REMUNERAÇÃO TOTAL ANUAL.

Na Semapa a remuneração variável não tem qualquer componente em ações.

74. CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A ATRIBUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM OPÇÕES E INDICAÇÃO DO PERÍODO DE DIFERIMENTO E DO PREÇO DE EXERCÍCIO.

Na Semapa a remuneração variável não tem qualquer componente em opções.

75. PRINCIPAIS PARÂMETROS E FUNDAMENTOS DE QUALQUER SISTEMA DE PRÉMIOS ANUAIS E DE QUAISQUER OUTROS BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS.

Os critérios que pautam a fixação dos prémios anuais são os referentes à remuneração variável descritos no ponto 2 do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações, e no ponto 25 supra, não existindo a atribuição de outros benefícios não pecuniários.

76. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES OU DE REFORMA ANTECIPADA PARA OS ADMINISTRADORES E DATA EM QUE FORAM APROVADOS EM ASSEMBLEIA GERAL, EM TERMOS INDIVIDUAIS.

Na sociedade não existem atualmente regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Não obstante, o Senhor Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses recebe uma pensão mensal por ter exercido uma opção no âmbito da extinção de um regime de pensões para administradores que existia no passado.

É esta a única pensão atualmente a ser paga pela Semapa. Trata-se de uma pensão mensal vitalícia, paga 12 vezes por ano, relativamente à qual está prevista (i) a transmissibilidade de metade do seu valor ao cônjuge sobrevivente ou filhos

menores ou incapazes e (ii) a obrigatoriedade de deduzir ao valor da pensão quer o montante de serviços remunerados que venham a ser prestados posteriormente à Semapa ou a sociedades dominadas, quer o valor das pensões que o beneficiário tenha direito a receber de um sistema público de segurança social e respeitem ao mesmo período de serviço. O montante da responsabilidade da Semapa com esta pensão é o referido na Nota 29 às Demonstrações Financeiras Consolidadas e na Nota 26 às Demonstrações Financeiras Individuais.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, PROVENIENTE DA SOCIEDADE, INCLUINDO REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL E, RELATIVAMENTE A ESTA, MENÇÃO ÀS DIFERENTES COMPONENTES QUE LHE DERAM ORIGEM.

Indica-se abaixo o montante da remuneração auferida no ano de 2016 pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da Semapa, com distinção entre remuneração fixa e variável mas sem distinguir as diferentes componentes que deram origem à remuneração variável porque a componente variável é definida como um todo, ponderando os elementos explicados na Declaração sobre Política de Remunerações da Comissão de Remunerações, sem identificação de componentes.

| Conselho de Administração | Remuneração Fixa | Remuneração Variável |
|--|------------------|----------------------|
| António Pedro de Carvalho Viana Baptista | 128.305,13 | — |
| Carlos Eduardo Coelho Alves | 90.892,00 | — |
| Francisco José de Melo e Castro Guedes | 77.825,00 | — |
| João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco | 749.950,00 | 370.970,00 |
| José Miguel Pereira Gens Paredes | 311.300,00 | 545.178,00 |
| Manuel Custódio de Oliveira | 128.305,13 | — |
| Paulo Miguel Garcês Ventura | 311.300,00 | 527.882,00 |
| Pedro Mendonça de Queiroz Pereira | 430.308,43 | 885.576,00 |
| Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires | 247.625,00 | 528.075,00 |
| Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves | 81.392,50 | — |
| Vítor Paulo Paranhos Pereira | 128.305,13 | — |
| TOTAL | 2.658.508,32 | 2.857.681,00 |

NOTA: Valores em Euros.

78. MONTANTES A QUALQUER TÍTULO PAGOS POR OUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO OU QUE SE ENCONTREM SUJEITAS A UM DOMÍNIO COMUM.

Importa esclarecer que os montantes a que se refere este número não dizem apenas respeito a sociedades dominadas pela Semapa. Estão igualmente compreendidos valores a que a Semapa e os seus órgãos sociais são alheios, por dizerem respeito a acionistas seus, a acionistas de acionistas e a outras sociedades controladas por acionistas, desde que haja relações de domínio.

Auferiram remunerações noutras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum, os administradores Senhores Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, Dr. Francisco José de Melo e Castro Guedes, Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves e Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira, nos montantes totais de 2.959.164,23 Euros, 86.213,25 Euros, 124.818,13 Euros e 590.628,00 Euros, respectivamente.

79. REMUNERAÇÃO PAGA SOB A FORMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS E OS MOTIVOS POR QUE TAIS PRÉMIOS E/OU PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS FORAM CONCEDIDOS.

O montante da remuneração paga pela Semapa sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios corresponde à remuneração variável constante do ponto 77 deste relatório, tendo tais montantes sido fixados com base na aplicação concreta pela Comissão de Remunerações dos critérios descritos no ponto 2 do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações.

80. INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO.

Não foram pagas durante o exercício, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos pela cessação de funções.

81. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE, PARA EFEITOS DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO.

| Conselho Fiscal | Remuneração Fixa | Remuneração Variável |
|--|------------------|----------------------|
| Miguel Camargo de Sousa Eiró | 21.278,65 | – |
| Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira | 15.383,77 | – |
| José Manuel Oliveira Vitorino | 15.383,77 | – |
| TOTAL | 52.046,19 | – |

NOTA: Valores em Euros.

82. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL.

Durante o exercício de 2016, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu o montante de 3.000,00 Euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. LIMITAÇÕES CONTRATUAIS PREVISTAS PARA A COMPENSAÇÃO A PAGAR POR DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA DE ADMINISTRADOR E SUA RELAÇÃO COM A COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO.

Não existe na Semapa nenhum contrato com administradores que limite ou de outra forma altere o regime legal supletivo para os casos de cessação de funções, com ou sem justa causa.

84. REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA E DESCRIÇÃO, COM INDICAÇÃO DOS MONTANTES ENVOLVIDOS, DE ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRIGENTES, NA ACEÇÃO DO N.º 3 DO ARTIGO 248.º-B DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE DEMISSÃO, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE. (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. L)).

Não existem também acordos entre a sociedade e os titulares dos órgãos sociais ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

A sociedade não celebra com os membros do órgão de administração quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela sociedade. Quanto à celebração de contratos desta natureza pelos administradores com terceiros, a sociedade não os incentiva e não há nenhum administrador que os tenha celebrado.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

85. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO E DOS RESPECTIVOS DESTINATÁRIOS.

Não existem na sociedade planos de atribuição de ações nem planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. CARATERIZAÇÃO DO PLANO (CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO, CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE DE AÇÕES, CRITÉRIOS RELATIVOS AO PREÇO DAS AÇÕES E O PREÇO DE EXERCÍCIO DAS OPÇÕES, PERÍODO DURANTE O QUAL AS OPÇÕES PODEM SER EXERCIDAS, CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES OU OPÇÕES A ATRIBUIR, EXISTÊNCIA DE INCENTIVOS PARA A AQUISIÇÃO DE AÇÕES E/OU O EXERCÍCIO DE OPÇÕES).

Não aplicável.

87. DIREITOS DE OPÇÃO ATRIBUÍDOS PARA A AQUISIÇÃO DE AÇÕES ('STOCK OPTIONS') DE QUE SEJAM BENEFICIÁRIOS OS TRABALHADORES E COLABORADORES DA EMPRESA.

Não aplicável.

88. MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES (ART. 245.º-A, N.º 1, AL. E)).

Não existe também na Semapa qualquer mecanismo de participação dos trabalhadores no seu capital.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA SOCIEDADE PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (PARA O EFEITO REMETE-SE PARA O CONCEITO RESULTANTE DA IAS 24).

Existem na sociedade os procedimentos e critérios referidos no ponto 91 para os negócios com titulares de participações qualificadas.

90. INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA.

Em 2016, não houve transações sujeitas a controlo dado que, por aplicação dos critérios referidos no ponto 91 infra nenhum dos negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, estava sujeito a parecer prévio do Conselho Fiscal. Refira-se ainda que não existiram quaisquer negócios entre a sociedade e titulares de participação qualificada fora das condições normais de mercado.

91. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS.

O Conselho de Administração deverá sujeitar a avaliação e parecer prévio do Conselho Fiscal os negócios entre a sociedade e os titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, sempre que preencham algum dos seguintes critérios por referência a cada exercício:

- a) Tenham, individualmente, um valor igual ou superior a 1% do volume de negócios consolidado da sociedade relativo ao exercício anterior;
- b) Perfaçam, em relação ao mesmo titular de participação qualificada ou entidades que com ele estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, um valor acumulado igual ou superior ao dobro do valor resultante da aplicação do critério referido na alínea anterior.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. INDICAÇÃO DO LOCAL DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE ESTÁ DISPONÍVEL INFORMAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS, DE ACORDO COM A IAS 24, OU, ALTERNATIVAMENTE, REPRODUÇÃO DESSA INFORMAÇÃO.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta da Nota 35 do Anexo às contas consolidadas e da Nota 31 do Anexo às contas individuais.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Semapa adotou o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013 ([Regulamento da CMVM n.º 4/2013](#)), escolha que se ficou a dever ao facto de ser uma evolução natural em relação ao Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2010 que a Semapa tinha vindo a seguir.

O Código adotado é divulgado pela CMVM e pode ser acedido através do respetivo site.

2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

No quadro abaixo faz-se a declaração das recomendações adotadas e não adotadas. Em relação às recomendações adotadas indica-se apenas o local deste relatório onde a matéria se encontra desenvolvida. Em relação às recomendações não adotadas, indica-se depois do quadro a respetiva justificação de não acolhimento e eventual mecanismo alternativo adotado.

| # | Adoção | Texto | Remissão |
|---|--------|-------|----------|
|---|--------|-------|----------|

I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE

| | | | |
|-----|---------|---|--------------------|
| I.1 | Adotada | As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas Assembleias Gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica. | Parte I n. 12 e 13 |
| I.2 | Adotada | As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei. | Parte I n. 14 |
| I.3 | Adotada | As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas | Parte I n. 12 |
| I.4 | Adotada | Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione. | Parte I n. 13 |

| # | Adoção | Texto | Remissão |
|-----|---------|--|--------------|
| I.5 | Adotada | Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração. | Parte I n. 4 |

II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1 SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO

| | | | |
|-----------|---------------|--|--|
| II.1.1 | Adotada | Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade. | Parte I n. 21, 28 e 29 |
| II.1.2 | Adotada | O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais. | Parte I n. 21 |
| II.1.3 | Não aplicável | O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade. | Parte I n. 15 |
| II.1.4 a) | Não adotada | Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; | Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i> |
| II.1.4 b) | Adotada | b) Refletir sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria. | Parte I n. 21, 27, 28 e 29 |

| # | Adoção | Texto | Remissão |
|--------|---------|--|--------------------|
| II.1.5 | Adotada | O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos. | Parte I n. 50 a 55 |
| II.1.6 | Adotada | O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração. | Parte I n. 18 |
| II.1.7 | Adotada | <p>Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i>.</p> <p>A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. | Parte I n. 18 |
| II.1.8 | Adotada | Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas. | Parte I n. 21 |

| # | Adoção | Texto | Remissão |
|---------|---------------|---|------------------------|
| II.1.9 | Adotada | O Presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões. | Parte I n. 21 |
| II.1.10 | Não aplicável | Caso o Presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação. | Parte I n. 18, 21 e 28 |

II.2 FISCALIZAÇÃO

| | | | |
|--------|-------------|---|--|
| II.2.1 | Adotada | Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções. | Parte I n. 32 |
| II.2.2 | Adotada | O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. | Parte I n. 38 |
| II.2.3 | Adotada | O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito. | Parte I n. 38 |
| II.2.4 | Adotada | O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários. | Parte I n. 50, 54 e 55 |
| II.2.5 | Não adotada | A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades. | Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i> |

II.3 FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

| # | Adoção | Texto | Remissão |
|-----------|---------------|--|--|
| II.3.1 | Adotada | Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração. | Parte I n. 67 e 68 |
| II.3.2 | Adotada | Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços. | Parte I n. 67 |
| II.3.3 a) | Adotada | A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; | Anexo II ao Relatório de Governo Societário |
| II.3.3 b) | Não adotada | b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; | Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i> |
| II.3.3 c) | Adotada | c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores. | Anexo II ao Relatório de Governo Societário |
| II.3.4 | Não aplicável | Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. | Parte I n. 73 e 74 |
| II.3.5 | Não aplicável | Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema. | Parte I n. 76 |

III. REMUNERAÇÕES

| | | | |
|-------|---------|---|--------------------|
| III.1 | Adotada | A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos. | Parte I n. 69 e 70 |
|-------|---------|---|--------------------|

| # | Adoção | Texto | Remissão |
|-------|---------------|---|--|
| III.2 | Adotada | A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor. | Parte I n. 71 |
| III.3 | Não adotada | A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. | Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i> |
| III.4 | Não adotada | Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. | Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i> |
| III.5 | Adotada | Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. | Parte I n. 84 |
| III.6 | Não aplicável | Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. | Parte I n. 73 e 74 |
| III.7 | Não aplicável | Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. | Parte I n. 73 e 74 |
| III.8 | Adotada | Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível. | Parte I n. 83 |

IV. AUDITORIA

| | | | |
|------|---------|--|---------------|
| IV.1 | Adotada | O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade. | Parte I n. 54 |
|------|---------|--|---------------|

| # | Adoção | Texto | Remissão |
|------|---------|---|---------------|
| IV.2 | Adotada | A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade. | Parte I n. 47 |
| IV.3 | Adotada | As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição. | Parte I n. 44 |

V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

| | | | |
|-----|---------|--|--------------------|
| V.1 | Adotada | Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado. | Parte I n. 89 a 91 |
| V.2 | Adotada | O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão. | Parte I n. 91 |

VI. INFORMAÇÃO

| | | | |
|------|---------|---|--------------------|
| VI.1 | Adotada | As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo. | Parte I n. 59 a 65 |
| VI.2 | Adotada | As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado. | Parte I n. 56 |

EXPLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES NÃO ADOTADAS:

RECOMENDAÇÃO II.1.4 A)

Determina esta recomendação que “Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes...”

Embora a sociedade não adote esta recomendação, importa distinguir a crítica à recomendação em si mesma do *explain* em sentido técnico.

Começando pela primeira, há a apontar o exagero de defender a criação de comissões para controlar comissões. Mais não é que um exercício de burocracia que vai fazendo perder a gestão numa teia de formalismos consumidores de tempo e recursos cada vez mais distantes da substância que se devia salvaguardar.

Quanto ao *explain*, importa começar por tentar identificar os princípios últimos a salvaguardar que podem ter justificado esta recomendação. São eles, aparentemente, a preocupação em assegurar que existe um controlador do controlador e que existe distanciamento na avaliação para efeitos de remuneração. Ambas estas preocupações estão asseguradas de forma eficaz na Semapa.

As comissões são controladas por quem as instituiu e é responsável último da gestão da sociedade, o Conselho de Administração, e pelo órgão designado pelos acionistas para controlar toda a atividade da sociedade, o Conselho Fiscal. A criação de um nível intermédio, numa sociedade holding com uma estrutura administrativa simplificada e reduzida dimensão, não parece trazer benefícios acrescidos à atividade controladora. Exceciona-se deste regime a Comissão de Remunerações que responde diretamente perante os acionistas.

Já quanto à avaliação dos administradores executivos, a matéria é mais complexa. Na avaliação de qualquer desempenho existe sempre uma tensão entre a proximidade, que permite maior rigor e conhecimento de causa, e o afastamento, que garante maior independência. O recurso a uma comissão de avaliação poderia dar muitas garantias em termos de independência resultante do afastamento, mas sacrificaria o conhecimento de causa que só a proximidade garante. Na Semapa optou-se agora pela solução intermédia que vem referida acima na Parte I ponto 24. Como aí se refere a Comissão de Remunerações, que assegura maior independência, define a forma de funcionamento do sistema e faz a verificação final dos fatores de desempenho, mas a avaliação concreta de desempenho individual é da responsabilidade da pessoa que preside à equipe, i.e. do Presidente da Comissão Executiva no caso dos vogais da Comissão Executiva, e do Presidente do Conselho de Administração no caso do Presidente da Comissão Executiva, em ambos os casos com participação de outros não executivos que o responsável entenda por pertinente envolver.

RECOMENDAÇÃO II.2.5

Determina esta recomendação que “a Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.”

A sociedade não possui serviços com funções exclusivas de auditoria interna nem de *compliance*, sendo que estas funções cabem essencialmente à Comissão de Controlo Interno, ao Conselho Fiscal e às várias Direções da Semapa, em particular, e no que respeita à deteção de potenciais ilegalidades, à Direção Jurídica. A inexistência de serviços com funções exclusivas nesta área é uma opção que se fica a dever à estrutura administrativa simplificada da Semapa enquanto sociedade holding, sem prejuízo dos serviços independentes dessa natureza existentes nas participadas e a que se fez referência no ponto 50.

Perante estas opções de base, não sendo a auditoria interna e o *compliance* unidades orgânicas autónomas, não existem planos de trabalho elaborados para estas unidades. Não obstante, o Conselho Fiscal tem conhecimento e oportunidade de se pronunciar sobre a atividade desenvolvida neste âmbito pela Comissão de Controlo Interno e pelas várias Direções da Semapa, sobre os recursos afetos aos serviços que também desempenham funções de *compliance*, sendo destinatário, quando existam, dos relatórios ou pareceres realizados por estes serviços quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

A sociedade não cumpre esta recomendação, mas também neste caso estamos convictos que os objetivos e preocupações que justificam a recomendação estão plenamente assegurados.

RECOMENDAÇÃO II.3.3 b) E RECOMENDAÇÃO III.3

Prevê a Recomendação II.3.3 b) que “A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;”

Dispõe a Recomendação III.3 que “A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes”.

Estas recomendações não são adotadas pela Semapa uma vez que a declaração sobre a política de remunerações, que corresponde ao Anexo II a este relatório, apenas fixa limites máximos agregados para a remuneração variável, em percentagem do resultado, e não para a remuneração fixa.

Entendemos no entanto que os princípios prosseguidos pela recomendação estão suficientemente salvaguardados de três formas. Em primeiro lugar pela já referida existência de um limite percentual da parte variável em relação aos resultados. Em segundo lugar por força da imposição de contornos de razoabilidade que resulta da declaração. Em terceiro lugar porque o sistema de KPIs instituído em desenvolvimento da política de remunerações prevê valores alvo de remuneração variável por administrador executivo, que têm como limite máximo o respectivo dobro, só ultrapassável em situações excecionais.

RECOMENDAÇÃO III.4

Prevê esta recomendação que “Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período”.

A justificação para a não adoção desta recomendação vem explicada na declaração sobre a política de remunerações em vigor, que corresponde ao Anexo II deste relatório, cuja parte relevante a seguir se transcreve:

“Tem vindo a ser defendido pelos especialistas nesta área a existência de vantagens relevantes no diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior que permitisse de alguma forma a ponderação de todo o mandato.

Aceitamos o princípio em abstrato como bom, mas não nos parece que seja vantajoso no caso concreto da Semapa e de outras sociedades de natureza similar.

A opção proposta tem como um dos principais suportes o comprometimento da administração e da sua remuneração com um resultado de médio prazo, sustentável, evitando assim a associação a um simples exercício que pode não ser representativa e cujos resultados podem mesmo ser superiores em prejuízo de exercícios seguintes.

Ora, se este perigo é real e se justifica que seja minorado através de sistemas como este em sociedades de capital totalmente disperso em que a administração pode ser tentada a ter uma visão imediatista de rápida realização de potenciais vantagens em sacrifício do futuro, o mesmo não se passa neste momento com uma sociedade como a Semapa, de controlo e administração estável, em que essas preocupações estão por natureza asseguradas.”

Em termos de substância, existe maior alinhamento com o longo prazo por parte de um administrador que não tenha uma remuneração diferida mas permaneça um tempo prolongado a ser remunerado em função dos resultados de cada ano, do que por parte de um administrador que desempenhe um mandato de 3 ou 4 anos e tenha a remuneração diferida por esse período. Impõe-se confrontar este período de três anos recomendado com o tempo de permanência dos administradores executivos na Semapa desde que pela primeira vez os poderes foram delegados numa comissão executiva: Pedro Queiroz Pereira – 13 anos, João Castello Branco – 2 anos (eleito em 2015) e ainda em funções, Carlos Alves – 7 anos, José Honório – 12 anos, Gonçalo Serras Pereira - 4 anos, Carlos Horta e Costa – 6 anos, Francisco Guedes - 11 anos, Miguel Ventura – 11 anos e ainda em funções, José Miguel Paredes – 11 anos e ainda em funções, Ricardo Pires – 3 anos (eleito em 2014) e ainda em funções.

A recomendação não é assim acolhida pela sociedade, sem prejuízo de assegurar a substância que a justifica em medida ainda maior do que resultaria do seu cumprimento.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

ANEXO I

AO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO SOCIETÁRIO

INFORMAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 447.º E 448.º DO CSC E OS N.ºS 6 E 7 DO ARTIGO 14.º DO REGULAMENTO 5/2008 DA CMVM

(POR REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO DE 2016)

1. VALORES MOBILIÁRIOS DA SOCIEDADE DETIDOS PELOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, NA ACEÇÃO DOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 447.º DO CSC (*):

- José Miguel Pereira Gens Paredes - 70 “Obrigações Semapa 2014/2019”

(*) As obrigações emitidas pela Semapa e denominadas “Obrigações Semapa 2014/2019” correspondem às obrigações da sociedade, com taxa variável correspondendo à taxa EURIBOR a 6 meses, cotada no dia útil seguinte TARGET imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, adicionada de 3,25% ao ano e maturidade em 2019.

2. VALORES MOBILIÁRIOS DE SOCIEDADES DOMINADAS OU EM RELAÇÃO DE GRUPO COM A SEMAPA DETIDOS PELOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS NA ACEÇÃO DOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 447.º DO CSC:

- Carlos Eduardo Coelho Alves - 578.309 ações da The Navigator Company, S.A.
- Herança indivisa de Maria Rita de Carvalhosa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira – 1000 ações da The Navigator Company, S.A.

3. VALORES MOBILIÁRIOS DA SOCIEDADE E DE SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO DETIDOS POR SOCIEDADES EM QUE OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EXERCEM CARGOS NOS ÓRGÃOS SOCIAIS:

- Cimigest, SGPS, S.A. - 3.185.019 ações da sociedade
- Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. – 16.199.031 ações da sociedade
- Longapar, SGPS, S.A. – 22.225.400 ações da sociedade, 1.000 ações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e 5.000 ações da ETSA - Investimentos, SGPS, S.A.
- OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. – 535.000 ações da sociedade
- Sodim, SGPS, S.A. - 15.252.726 ações da sociedade

4. AQUISIÇÃO, ALIENAÇÃO, ONERAÇÃO OU PROMESSAS RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DA SOCIEDADE OU DE SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO PELOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E PELAS SOCIEDADES REFERIDAS EM 3 (**):

José Miguel Pereira Gens Paredes deixou de deter 1 obrigação da The Navigator Company, S.A. em resultado do

reembolso desse empréstimo obrigacionista em 17 de Maio de 2016.

Para além deste reembolso, durante o ano de 2016 não foram efetuadas aquisições, alienações, onerações ou promessas relativas a valores mobiliários da Semapa ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo nem pelos titulares dos órgãos sociais e nem pelas sociedades referidas no ponto 3 supra.

(**) As obrigações da sociedade The Navigator Company, S.A. referidas neste ponto correspondem às obrigações denominadas “Obrigações Portucel € 350,000,000 5.375% Senior Notes due 2020”.

5. TRANSAÇÕES DE AÇÕES PRÓPRIAS:

Em 2016, a Semapa adquiriu a seguinte quantidade de ações próprias, podendo os detalhes destas transações, designadamente o preço, ser consultados no sistema de difusão de informação da CMVM:

- 18 janeiro de 2016: 14.681 ações
- 19 janeiro de 2016: 18.785 ações
- 20 janeiro de 2016: 17.788 ações
- 21 janeiro de 2016: 35.005 ações
- 22 janeiro de 2016: 21.463 ações
- 25 janeiro de 2016: 8.500 ações
- 8 fevereiro de 2016: 40.499 ações
- 9 fevereiro de 2016: 43.337 ações
- 10 fevereiro de 2016: 2.501 ações
- 11 fevereiro de 2016: 18.385 ações
- 12 fevereiro de 2016: 18.959 ações
- 15 fevereiro de 2016: 24.143 ações
- 16 fevereiro de 2016: 34.022 ações
- 18 fevereiro de 2016: 6.303 ações
- 19 fevereiro de 2016: 5.428 ações
- 22 fevereiro de 2016: 8.000 ações
- 23 fevereiro de 2016: 11.500 ações
- 24 fevereiro de 2016: 26.847 ações
- 25 fevereiro de 2016: 6.043 ações
- 26 de fevereiro de 2016: 12.810 ações
- 19 de março de 2016: 1.923 ações
- 15 de março de 2016: 2.500 ações
- 5 de abril de 2016: 5.500 ações
- 6 de abril de 2016: 2.000 ações
- 7 de abril de 2016: 11.500 ações
- 8 de abril de 2016: 4.000 ações
- 11 de abril de 2016: 3.014 ações
- 20 de abril de 2016: 490 ações
- 22 de abril de 2016: 5.000 ações

- 2 de maio de 2016: 1.000 ações
- 3 de maio de 2016: 6.000 ações
- 4 de maio de 2016: 7.200 ações
- 5 de maio de 2016: 225 ações
- 6 de maio de 2016: 12.404 ações
- 9 de maio de 2016: 10.000 ações
- 10 de maio de 2016: 5.000 ações
- 11 de maio de 2016: 19.500 ações
- 12 de maio de 2016: 11.000 ações
- 13 de maio de 2016: 4.500 ações
- 16 de maio de 2016: 1.000 ações
- 17 de maio de 2016: 5.500 ações
- 18 de maio de 2016: 3.446 ações
- 19 de maio de 2016: 1.400 ações
- 20 de maio de 2016: 8.190 ações
- 24 de maio de 2016: 2.954 ações
- 2 de junho de 2016: 2.600 ações
- 3 de junho de 2016: 12.504 ações
- 6 de junho de 2016: 8.000 ações
- 7 de junho de 2016: 13.500 ações
- 9 de junho de 2016: 7.500 ações
- 10 de junho de 2016: 21.200 ações
- 13 de junho de 2016: 21.000 ações
- 14 de junho de 2016: 50.000 ações
- 15 de junho de 2016: 30.000 ações
- 16 de junho de 2016: 19.893 ações
- 17 de junho de 2016: 44.454 ações
- 21 de junho de 2016: 13.000 ações
- 22 de junho de 2016: 16.000 ações
- 23 de junho de 2016: 1.071 ações
- 24 de junho de 2016: 24.499 ações
- 27 de junho de 2016: 72.593 ações
- 28 de junho de 2016: 22.501 ações
- 29 de junho de 2016: 3.334 ações
- 5 de julho de 2016: 5.550 ações
- 6 de julho de 2016: 10.000 ações
- 7 de julho de 2016: 1.461 ações
- 12 de julho de 2016: 7.192 ações
- 13 de julho de 2016: 6.000 ações
- 14 de julho de 2016: 9.000 ações
- 15 de julho de 2016: 4.592 ações

- 19 de julho de 2016: 2.308 ações
- 20 de julho de 2016: 11.000 ações
- 21 de julho de 2016: 3.725 ações
- 22 de julho de 2016: 1.600 ações

De referir que, em 20 de abril de 2016, a Semapa reduziu o capital social por extinção de 375.523 ações próprias, correspondentes a cerca de 0,49 % do capital social.

ANEXO II

AO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO SOCIETÁRIO

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Impõe a Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que a Comissão de Remunerações submeta anualmente a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas uma declaração sobre política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização. Foi o que sucedeu em 2016 com a apresentação aos acionistas de uma proposta nesse sentido, tendo sido aprovada a declaração sobre política de remunerações cujo teor aqui se reproduz:

“DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SEMAPA

I. INTRODUÇÃO

No início do ano de 2007 a Comissão de Remunerações da Semapa elaborou pela primeira vez uma declaração sobre política de remunerações que veio a ser submetida e aprovada na assembleia geral da sociedade desse ano. A declaração foi então elaborada no âmbito de uma recomendação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre a matéria.

Declarou nesse momento a Comissão de Remunerações que entendia que as opções então defendidas deviam ser mantidas até ao final do mandato em curso dos órgãos sociais. O mandato em causa era o mandato 2006-2009.

No ano de 2010 foi então necessário renovar a declaração, não só por ter tido início um novo mandato mas também por ter entrado em vigor a Lei nº 28/2009 de 19 de Junho que determina a obrigatoriedade da Comissão de Remunerações submeter anualmente a aprovação da assembleia geral uma declaração sobre a política de remunerações.

Esta Comissão mantém o entendimento de que uma declaração sobre política de remunerações, pela sua própria natureza de conjunto de princípios, deve ser tendencialmente estável durante todo o período do mandato.

Face à mudança do contexto recomendatório vigente com a publicação do Código do Governo Societário de 2013 pela CMVM, a Comissão de Remunerações ajustou em 2014 esta Declaração às novas recomendações.

Este ano, mantém-se a opção de propor a aprovação de uma declaração com um conteúdo semelhante ao da declaração actualmente em vigor com pequenos ajustamentos resultantes do trabalho efectuado durante o ano de 2015 no sistema de avaliação e KPIs.

As duas possibilidades de definição de remunerações dos órgãos sociais mais comuns têm entre si um significativo afastamento. Temos por um lado a definição directa das remunerações pela assembleia, a que poucas vezes se recorre por não ser muito praticável pelas mais diversas razões, e por outro a definição das remunerações por uma Comissão que decide segundo critérios em relação aos quais os accionistas não tiveram oportunidade de se pronunciar.

Temos perante nós a solução intermédia de submeter à apreciação dos accionistas uma declaração sobre a política de remunerações a seguir pela Comissão. Há que tentar retirar o melhor de ambas as soluções abstractamente possíveis, como nos propomos fazer neste documento, recorrendo e reproduzindo o que em boa parte já antes defendemos, mas também tentando trazer o contributo de maior experiência e conhecimento da sociedade e o respeito pelas disposições legais nesta matéria que acima referimos.

II. ENQUADRAMENTO LEGAL E RECOMENDATÓRIO

A presente declaração tem como enquadramento a já referida Lei 28/2009 de 19 de Junho e as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para o ano de 2013.

Quanto àquele diploma legal, para além do que determina quanto à periodicidade da declaração e sua aprovação e quanto à divulgação do seu teor, dispõe relativamente ao conteúdo determinando que a declaração contenha informação relativa:

- a) Aos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;
- b) Aos critérios de definição da componente variável da remuneração;
- c) À existência de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
- d) À possibilidade de o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato;
- e) Aos mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

Já no que respeita ao enquadramento recomendatório, recomenda a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários o seguinte:

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:

- a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;
- b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;
- c) Informação quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

III. REGIME LEGAL E ESTATUTÁRIO APLICÁVEL À SOCIEDADE

Qualquer definição de remunerações não pode deixar de ter em conta quer o regime legal geral quer o regime particular acolhido pelos estatutos da sociedade, quando for caso disso.

O regime legal para o conselho de administração vem essencialmente estabelecido no artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e do mesmo resulta essencialmente o seguinte:

- A fixação das remunerações compete à Assembleia Geral de acionistas ou a uma comissão por aquela nomeada.
- Aquela fixação de remunerações deve ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.
- A remuneração pode ser certa ou consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício, mas a percentagem máxima destinada aos administradores deve ser autorizada por cláusula do contrato de sociedade e não incide sobre distribuições de reservas nem sobre qualquer parte do lucro do exercício que não pudesse, por lei, ser distribuído aos acionistas.

Para o Conselho Fiscal e para os membros da Mesa da Assembleia Geral determina a lei que a remuneração deve consistir numa quantia fixa, e que é determinada nos mesmos moldes pela Assembleia Geral de acionistas ou uma comissão por aquela nomeada, devendo ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.

Já no que respeita aos estatutos, no caso da Semapa existe uma cláusula específica apenas para o Conselho de Administração, a décima sétima, que rege simultaneamente o regime de reforma, e tem, na parte que aqui interessa, o seguinte conteúdo:

"2 – A remuneração dos administradores e [...] é fixado por uma Comissão de Remunerações constituída por número ímpar de membros e eleita pela Assembleia Geral.

3 – A remuneração pode ser constituída por uma parte fixa e uma parte variável, que englobará uma participação nos lucros, não podendo esta participação nos lucros ser superior, para o conjunto dos administradores, a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior. "

É este o enquadramento formal em que deve ser definida a política de remunerações.

IV. O PERCURSO HISTÓRICO

Na Semapa, desde a sua constituição e até ao ano de 2002, a remuneração de todos os administradores foi sempre composta apenas por uma parte fixa, pagável catorze vezes por ano, e fixada pela Comissão de Remunerações, então com a designação de Comissão de Fixação de Vencimentos.

No ano de 2003, na deliberação relativa à aplicação do resultado de 2002, foi pela primeira vez aplicado parte do resultado diretamente na remuneração dos membros do Conselho de Administração, com a distribuição entre os membros que foi definida pela Comissão de Remunerações.

Este procedimento repetiu-se até ao ano de 2005, com referência aos resultados de 2004.

No ano de 2006 a aplicação de resultados do exercício de 2005 não previu a aplicação de qualquer montante destinado à remuneração da administração. A parte variável da remuneração foi em 2006 fixada pela Comissão de Remunerações, também por referência ao resultado, nos termos estatutários.

Foi este o procedimento que se manteve até 2014, mas desde 2007 já no âmbito de uma declaração relativa à política de remunerações aprovada pela Assembleia Geral da Sociedade. Em 2015 foi novamente ponderada a vantagem de se regressar ao procedimento anterior no sentido da deliberação do valor total a pagar ser feita directamente pelos acionistas em assembleia geral, a partir dos resultados do exercício e com base em proposta da Comissão de Remunerações, sendo a distribuição individual efetuada pela Comissão de Remunerações. O procedimento acabou por ser acolhido e aplicou-se durante o ano de 2015 às remunerações variáveis devidas pelo desempenho em 2014.

Note-se que a atribuição de uma percentagem do resultado não é aplicada de forma direta, mas antes como um indicador, por um lado, e como um limite estatutário, por outro, de valores que são apurados de forma mais elaborada tendo em conta todos os fatores que constam da declaração sobre política de remunerações em vigor e os KPIs abaixo referidos.

Existe pois um procedimento constante desde o ano de 2003 no sentido de a remuneração dos membros do Conselho de Administração ser composta por uma parte fixa e outra variável.

Quanto ao Conselho Fiscal foi desde a constituição da sociedade remunerado com uma quantia mensal fixa. Já os membros da Mesa da Assembleia desde que passaram a ser remunerados, também o foram através de uma remuneração determinada em função das reuniões efetivamente ocorridas.

V. PRINCÍPIOS GERAIS

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações dos órgãos sociais são essencialmente aqueles que de forma muito genérica resultam da lei: por um lado as funções desempenhadas e por outro a situação económica da sociedade. Se a estes acrescentarmos as condições gerais de mercado para situações equivalentes, encontramos aqueles que nos parecem ser os três grandes princípios gerais:

a) FUNÇÕES DESEMPENHADAS.

Há que ter em conta as funções desempenhadas por cada titular de órgãos sociais não apenas num sentido formal, mas num sentido mais amplo da atividade efetivamente exercida e das responsabilidades que lhe estão associadas. Não estão na mesma posição todos os administradores executivos entre si, nem muitas vezes todos os membros do conselho fiscal, por exemplo. A ponderação das funções deve ser efetuada no seu sentido mais amplo e deve considerar critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação, ou o valor acrescentado para a empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

Também a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas não pode ser alheia a esta ponderação, pelo que significa por um lado em termos de aumento de responsabilidade e por outro em termos de fonte cumulativa de rendimento.

Importa aqui referir que a experiência com a Semapa tem revelado que os administradores nesta sociedade, ao contrário do que é típico em sociedades desta natureza, não se têm sempre dividido dicotomicamente de forma homogénea entre executivos e não executivos. Há um conjunto de administradores que têm poderes delegados e que são comumente chamados executivos, mas entre aqueles que não têm poderes delegados existiram já as mais diversas formas e proximidades de participação na vida da sociedade. É particularmente relevante neste contexto, designadamente para efeitos de atribuição de remuneração variável, a posição do Presidente do Conselho de Administração que, não sendo membro da Comissão Executiva, mantém uma significativa proximidade às decisões relevantes da atividade corrente da sociedade.

b) A SITUAÇÃO ECONÓMICA DA SOCIEDADE.

Também este critério tem que ser compreendido e interpretado com cuidado. A dimensão da sociedade e inevitável complexidade da gestão associada, é claramente um dos aspetos relevantes da situação económica entendida na sua forma mais lata. As implicações existem quer na necessidade de remunerar uma responsabilidade que é maior em sociedades maiores e com modelos de negócio complexos quer na capacidade de remunerar adequadamente a gestão.

c) CRITÉRIOS DE MERCADO.

O encontro entre a oferta e a procura é incontornável na definição de qualquer remuneração, e os titulares dos órgãos sociais não são exceção. Só o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais de um nível ajustado à complexidade das funções a desempenhar e responsabilidades a assumir, e assim assegurar não só os interesses do próprio mas essencialmente os da sociedade e a criação de valor para todos os seus acionistas. No caso da Semapa, pelas suas características e dimensão, os critérios de mercado a ter em conta são não só os nacionais mas também os internacionais.

VI. ENQUADRAMENTO DOS PRINCÍPIOS NO REGIME LEGAL E RECOMENDATÓRIO

Exposto o percurso histórico e consignados os princípios gerais adotados importa agora fazer o enquadramento dos princípios nos regimes normativos aplicáveis.

1. ALÍNEA A) DO ARTIGO 2º DA LEI 28/2009. ALINHAMENTO DE INTERESSES.

O primeiro aspeto que a Lei 28/2009 considera essencial em termos de informação nesta declaração é o da explicitação dos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade.

Cremos que o sistema remuneratório em vigor na Semapa é bem sucedido no assegurar desse alinhamento. Em primeiro lugar por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados, e em segundo lugar por associar os membros do órgão de administração aos resultados através de uma componente variável da remuneração que tem nos resultados o fator preponderante.

2. ALÍNEA B) DO ARTIGO 2º DA LEI 28/2009. CRITÉRIOS PARA A COMPONENTE VARIÁVEL.

A informação sobre os critérios para a definição da componente variável da remuneração é o segundo dos aspetos exigidos pelo diploma legal referido.

A fixação da componente variável da remuneração tem por base um valor target aplicável a cada administrador e que é devido em condições de desempenho do próprio e da sociedade que correspondam às expectativas e aos objectivos previamente fixados. Este valor target é definido ponderando os princípios acima referidos - mercado, funções concretas, situação da sociedade -, com destaque para situações comparáveis de mercado em funções de relevância equivalente. Um outro fator relevante na definição dos targets é a opção pela inexistência na Semapa de planos de ações ou opções de aquisição de ações

As ponderações do desempenho efetivo face às expectativas e objectivos, que determinam a variação em relação ao target, têm por base um conjunto de KPIs, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade e do administrador em causa, e nos quais relevam especialmente o EBITDA, os resultados antes de impostos e o retorno total para o acionista.

3. ALÍNEA C) DO ARTIGO 2º DA LEI 28/2009. PLANOS DE AÇÕES OU OPÇÕES.

A opção pela existência ou não de planos de atribuição de ações ou opções é de natureza estrutural. A existência de um plano desta natureza não é um simples acréscimo ao sistema remuneratório existente, sendo antes uma modificação profunda do que existe já, pelo menos em termos de remuneração variável.

Muito embora um regime remuneratório estruturado desta forma não seja incompatível com os estatutos da sociedade, entendemos que a redação da respetiva cláusula estatutária e o histórico existente apontava na manutenção de um sistema remuneratório global sem uma componente de ações ou opções.

Não significa isto que não reconheçamos os méritos de uma componente de ações ou opções na remuneração da administração, nem tão pouco que não estejamos recetivos a encontrar uma nova forma de estruturação da remuneração da administração com esta componente, mas o recurso a planos de ações e opções não é essencial para assegurar os princípios que defendemos e, como se disse, não cremos que fosse essa a opção base dos acionistas da sociedade.

4. ALÍNEA D) DO ARTIGO 2º DA LEI 28/2009. MOMENTO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.

Tem vindo a ser defendido pelos especialistas nesta área a existência de vantagens relevantes no diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior que permitisse de alguma forma a ponderação de todo o mandato.

Aceitamos o princípio em abstrato como bom, mas não nos parece que seja vantajoso no caso concreto da Semapa e de outras sociedades de natureza similar.

A opção proposta tem como um dos principais suportes o comprometimento da administração e da sua remuneração com um resultado de médio prazo, sustentável, evitando assim a associação a um simples exercício que pode não ser representativa e cujos resultados podem mesmo ser superiores em prejuízo de exercícios seguintes.

Ora, se este perigo é real e se justifica que seja minorado através de sistemas como este em sociedades de capital totalmente disperso em que a administração pode ser tentada a ter uma visão imediatista de rápida realização de potenciais vantagens em sacrifício do futuro, o mesmo não se passa neste momento com uma sociedade como a Semapa, de controlo e administração estável, em que essas preocupações estão por natureza asseguradas.

5. ALÍNEA E) DO ARTIGO 2º DA LEI 28/2009. MECANISMOS DE LIMITAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.

Defende-se com este mecanismo a limitação da remuneração variável no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

Também neste mecanismo transparece uma preocupação de que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro.

Igualmente aqui, por maioria de razão, se aplicam os raciocínios supra. Note-se, aliás, que se trata de uma solução com pouco efeito prático se não for associada a um diferimento relevante da remuneração, o que não se propõe para a Semapa.

6. RECOMENDAÇÃO II.3.3. ALÍNEA A). CRITÉRIOS PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO.

Os critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais são os que se extraem dos princípios enunciados no capítulo V supra e, relativamente à componente variável da remuneração dos administradores, os referidos no ponto 2 do capítulo VI supra.

Para além destes não existem na Semapa outros critérios obrigatórios pré-determinados para a fixação da remuneração.

7. RECOMENDAÇÃO II.3.3. ALÍNEA B). MONTANTE MÁXIMO POTENCIAL, INDIVIDUAL E AGREGADO, DA REMUNERAÇÃO.

Os estatutos da Semapa apenas fixam o montante máximo potencial agregado da remuneração variável dos administradores que, nos termos do número 3 da cláusula décima sétima, corresponde a uma participação nos lucros não superior a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior. Sem prejuízo desta Comissão concordar com o teor da recomendação no sentido da definição de montantes máximos potenciais, entendemos que no caso da Semapa, com a existência de uma disposição estatutária específica sobre a matéria, não devem ser definidas regras complementares de limitação quantitativa, sem prejuízo da fixação desses limites em sociedades dominadas. O montante máximo poderá ser atingido sempre que estejam integralmente cumpridos os critérios de desempenho.

8. RECOMENDAÇÃO II.3.3. ALÍNEA C). PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO OU CESSAÇÃO DE FUNÇÕES.

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

Esta circunstância resultou naturalmente dos vários casos concretos existentes na sociedade e não de uma posição de princípio desta Comissão contra a existência de acordos desta natureza.

Aplica-se, assim, o regime legal supletivo nesta matéria.

VII. OPÇÕES CONCRETAS

As opções concretas de política de remuneração propostas podem pois ser sumariadas da seguinte forma:

- 1.^a A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração e do Presidente do Conselho de

- Administração, tal como referido na alínea a) do Capítulo V, será composta por uma parte fixa e por uma parte variável.
- 2.^a A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração será composta apenas por uma parte fixa, que poderá ser complementada em função da acumulação de responsabilidades acrescidas.
 - 3.^a A remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa.
 - 4.^a A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração consistirá num valor mensal pagável catorze vezes por ano ou num valor predeterminado por cada participação em reunião do Conselho de Administração.
 - 5.^a A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será feita para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para os que não sendo membros daquela Comissão exerçam funções ou desenvolvam trabalhos específicos de natureza repetida ou continuada.
 - 6.^a A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será feita para aqueles que tenham funções essencialmente consultivas e de fiscalização.
 - 7.^a As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal consistirão todas num valor fixo mensal pagável catorze vezes por ano.
 - 8.^a As remunerações fixas dos membros da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor predeterminado por cada reunião, sendo inferior os valores para as segunda e seguintes reuniões que tenham lugar durante o mesmo ano.
 - 9.^a O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Remunerações, não devendo exceder o valor global de cinco por cento do resultado líquido consolidado em formato IFRS.
 - 10.^a Na fixação de todas as remunerações, incluindo designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável do Conselho de Administração serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios de mercado.

Lisboa, 11 de março de 2016

A Comissão de Remunerações

José Gonçalo Ferreira Maury

Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses

João Rodrigo Appleton Moreira Rato

ANEXO III

AO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO SOCIETÁRIO

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 245.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2016, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Considerando que os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração equivalente no âmbito dos documentos que são da sua responsabilidade, a declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito de “responsáveis do emitente” os titulares dos órgãos sociais. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

| Nome | Funções |
|--|---|
| Pedro Mendonça de Queiroz Pereira | Presidente do Conselho de Administração |
| João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco | Vogal do Conselho de Administração |
| José Miguel Pereira Gens Paredes | Vogal do Conselho de Administração |
| Paulo Miguel Garcês Ventura | Vogal do Conselho de Administração |
| Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires | Vogal do Conselho de Administração |
| António Pedro de Carvalho Viana-Baptista | Vogal do Conselho de Administração |
| Carlos Eduardo Coelho Alves | Vogal do Conselho de Administração |
| Francisco José Melo e Castro Guedes | Vogal do Conselho de Administração |
| Manuel Custódio de Oliveira | Vogal do Conselho de Administração |
| Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves | Vogal do Conselho de Administração |
| Vítor Paulo Paranhos Pereira | Vogal do Conselho de Administração |

PARTE 3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

| Valores em Euros | Notas | 2016 | 2015 | 4º T 2016 (Não auditado) | 4º T 2015 (Não auditado) |
|--|-------|---------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Réditos | | | | | |
| Vendas | 4 | 2.054.279.950 | 2.099.937.636 | 539.418.877 | 553.449.796 |
| Prestação de Serviços | 4 | 20.334.993 | 32.398.054 | 5.716.480 | 8.045.228 |
| Outros proveitos | | | | | |
| Ganhos na alienação de ativos não correntes | 5 | 3.408.483 | 2.863.693 | 1.491.874 | 2.426.073 |
| Outros ganhos operacionais | 5 | 71.056.601 | 55.484.421 | 25.133.015 | 15.861.516 |
| Variações de Justo valor nos ativos biológicos | | 8.616.021 | 3.027.505 | (1.963.125) | 5.152.474 |
| Gastos e perdas | | | | | |
| Inventários consumidos e vendidos | 6 | (806.886.005) | (849.960.294) | (199.190.101) | (207.364.005) |
| Variação da produção | 6 | (2.292.741) | 22.301.850 | (16.774.301) | (10.458.670) |
| Materiais e serviços consumidos | 6 | (579.963.094) | (596.557.719) | (164.889.403) | (157.079.620) |
| Gastos com o pessoal | 6 | (242.091.505) | (244.824.037) | (64.229.441) | (77.846.242) |
| Outros gastos e perdas | 6 | (37.355.667) | (46.512.766) | (9.935.439) | (15.126.876) |
| Provisões líquidas | 6 | 2.387.895 | 8.990.627 | 4.735.367 | (2.866.360) |
| Depreciações, amortizações e perdas por imparidade | 8 | (246.959.406) | (199.260.701) | (70.768.049) | (58.157.017) |
| Resultados operacionais | | 244.535.525 | 287.888.269 | 48.745.754 | 56.036.297 |
| Resultados de Associadas e Empreendimentos conjuntos | 9 | 3.067.090 | (4.287.184) | 1.757.396 | 25.484 |
| Resultados financeiros líquidos | 10 | (77.373.279) | (117.975.536) | (19.078.665) | (18.170.396) |
| Resultados antes de impostos | | 170.229.336 | 165.625.549 | 31.424.485 | 37.891.385 |
| Imposto sobre o rendimento | 11 | 19.076.034 | (34.839.050) | 41.753.557 | (8.478.949) |
| Lucros do exercício | | 189.305.370 | 130.786.499 | 73.178.042 | 29.412.436 |
| Lucros do exercício | | | | | |
| Atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe | | 114.862.812 | 81.530.041 | 43.308.328 | 15.674.556 |
| Atribuível a interesses que não controlam | 13 | 74.442.558 | 49.256.458 | 29.869.714 | 13.737.880 |
| Lucros por ação | | | | | |
| Lucros retidos básicos por ação, Eur | 12 | 1,418 | 0,850 | 0,538 | 0,660 |
| Lucros retidos diluídos por ação, Eur | 12 | 1,418 | 0,850 | 0,538 | 0,660 |

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

| Valores em Euros | Nota | 2016 | 2015 | 4º T 2016 (Não auditado) | 4º T 2015 (Não auditado) |
|--|------|--------------------|---------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Lucros do exercício | | | | | |
| antes de interesses que não controlam | | 189.305.370 | 130.786.499 | 73.178.042 | 29.412.436 |
| Itens passíveis de reversão na demonstração dos resultados | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivados de cobertura | | | | | |
| Variações no justo valor | 34 | (4.393.945) | 4.232.105 | 3.652.636 | 4.125.131 |
| Efeito de imposto | 28 | 1.507.615 | (405.180) | (1.239.677) | (1.093.598) |
| Diferenças de conversão cambial | 27 | 34.614.409 | (9.423.201) | 23.957.855 | 14.385.089 |
| Outros rendimentos integrais de Associadas reconhecidas ao MEP | | 3.737.176 | - | 5.931.910 | - |
| Itens que posteriormente não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados | | | | | |
| Remensuração de Benefícios pós-emprego | | | | | |
| Remensurações | 29 | (11.626.310) | (10.421.772) | (10.874.180) | 4.968.687 |
| Efeito de imposto | 28 | (1.929.213) | 2.747.201 | (1.430.897) | 1.872.758 |
| Total de outros rendimentos integrais líquidos de imposto | | 21.909.732 | (13.270.847) | 19.997.647 | 24.258.067 |
| Total dos rendimentos integrais | | 211.215.102 | 117.515.652 | 93.175.689 | 53.670.503 |
| Atribuível a: | | | | | |
| Detentores do capital da empresa-mãe | | 141.256.579 | 60.499.002 | 60.766.610 | 35.617.904 |
| Interesses que não controlam | | 69.958.523 | 57.016.650 | 32.409.079 | 18.052.599 |
| | | 211.215.102 | 117.515.652 | 93.175.689 | 53.670.503 |

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

| Valores em Euros | Nota | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|------------|----------------------|----------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativos não correntes | | | |
| Goodwill | 15 | 352.812.897 | 335.643.370 |
| Outros ativos intangíveis | 16 | 296.621.604 | 296.675.604 |
| Terrenos, edifícios e equipamentos | 17 | 2.313.490.314 | 2.336.937.941 |
| Propriedades de investimento | | 958.112 | 978.621 |
| Ativos biológicos | 18 | 125.612.948 | 116.996.927 |
| Investimentos em associadas e Empreendimentos Conjuntos | 19 | 3.885.458 | 3.403.708 |
| Ativos financeiros ao JV através de resultados | 20 | 47.258 | 342.968 |
| Ativos disponíveis para venda | 21 | 342.122 | 229.136 |
| Ativos por impostos diferidos | 28 | 78.652.223 | 74.480.542 |
| Outros ativos não correntes | | 6.744.351 | 6.777.734 |
| | | 3.179.167.287 | 3.172.466.551 |
| Ativos correntes | | | |
| Existências | 23 | 308.717.695 | 309.759.678 |
| Valores a receber correntes | 24 | 304.904.426 | 309.595.216 |
| Estado | 25 | 97.489.849 | 65.373.297 |
| Imposto sobre o rendimento | 25 | 13.059.045 | 3.639.642 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 33 | 1.036.774 | 1.199.597 |
| Caixa e seus equivalentes | 2.1.3 e 31 | 184.101.274 | 206.255.764 |
| | | 909.309.063 | 895.823.194 |
| Ativo total | | 4.088.476.350 | 4.068.289.745 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital e reservas | | | |
| Capital social | 26 | 81.270.000 | 81.645.523 |
| Ações próprias | 26 | (6.036.401) | (53.116) |
| Prêmios de emissão de ações | | - | 3.923.459 |
| Reserva de conversão cambial | 27 | (31.600.075) | (65.903.206) |
| Reserva de justo valor | 27 | (6.062.513) | (4.921.087) |
| Outras reservas | 27 | 717.616.946 | 665.696.408 |
| Lucros retidos | 27 | (52.720.971) | (45.580.416) |
| Lucros do exercício | | 114.862.812 | 81.530.041 |
| Capital Próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe | | 817.329.798 | 716.337.606 |
| Interesses que não controlam | 13 | 409.754.207 | 415.289.455 |
| Total do Capital Próprio | | 1.227.084.005 | 1.131.627.061 |
| Passivos não correntes | | | |
| Passivos por impostos diferidos | 28 | 276.468.649 | 305.515.909 |
| Pensões e outros benefícios pós-emprego | 29 | 10.085.423 | 4.667.743 |
| Provisões | 30 | 74.571.775 | 104.230.815 |
| Passivos remunerados | 31 | 1.697.565.380 | 1.497.214.815 |
| Outros passivos | | 33.301.140 | 43.480.192 |
| | | 2.091.992.367 | 1.955.109.474 |
| Passivos correntes | | | |
| Passivos remunerados | 31 | 266.268.367 | 512.032.570 |
| Valores a pagar correntes | 32 | 379.782.809 | 358.185.023 |
| Estado | 25 | 76.253.728 | 73.909.165 |
| Imposto sobre o rendimento | 25 | 47.023.845 | 37.348.475 |
| Passivos não correntes detidos para venda | 33 | 71.229 | 77.977 |
| | | 769.399.978 | 981.553.210 |
| Passivo total | | 2.861.392.345 | 2.936.662.684 |
| Capital Próprio e passivo total | | 4.088.476.350 | 4.068.289.745 |

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

| Valores em Euros | Notas | Capital Social | Ações Próprias | Prêmios de emissão | Reservas de justo valor | Outras Reservas | Reservas de conversão cambial | Lucros retidos | Lucros do exercício | Total | Interesses que não controlam | Total |
|--|-------------|----------------|----------------|--------------------|-------------------------|-----------------|-------------------------------|----------------|---------------------|--------------|------------------------------|---------------|
| Capital próprio em 1 de janeiro de 2016 | | 81.645.523 | (53.116) | 3.923.459 | (4.921.087) | 665.696.408 | (65.903.206) | (45.580.416) | 81.530.041 | 716.337.606 | 415.289.455 | 1.131.627.061 |
| Aplicação do lucro do exercício 2015: | | | | | | | | | | | | |
| - Transferência para reservas | 27 | - | - | - | - | 51.586.337 | - | - | (51.586.337) | - | - | - |
| - Dividendos pagos | 14, 26 e 27 | - | - | - | - | 11.822 | - | - | (26.736.183) | (26.724.361) | - | (26.724.361) |
| - Gratificações de balanço | 14 | - | - | - | - | - | - | - | (3.207.520) | (3.207.520) | - | (3.207.520) |
| Aquisição de ações próprias | 26 e 27 | - | (9.959.889) | - | - | - | - | - | - | (9.959.889) | - | (9.959.889) |
| Extinção de ações próprias | 26 e 27 | (375.523) | 3.976.604 | - | - | (3.601.081) | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital | 26 e 27 | 35.758.800 | - | (3.923.459) | - | (31.835.341) | - | - | - | - | - | - |
| Redução de capital | 26 e 27 | (35.758.800) | - | - | - | 35.758.800 | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlar | 13 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (69.682.071) | (69.682.071) |
| Outros rendimentos integrais* | - | - | - | - | (1.141.426) | - | 34.303.134 | (6.767.941) | - | 26.393.767 | (4.484.035) | 21.909.732 |
| Aquisições/Alienações a interesses que não controlam | - | - | - | - | - | - | - | (3.550.701) | - | (3.550.701) | - | (3.550.701) |
| Alterações ao perímetro de consolidação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (133.592) | (133.592) |
| Outros movimentos | - | - | - | - | - | - | - | 3.178.085 | - | 3.178.085 | (5.678.108) | (2.500.024) |
| Lucros do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 114.862.812 | 114.862.812 | 74.442.558 | 189.305.370 |
| Capital próprio em 31 de dezembro de 2016 | | 81.270.000 | (6.036.401) | - | (6.062.513) | 717.616.945 | (31.600.072) | (52.720.973) | 114.862.813 | 817.329.799 | 409.754.207 | 1.227.084.005 |

* Montantes líquidos de impostos diferidos

| Valores em Euros | Notas | Capital Social | Ações Próprias | Prêmios de emissão | Reservas de justo valor | Outras Reservas | Reservas de conversão cambial | Lucros retidos | Lucros do exercício | Total | Interesses que não controlam | Total |
|--|---------|----------------|----------------|--------------------|-------------------------|-----------------|-------------------------------|----------------|---------------------|---------------|------------------------------|---------------|
| Capital próprio em 1 de janeiro de 2015 | | 118.332.445 | (108.444.835) | 3.923.459 | (10.076.983) | 1.033.462.267 | (46.975.997) | (202.619.762) | 112.797.846 | 900.398.440 | 336.424.414 | 1.236.822.854 |
| Aplicação do lucro do exercício 2014: | | | | | | | | | | | | |
| - Transferência para reservas | 27 | - | - | - | - | 70.256.068 | - | - | (70.256.068) | - | - | - |
| - Dividendos/Reservas pagas | 14 e 27 | - | - | - | - | (61.229.995) | - | - | (39.939.176) | (101.169.171) | - | (101.169.171) |
| - Gratificações de balanço | 14 | - | - | - | - | - | - | 2.602.602 | (2.602.602) | - | - | - |
| Aquisição e Extinção de ações próprias | 26 e 27 | (36.686.922) | 108.391.719 | - | - | (376.791.932) | - | (765.799) | - | (305.852.934) | - | (305.852.934) |
| Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlar | 13 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (111.374.797) | (111.374.797) |
| Outros rendimentos integrais* | - | - | - | - | 3.420.469 | - | (17.160.530) | (7.290.978) | - | (21.031.039) | 7.760.192 | (13.270.847) |
| Aquisições/Alienações a interesses que não controlam | - | - | - | - | - | - | - | 162.465.205 | - | 162.465.205 | 125.313.863 | 287.779.068 |
| Alterações ao perímetro de consolidação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 6.925.242 | 6.925.242 |
| Outros movimentos | - | - | - | - | 1.735.427 | - | (1.766.679) | 28.316 | - | (2.936) | 984.083 | 981.147 |
| Lucros do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 81.530.041 | 81.530.041 | 49.256.458 | 130.786.499 |
| Capital próprio em 31 de dezembro de 2015 | | 81.645.523 | (53.116) | 3.923.459 | (4.921.087) | 665.696.408 | (65.903.206) | (45.580.416) | 81.530.041 | 716.337.606 | 415.289.455 | 1.131.627.061 |

* Montantes líquidos de impostos diferidos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

| Valores em Euros | Notas | 2016 | 2015 | 4º T 2016 (Não auditado) | 4º T 2015 (Não auditado) |
|---|---------|----------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | | |
| Recebimentos de clientes | | 2.247.986.059 | 2.271.981.574 | 585.250.028 | 651.151.072 |
| Pagamentos a fornecedores | | (1.673.772.759) | (1.728.521.435) | (387.937.115) | (456.862.163) |
| Pagamentos ao pessoal | | (186.524.335) | (191.152.511) | (52.435.169) | (62.940.042) |
| Fluxos gerados pelas operações | | 387.688.965 | 352.307.628 | 144.877.744 | 131.348.867 |
| (Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento | | (43.000.778) | 13.187.329 | (22.250.275) | 11.810.360 |
| Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional | | 14.852.816 | 6.831.019 | (33.852) | 13.316.193 |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | 359.541.003 | 372.325.976 | 122.593.617 | 156.475.420 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | | |
| Investimentos financeiros | | 4.707.612 | 727.951 | - | - |
| Ativos fixos tangíveis | | 1.204.058 | 1.444.055 | 945.652 | 613.682 |
| Juros e proveitos similares | | 4.907.962 | 1.338.465 | 1.515.323 | 910.000 |
| Dividendos | 19 | 868.685 | 1.505.827 | 1 | - |
| | | 11.688.317 | 19.139.482 | 2.460.976 | 15.646.866 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | | |
| Investimentos financeiros | | (42.054.559) | (148.415.802) | (12.476.026) | (365.065) |
| Saldos de caixa e seus equivalentes por variação de perímetro | | - | 15.078.447 | (42.149) | - |
| Ativos fixos tangíveis | | (105.025.077) | (145.130.325) | (24.452.620) | (58.681.332) |
| Outros ativos | | (2.323.068) | - | (2.323.068) | - |
| | | (149.402.704) | (278.467.680) | (39.293.863) | (59.046.397) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | (137.714.387) | (259.328.198) | (36.832.887) | (43.399.531) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | | |
| Empréstimos obtidos | | 4.278.824.205 | 4.770.991.799 | (147.325.983) | 1.312.945.759 |
| | | 4.278.824.205 | 4.770.991.799 | (147.325.983) | 1.312.945.759 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | | |
| Empréstimos obtidos | | (4.336.509.532) | (4.960.702.683) | 107.265.881 | (1.281.805.936) |
| Amortização de contratos de locação financeira | | (1.001.434) | (821.710) | (286.887) | (241.454) |
| Juros e custos similares | | (81.460.114) | (122.862.869) | (20.719.692) | (19.630.186) |
| Dividendos | 13 e 14 | (93.881.566) | (212.075.465) | (6.904.691) | (109.024.767) |
| Aquisição de ações próprias | 26 | (9.959.889) | - | - | - |
| | | (4.522.812.535) | (5.296.462.727) | 79.354.611 | (1.410.702.343) |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | (243.988.330) | (525.470.928) | (67.971.372) | (97.756.584) |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3) | | (22.161.714) | (412.473.150) | 17.789.358 | 15.319.305 |
| EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO | | 7.225 | 15.757.142 | 3.169.501 | 1.220.722 |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO | 31 | 206.255.763 | 602.971.772 | 163.142.415 | 189.715.737 |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO | 31 | 184.101.274 | 206.255.764 | 184.101.274 | 206.255.764 |

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

| | | |
|-----------|--|------------|
| 1. | RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS | 131 |
| 1.1 | BASES DE PREPARAÇÃO | 131 |
| 1.2 | DIVULGAÇÕES COMPLEMENTARES | 132 |
| 1.3 | BASES DE CONSOLIDAÇÃO | 132 |
| 1.3.1 | SUBSIDIÁRIAS | 132 |
| 1.3.2 | ASSOCIADAS | 134 |
| 1.3.3 | ACORDOS CONJUNTOS | 135 |
| 1.4 | RELATO POR SEGMENTOS | 135 |
| 1.5 | CONVERSÃO CAMBIAL | 136 |
| 1.5.1 | MOEDA FUNCIONAL E DE RELATO | 136 |
| 1.5.2 | SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS | 137 |
| 1.5.3 | EMPRESAS DO GRUPO | 137 |
| 1.6 | ATIVOS INTANGÍVEIS | 137 |
| 1.6.1 | DIREITOS DE EMISSÃO DE CO ₂ | 137 |
| 1.6.2 | MARCAS | 138 |
| 1.7 | GOODWILL | 138 |
| 1.8 | TERRENOS, EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS | 138 |
| 1.9 | PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO | 139 |
| 1.10 | IMPARIIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES | 140 |
| 1.11 | ATIVOS BIOLÓGICOS | 140 |
| 1.12 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS | 141 |
| 1.13 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA | 142 |
| 1.14 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO | 144 |
| 1.15 | EXISTÊNCIAS | 145 |
| 1.16 | VALORES A RECEBER CORRENTES | 145 |
| 1.17 | CAIXA E SEUS EQUIVALENTES | 145 |
| 1.18 | CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS | 146 |
| 1.19 | PASSIVOS REMUNERADOS | 146 |
| 1.20 | ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS | 146 |
| 1.21 | PROVISÕES | 147 |
| 1.22 | PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS | 147 |
| 1.22.1 | PLANOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS | 147 |
| 1.22.2 | PLANOS DE PENSÕES DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA | 148 |
| 1.22.3 | FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS, PRÊMIOS E BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO | 148 |
| 1.23 | VALORES A PAGAR CORRENTES | 149 |
| 1.24 | ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS | 149 |
| 1.25 | SUBSÍDIOS | 149 |
| 1.26 | LOCAÇÕES | 150 |
| 1.27 | DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS | 150 |
| 1.28 | RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS | 150 |
| 1.29 | ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES | 151 |
| 1.30 | EVENTOS SUBSEQUENTES | 151 |
| 1.31 | NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES A NORMAS EXISTENTES | 151 |
| 2. | GESTÃO DO RISCO | 152 |
| 2.1 | FATORES DO RISCO FINANCEIRO | 152 |
| 2.1.1 | RISCO CAMBIAL | 153 |
| 2.1.2 | RISCO DE TAXA DE JURO | 155 |
| 2.1.3 | RISCO DE CRÉDITO | 156 |

| | | |
|-------|---|------------|
| 2.1.4 | RISCO DE LIQUIDEZ | 158 |
| 2.1.5 | RISCO DE CAPITAL | 159 |
| 2.2 | FATORES DE RISCO OPERACIONAL | 159 |
| 2.2.1 | RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DA PASTA E DO PAPEL | 159 |
| 2.2.2 | RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DO CIMENTO E DERIVADOS | 170 |
| 2.2.3 | RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DO AMBIENTE | 171 |
| 2.2.4 | RISCOS ASSOCIADOS AO GRUPO EM GERAL | 172 |
| 2.2.5 | CUSTOS DE CONTEXTO | 173 |
| 3. | ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES | 173 |
| 3.1 | IMPARIDADE DO <i>GOODWILL</i> E MARCAS | 173 |
| 3.2 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO | 174 |
| 3.3 | PRESSUPOSTOS ATUARIAIS | 174 |
| 3.4 | JUSTO VALOR DOS ATIVOS BIOLÓGICOS | 174 |
| 3.5 | RECONHECIMENTO DE PROVISÕES E AJUSTAMENTOS | 175 |
| 4. | RELATO POR SEGMENTOS | 175 |
| 5. | OUTROS PROVEITOS | 177 |
| 6. | GASTOS E PERDAS | 178 |
| 7. | REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS | 179 |
| 8. | DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE | 179 |
| 9. | RESULTADOS DE ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS | 180 |
| 10. | RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS | 180 |
| 11. | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO | 181 |
| 12. | LUCROS POR AÇÃO | 183 |
| 13. | INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM | 183 |
| 14. | APLICAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 184 |
| 15. | GOODWILL | 185 |
| 16. | OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS..... | 187 |
| 17. | TERRENOS, EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS | 189 |
| 18. | ATIVOS BIOLÓGICOS | 190 |
| 19. | INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS..... | 191 |
| 20. | ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS | 192 |
| 21. | ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA..... | 192 |
| 22. | IMPARIDADES EM ATIVOS NÃO CORRENTES E CORRENTES..... | 193 |
| 23. | EXISTÊNCIAS | 193 |
| 24. | VALORES A RECEBER CORRENTES | 194 |
| 25. | ESTADO | 195 |
| 26. | CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS | 197 |
| 27. | RESERVAS E LUCROS RETIDOS | 198 |
| 28. | IMPOSTOS DIFERIDOS | 199 |
| 29. | PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO | 200 |
| 30. | PROVISÕES..... | 207 |
| 31. | PASSIVOS REMUNERADOS | 207 |
| 32. | VALORES A PAGAR CORRENTES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES | 213 |
| 33. | ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA..... | 215 |
| 34. | ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS | 215 |
| 35. | SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | 221 |
| 36. | DISPÊNDIOS EM MATÉRIAS AMBIENTAIS | 222 |
| 37. | FATURAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA | 222 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 38. | NÚMERO DE PESSOAL..... | 223 |
| 39. | COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS | 223 |
| 40. | OUTROS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELAS EMPRESAS DO GRUPO | 224 |
| 41. | ATIVOS CONTINGENTES..... | 225 |
| 42. | COTAÇÕES UTILIZADAS | 226 |
| 43. | EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO | 227 |
| 44. | RECONCILIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO E DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO COM AS CONTAS INDIVIDUAIS | 229 |
| 45. | ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES | 230 |

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Nas presentes Notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa) e Subsidiárias. A Semapa foi constituída em 21 de junho de 1991, tem como objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas e encontra-se cotada na NYSE *Euronext Lisbon*, desde 1995, com o ISIN PTSEM0AM0004.

SEDE SOCIAL: Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10º Piso, Lisboa

CAPITAL SOCIAL: Euros 81.270.000

N.I.P.C. 502 593 130

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com atividades em três ramos de negócio distintos: pasta e papel, cimentos e derivados e ambiente desenvolvidos, respetivamente, sob a égide da The Navigator Company (ex Portucel, S.A. denominado no presente documento por Navigator ou Grupo Navigator), da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (Secil ou Grupo Secil) e da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (ETSA ou Grupo ETSA).

A Semapa é incluída no perímetro de consolidação da Sodim – SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e a entidade controladora final.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

1.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo

anterior Standing Interpretations Committee (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 43), e tomando por base o custo histórico, exceto para os ativos biológicos, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos disponíveis para venda e instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Notas 18, 20, 21 e 34). Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 encontram-se relevados pelo seu custo de reavaliado.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

1.2 DIVULGAÇÕES COMPLEMENTARES

COMPARABILIDADE

AQUISIÇÃO DE 50% DA PARTICIPADA SUPREMO CIMENTOS

No final do mês de junho de 2015, a subsidiária brasileira, NSOSPE, S.A., adquiriu 50% do capital da Supremo Cimentos, S.A., aquisição após a qual, o Grupo passou a controlar 100% do capital desta participada (até então o controlo era partilhado conjuntamente com 3 acionistas brasileiros). Desta forma, o Grupo procedeu ao apuramento das diferenças de aquisição com referência a 30 de junho de 2015. Em face do exposto, as demonstrações financeiras da subsidiária Supremo passaram a ser incorporada nas demonstrações das financeiras consolidadas do Grupo pelo método de consolidação integral a partir de 30 de junho de 2015. Na Demonstração dos resultados consolidados do período comparativo, os resultados das operações desta subsidiária (50%) correspondentes ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2015, encontram-se refletidos pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido incorporados pelo método integral a partir de 1 de julho de 2015.

OFERTA PÚBLICA DE TROCA (OPT)

Na sequência do encerramento da Oferta Pública de Troca, ocorrida em 30 de julho de 2015, a Semapa adquiriu 24.864.477 ações próprias, que foram extintas por redução do capital social. Por via das ações dadas em troca no âmbito da referida OPT, o Grupo Semapa reduziu, a partir dessa data, a sua participação na Navigator, de 75,85% para 64,84% do capital social (de 81,19% para 69,40% dos direitos de voto não suspensos respetivamente).

1.3 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

1.3.1 SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo. A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de Interesses não controlados, respetivamente, na Demonstração da Posição Financeira consolidada em linha própria no capital próprio e na demonstração de resultados consolidada. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 43.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como Goodwill, nos casos em que se verifica aquisição de controlo, que se encontra detalhado na Nota 15.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respetivo valor de aquisição é registado diretamente em Capitais próprios na rubrica Lucros retidos (Nota 27).

Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do goodwill ou badwill.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses não controlados podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

No caso de alienações de participações das quais resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados, assim como o ganho ou perda resultante dessa alienação.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando o preço de aquisição/ atribuição é contingente à ocorrência de eventos específicos acordados com o vendedor/ acionista (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos).

Quaisquer pagamentos contingentes a transferir pelo Grupo são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Caso a obrigação assumida constitua um passivo financeiro, as alterações subsequentes do justo valor são reconhecidas em resultados. Caso a obrigação assumida constitua um instrumento de capital não há lugar a alteração do valor estimado inicialmente.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses não controlados são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (Goodwill negativo), a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos Resultados na rubrica Outros proveitos operacionais. Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

1.3.2 ASSOCIADAS

Associadas são todas as entidades sobre as quais o grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas. Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 19.

1.3.3 ACORDOS CONJUNTOS

Os acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos em função dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor. Os empreendimentos conjuntos são contabilizados e mensurados através do método de equivalência patrimonial.

As operações conjuntas são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em função da quota-parte de ativos detidos e passivos assumidos conjuntamente, assim como os rendimentos do output da operação conjunta, e gastos incorridos conjuntamente. Os ativos, passivos, rendimentos e gastos devem ser contabilizados de acordo com as IFRS aplicáveis.

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com o qual as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) e pelos dividendos recebidos.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Grupo é equivalente, ou excede o valor da participação financeira nos empreendimentos conjuntos, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício dos empreendimentos conjuntos.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Grupo e os seus empreendimentos conjuntos são eliminados na proporção do interesse do Grupo nos empreendimentos conjuntos. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Grupo.

1.4 RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
- (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado aos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo. Estes são responsáveis pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas.

Foram identificados três segmentos operacionais: Pasta e Papel, Cimento e Derivados e Ambiente.

PASTA E PAPEL

A The Navigator Company, S.A. é a subsidiária, cuja participação maioritária foi adquirida em 2004, que lidera o Grupo Empresarial conexo à produção e comercialização, em Portugal, na Alemanha, Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Holanda, Áustria, Bélgica, Suíça, Marrocos, Polónia, Turquia, Estados Unidos da América e Moçambique entre outros, de pastas celulósicas, papel e seus derivados ou afins, aquisição de madeiras, produção florestal e agrícola, corte das florestas e da produção e comercialização de pasta e papel.

CIMENTO E DERIVADOS

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial dos cimentos e derivados e exerce a sua atividade em Portugal, Tunísia, Angola, Holanda, França, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Outão, Gabés (Tunísia), Lobito (Angola) e Beirute (Líbano) e a produção e comercialização de betão, inertes pré fabricados e exploração de pedreiras, através das suas subsidiárias, cujas participações se encontram, essencialmente, concentradas na sub-holding Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A..

O Grupo detém 100% da Supremo Cimentos, S.A., empresa cimenteira que exerce a sua atividade no sul do Brasil, com uma operação numa fábrica integrada de clínquer e cimento em Adrianópolis, bem como operações de agregados e betão.

AMBIENTE

A ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial do Ambiente e exerce a sua atividade em Portugal.

Segmento geográfico é uma área individualizada comprometida em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos. O segmento geográfico é definido com base no país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos intersegmentais são a preços de mercado e todos os réditos intersegmentais são eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 4.

1.5 CONVERSÃO CAMBIAL

1.5.1 MOEDA FUNCIONAL E DE RELATO

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

1.5.2 SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

Todos os ativos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da Posição financeira consolidada.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da Posição financeira consolidada, foram registadas como proveitos e custos financeiros na demonstração dos resultados consolidados do período.

1.5.3 EMPRESAS DO GRUPO

Os resultados e a Posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada Posição financeira consolidada são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;
- (ii) As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica Reservas de conversão cambial.
- (iii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados consolidados como parte do ganho ou perda na venda.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como ativos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

1.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos, e anualmente para os direitos de emissão de CO₂.

1.6.1 DIREITOS DE EMISSÃO DE CO₂

As licenças de emissão de CO₂ atribuídas ao Grupo no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂, a título gratuito, são registadas na rubrica Ativos intangíveis pelo valor de mercado na data de atribuição por contrapartida de um passivo, na rubrica Proveitos diferidos - Subsídios a reconhecer, de igual montante.

Pelas emissões de CO₂ efetuadas pelo Grupo é registado um custo operacional por contrapartida de um passivo e de um proveito operacional em resultado do reconhecimento do subsídio correspondente.

As vendas de direitos de emissão dão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respetivo custo de aquisição, deduzido do correspondente subsídio do Estado.

À data da demonstração da Posição financeira as licenças de emissão em carteira são valorizadas ao preço de mercado, quando este é inferior ao custo de aquisição presumido. Por outro lado, os passivos relativos às responsabilidades com emissões são mensurados ao valor de mercado das respetivas licenças de emissão à data dessa demonstração de Posição financeira.

1.6.2 MARCAS

Sempre que numa concentração de atividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras consolidadas como um ativo mensurado ao custo histórico, o qual corresponde ao justo valor na data da aquisição.

Na mensuração subsequente as marcas encontram-se refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo seu custo deduzido de perdas por imparidade.

1.7 GOODWILL

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição.

O Goodwill não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do Goodwill correspondente.

Conforme referido na nota 1.5.3, o goodwill originado na aquisição de uma entidade estrangeira, encontra-se registado na moeda funcional dessa mesma entidade, sendo convertido para a moeda de relato do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial como outro rendimento integral.

1.8 TERRENOS, EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS

Os terrenos, edifícios e equipamentos adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

No que respeita às sociedades CMP, Société des Ciments de Gabés (SCG), The Navigator Company e Navigator Paper Figueira, entre outras, o custo das imobilizações corpóreas na data de aquisição destas sociedades foi determinado com base em avaliações efetuadas por entidades independentes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

| ANOS MÉDIOS DE VIDA ÚTIL | | |
|--------------------------------|---------|--------|
| Terrenos de exploração | | 14 |
| Edifícios e outras construções | 12 – 30 | |
| Equipamentos: | | |
| Equipamento básico | | 6 – 25 |
| Equipamento de transporte | | 4 - 9 |
| Ferramentas e utensílios | | 2 - 8 |
| Equipamento administrativo | | 4 - 8 |
| Taras e vasilhames | | 6 |
| Outras imobilizações corpóreas | | 4 - 10 |

A depreciação dos terrenos de exploração resulta da estimativa de vida útil média dos terrenos, tendo em consideração o período de extração de matéria-prima.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data da Posição financeira consolidada. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 1.10).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros custos operacionais.

1.9 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são valorizadas ao custo de aquisição líquido de amortizações e perdas por imparidade sendo que, para as adquiridas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), o custo de aquisição corresponde ao custo de aquisição histórico ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data.

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

1.10 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Os ativos não correntes que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas por imparidade do Goodwill – ver Nota 1.7).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como Outros proveitos operacionais, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

1.11 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda no momento da colheita. Os ativos biológicos do Grupo correspondem principalmente às florestas detidas para produção de madeira suscetível de incorporação no processo de fabrico de BEKP, incluindo ainda outras espécies, como o pinho e o sobreiro.

Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, alvo de validação periódica por avaliadores externos e independentes, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios e arrendados, recheio e transporte, os custos de plantação e manutenção, do custo inerente ao arrendamento dos terrenos florestais e a taxa de desconto.

Os custos incorridos com a preparação de terrenos para uma primeira florestação são considerados como um ativo tangível, depreciado de acordo com a sua vida útil esperada.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, sem inflação, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos ativos florestais.

As alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas enquanto variações de justo valor de ativos biológicos.

No momento do corte, a madeira é valorizada pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados desde aí até ao ponto de venda, no caso presente, as unidades fabris.

1.12 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e sendo essa classificação reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, acrescendo despesas de transação exceto quanto aos ativos registados ao justo valor através de resultados. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

Os empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos ativos correntes, exceto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data da Posição financeira consolidada, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes. Os empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos na Posição financeira consolidada em Valores a receber correntes (Nota 24).

ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objetivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os ativos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data da Posição financeira consolidada. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados (Nota 20).

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em ativos não correntes, exceto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data da Posição financeira consolidada (Nota 21). Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respetivo valor de cotação à data da Posição financeira consolidada.

Se não existir mercado ativo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transações comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas diretamente na reserva de justo valor até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor é incluído no resultado líquido do período (Nota 27).

Os rendimentos referentes a juros e dividendos são reconhecidos na demonstração de resultados consolidados no período em que o direito ao seu recebimento é efetivo.

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em instrumentos de capital são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

O Grupo avalia, em cada data da Posição financeira consolidada, se há uma evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos ativos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda por imparidade nesse ativo financeiro que já foi reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do período.

Uma perda por imparidade reconhecida relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excecional que não se espera que se repitam mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, no caso dos instrumentos de capital detidos em entidades terceiras classificados nesta categoria, a reversão não afeta a demonstração de resultados, registando-se a subsequente flutuação positiva do ativo na reserva de justo valor.

DESRECONHECIMENTO DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Grupo reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

1.13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Grupo utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito.

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39. Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados na Posição financeira consolidada pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Ganhos e perdas em Instrumentos financeiros (Nota 10).

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos Instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de Valores a receber correntes e de Valores a pagar correntes.

Os Instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio, *forwards* cambiais, etc.

Na seleção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspetos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA (RISCO DE TAXA DE JURO E DE CÂMBIO)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de juro e de câmbio, realiza cobertura de fluxos de caixa.

Estas operações são registadas na Posição financeira consolidada pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/(Perdas) em Instrumentos financeiros em Resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada diretamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

COBERTURA DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO ESTRANGEIRO (RISCO DE TAXA DE CÂMBIO)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de câmbio, realiza cobertura da exposição cambial em investimentos em entidades no estrangeiro (*Net investment*) através da contratação de *forwards* cambiais.

Os *forwards* cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados na Posição financeira consolidada pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos *forwards* cambiais são reconhecidas diretamente em reservas na rubrica Reservas de conversão cambial. Os ganhos e perdas acumulados nas reservas são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

1.14 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido.

IMPOSTO CORRENTE

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da Posição financeira consolidada.

IMPOSTO DIFERIDO

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade da Posição financeira consolidada, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica. Os incentivos fiscais atribuídos no âmbito de projetos de investimento a desenvolver pelo Grupo são reconhecidos em resultados do exercício na medida da existência de matéria coletável nas empresas beneficiárias que permita a sua utilização.

GRUPO FISCAL

O Grupo Semapa encontra-se sujeito ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, atualmente a Semapa, SGPS, S.A., a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um proveito na sociedade dominante.

1.15 EXISTÊNCIAS

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

- Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

- Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

1.16 VALORES A RECEBER CORRENTES

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 24).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

1.17 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A rubrica de Caixa e seus equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na Posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica Passivos remunerados.

1.18 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 26).

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Ações próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas.

Quando alguma empresa do Grupo adquire ações da empresa-mãe (ações próprias) o pagamento, que inclui os custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

A extinção de ações próprias é refletida nas demonstrações financeiras consolidadas como uma redução do Capital social e na rubrica Ações próprias, pelo valor nominal e de aquisição, respetivamente, sendo o diferencial apurado entre os dois montantes registado em Outras reservas.

1.19 PASSIVOS REMUNERADOS

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da Posição financeira consolidada (Nota 31).

1.20 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 10).

Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Quaisquer proveitos financeiros gerados por períodos de não utilização dos empréstimos para investimentos em ativos qualificáveis, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

1.21 PROVISÕES

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data da Posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 30).

O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de caráter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, às estabelecidas para a execução de planos de requalificação visual e paisagística) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade do Grupo, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo (Notas 30 e 37).

Adicionalmente, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental, sendo prática do Grupo a reconstituição continuada e progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nos resultados desse mesmo período, os dispêndios incorridos.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito (Nota 30).

1.22 PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

1.22.1 PLANOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de pensões de benefícios definidos.

Conforme referido na Nota 29, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos. De acordo com o IAS 19, as empresas com planos de pensões reconhecem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projetadas.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente. A responsabilidade assim determinada é apresentada na Posição financeira consolidada, deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego, nos passivos não correntes.

As remensurações, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efetivamente ocorreu (bem como de alterações efetuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos ativos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, demonstração do rendimento integral (Nota 27).

O juro líquido corresponde à aplicação da taxa de desconto ao valor das responsabilidades líquidas (valor das responsabilidades deduzido do justo valor dos ativos do fundo) e é reconhecido nos resultados do exercício, na rubrica de Gastos com o pessoal.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de forma a que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

1.22.2 PLANOS DE PENSÕES DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos relativos à contribuição para planos de contribuição definida de uma percentagem dos vencimentos dos funcionários abrangidos por esses planos, por forma a proporcionar um complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Para este efeito, foram constituídos Fundos de Pensões que visam a capitalização daquelas contribuições, para os quais os funcionários podem ainda efetuar contribuições voluntárias.

Desta forma, a responsabilidade com estes planos corresponde à contribuição a efetuar para os fundos tendo por base a percentagem da massa salarial definida nos respetivos Acordos, correspondendo estas contribuições ao gasto do período, no qual são reconhecidas, independentemente do momento da sua liquidação.

1.22.3 FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS, PRÉMIOS E BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, se admitidos até 2003, direito a 25 dias úteis de férias (22 dias úteis se contratados após 2003), bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o sistema de gestão de desempenho vigente, os colaboradores podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data da Posição financeira consolidada está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Grupo deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual o Grupo reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses após o final do período de reporte são descontados para o seu valor presente.

1.23 VALORES A PAGAR CORRENTES

Os saldos de fornecedores e valores a pagar correntes são inicialmente registados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com a taxa de juro efetiva (Nota 32).

1.24 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável principalmente através de uma transação de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) o Grupo assumiu um compromisso de vender; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses. Neste caso, os ativos não correntes são mensurados pelo menor do valor contabilístico ou do respetivo justo valor deduzido dos custos de venda, desde a data da classificação como detido para venda, até à data em que a venda é concretizada.

A partir do momento em que determinados ativos tangíveis passam a ser considerados como “detidos para venda” cessa a depreciação inerente a esses bens passando estes a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda.

Os ganhos ou perdas nas alienações de ativos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor líquido contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica Ganhos e perdas com a alienação de ativos.

1.25 SUBSÍDIOS

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com ativos biológicos valorizados pelo seu justo valor, conforme o IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os termos e condições de atribuição do subsídio estiverem satisfeitos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos imobilizados são incluídos na rubrica Valores a pagar correntes e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das amortizações.

1.26 LOCAÇÕES

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de Passivos remunerados – Locações Financeiras, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, calculada conforme descrito na Nota 1.8, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo o Grupo locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação (Nota 39).

LOCAÇÕES INCLUÍDAS EM CONTRATOS CONFORME IFRIC 4

O Grupo reconhece uma locação operacional ou financeira sempre que celebre um acordo, compreendendo uma transação ou uma série de transações relacionadas, que, mesmo não assumindo a forma legal de uma locação, transmita um direito de usar um ativo em retorno de um pagamento ou de uma série de pagamentos (Nota 17).

1.27 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

1.28 RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

RÉDITOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da Posição financeira consolidada.

ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proveitos são registadas nas rubricas Valores a receber correntes e Valores a pagar correntes (Notas 24 e 32 respetivamente).

1.29 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas Notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.21.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro (Nota 41).

1.30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da Posição financeira consolidada que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Posição financeira consolidada são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da Posição financeira consolidada que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Posição financeira consolidada são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (Nota 45).

1.31 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES A NORMAS EXISTENTES

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2016, como segue:

| 1. Alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2016 | Alteração | Data de aplicação * |
|---|--|------------------------|
| IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras | Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB "Disclosure Initiative" | 1 de janeiro de 2016 |
| IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização/ depreciação | Os métodos de depreciação/ amortização baseados no rédito, não são permitidos. | 1 de janeiro de 2016 |
| IAS 16 e IAS 41 – Agricultura: Plantas que produzem ativos biológicos consumíveis | Plantas que apenas produzem ativos biológicos consumíveis, são incluídas no âmbito da IAS 16 e são mensuradas pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização. | 1 de janeiro de 2016 |
| IAS 19 – Planos de benefícios definidos | Contabilização das contribuições de empregado ou outras entidades | 1 de fevereiro de 2015 |
| IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas | Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas DF's separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas. | 1 de janeiro de 2016 |
| Alterações IFRS 10, 12 e IAS 28: Entidades de investimento - aplicação da isenção de consolidar | Isonção de consolidar aplicada às entidades de investimento, extensível a uma empresa-mãe que não qualifica como Entidade de investimento mas é uma subsidiária de uma entidade de investimento. | 1 de janeiro de 2016 |
| IFRS 11 – Acordos conjuntos | Contabilização da aquisição de um interesse numa operação conjunta que é um negócio | 1 de janeiro de 2016 |
| Melhorias às normas 2010 – 2012 | Clarificações várias: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e IAS 24 | 1 de fevereiro de 2015 |
| Melhorias às normas 2012 – 2014 | Clarificações várias: IFRS 5, IFRS 7, IFRS 19 e IAS 34 | 1 de janeiro de 2016 |

* Exercícios iniciados em ou após

| 2. Normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2017, já endossadas pela UE | | | Alteração | Data de aplicação * |
|---|--|--|--|---|
| IFRS 9 – Instrumentos financeiros | | | Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros | 1 de janeiro de 2018 |
| IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes | | | Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação do método das 5 etapas. | 1 de janeiro de 2018 |
| 3. Normas (novas e alterações) e interpretações que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2017, ainda não endossadas pela UE | | | Alteração | Data de aplicação * |
| IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa | | | Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento. Registro de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos | 1 de janeiro de 2017 |
| IAS 12 – Imposto sobre o rendimento | | | Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferência de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento | 1 de janeiro de 2018 |
| IAS 40 – Propriedades de investimentos | | | Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto. | 1 de janeiro de 2018 |
| IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações | | | Isonomia temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no Outro rendimento integral | 1 de janeiro de 2018 |
| IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) | | | Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rédito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição. | 1 de janeiro de 2018 |
| Alterações à IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes | | | Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores. | 1 de janeiro de 2019 |
| IFRS 16 – Locações | | | | |
| Melhorias às normas 2014 - 2016 | | | Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28 | 1 de janeiro de 2017 / 1 de janeiro de 2018 |
| IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada | | | Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente | 1 de janeiro de 2018 |

* Exercícios iniciados em ou após

O Grupo irá proceder à adoção das novas normas nos exercícios em que estas se tornem de aplicação efetiva encontrando-se ainda a avaliar os impactos que esta adoção produzirá nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

2. GESTÃO DO RISCO

2.1 FATORES DO RISCO FINANCEIRO

A Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash-flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash-flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à holding dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash-flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respetivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua performance financeira. A gestão do risco é conduzida pela direção financeira da holding e dos principais subgrupos de acordo com políticas aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração. Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo de riscos da atividade da sociedade.

2.1.1 RISCO CAMBIAL

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras divisas pode afetar significativamente as receitas do Grupo de diversas formas.

No que respeita ao segmento da Pasta e do Papel, uma parte significativa das vendas do Grupo é denominada em moedas diferentes do Euro, pelo que a sua evolução poderá ter um impacto significativo nas vendas futuras da Empresa, sendo a moeda com maior impacto o USD. Também as vendas em GBP, PLN e CHF têm alguma expressão, tendo as vendas noutras moedas menor significado.

As compras de algumas matérias-primas são efetuadas em USD, nomeadamente parte das importações de madeira e de pasta de fibra longa, pelo que variações nesta moeda poderão ter um impacto nos valores de aquisição.

Adicionalmente, e uma vez concretizada uma venda ou compras em moeda diferente do Euro, o Grupo incorre em risco cambial até ao recebimento ou pagamento dessa venda ou compra, caso não contrate instrumentos de cobertura deste risco. Deste modo, existe permanentemente, no seu ativo, um montante significativo de créditos a receber, assim como, embora com menor expressão, débitos a pagar, expostos a risco cambial. Este segmento integra ainda subsidiárias localizadas na Polónia, Moçambique e Estados Unidos da América pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto na Posição financeira consolidada da Semapa.

O risco cambial do segmento do Cimento e Derivados resulta sobretudo dos investimentos detidos no Brasil e das compras de combustíveis e fretes de navios, estes pagos em USD. Este segmento prosseguiu a sua política de maximização do potencial de cobertura natural da sua exposição cambial, via compensação dos fluxos cambiais intra-grupo. Este segmento integra igualmente ativos localizados na Tunísia, Angola e Líbano pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto na Posição financeira consolidada da Semapa.

Para os fluxos não compensados naturalmente, o risco tem vindo a ser analisado e por vezes coberto através da contratação de estruturas de opções cambiais, que estabelecem o contravalor máximo a pagar e permitem beneficiar parcialmente de evoluções favoráveis na taxa de câmbio.

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, o Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objetivo limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras, aos créditos e débitos a receber e a pagar, e a outros ativos denominados em moedas diferentes do Euro.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio a 31 de dezembro de 2016, com base nos valores da Posição financeira consolidada dos ativos e passivos financeiros do Grupo, no montante global de Euros 445.353.056, posição passiva (em 31 de dezembro de 2015: Euros 173.402.678 posição passiva) tendo por base as taxas de câmbio a essa data, apresenta-se como segue:

| Valores em Divisas | Dólar Norte Americano | Libra esterlina | Zloti Polaco | Coroa Sueca | Lira Turca | Franco Suíço | Coroa Dinamarquesa | Real Brasileiro |
|--|-----------------------|---------------------|------------------|--------------------|-----------------|------------------|--------------------|----------------------|
| A 31 de dezembro de 2016 | | | | | | | | |
| Ativos | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes | 72.473.313 | 70.164 | 226.768 | (84) | 46.752 | 97.653 | 255.068 | 22.570.621 |
| Valores a receber | 47.507.920 | 12.597.188 | 4.442.934 | 686.382 | - | 1.004.182 | 128.029 | 31.259.538 |
| Outros ativos | 446.698 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total de ativos financeiros | 120.427.931 | 12.667.352 | 4.669.702 | 686.298 | 46.752 | 1.101.834 | 383.097 | 53.830.159 |
| Passivos | | | | | | | | |
| Passivo remunerado | (23.474.788) | - | - | - | - | - | - | (467.071.692) |
| Valores a pagar | (24.191.169) | 16.293 | (2.044) | 16.516 | - | 5.290 | - | (145.494.148) |
| Total de passivos financeiros | (47.665.957) | 16.293 | (2.044) | 16.516 | - | 5.290 | - | (612.565.840) |
| Instrumentos financeiros derivados | (322.689.298) | (14.600.000) | - | - | - | - | - | (60.298.712) |
| Posição financeira líquida de balanço | (249.927.325) | (1.916.355) | 4.667.657 | 702.814 | 46.752 | 1.107.124 | 383.097 | (619.034.393) |
| A 31 de dezembro de 2015 | | | | | | | | |
| Total de ativos financeiros | 145.379.592 | 10.835.495 | 4.997.111 | 746.810 | (56.556) | 2.457.480 | 740.683 | 80.986.209 |
| Total de passivos financeiros | (22.045.186) | (23.374) | (2.044) | (2.434.317) | - | - | (49.623) | (791.220.734) |
| Instrumentos financeiros derivados | (110.050.000) | (8.700.000) | - | - | - | - | - | - |
| Posição financeira líquida de balanço | 13.284.406 | 2.112.121 | 4.995.067 | (1.687.507) | (56.556) | 2.457.480 | 691.060 | (710.234.525) |

| Valores em Divisas | Dólar Australiano | Coroa Norueguesa | Metical Moçambicano | Diram Marroquino | 000 Libras Libanesas | Dinar Tunisino | Kwanza Angolano |
|--|-------------------|------------------|---------------------|------------------|----------------------|---------------------|------------------------|
| A 31 de dezembro de 2016 | | | | | | | |
| Ativos | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes | - | 628 | 96.618.610 | 55.223 | 21.371.964 | 9.446.968 | 213.515.669 |
| Valores a receber | 58.572 | 1.141.336 | 3.625.677 | - | 26.927.502 | 30.053.336 | 19.934.673 |
| Outros ativos | - | - | - | - | 173.089 | 28.060 | - |
| Total de ativos financeiros | 58.572 | 1.141.964 | 100.244.286 | 55.223 | 48.472.555 | 39.528.364 | 233.450.342 |
| Passivos | | | | | | | |
| Passivo remunerado | - | - | - | - | (11.171.029) | (61.188.895) | (1.740.488.319) |
| Valores a pagar | (3.000) | - | (49.774.779) | (88.539) | (28.141.330) | (26.621.303) | (114.300.968) |
| Total de passivos financeiros | (3.000) | - | (49.774.779) | (88.539) | (39.312.359) | (87.810.198) | (1.854.789.287) |
| Instrumentos financeiros derivados | - | - | - | - | - | - | - |
| Posição financeira líquida de balanço | 55.572 | 1.141.964 | 50.469.508 | (33.316) | 9.160.196 | (48.281.834) | (1.621.338.945) |
| A 31 de dezembro de 2015 | | | | | | | |
| Total de ativos financeiros | 170.763 | 1.026.457 | 30.364.361 | 487.365 | 52.638.357 | 49.015.285 | 1.059.447.798 |
| Total de passivos financeiros | - | - | (53.389.395) | (131.017) | (39.377.524) | (90.634.968) | (1.905.161.199) |
| Instrumentos financeiros derivados | - | - | - | - | - | - | - |
| Posição financeira líquida de balanço | 170.763 | 1.026.457 | (23.025.034) | 356.348 | 13.260.833 | (41.619.683) | (845.713.401) |

Os Instrumentos financeiros derivados sobre o câmbio encontram-se a cobrir o risco cambial de operações futuras e unidades operacionais estrangeiras expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2016, uma desvalorização / valorização de 10% de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados antes de imposto de Euros (15.537.856) / 16.262.257, respetivamente (31 de dezembro de 2015: Euros (15.931.232) / 13.214.930), e em capital antes de impostos de Euros (2.858.345) / 1.915.053 (31 de dezembro de 2015: Euros (2.066.930) / 2.574.030), considerando o efeito das operações realizadas de cobertura cambial.

2.1.2 RISCO DE TAXA DE JURO

Uma parte significativa do custo associado à dívida financeira contraída pelo Grupo está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afetar os resultados do Grupo. Nos casos em que a Administração considera adequado, o Grupo recorre à utilização de Instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* e *collars* de taxa de juro para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objetivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o desenvolvimento dos ativos e passivos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de refixação e maturidades é apresentado no quadro seguinte:

| Valores em Euros | Até 1 mês | 1-3 meses | 3-12 meses | 1-5 anos | + 5 anos | Total |
|--------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------------------|
| A 31 de dezembro de 2016 | | | | | | |
| Ativos | | | | | | |
| Não correntes | | | | | | |
| Outros ativos não correntes | - | - | - | - | - | - |
| Correntes | | | | | | |
| Disponibilidades | 113.912.982 | 49.741.548 | 20.446.744 | - | - | 184.101.274 |
| Total de ativos financeiros | 113.912.982 | 49.741.548 | 20.446.744 | - | - | 184.101.274 |
| Passivos | | | | | | |
| Não correntes | | | | | | |
| Passivos remunerados | 283.926.672 | 162.855.092 | 316.426.475 | 589.911.336 | 348.506.708 | 1.701.626.283 |
| Outros passivos | - | - | - | - | - | - |
| Correntes | | | | | | |
| Passivos remunerados | 98.810.642 | 14.313.560 | 154.622.953 | - | - | 267.747.155 |
| Total de passivos financeiros | 382.737.314 | 177.168.652 | 471.049.428 | 589.911.336 | 348.506.708 | 1.969.373.438 |
| Diferença | (268.824.332) | (127.427.104) | (450.602.684) | (589.911.336) | (348.506.708) | (1.785.272.164) |

| Valores em Euros | Até 1 mês | 1-3 meses | 3-12 meses | 1-5 anos | + 5 anos | Total |
|--------------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------------------|
| A 31 de dezembro de 2015 | | | | | | |
| Ativos | | | | | | |
| Não correntes | | | | | | |
| Outros ativos não correntes | - | - | - | - | - | - |
| Correntes | | | | | | |
| Disponibilidades | 162.079.058 | 44.176.706 | - | - | - | 206.255.764 |
| Total de ativos financeiros | 162.079.058 | 44.176.706 | - | - | - | 206.255.764 |
| Passivos | | | | | | |
| Não correntes | | | | | | |
| Passivos remunerados | 276.906.487 | 51.675.729 | 420.971.141 | 516.704.815 | 241.154.223 | 1.507.412.395 |
| Outros passivos | - | - | - | - | - | - |
| Correntes | | | | | | |
| Passivos remunerados | 230.121.217 | 10.583.188 | 275.401.058 | 1.923.764 | - | 518.029.227 |
| Total de passivos financeiros | 507.027.704 | 62.258.917 | 696.372.199 | 518.628.579 | 241.154.223 | 2.025.441.622 |
| Diferença | (344.948.646) | (18.082.211) | (696.372.199) | (518.628.579) | (241.154.223) | (1.819.185.858) |

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- (i) Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de Instrumentos financeiros variáveis;
- (ii) Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros em relação a Instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- (iii) Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- (iv) Alterações no justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado para todas as moedas às quais o Grupo tem passivos e ativos remunerados, e instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2016, resultaria numa diminuição do lucro antes de imposto de aproximadamente Euros 5.359.089 (31.12.2015: diminuição de Euros 7.440.907), e num aumento de capital antes de impostos de Euros 10.918.338 (31.12.2015: aumento de Euros 6.029.220).

2.1.3 RISCO DE CRÉDITO

O Grupo encontra-se sujeito a risco no crédito que concede aos seus clientes, tendo adotado uma política de gestão de cobertura de risco dentro de determinados níveis através de seguros de crédito com entidades independentes especializadas.

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias locais, pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes em saldar os seus compromissos.

O seguro de crédito tem sido um dos instrumentos adotados pelo Grupo Semapa para minorar os impactos negativos deste tipo de risco. As vendas que não estão abrangidas por estes seguros estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos predefinidos e aprovados para cada cliente.

O grupo realiza, no âmbito da sua atividade, renegociações periódicas de saldos a receber de acordo com a sua política de gestão de risco.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto antes de imparidades:

| Valores em Euros | Papel | Cimento | Ambiente | Total | |
|------------------------------------|--------------------|-------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
| valores não vencidos | 167.860.949 | 37.715.411 | 3.351.039 | 208.927.399 | 205.959.785 |
| de 1 a 90 dias | 12.874.055 | 15.252.670 | 1.902.863 | 30.029.588 | 40.060.551 |
| de 91 a 180 dias | 80.375 | 2.145.724 | 1.182.978 | 3.409.077 | 3.777.444 |
| de 181 a 360 dias | 408.779 | 1.143.049 | 520.635 | 2.072.463 | 2.122.311 |
| de 361 a 540 dias | 37.158 | 628.721 | 90.590 | 756.469 | 1.745.921 |
| de 541 a 720 dias | 170.667 | 753.039 | 32.505 | 956.211 | 1.087.220 |
| a mais de 721 dias | 99.565 | 13.633.489 | 577.276 | 14.310.330 | 14.122.000 |
| | 181.531.548 | 71.272.103 | 7.657.886 | 260.461.537 | 268.875.232 |
| Em contencioso de cobrança | 2.395.281 | 12.444.915 | - | 14.840.196 | 12.770.974 |
| Imparidades (Nota 22) | (2.395.281) | (27.439.533) | (553.910) | (30.388.724) | (28.055.768) |
| Saldo de clientes (Nota 24) | 181.531.548 | 56.277.485 | 7.103.976 | 244.913.009 | 253.590.438 |

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verifiquem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período. O facto de existirem garantias para uma parte significativa dos saldos em aberto e com antiguidade justifica o facto de não se ter registado qualquer perda por imparidade nesses saldos.

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | | 31/12/2015 | |
|---|-------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|
| | Valor bruto | Justo Valor Garantias | Valor bruto | Justo Valor Garantias |
| Saldos devedores vencidos não considerados em imparidades | | | | |
| Vencidos há menos de 3 meses | 29.918.626 | 13.007.396 | 38.820.000 | 17.589.634 |
| Vencidos há mais de 3 meses | 6.279.142 | 1.259.196 | 6.706.832 | 1.329.127 |
| | 36.197.768 | 14.266.592 | 45.526.832 | 18.918.761 |
| Saldos devedores considerados em imparidades | | | | |
| Vencidos há menos de 3 meses | 110.962 | - | 275.416 | - |
| Vencidos há mais de 3 meses | 30.277.762 | - | 27.780.352 | - |
| | 30.388.724 | - | 28.055.768 | - |

De referir, conforme descrito anteriormente que o Grupo adotou uma política de seguro de crédito para parte significativa de saldos a receber de clientes e tem como prática a seleção de entidades financeiras, para contrapartes nas suas transações, que apresentem *ratings* financeiros bastante sólidos. Desta forma é convicção do Grupo que a exposição efetiva ao risco de crédito se encontra em níveis aceitáveis.

A qualidade de risco de crédito do Grupo, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, face a Ativos financeiros (Caixa e seus equivalentes e Instrumentos financeiros derivados) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------|--------------------|--------------------|
| AA- | 13.134.247 | 12.843.478 |
| A+ | - | 48.921 |
| A | 26.837.653 | 24.811.095 |
| A- | 101.500 | 435.555 |
| BBB+ | 2.906.665 | 5.100.033 |
| BBB | 440.751 | 1.008 |
| BBB- | 14.529.642 | - |
| BB+ | 1.206.409 | 9.317.115 |
| BB | 1.665.819 | 24.767 |
| BB- | 22.556.276 | 27.405.274 |
| B+ | 1.081.139 | 33.382.179 |
| B- | 29.729.965 | - |
| Outros | 69.231.783 | 92.525.634 |
| | 183.421.849 | 205.895.059 |

A rubrica Outros inclui aplicações de tesouraria em instituições financeiras em Angola relativamente às quais não foi possível obter a notação de *rating* com referência às datas apresentadas.

A exposição máxima ao risco de crédito na Posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Não Correntes | | |
| Ativos disponíveis para Venda (Nota 21) | 342.122 | 229.136 |
| Outros ativos não correntes | 6.744.351 | 6.777.734 |
| Correntes | | |
| Valores a receber correntes (Nota 24) | 292.240.424 | 285.359.246 |
| Instrumentos financeiros derivados (Nota 24) | 942.139 | 3.650.428 |
| Depósitos bancários e aplicações de tesouraria | 183.421.849 | 205.895.059 |
| | 483.690.885 | 501.911.603 |
| Exposição ao Risco de crédito fora de balanço | | |
| Garantias prestadas (Nota 39) | 33.074.932 | 22.148.954 |
| | 33.074.932 | 22.148.954 |

2.1.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias: garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua atividade, e através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

A liquidez dos passivos financeiros contratados e remunerados originará os seguintes fluxos monetários não descontados, incluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data da Posição financeira consolidada:

| Valores em Euros | -1 mês | 1-3 meses | 3-12 meses | 1-5 anos | + de 5 anos | Total |
|------------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| A 31 de dezembro de 2016 | | | | | | |
| Passivos | | | | | | |
| Passivo remunerado | | | | | | |
| Empréstimos por obrigações | 700.483 | 3.379.104 | 60.343.996 | 638.991.968 | 319.158.888 | 1.022.574.439 |
| Papel comercial | 412.563 | 390.392 | 101.221.608 | 524.298.577 | - | 626.323.140 |
| Empréstimos bancários | 15.928.494 | 15.682.428 | 106.450.995 | 275.349.444 | 84.493.050 | 497.904.411 |
| Credores de locação financeira | 59.755 | 119.511 | 751.228 | 1.631.277 | 662.515 | 3.224.286 |
| Instrumentos financeiros derivados | - | - | 1.268.804 | 1.190.187 | - | 2.458.991 |
| Valores a pagar e outros passivos | 139.708.112 | 23.761.395 | 1.187.462 | 15.312.774 | - | 179.969.743 |
| Total passivos | 156.809.407 | 43.332.830 | 271.224.093 | 1.456.774.227 | 404.314.453 | 2.332.455.009 |
| A 31 de dezembro de 2015 | | | | | | |
| Passivos | | | | | | |
| Passivo remunerado | | | | | | |
| Empréstimos por obrigações | - | - | 190.602.303 | 657.831.362 | 212.780.375 | 1.061.214.040 |
| Papel comercial | 242.107 | 467.671 | 160.935.884 | 450.142.272 | - | 611.787.933 |
| Empréstimos bancários | 34.133.474 | 26.019.892 | 84.375.685 | 262.152.840 | 70.680.329 | 477.362.219 |
| Credores de locação financeira | 78.224 | 156.448 | 838.361 | 2.493.065 | 790.274 | 4.356.372 |
| Outros empréstimos | - | 281.840 | 2.555.471 | 601.846 | - | 3.439.156 |
| Instrumentos financeiros derivados | - | - | 640.982 | 3.837.017 | - | 4.477.999 |
| Valores a pagar e outros passivos | 87.226.762 | 69.458.027 | 914.187 | 3.301.559 | - | 160.900.535 |
| Total passivos | 121.680.567 | 96.383.878 | 440.862.871 | 1.380.359.961 | 284.250.978 | 2.323.538.255 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 695.258.377 e Euros 736.308.629 respetivamente.

2.1.5 RISCO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo Semapa na gestão de capital assentam numa ótica de continuidade e criação de valor para os acionistas, consubstanciado na política de dividendos conservadora assente em princípios de solidez financeira, por um lado através da manutenção de uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e respetivas áreas de negócio, e por outro, indicadores sólidos de solvabilidade e autonomia financeira. Nesse sentido o capital considerado para efeitos da gestão de capital corresponde ao Capital Próprio, não sendo considerado nenhum passivo financeiro como parte integrante do mesmo.

2.2 FATORES DE RISCO OPERACIONAL

2.2.1 RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DA PASTA E DO PAPEL

RISCOS ASSOCIADOS AO SETOR FLORESTA

No final de 2016 o Grupo Navigator geria cerca de 118 milhares de hectares distribuídos em Portugal Continental e Açores em cerca de 1.400 Unidades de Gestão em 168 municípios, de acordo com os princípios expressos na sua Política Florestal. O eucalipto e as áreas com florestação em curso com as espécies deste género ocupam 74% desta área, designadamente a espécie *Eucalyptus globulus*, considerada como detentora de fibra ideal para papéis de alta qualidade. No restante, salientam-se as áreas florestais de pinho e sobreiro, sendo o grupo o maior produtor privado nacional de pinho e um dos maiores produtores de sobreiro do país.

O Grupo tem ainda sob gestão, numa fase de arranque das operações de silvicultura, 356.210 hectares localizadas em Moçambique, dos quais se encontravam preparados para plantar 42 milhares de hectares e plantados 11,7 milhares de hectares, nas províncias de Manica e Zambézia, concessionadas ao abrigo do protocolo de investimento assinado com o Governo Moçambicano e que prevê a instalação de uma unidade industrial destinada à produção de pasta BEKP e energia elétrica naquele País.

A maioria do seu património florestal localizado em Portugal está certificada pelo FSC® (*Forest Stewardship Council*) e pelo PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes*) o que garante que as florestas da Empresa são geridas de forma responsável do ponto de vista ambiental, económico e social, e obedecendo a critérios rigorosos e internacionalmente reconhecidos.

O principal fator de ameaça da competitividade da fileira florestal do eucalipto reside na baixa produtividade da floresta portuguesa e na procura mundial de produtos certificados, sendo que apenas uma reduzidíssima parte da floresta nacional está certificada, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro. Refira-se, a título de exemplo, que a área florestal gerida pelo Grupo em Portugal embora represente cerca de 3% da área da floresta portuguesa, representa todavia 45% de toda a área certificada de acordo com as normas PEFC e de 31% de toda a área certificada de acordo com as normas FSC®.

Procurando responder a estas questões, o Grupo iniciou em 2016 um projeto tendente ao fomento da certificação florestal em áreas detidas por particulares, procurando reforçar os passos de, em 2020, toda a madeira de eucalipto que o Grupo vier a processar ser proveniente de parceiros com a sua atividade certificada.

Para além disso, o Grupo encontra-se a desenvolver esforços no sentido de proactivamente atuar no fomento de boas práticas de gestão florestal tendentes a contribuir para a melhoria da produtividade das áreas florestais de terceiros. Este esforço, que tem vindo a ser desenvolvido através da CELPA (Associação da Indústria Papeleira, representativa dos principais Grupos industriais do sector) no Programa Melhor Eucalipto, poderá no futuro vir a ser reforçado com mais medidas de apoio, para além do suporte técnico que já hoje propicia.

Para além do já referido risco associado à capacidade produtiva das explorações, os riscos que de forma mais significativa se apresentam ao sector prendem-se com os incêndios e a fitossanidade, bem como o risco regulatório, atendendo à revisão anunciada pelo Governo do regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais, estabelecido no Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de Julho. A conjugação de todos estes fatores, sem que, nos últimos anos, tenham existido medidas de atuação estratégica do Estado no sector, tem obrigado à importação de matéria-prima, processo que condiciona a rentabilidade do sector.

No que diz respeito aos incêndios florestais, os riscos a que a atividade do Grupo Navigator se encontra exposta traduzem-se nos seguintes impactos:

- Na destruição de stocks actuais e futuros de madeira próprios e de terceiros;
- Em custos acrescidos de exploração florestal e posterior preparação dos terrenos para plantação.

Nesta matéria, a forma de gestão das explorações que possui ou gere constitui a primeira linha de mitigação deste risco pelo Grupo.

De entre as diversas medidas de gestão com as quais se comprometeu, o escrupuloso cumprimento das regras de biodiversidade e a construção e manutenção de caminhos e vias de acesso a cada uma das áreas em exploração assumem particular relevância na mitigação do risco de incêndio.

Para além disso, o Grupo participa no agrupamento Afocelca – um agrupamento complementar de empresas do Grupo Navigator e do Grupo Altri que, com uma estrutura especializada, tem por missão apoiar o combate aos incêndios florestais nas propriedades das empresas agrupadas, em estrita coordenação e colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANPC. Este agrupamento gere um orçamento anual de cerca de Euros 3 milhões, sem fundos públicos, tendo criado uma estrutura eficiente e flexível, que desenvolve práticas destinadas à redução dos custos de proteção e a minimizar os prejuízos que os incêndios florestais representam para as empresas do ACE, que exploram mais de 210 mil hectares de floresta em Portugal.

Como forma de maximizar a capacidade produtiva das áreas que explora, o Grupo desenvolveu e utiliza modelos de Gestão Florestal que contribuem para a manutenção e melhoria contínua das funções económicas, ecológicas e sociais dos espaços florestais, quer ao nível do povoamento, quer à escala da paisagem florestal, e que, nomeadamente:

- i. Incrementam a produtividade florestal das suas plantações, através da utilização das melhores práticas silvícolas adaptadas às condições locais e compatíveis com o ambiente e necessidade de assegurar níveis de biodiversidade adequados;
- ii. Estabelecem e melhoram a rede de infra-estruturas dos espaços florestais em conformidade com as acessibilidades necessárias à gestão, compatibilizando-as com as medidas de proteção da floresta contra incêndios;
- iii. Asseguram o cumprimento das funções do ciclo da água promovendo, sempre que possível, a reabilitação e protecção qualitativa dos recursos hídricos.

O Grupo conta ainda com um instituto de investigação, o RAIZ, que desenvolve a sua atividade em 3 linhas principais: Investigação Aplicada, Consultoria e Formação. Na área da investigação florestal, o RAIZ procura:

- i. Aumentar a produtividade da floresta de eucalipto;
- ii. Melhorar a qualidade da fibra produzida a partir da madeira dessa espécie;
- iii. Implementar uma gestão florestal sustentada do ponto de vista económico, ambiental e social;
- iv. Induzir práticas e processos tendentes à diminuição dos custos de produção da madeira.

RISCOS ASSOCIADOS À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PASTA BRANQUEADA DE EUCALIPTO BEKP (BLEACHED EUCALYPTUS KRAFT PULP), PAPEL UWF (PAPÉIS FINOS DE IMPRESSÃO E ESCRITA NÃO REVESTIDOS), TISSUE E PELLETS

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

O auto-abastecimento de madeira para produção de pasta BEKP é inferior a 20% das necessidades do Grupo, pelo que existe a necessidade de recorrer à compra de madeira no mercado, sendo que o mercado nacional é insuficiente para garantir as necessidades e consequentemente efetuam-se recorrentemente importações do mercado espanhol e extra-ibérico.

O aprovisionamento de madeira, nomeadamente de eucalipto, está sujeito a variações de preço e de câmbio e a eventuais dificuldades de abastecimento de matérias-primas que poderão ter um impacto significativo nos custos de produção das empresas produtoras de pasta BEKP. Acresce (com maior relevância nas importações) a volatilidade dos preços de logística de transporte de madeira para as fábricas, que varia em função dos preços do petróleo e dos fretes marítimos.

A realização de novas plantações florestais está sujeita à autorização das entidades competentes, sendo que as alterações legislativas poderão limitar o potencial produtivo nacional, não obstante existirem iniciativas para incrementar a produtividade das áreas existentes e consequentemente das disponibilidades de matéria-prima.

Em caso de insuficiência da produção nacional, em quantidade e em qualidade, nomeadamente em termos de madeira certificada, o Grupo poderá ter de aumentar a quantidade de madeira importada, seja de Espanha, seja extra-ibérica.

Relativamente à importação de madeira, existe um risco subjacente ao transporte marítimo desde a origem até aos portos que abastecem as fábricas do Grupo. Esse risco é mitigado por via das condições de compra acordadas com os fornecedores extra-ibéricos, em que a posse da matéria-prima se transfere no porto de chegada, sendo complementarmente feito um seguro para cobrir eventuais perdas decorrentes de quebras de abastecimento no caso de algum acidente em qualquer destes transportes comprometer o abastecimento de madeira nas fábricas.

As fábricas do Grupo procuram maximizar o valor acrescentado dos seus produtos, nomeadamente através da crescente integração de madeira certificada a qual é suportada por iniciativas em curso no mercado nacional que visam aumentar a área certificada e consequentemente o fornecimento de madeira certificada. Estas iniciativas pretendem responder à crescente procura de produtos – papel e pasta – certificados pelos diversos mercados onde o Grupo tem atividade comercial.

Em 31 de Dezembro de 2016, um agravamento de 10% no custo, à data, do m3 de madeira de eucalipto consumida na produção de pasta BEKP teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 31.200.000 (2015: Euros 29.700.000).

Relativamente a outras matérias-primas, nomeadamente produtos químicos, o principal risco identificado é o da escassez de disponibilidade de produtos por força da crescente procura destes produtos em mercados emergentes, nomeadamente na Ásia ou mercados que os abasteçam, que poderão criar desequilíbrios pontuais de oferta e procura.

O Grupo procura mitigar estes riscos mediante um *sourcing* pró-ativo, que procura a identificação de fontes de abastecimento dispersas geograficamente, procurando ainda assegurar contractos de abastecimento a prazo que lhe assegurem níveis de volume, preço e qualidade compatíveis com os seus requisitos.

Finalmente, um outro recurso necessário para o processo produtivo é a água. A preocupação com a utilização deste recurso, que o Grupo assume como finito, é significativa. Ao longo dos últimos anos têm sido feitos investimentos no processo produtivo tendentes à redução da utilização deste recurso no processo, que se reduziu mais de 20% entre 2005 e 2016. Para além disso, os níveis de tratamento de efluentes são igualmente relevantes, tendo os volumes de efluentes reduzido entre 2005 e 2016 cerca de 24%, fruto de investimento de melhoria de processo tendentes à minimização do impacto ambiental do Grupo.

PREÇO DE MERCADO DA BEKP E DO PAPEL UWF E TISSUE

O aumento das várias situações de concorrência, influenciada por desequilíbrios na oferta ou na procura, nos mercados de pasta BEKP, papel UWF, papel tissue e pellets pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo. Os preços de mercado da pasta BEKP e do papel UWF, tissue e pellets são formados no mercado mundial em regime de concorrência global e influenciam de forma determinante as receitas do Grupo e a sua rentabilidade. As variações dos preços destes produtos resultam, essencialmente, de alterações da oferta e da procura mundiais e da situação económica e financeira de cada um dos diferentes agentes intervenientes nestes mercados (produtores, traders, distribuidores, clientes finais, etc.) a nível mundial, que provocam diferentes e sucessivos níveis de preços de equilíbrio, aumentando a volatilidade do mercado global.

Os mercados de pasta BEKP e de papel são altamente competitivos, pelo que, na atual conjuntura, variações significativas na capacidade de produção instalada poderão ter um impacto expressivo nos preços praticados a nível mundial. Estes fatores têm incentivado o Grupo a prosseguir a estratégia de marketing e branding delineada e a realizar investimentos significativos nos anos recentes para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade.

Em 31 de Dezembro de 2016, uma degradação de 10% no preço, à data, por tonelada de pasta BEKP e de 5% no preço por tonelada de papel UWF e tissue vendidos pelo Grupo no período teria representado um impacto negativo nos seus resultados operacionais de cerca de Euros 13.800.000 e de Euros 63.900.000, respetivamente (2015: Euros 13.900.000 e Euros 63.300.000, respetivamente).

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

Sem prejuízo do que se refere relativamente à concentração das carteiras de clientes do Grupo, uma eventual diminuição da procura de BEKP e de papel UWF, *Tissue* e *Pellets* nos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos poderá ter um impacto significativo nas vendas do Grupo. A procura de BEKP produzida pelo Grupo depende também da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, dado que os principais clientes de BEKP do Grupo são produtores de papel.

A procura de papel de impressão e escrita tem estado, historicamente, relacionada com fatores macroeconómicos e com o uso de material de cópia e impressão. Uma quebra da economia e o aumento do desemprego, a nível mundial, poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura do papel de impressão e escrita e por essa via afetar o desempenho do Grupo.

Quanto ao papel *Tissue*, as variáveis chave que influenciam a procura deste tipo de papel são:

- Crescimento económico futuro esperado;
- Crescimento da população e outras alterações demográficas;
- Níveis de penetração do produto;
- Desenvolvimentos na qualidade do papel *Tissue* e especificações de produto; e
- Efeitos de substituição.

O consumo de papel *Tissue* não é muito sensível a variações cíclicas da economia, muito embora o consumo deste tipo de papel tenda a crescer mais rapidamente com maior crescimento económico.

A importância do crescimento económico para o consumo de *Tissue* é mais evidente nos países em desenvolvimento. Se o nível de rendimento *per capita* é muito baixo, o consumo de *Tissue* tende a ser reduzido. Há um limiar após o qual o consumo acelera. O crescimento económico permite uma maior penetração do produto, que é um dos principais drivers da procura deste tipo de papel na população com rendimentos mais baixos. O papel *Tissue* é um produto que não enfrenta grandes ameaças de substituição por outros materiais, não se prevendo alterações a este nível.

As preferências dos consumidores podem ter um impacto na procura global do papel ou de certos tipos em particular, tais como na procura de produtos reciclados ou produtos com fibra virgem certificada.

Relativamente a esta matéria, e no caso concreto do papel UWF e *Tissue*, o Grupo crê que a estratégia de marketing e *branding* que tem vindo a seguir, associada aos investimentos significativos efetuados para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade, lhe permitem colocar os seus produtos em segmentos de mercado menos sensíveis a variações de procura, permitindo uma menor exposição a este risco.

Devido à evolução da matriz energética mundial, a procura por fontes de energia alternativa e renovável tem sido uma constante, tornando a biomassa florestal e seus produtos derivados uma saída extremamente importante. Um desses produtos são os pellets de madeira, um tipo de lenha, geralmente produzidos a partir de serradura de madeira refinada e seca, ou de serragem, que depois é comprimida.

No que respeita aos pellets, as suas principais aplicações são:

- a nível do segmento industrial, na sua utilização como combustível para a geração de energia elétrica em centrais termoeletricas (diminuindo ou substituindo, por exemplo, o consumo de carvão ou fuel nessas centrais);
- a nível do segmento residencial, no aquecimento doméstico, mas também no aquecimento de espaços comerciais ou públicos.

Novas utilizações têm sido também dadas para este produto (como, por exemplo, funcionar como uma espécie de “cama” para animais, tais como cavalos).

Atualmente, no cenário mundial, a maior procura e produção de pellets situam-se no Hemisfério Norte, nomeadamente na Europa e nos EUA. A União Europeia é o motor do mercado de pellets de madeira, prevendo-se o crescimento contínuo deste mercado. As estimativas apontam para um consumo de 24 milhões de toneladas de pellets de madeira em 2020, dos quais 11 milhões serão importados.

Atualmente, os pellets de madeira são importados principalmente dos EUA, Canadá, da Rússia e dos Países Bálticos. Exportadores emergentes são a Austrália, África do Sul e países da América do Sul.

O crescimento deste mercado é impulsionado pela competitividade de pellets de madeira em comparação com os combustíveis fósseis convencionais, como gás natural e petróleo.

De facto, os preços dos pellets de madeira são mais estáveis que o petróleo ou o gás natural. Mesmo com o preço do barril de petróleo muito abaixo da média, os biocombustíveis pellets encontram o seu nicho de mercado por questões simples de (i) estabilidade dos preços e (ii) serem um combustível renovável.

Estima-se que a produção deste produto continuará a crescer, apesar da disponibilidade de petróleo e gás natural baratos. Para a extensão deste crescimento serão determinantes as exigências do Reino Unido e da União Europeia para a biomassa sustentável e as ações para o cumprimento das metas de redução dos gases do efeito estufa.

ENERGIA

O processo produtivo é dependente do abastecimento constante de energia elétrica e vapor. Para tal, o Grupo dispõe de diversas unidades de Cogeração, que asseguram este abastecimento, tendo sido previstas redundâncias entre as diversas unidades geradoras por forma a mitigar o risco de eventuais paragens não planeadas dessas unidades nas fábricas de pasta e papel. Parte excedentária da produção, face às necessidades de consumo é vendida no mercado a tarifas reguladas. Findo esse período, as centrais passam a operar em regime de auto-consumo, o que se pode comprovar pela redução verificada nos réditos desta atividade, bem como pela redução nos consumos de eletricidade e gás natural.

RISCO PAÍS – MOÇAMBIQUE

À medida que o projeto de investimento em Moçambique cresce, a exposição ao risco específico deste País aumenta.

A exposição a este risco leva a que a ponderação dos investimentos, em termos de calendarização, escolha dos fornecedores / parceiros e localização geográfica seja condicionada por este efeito, acautelando o Grupo a concretização destes passos na medida em que consegue assumir com razoável segurança que não existirão efeitos decorrentes daquele risco que os condicionem.

Neste momento, o projeto de Moçambique é essencialmente um projeto de cariz florestal, com uma opção de desenvolvimento de um projeto industrial envolvendo a construção de uma fábrica de pasta de grande escala. O Grupo encontra-se atualmente a desenvolver um processo de reflexão relativamente ao ritmo de evolução do projeto em Moçambique, sobretudo ditado pela evolução do atual contexto político-social, que, sendo instável, traz desafios acrescidos ao projeto, ao nível da segurança de todos os que nele estão envolvidos e da garantia de abastecimento dos produtos, materiais e serviços necessários. A pressão sobre o Metical faz-se sentir na inflação dos preços, que tem vindo a ser notória desde 2015 e que continua a aumentar.

Até ao final de 2016, as despesas incorridas neste projeto ascendiam a 76 milhões de Euros (31 de Dezembro de 2015: 54 milhões de Euros), essencialmente associados a atividades de plantação, preparação de terrenos, com a construção do que é hoje o maior viveiro florestal de África e com a identificação de espécies de eucalipto com viabilidade industrial nas áreas concessionadas ao Grupo pelo Estado Moçambicano.

No entanto, em resultado do acima referido, o Grupo procedeu, de forma prudente, a uma reavaliação do valor dos ativos que detém em Moçambique, tendo reconhecido no ano uma perda por imparidade de 49 milhões de Euros, dos quais 3,2 milhões de Euros afetando o EBITDA.

RISCO PAÍS – EUA

O projeto da Colombo Energy Inc. relativo à nova fábrica de pellets nos EUA (em Greenwood, na Carolina do Sul) já iniciou o seu arranque a 18 de julho, tendo entrado em laboração contínua no mês de setembro. O valor do investimento é de USD 121 milhões, sujeito ao risco específico do país pese embora este se considere despiciente.

CONCORRÊNCIA

O aumento da concorrência nos mercados da pasta e papel pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo.

Os mercados de pasta e papel são altamente competitivos, pelo que a entrada no mercado de novas unidades de produção com um aumento da capacidade de produção disponível poderá ter um impacto relevante nos preços praticados a nível mundial.

Os produtores de pasta BEKP oriundos do hemisfério sul (nomeadamente do Brasil, Chile, Uruguai e da Indonésia), com custos de produção ainda significativamente mais baixos que os do hemisfério norte, têm vindo a adquirir peso acrescido no mercado, pondo em causa o posicionamento competitivo dos produtores europeus de pasta para mercado.

Estes fatores têm obrigado o Grupo a realizar investimentos significativos de modo a manter os seus custos competitivos e a produzir produtos de elevada qualidade, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro.

O Grupo vende cerca de 63% do papel (2015: 70%) que produz na Europa, detendo quotas de mercado particularmente expressivas nos países da Europa Ocidental e quotas de mercado relevantes nos outros principais mercados europeus. Para o crescimento global das vendas no ano de 2016 foi relevante o continuado alargamento geográfico, nomeadamente no Médio Oriente e em África. O Grupo tem ainda uma presença importante nos EUA, representando mais de metade das vendas de produtores europeus para este mercado, pese embora a imposição de tarifas anti-dumping tenha penalizado as vendas com destino àquele mercado.

CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2016, os 10 principais grupos de clientes de pasta BEKP do Grupo representavam 15% da produção de pasta BEKP do período (2015: 14%) e 76% das vendas externas de pasta BEKP (2015: 76%). Esta assimetria resulta da estratégia seguida pelo Grupo de crescente integração da pasta BEKP que produz nos papéis UWF que produz e comercializa.

Ainda assim, o Grupo crê existir pouca exposição a riscos de concentração de clientes na comercialização de pasta BEKP.

Em 31 de Dezembro de 2016, os 10 principais grupos de clientes de papéis UWF do Grupo representavam 52% das vendas daquele produto no período (2015: 53%), muito embora os 10 principais clientes individuais representem aproximadamente um quarto das vendas totais (2015: 26%). Também relativamente aos papéis UWF, o Grupo segue uma estratégia de mitigação do risco de concentração da sua carteira de clientes. O Grupo comercializa papéis UWF para mais de 130 países e territórios (2015: 123 países) e tem mais de 1100 clientes individualmente considerados (2015: 700 clientes), permitindo assim uma dispersão do risco de concentração das vendas num reduzido número de mercados e/ou clientes.

As vendas de tissue ascenderam a cerca de 67,4 milhões de Euros no ano de 2016 (2015: 53,7 milhões de Euros). A atividade comercial incide essencialmente na Península Ibérica, que representa 99% das suas vendas. Os 10 principais clientes de papel tissue representam atualmente cerca de 47% das vendas totais (2015: 56%).

Com a entrada em linha de funcionamento dos novos equipamentos, pertencentes ao investimento na 2ª máquina de papel tissue efetuado em 2015, temos expandido a nossa atividade comercial essencialmente virada ao mercado externo, nomeadamente Espanha e restante Europa Ocidental.

O projeto da Colombo Energy Inc. relativo à nova fábrica de pellets nos EUA (em Greenwood, na Carolina do Sul) iniciou o seu processo de arranque a 18 de Julho de 2016 e produziu as suas primeiras pellets a 21 de Julho, tendo entrado em laboração contínua a partir do mês de Outubro.

A atividade comercial iniciou-se no mês de Dezembro. Até à data, foi celebrado um contrato com um único cliente que garante o escoamento de 40% da produção da fábrica, por um prazo de 10 anos.

O grupo pretende expandir a atividade comercial do negócio das pellets para o Mercado Europeu e para o Mercado Americano, tanto no segmento industrial como no segmento residencial/doméstico.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, a legislação da União Europeia em matéria ambiental tem vindo a tornar-se mais restritiva no que respeita ao controlo das emissões ambientais. As empresas do Grupo respeitam a legislação em vigor, nos seus diversos parâmetros (VLE's).

Em Setembro 2014, na decisão de execução da Comissão 2014/687/EU, foi aprovado o BREF (Best Available Technologies Reference Documents) - Conclusões sobre as Melhores Técnicas Disponíveis do Documento de Referência - para os sectores da pasta e do papel que contém os novos limites e requisitos para estes sectores, dispondo as empresas de 4 anos para promover as necessárias adaptações às suas práticas e equipamentos. Para além disso, foi finalizada a discussão técnica do documento de referência das Grandes Instalações de Combustão, aguardando-se que esta seja aprovada formal e politicamente em 2017. A publicação deste documento terá um impacto nos equipamentos do Grupo, nomeadamente nas caldeiras e instalações de combustão, que estarão abrangidas pela nova legislação a ser publicada, obrigando a novos investimentos.

Como tal, o Grupo tem vindo a acompanhar o desenvolvimento técnico desta matéria, procurando antecipar e planear as melhorias necessárias nos seus equipamentos para os fazer cumprir com os limites a publicar, existindo assim a possibilidade do Grupo necessitar de realizar investimentos adicionais nesta área, de modo a cumprir com eventuais alterações nos limites e regras ambientais que venham a ser aprovados.

À data, as alterações legislativas que se conhecem prendem-se também com a evolução do regime de atribuição de comércio europeu de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), criado pela Diretiva nº 2003/87/CE, recentemente alterada pela Diretiva nº 2009/29/CE (nova diretiva CELE), a qual apresenta o quadro legal do CELE para o período 2013-2020 e que foi transposta para o ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Lei 38/2013 de 15 de Março, que veio a resultar na redução do âmbito de atribuição gratuita de licenças de emissão de CO₂.

A manter-se esta tendência, esta evolução trará eventualmente custos acrescidos para a indústria transformadora em geral e para a de pasta e papel em particular, sem que exista uma compensação pela absorção de CO₂ que, anualmente, as florestas desta indústria permitem.

Por forma a mitigar o impacto desta alteração, desde há muito que o Grupo empreendeu uma série de investimentos de natureza ambiental que, entre outras vantagens, tem permitido a redução continuada da emissão de CO₂, apesar de, durante os últimos anos, se ter verificado um continuado aumento dos volumes de produção.

Em 2015 foi analisado e estabelecido um plano estratégico ambiental que visa a adaptação do Grupo Navigator a um conjunto de novos e futuros requisitos na área ambiente, nomeadamente ao recentemente publicado documento de referência para o sector (Conclusões sobre as Melhores Técnicas Disponíveis do Documento de Referência para o sector – BREF. Decisão de execução da Comissão 2014/687/UE) e para as Grandes Instalações de Combustão. Os documentos de referência mencionados correspondem à implementação da Diretiva 2010/75/EU relativa a emissões industriais. Estão em curso os projetos tendentes à implementação das alterações tecnológicas adequadas.

O Plano Estratégico Ambiental visou para além das áreas de ambiente reguladas por este documento, outras áreas, e foi possível verificar que o Grupo Navigator encontra-se genericamente enquadrado nestes referenciais futuros e identificar algumas áreas de melhoria e soluções tecnológicas como as emissões para a atmosfera das caldeiras de biomassa.

Por outro lado, cumprindo com o Decreto-Lei nº 147/2008 de 29 de Junho, que transpõe para o normativo Nacional a Diretiva 2004/35/CE, o Grupo assegurou os seguros ambientais exigidos por aquele normativo, garantindo o cumprimento dos regulamentos em vigor e mitigando os riscos de natureza ambiental a que se encontra exposto.

RISCOS ASSOCIADOS À PRODUÇÃO DE ENERGIA E PELLETS

A energia é uma atividade com importância no Grupo, que permite a utilização da biomassa gerada na produção de pasta BEKP pelo Grupo, possibilitando ainda o abastecimento em regime de cogeração de energia térmica e eléctrica para as fábricas de pasta BEKP e de papéis UWF, possibilitando ainda, entre outros, aos fornecedores de madeira do Grupo gerar um rendimento complementar com a venda de biomassa residual florestal das suas explorações e contribuindo para a redução dos riscos de incêndio no País.

Atendendo à integração das unidades fabris do Grupo na produção de pasta BEKP e de papéis UWF e como forma de potenciar a utilização da biomassa disponibilizada pela fileira florestal, foram construídas pelo Grupo em 2009 novas unidades de produção dedicada de energia eléctrica a partir de biomassa, que se encontram em laboração plena.

O Grupo foi pioneiro e tem vindo a desenvolver um mercado de comercialização de biomassa, para abastecimento das centrais energéticas que possui. O desenvolvimento deste mercado numa fase anterior à do arranque das novas unidades de produção de energia permitiu-lhe assegurar uma rede de abastecimento de matéria-prima obtida de forma sustentável, que poderá vir a utilizar no futuro.

Conforme se referiu anteriormente, o Grupo vem sensibilizando o Governo e a opinião pública para a necessidade de garantir que a biomassa seja encarada de forma sustentável, evitando a utilização de madeira de eucalipto para biomassa com suporte a incentivos distorcendo o mercado da madeira, em detrimento da sua utilização para a produção de bens transacionáveis. Os incentivos existentes à data em Portugal só contemplam a utilização de biomassa florestal residual (BFR) e não a utilização de madeira para a produção de energia eléctrica.

Para além disso, e apesar das disposições legais,

- (i) Decreto-Lei 23/2010 e Portaria 140/2012 revista pela Portaria 325-A/2012, aplicável ao regime de PRE-Produção em Regime Especial em cogeração;
- (ii) Para as Centrais Termoeléctricas a Biomassa (CTB) florestal residual, dedicadas à produção de energia eléctrica o quadro legal é suportado pelo Decreto-Lei 33-A/2005 revisto pelo Decreto-Lei 225/2007, que altera de 15 para 25 anos o período de remuneração garantida em PRE - Produção em Regime Especial que permitem antever a estabilidade tarifária no futuro próximo,

existe um risco de que a alteração das tarifas de venda de energia sejam, eventualmente penalizantes para os produtos (o que já se vem notando, com medidas específicas sobre a tarifa e com a introdução da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético nas unidades de cogeração com capacidade superior a 20 MW). A procura constante pela optimização dos custos de produção e pela eficiência das unidades geradoras são a forma pela qual o Grupo procura mitigar este risco.

Fruto das medidas iniciadas no âmbito do Programa de Ajustamento Financeiro a que Portugal esteve sujeito, foi revisto todo o modelo remuneratório do sector nacional da energia eléctrica, que impactou essencialmente a energia eléctrica produzida a partir de cogeração, uma das formas mais eficientes de produção de energia.

O Grupo representa uma parte relevante da energia produzida no país, tendo as unidades que detém e explora assistido à revisão dos preços de venda da energia elétrica, ao longo de um período que se iniciou de forma transitória em 2012 passando por 2020 e terminará em 2025. A consequência desta medida será a inviabilidade económica da operação enquanto tal, deixando ao longo do período acima referido de ser vendida à rede a energia que essas unidades geram (como já se verifica na central de cogeração a gás da Figueira da Foz), por deixar de ser economicamente justificável fazê-lo, passando sucessivamente a regime de autoconsumo após regimes transitórios aplicáveis a cada instalação.

RISCOS ASSOCIADOS AO TRANSPORTE E LOGÍSTICA

O Grupo Navigator exporta mais de 95% da sua produção de papel UWF e cerca de 35% da sua produção de papel *Tissue* pelo que os custos de transporte e logística são materialmente relevantes. Um cenário de subida continuada dos custos de transporte poderá ter um impacto significativo no desempenho do Grupo.

2.2.2 RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DO CIMENTO E DERIVADOS

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

No que se refere ao segmento do Cimento e Derivados, as principais matérias-primas do processo de fabrico do cimento são os calcários e as margas ou argilas, cuja extração é efetuada em pedreiras próprias, localizadas no perímetro fabril, dispondo o Grupo de reservas que asseguram a exploração sustentada nos próximos anos.

PREÇO DE VENDA

Uma vez que o segmento dos Cimentos e Derivados desenvolve a sua atividade em mercados geograficamente diversos, os preços praticados, dependem essencialmente, da conjuntura económica e da concorrência de cada país.

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

O volume de negócios do segmento dos Cimentos e Derivados deriva do nível de atividade no setor da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O setor da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infraestruturas.

O setor da construção é sensível a fatores como as taxas de juro e uma quebra da atividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão neste setor.

Apesar do Grupo considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afetados por uma quebra do setor da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

CONCORRÊNCIA

As empresas do segmento dos Cimentos e Derivados desenvolvem a sua atividade num ambiente competitivo. No caso do mercado português, dada atual conjuntura que tem motivado um forte declínio do setor, excessos de capacidade dos operadores nacionais em conjugação com importações, poderão afetar a performance nesse segmento.

CUSTOS ENERGÉTICOS

Uma parte significativa dos custos do Grupo Secil está dependente dos custos energéticos. A energia é um fator de custo com peso significativo na atividade da Secil e das suas participadas. O Grupo protege-se, em certa medida, contra o risco da subida do preço da energia através da possibilidade de algumas das suas fábricas utilizarem combustíveis alternativos e de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para algumas das necessidades energéticas. Apesar destas medidas, flutuações significativas nos custos da eletricidade e dos combustíveis podem afetar negativamente a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais.

RISCO PAÍS – BRASIL, TUNÍSIA, LÍBANO E ANGOLA

O Grupo Secil encontra-se exposto ao risco país do Brasil, Tunísia, Líbano e Angola nos quais detém investimentos em unidades produtivas.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, a legislação comunitária e nacional tem vindo a tornar-se mais limitativa no que respeita ao controlo dos efluentes. O Grupo Secil respeita a legislação atualmente em vigor, tendo para isso realizado investimentos muito significativos nos últimos anos. Embora não se preveja, num futuro próximo, alterações significativas à atual legislação, existe a possibilidade da Secil necessitar de realizar investimentos adicionais nesta área, de modo a cumprir eventuais novos limites venham a ser aprovados.

2.2.3 RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DO AMBIENTE

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

O abastecimento de matéria-prima para o segmento do Ambiente, desenvolvido pelo Grupo ETSA, está condicionado à disponibilidade de abates e de resíduos da indústria agroalimentar, em particular nos matadouros e nos centros de abate de animais. Este mercado é relativamente vulnerável à degradação da situação económica, assim como à consequente alteração de hábitos de consumo e a facilidade de substituição entre produtos alimentares, que poderão limitar a atividade deste subgrupo.

PREÇO DE VENDA

Dada a natureza do seu negócio, o Grupo ETSA está exposto ao risco de volatilidade dos preços das *soft commodities* nos mercados internacionais (cereais e subprodutos de cereais), uma vez que estas são substitutas da gama de alguns dos produtos comercializados pelo Grupo ETSA.

Neste contexto, os preços de venda de alguns produtos deste subgrupo estão correlacionados com a evolução das cotações das *soft commodities* nos mercados internacionais, o que constitui um fator de risco adicional à atividade desenvolvida.

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

A diminuição da procura ou a redução do nível de atividade de empresas das indústrias de rações de animais, de explorações agrícolas com criação de gado, de *petfood* e de biodiesel poderá ter um impacto significativo no volume de negócios do Grupo ETSA.

CONCORRÊNCIA

O Grupo ETSA desenvolve a sua atividade num mercado onde concorre com outras empresas que operam no setor da recolha e valorização de subprodutos de origem animal e com outras empresas que têm como atividade a produção de bens substitutos dos produtos do Grupo ETSA, como são exemplo as indústrias de produção de rações e de óleos alimentares. Neste enquadramento, o eventual aumento ou diminuição da concorrência não deixará de se refletir nos níveis de rentabilidade do Grupo.

2.2.4 RISCOS ASSOCIADOS AO GRUPO EM GERAL

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

O Grupo tem vindo a empreender uma série de investimentos de natureza ambiental que, entre outras vantagens, tem permitido a redução continuada das emissões de CO₂.

Por outro lado, cumprindo com o Dec. Lei 147/2008 de 29 de junho, que transpôs para o normativo Nacional a Diretiva 2004/35/CE, o Grupo assegurou os seguros ambientais exigidos por aquele normativo, garantindo o cumprimento dos regulamentos em vigor e mitigando os riscos de natureza ambiental a que se encontra exposto.

RECURSOS HUMANOS

A capacidade de o Grupo implementar com sucesso as estratégias delineadas depende da sua capacidade em recrutar e manter os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos do Grupo estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que no futuro não existam limitações nesta área.

OUTROS RISCOS

As unidades fabris do Grupo estão sujeitas aos riscos de substituição tecnológica bem como aos inerentes a qualquer atividade económica industrial, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias no processo produtivo.

Da mesma forma estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de forma a garantir os níveis de vendas ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

2.2.5 CUSTOS DE CONTEXTO

Continua a merecer especial atenção a situação de ineficiência da economia portuguesa afetando negativamente a capacidade concorrencial do Grupo, essencialmente nos seguintes domínios:

- Portos e caminhos-de-ferro;
- Vias de comunicação rodoviárias;
- Ordenamento do território e incêndios florestais;
- Fraca produtividade das florestas nacionais;
- Falta de certificação da esmagadora maioria da floresta nacional;
- Volatilidade da política fiscal e não redução da taxa de IRC

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de proveitos, custos, ativos, passivos e divulgações à data da Posição financeira consolidada.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

3.1 IMPARIDADE DO *GOODWILL* E MARCAS

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade do *Goodwill* e marcas, que regista na sua Posição financeira consolidada, de acordo com a política contabilística indicada nas Notas 1.10 e 1.6.2 respetivamente.

No que respeita ao *Goodwill*, os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso e no justo valor menos custo de venda. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e pressupostos que em caso de alteração podem ter impacto na quantia recuperável estimada (Nota 15).

Relativamente às marcas, as avaliações anuais são preparadas por entidade independente com base num modelo de desconto de *cash-flows post-tax*, denominado “*income-split method*” associados à influência da marca (diferença entre a margem líquida da marca deduzida de investimentos em *marketing* e a margem líquida da marca branca associada), descontados para o momento da avaliação com base numa taxa de desconto específica. Esses cálculos exigem igualmente o uso de estimativas e pressupostos que em caso de alteração podem ter impacto na quantia recuperável estimada (Nota 16).

3.2 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos. Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua atividade estes prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016, sendo certo que já foram revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os exercícios até 2013, inclusive.

3.3 PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos atuariais (Nota 29). Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada, implicaria um acréscimo nas responsabilidades assumidas de cerca de 14,3 milhões de euros.

3.4 JUSTO VALOR DOS ATIVOS BIOLÓGICOS

Na determinação do justo valor dos ativos biológicos é utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação (Nota 1.11). Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes ativos.

Em 31 de dezembro de 2016, um agravamento de 0,5% na taxa de desconto utilizada em Portugal de 5,97% (31 de dezembro de 2015: 7,4%), implicaria uma desvalorização deste ativo em 5,3 milhões de euros.

Para Moçambique o agravamento de 0,5% na taxa de desconto utilizada, de 11,99%, implicaria uma desvalorização deste ativo em cerca de 260 mil euros.

3.5 RECONHECIMENTO DE PROVISÕES E AJUSTAMENTOS

O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

4. RELATO POR SEGMENTOS

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos operacionais identificados nomeadamente Pasta e Papel, Cimento e Derivados, Ambiente e Holdings. Os resultados, ativos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhe são diretamente atribuíveis, assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos.

SEGMENTOS OPERACIONAIS

Em conformidade com a abordagem definida pela IFRS 8, os segmentos operacionais devem ser identificados tendo por base a forma como a informação financeira interna é organizada e reportada aos órgãos de gestão. Um segmento operacional é definido pela IFRS 8 como uma componente do Grupo:

- Que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;
- Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- Relativamente à qual esteja disponível informação distinta.

A Comissão Executiva da Semapa e das diversas subsidiárias são as principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais, analisando periodicamente relatórios com informação operacional sobre os segmentos, usando-os para monitorizar a performance operacional dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

A informação financeira por segmentos operacionais, do exercício de 2016, analisa-se como segue:

| Valores em Euros | Pasta e Papel | Cimento e Derivados | Ambiente | Holdings | Consolidado |
|--|--------------------|------------------------|------------------|---------------------|--------------------|
| RESULTADOS | | | | | |
| Réditos | 1.577.385.207 | 470.518.532 | 26.711.204 | - | 2.074.614.943 |
| Resultados operacionais | 215.087.785 | 26.052.465 | 3.954.301 | (559.026) | 244.535.525 |
| Resultados financeiros líquidos (Nota 10) | (20.795.889) | (40.272.103) | (623.415) | (15.681.872) | (77.373.279) |
| Resultados de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Nota 9) | - | 3.067.090 | - | - | 3.067.090 |
| Imposto sobre o rendimento (Nota 11) | 11.466.009 | 5.070.125 | (376.196) | 2.916.096 | 19.076.034 |
| Lucros retidos do exercício | 205.757.905 | (6.082.423) | 2.954.690 | (13.324.802) | 189.305.370 |
| Lucros retidos do exercício - Atribuível a Interesses não controlados | (62.492.236) | (11.949.992) | (330) | - | (74.442.558) |
| Lucros retidos do exercício - Atribuível aos acionistas da Semapa | 143.265.669 | (18.032.415) | 2.954.360 | (13.324.802) | 114.862.812 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES | | | | | |
| Total dos Ativos segmentais | 2.310.635.141 | 1.565.134.878 | 91.210.599 | 121.495.732 | 4.088.476.350 |
| Total dos Ativos por impostos diferidos (Nota 28) | 44.198.753 | 34.327.299 | 126.171 | - | 78.652.223 |
| Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Nota 19) | - | 3.885.458 | - | - | 3.885.458 |
| Total de Passivos segmentais | 1.252.379.988 | 1.026.424.219 | 25.741.726 | 556.846.412 | 2.861.392.345 |
| Depreciações, amortizações e perdas por imparidade (Nota 8) | 181.932.673 | 61.894.397 | 2.935.489 | 196.847 | 246.959.406 |
| Provisões líquidas (Nota 30) | 420.776 | (2.808.671) | - | - | (2.387.895) |
| Dispêndios em capital fixo (Nota 17) | 143.030.311 | 40.973.051 | 1.989.084 | 65.901 | 186.058.347 |

A informação financeira por segmentos operacionais, do exercício de 2015, analisa-se como segue:

| Valores em Euros | Pasta e Papel | Cimento e Derivados | Ambiente | Holdings | Consolidado |
|--|--------------------|------------------------|------------------|---------------------|--------------------|
| RESULTADOS | | | | | |
| Réditos | 1.628.023.107 | 476.697.994 | 27.614.589 | - | 2.132.335.690 |
| Resultados operacionais | 267.581.540 | 23.420.966 | 5.011.612 | (8.125.849) | 287.888.269 |
| Resultados financeiros líquidos (Nota 10) | (50.258.882) | (37.399.870) | (851.826) | (29.464.958) | (117.975.536) |
| Resultados de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Nota 9) | - | (4.287.184) | - | - | (4.287.184) |
| Imposto sobre o rendimento (Nota 11) | (31.629.009) | (3.683.227) | (404.551) | 877.737 | (34.839.050) |
| Lucros retidos do exercício | 185.693.649 | (21.949.315) | 3.755.235 | (36.713.070) | 130.786.499 |
| Lucros retidos do exercício - Atribuível a Interesses não controlados | (45.878.534) | (3.377.504) | (420) | - | (49.256.458) |
| Lucros retidos do exercício - Atribuível aos acionistas da Semapa | 139.815.115 | (25.326.819) | 3.754.815 | (36.713.070) | 81.530.041 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES | | | | | |
| Total dos Ativos segmentais | 2.346.662.894 | 1.513.931.367 | 93.865.227 | 113.830.257 | 4.068.289.745 |
| Total dos Ativos por impostos diferidos (Nota 28) | 50.934.325 | 23.486.104 | 60.113 | - | 74.480.542 |
| Total dos Ativos por benefícios pós emprego | 3.755.326 | - | - | - | 3.755.326 |
| Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Nota 19) | - | 3.403.708 | - | - | 3.403.708 |
| Total de Passivos segmentais | 1.296.342.373 | 990.426.641 | 31.351.044 | 618.542.620 | 2.936.662.678 |
| Depreciações, amortizações e perdas por imparidade (Nota 8) | 136.987.485 | 59.095.584 | 2.952.140 | 225.492 | 199.260.701 |
| Provisões líquidas (Nota 30) | (14.562.355) | 2.872.432 | 109.297 | 2.589.999 | (8.990.627) |
| Dispêndios em capital fixo (Nota 17) | 148.455.971 | 25.993.102 | 4.395.623 | 74.384 | 178.919.080 |

SEGMENTOS GEOGRÁFICOS

| 2016 | Pasta e Papel | Cimentos e derivados | Ambiente | Total Valor | Total % |
|---|----------------------|-------------------------|-------------------|----------------------|----------------|
| Vendas e prestações de serviços: | | | | | |
| Portugal | 284.895.951 | 165.210.547 | 18.466.082 | 468.572.580 | 22,59% |
| Resto da Europa | 903.537.624 | 3.590.513 | 8.111.464 | 915.239.601 | 44,12% |
| América | 191.414.636 | 79.621.887 | - | 271.036.523 | 13,06% |
| África | 145.918.311 | 127.366.526 | 133.658 | 273.418.495 | 13,18% |
| Ásia | 51.261.234 | 94.729.059 | - | 145.990.293 | 7,04% |
| Oceania | 357.451 | - | - | 357.451 | 0,02% |
| | 1.577.385.207 | 470.518.532 | 26.711.204 | 2.074.614.943 | 100,00% |

| 2015 | Pasta e Papel | Cimentos e derivados | Ambiente | Total Valor | Total % |
|---|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|----------------|
| Vendas e prestações de serviços: | | | | | |
| Portugal | 325.455.317 | 172.829.117 | 22.297.754 | 520.582.188 | 24,41% |
| Resto da Europa | 884.577.342 | 4.840.883 | 5.210.225 | 894.628.450 | 41,96% |
| América | 219.716.825 | 46.358.484 | - | 266.075.309 | 12,48% |
| África | 153.958.989 | 157.091.442 | 106.610 | 311.157.041 | 14,59% |
| Ásia | 43.879.958 | 95.578.068 | - | 139.458.026 | 6,54% |
| Oceania | 434.676 | - | - | 434.676 | 0,02% |
| | 1.628.023.107 | 476.697.994 | 27.614.589 | 2.132.335.690 | 100,00% |

Os réditos apresentados nos diversos segmentos de negócio correspondem a réditos gerados com clientes externos com base no país de destino dos produtos e serviços comercializados pelo Grupo, não representando nenhum dos quais, individualmente, 10% ou mais dos réditos totais do Grupo.

5. OUTROS PROVEITOS

No exercício de 2016 e 2015, a rubrica Outros proveitos decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Subsídios - Licenças de emissão CO2 | 11.570.348 | 15.319.904 |
| Reversão de ajustamentos | 5.610.027 | 2.168.234 |
| Alienação de licenças de emissão | 3.575.000 | 1.602.000 |
| Proveitos suplementares | 3.020.914 | 645.536 |
| Ganhos na alienação de ativos não correntes | 3.408.483 | 2.863.693 |
| Ganhos em existências | 2.856.267 | 2.864.009 |
| Ganhos na alienação de ativos correntes | 121.169 | 10.937 |
| Subsídios à exploração | 444.246 | 364.818 |
| Trabalhos para a própria empresa | 13.090.649 | 17.058.604 |
| Proveitos com tratamento de resíduos | 638.391 | 468.897 |
| Indemnização de seguros para cobertura de danos | 10.451.403 | - |
| Outros proveitos operacionais | 19.678.187 | 14.981.482 |
| | 74.465.084 | 58.348.114 |

Em 31 de dezembro de 2016, os Trabalhos para a própria empresa incluem Euros 12.873.249 (31 de dezembro de 2015: Euros 16.940.059) referentes à preparação de terreno para florestação no projeto Moçambique, capitalizados nos termos da política descrita na Nota 1.11.

O montante relevado na rubrica Subsídios – Licenças de emissão de CO2 corresponde ao reconhecimento do subsídio, originado na atribuição de licenças a título gratuito (Nota 1.6.1).

O montante apresentado na rubrica indemnizações de seguros corresponde às indemnizações recebidas pelas subsidiárias Navigator Pulp Cacia e Navigator Fine Paper, em consequência da avaria do turbogerador da fábrica de Cacia e do incêndio em Vila Velha de Ródão

6. GASTOS E PERDAS

No exercício de 2016 e 2015, a rubrica Gastos e perdas decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|------------------------|------------------------|
| Custo das Vendas e Prestações de Serviços | | |
| Inventários consumidos e vendidos | (806.886.005) | (849.960.294) |
| Materiais e serviços consumidos | | |
| Energia e fluídos | (157.075.646) | (167.107.230) |
| Transporte de Mercadorias | (151.308.868) | (178.563.823) |
| Trabalhos especializados | (124.632.272) | (97.693.478) |
| Conservação e reparação | (46.370.434) | (57.332.652) |
| Honorários | (1.904.070) | (3.816.777) |
| Seguros | (13.398.755) | (12.052.498) |
| Subcontratos | (3.339.956) | (4.346.067) |
| Outros | (81.933.093) | (75.645.194) |
| | (579.963.094) | (596.557.719) |
| Variação da produção | (2.292.741) | 22.301.850 |
| Gastos com o Pessoal | | |
| Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 7) | (18.497.365) | (22.893.906) |
| Outras remunerações | (159.538.802) | (145.631.316) |
| Pensões (Nota 29) | (412.384) | (17.513.653) |
| Outros gastos com o pessoal | (63.642.954) | (58.785.162) |
| | (242.091.505) | (244.824.037) |
| Outros Gastos e Perdas Operacionais | | |
| Quotizações | (689.107) | (715.816) |
| Donativos | (2.227.359) | (2.176.919) |
| Gastos com emissões de CO2 | (11.977.043) | (17.547.630) |
| Imparidades em existências e dívidas a receber (Nota 22) | (3.581.398) | (5.459.704) |
| Perdas em existências | (2.747.539) | (4.016.034) |
| Impostos indiretos e Taxas | (9.920.239) | (8.779.652) |
| Perdas na alienação de ativos não correntes | (1.123.658) | (603.611) |
| Outros gastos operacionais | (5.089.324) | (7.213.400) |
| | (37.355.667) | (46.512.766) |
| Provisões líquidas (Nota 30) | 2.387.895 | 8.990.627 |
| Total dos Gastos e Perdas | (1.666.201.117) | (1.706.562.339) |

A rubrica Outros gastos com o pessoal, no exercício de 2016 e 2015, detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Outros gastos com Pessoal | | |
| Contribuições para a Segurança social | (36.214.714) | (31.811.485) |
| Seguros | (3.992.958) | (3.629.601) |
| Gastos de ação social | (6.824.892) | (6.317.021) |
| Outros gastos com pessoal | (16.610.390) | (17.027.055) |
| | (63.642.954) | (58.785.162) |

7. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

No exercício de 2016 e 2015, a rubrica Remunerações dos Órgãos Sociais, decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Membros do Conselho de Administração da Semapa | 8.672.399 | 9.600.599 |
| Gratificações de balanço reclassificadas para gastos com pessoal | - | 2.377.075 |
| Órgãos sociais de outras empresas do Grupo | 9.824.966 | 10.916.232 |
| | 18.497.365 | 22.893.906 |

No exercício de 2015, o montante de Euros 2.377.075 de gratificações de balanço, reclassificadas para gastos com pessoal, corresponde às gratificações deliberadas na Assembleia Geral de aprovação de contas de 2014, realizada a 30 de abril de 2015. Tendo em consideração que a deliberação ocorreu após a data em que as demonstrações financeiras consolidadas de 2014 foram autorizadas para emissão, e de acordo com o preconizado no normativo internacional, as gratificações de balanço foram reclassificadas para os custos com pessoal do exercício, em 2015.

8. DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

No exercício de 2016 e 2015, a rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|----------------------|----------------------|
| Depreciações de Ativos Fixos Tangíveis | | |
| Terrenos | (4.522.293) | (4.371.962) |
| Recuperação ambiental e paisagística | (115.671) | (115.672) |
| Edifícios | (19.739.323) | (18.799.172) |
| Equipamento Básico e outros tangíveis | (174.601.899) | (170.726.272) |
| Subsídios ao Investimento | 7.995.398 | 6.699.612 |
| | (190.983.788) | (187.313.466) |
| Imparidades em ativos tangíveis (Perdas) / Reversões | | |
| Terrenos | - | (197.610) |
| Edifícios | 732.480 | (302.727) |
| Equipamento Básico | 680.492 | 930.890 |
| Imobilizado em curso | | |
| Terrenos | (45.785.163) | - |
| Equipamento Básico | (8.500.000) | (1.778.035) |
| | (52.872.191) | (1.347.482) |
| Amortizações em Ativos Intangíveis (Nota 16) | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | (19.839) | (32.522) |
| Licenças de emissão de CO2 | 25.088 | (144.997) |
| | 5.249 | (177.519) |
| Imparidades em ativos intangíveis (Perdas) / Reversões | | |
| Marcas (Nota 16) | 1.079.181 | (11.075.942) |
| Goodwill (Nota 15) | (5.770.410) | - |
| | (4.691.229) | (11.075.942) |
| Perda em ativos detidos para venda | (27.272) | (50.006) |
| Amortizações de propriedades de investimento | (18.791) | (18.791) |
| ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços | | |
| Imposto incluído nas amortizações (Brasil) | 1.628.616 | 722.505 |
| | 1.628.616 | 722.505 |
| | (246.959.406) | (199.260.701) |

O aumento verificado nas depreciações de ativos fixos tangíveis resulta, essencialmente, do início da amortização dos novos investimentos realizados pela subsidiária Navigator em Cacia e Vila Velha de Rodão assim como da consolidação integral da subsidiária Supremo Cimentos no Brasil (Nota 1.2).

No exercício de 2016 foi ainda reconhecida uma perda por imparidade associada ao projeto de Moçambique em desenvolvimento pelo Grupo Navigator, na sequência da avaliação efetuada ao valor dos ativos localizados no referido país, no montante de Euros 45.785.163.

9. RESULTADOS DE ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No exercício de 2016 e 2015, o Grupo apropriou-se de resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos conforme segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|------------------|--------------------|
| Empreendimentos Conjuntos | | |
| Supremo Cimentos, S.A. | 1.687.028 | (5.551.271) |
| Associadas | | |
| Setefrete, SGPS, S.A. | 1.190.957 | 1.159.706 |
| J.M.J. - Henriques, Lda. | (1.693) | (1.717) |
| Ave-Gestão Ambiental e Val. Energética, S.A. | 190.798 | 106.098 |
| | 3.067.090 | (4.287.184) |

No exercício de 2015, o resultado apropriado da participada Supremo Cimentos diz respeito à apropriação de 50% do seu resultado apurado no primeiro semestre desse exercício, através da aplicação do método da equivalência patrimonial. Em virtude da aquisição dos restantes 50% por parte do Grupo, ocorrida no final do mês de junho de 2015, esta passou a ser incorporada nas contas consolidadas pelo método integral com referência a 30 de junho de 2015. O montante de Euros 1.687.028 reconhecido em 2016 diz respeito ao acerto de preço apurado no âmbito do contrato de aquisição celebrado entre as partes.

A empresa não reconhece impostos diferidos passivos sobre estes montantes, quando positivos, por ser aplicável o disposto no artigo 51º do código do IRC.

10. RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

No exercício de 2016 e 2015, os Resultados financeiros líquidos decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---|---------------------|----------------------|
| Juros suportados com empréstimos de acionistas (Nota 35) | (66.160) | (14.269) |
| Juros suportados com empréstimos de associadas e empee. Conjuntos (Nota 35) | (5.144) | (5.144) |
| Juros suportados com outros empréstimos obtidos | (65.028.597) | (76.450.434) |
| Juros obtidos com empréstimos a associadas e empee. Conjuntos (Nota 35) | 8.360 | 712 |
| Outros juros obtidos | 5.227.980 | 6.909.475 |
| Justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 21) | (35.503) | - |
| Ativos financeiros ao justo valor em resultados | (27.040) | (108.517) |
| Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de cobertura (Nota 34) | (6.476.332) | (19.794.003) |
| Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de negociação (Nota 34) | (1.525.965) | 924.788 |
| Comissões de empréstimos e gastos com aberturas de crédito | (10.645.625) | (12.377.410) |
| Reembolso antecipado de financiamento obrigacionista | (6.046.500) | (14.625.021) |
| Diferenças de Câmbio favoráveis/(desfavoráveis) | 5.493.778 | (1.702.692) |
| (Perdas)/Ganhos com juros compensatórios | 3.023.725 | 87.191 |
| Outros custos e perdas financeiros | (1.142.822) | (892.939) |
| Outros proveitos e ganhos financeiros | (127.434) | 72.727 |
| | (77.373.279) | (117.975.536) |

Tal como comunicado ao mercado, a subsidiária Navigator procedeu ao reembolso antecipado parcial, no montante remanescente de 150 milhões de euros (no segundo semestre de 2015 havia já amortizado 200 milhões de euros), do empréstimo obrigacionista de 350 milhões de euros denominado *Senior Notes* 5,375%, o que implicou o reconhecimento imediato em resultados do custo associado ao reembolso das obrigações, de Euros 6.046.500.

A rubrica Ativos financeiros ao justo valor em resultados corresponde aos ganhos e perdas resultantes da alteração no justo valor verificada nos títulos cotados detidos pelo Grupo, conforme descrito na Nota 20.

As rubricas Ganhos/ (Perdas) com Instrumentos financeiros de negociação e cobertura acomodam as variações de justo valor registadas no exercício com os instrumentos descritos na Nota 34.

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo Semapa encontra-se sujeito ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo fiscal do qual a Semapa é sociedade dominante, integra assim as sociedades dos grupos Secil e ETSA bem como todas as restantes subsidiárias que cumprem com os requisitos legalmente definidos pelo Código do IRC. As empresas que compõem o Grupo Navigator integram igualmente um RETGS dominado pela The Navigator Company, S.A..

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são no entanto reconhecidas como devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um proveito na sociedade dominante.

No exercício de 2016 e 2015 a rubrica Imposto sobre o rendimento apresenta o seguinte detalhe:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|----------------------------------|-------------------|---------------------|
| Imposto corrente | (45.518.521) | (47.843.783) |
| Provisões líquidas para Impostos | 29.522.128 | (1.489.667) |
| Imposto diferido | 35.072.427 | 14.494.400 |
| | 19.076.034 | (34.839.050) |

No exercício de 2016 a rubrica de impostos reflete um conjunto de reversões de provisões fiscais ocorridas no último trimestre de 2016, em consequência do encerramento de alguns processos de inspeção fiscal nomeadamente na subsidiária The Navigator Company, sobre o exercício de 2013, e de decisões dos tribunais favoráveis ao Grupo, bem como o impacto positivo decorrente da adoção do regime de reavaliação publicado pelo DL 66/2016 de 3 de Novembro, cujo efeito líquido ascendeu a Euros 16.997.004, calculado à taxa de 27,5%.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto, no exercício de 2016 e 2015, é evidenciada como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---|---------------------|-------------------|
| Resultado antes de impostos | 170.229.336 | 165.625.549 |
| Imposto esperado | 38.301.601 | 37.265.749 |
| Derrama estadual | 5.255.168 | 7.678.340 |
| Diferenças (a) | (47.098.482) | (4.401.018) |
| Imposto relativo a exercícios anteriores | (20.434.078) | 2.396.511 |
| Prejuízos fiscais recuperáveis | (278.619) | (34.549.383) |
| Prejuízos fiscais não recuperáveis | 41.563.865 | 34.926.345 |
| Imparidades e reversão de provisões | (2.128.624) | (2.853.920) |
| Efeito de taxa de imposto | 3.778.982 | (1.388.149) |
| Provisão para imposto corrente | - | 6.264.166 |
| Impacto da adesão ao regime da reavaliação fiscal | (16.997.004) | - |
| Benefícios fiscais | (15.068.706) | (13.691.838) |
| Outros ajustamentos à coleta | (5.970.137) | 3.192.247 |
| | (19.076.034) | 34.839.050 |
| Taxa efetiva de imposto | -11,21% | 21,03% |

(a) Este valor respeita essencialmente a :

| | | |
|--|----------------------|---------------------|
| Perdas por imparidade - Goodwill (Nota 8) | 5.770.410 | - |
| Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial (Nota 9) | (1.380.062) | 4.287.184 |
| Mais / (Menos) valias fiscais | (179.325.830) | 87.977.149 |
| (Mais) / Menos valias contabilísticas | (9.859.060) | (119.942.630) |
| Imparidades e provisões tributadas | 8.633.140 | 12.330.502 |
| Benefícios fiscais | (3.492.290) | (2.386.320) |
| Redução de imparidades e provisões tributadas | (12.485.700) | (11.971.077) |
| Resultados intra-grupo sujeitos a tributação | 2.211.266 | 1.910.953 |
| Benefícios a empregados | (7.238.911) | 2.426.738 |
| Outros | (12.159.548) | 5.807.422 |
| | (209.326.585) | (19.560.079) |
| Impacto fiscal (22,5%) | (47.098.482) | (4.401.018) |

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respetivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria coletável.

Os dividendos são considerados no apuramento da matéria coletável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social.

Todas as empresas que integram os grupos fiscais dominados pela Semapa e Navigator, têm um período de tributação que se inicia em 1 de julho de cada ano e termina em 30 de junho do ano seguinte.

12. LUCROS POR AÇÃO

Não existem Instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da Semapa, pelo que não existe diluição dos lucros retidos.

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---|-------------|------------|
| Resultado atribuível aos Acionistas da Semapa | 114.862.812 | 81.530.041 |
| Número médio ponderado de ações | 80.977.732 | 95.945.583 |
| Lucros retidos básico por ação | 1,418 | 0,850 |
| Lucros retidos diluído por ação | 1,418 | 0,850 |

Relativamente ao lucro do exercício de 2016 da Semapa SGPS, SA, apurado em base individual e em conformidade com o normativo SNC (Nota 44), o Conselho de Administração propõe a distribuição de um dividendo bruto por ação em circulação de Euros 0,45€/ação.

13. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

No exercício de 2016 e 2015, os Interesses que não controlam evidenciados na Demonstração dos resultados detalham-se como segue:

| Valores em Euros | Resultado | |
|--|-------------------|-------------------|
| | 2016 | 2015 |
| The Navigator Company, S.A. | 63.163.894 | 45.517.231 |
| Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel | (2.445) | 7.172 |
| Portucel Moçambique | (669.213) | 354.130 |
| Britobetão - Central de Betão, Lda | 2.271 | 12.835 |
| Société des Ciments de Gabés | 7.916 | (21.052) |
| IRP - Indústria de Rebocos de Portugal, S.A. | 92.846 | 87.061 |
| Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A. | (930.404) | (3.244.793) |
| Ciments de Sibling, S.A.L. | 12.700.676 | 6.504.265 |
| Grupo Cimentos Madeira | 41.866 | 29.024 |
| ETSA - Investimentos, SGPS, S.A. | 330 | 122 |
| Outros | 34.821 | 10.463 |
| | 74.442.558 | 49.256.458 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Interesses que não controlam evidenciados na Demonstração da Posição financeira consolidada detalham-se como segue:

| Valores em Euros | Capitais Próprios | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
| The Navigator Company, S.A. | 323.112.484 | 318.741.724 |
| Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel | 210.138 | 242.425 |
| Portucel Moçambique | 2.062.468 | 8.379.878 |
| Britobetão - Central de Betão, Lda | (790) | 70.521 |
| Société des Ciments de Gabés | 1.030.887 | 1.167.373 |
| IRP - Indústria de Rebocos de Portugal, S.A. | 423.669 | 455.823 |
| Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A. | (1.332.888) | (441.657) |
| Ciments de Sibling, S.A.L. | 77.912.222 | 80.385.115 |
| Grupo Cimentos Madeira | 5.180.563 | 5.138.167 |
| ETSA - Investimentos, SGPS, S.A. | 7.316 | 6.987 |
| Outros | 1.148.138 | 1.143.099 |
| | 409.754.207 | 415.289.455 |

A movimentação dos interesses que não controlam por segmento de negócio no exercício de 2016 e 2015, apresenta-se conforme segue:

| Valores em Euros | Pasta e Papel | Cimento e Derivados | Ambiente | Total |
|--|--------------------|------------------------|--------------|--------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 244.841.042 | 91.576.804 | 6.568 | 336.424.414 |
| Aquisições/(Alienações) | 132.461.706 | (222.601) | - | 132.239.105 |
| Dividendos | (98.167.519) | (13.207.278) | - | (111.374.797) |
| Reserva de conversão cambial | 1.334.728 | 6.402.602 | - | 7.737.330 |
| Instrumentos financeiros | 406.445 | - | - | 406.445 |
| Ganhos e perdas atuariais | (375.687) | (7.896) | - | (383.583) |
| Outros movimentos nos CP's | 984.778 | (694) | (1) | 984.083 |
| Resultado do exercício | 45.878.534 | 3.377.504 | 420 | 49.256.458 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 327.364.027 | 87.918.441 | 6.987 | 415.289.455 |
| Aquisições/(Alienações) | - | (133.593) | - | (133.593) |
| Dividendos | (52.018.480) | (17.663.591) | - | (69.682.071) |
| Reserva de conversão cambial | (1.978.947) | 2.290.221 | - | 311.274 |
| Instrumentos financeiros | (1.744.933) | 29 | - | (1.744.904) |
| Ganhos e perdas atuariais | (3.050.775) | 370 | - | (3.050.405) |
| Outros movimentos nos CP's | (5.678.108) | - | - | (5.678.108) |
| Resultado do exercício | 62.492.236 | 11.949.993 | 329 | 74.442.558 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 325.385.020 | 84.361.871 | 7.316 | 409.754.207 |

Em 2015, o aumento verificado nos interesses que não controlam afetos ao segmento da Pasta e Papel corresponde essencialmente ao incremento na quota-parte destes no capital da subsidiária Navigator, decorrente da operação de troca de ações realizada pela Semapa nesse exercício.

14. APLICAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Em conformidade com as deliberações tomada pela Assembleia Geral anual de aprovação de contas, os lucros dos exercícios de 2015 e 2014, foram aplicados como segue:

| Valores em Euros | Aplicação do lucro retido do exercício de: | |
|---|--|--------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Distribuição de dividendos | 26.724.361 | 39.939.176 |
| Gratificações de balanço | 3.207.520 | 2.602.602 |
| Outras reservas | 51.598.160 | 70.256.068 |
| Lucros retidos consolidados do exercício | 81.530.041 | 112.797.846 |
| Dividendos por ação em circulação | 0,3290 | 0,3750 |

A reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo.

Na sequência da aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa de 20 de Abril de 2016, foi deliberado o pagamento de dividendos relativos aos resultados de 2015 num montante de cerca de 26,7 milhões de euros (32,9 cêntimos por ação em circulação) assim como o pagamento de gratificações de balanço aos seus colaboradores até um máximo de 3,8 milhões de euros.

15. GOODWILL

No exercício de 2016 e 2015, a movimentação ocorrida no Goodwill detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| Valor líquido no início | 335.643.370 | 296.680.236 |
| Variação de perímetro | - | 27.436.872 |
| Imparidades (Nota 8) | (5.770.410) | - |
| Aquisições | 10.756.626 | 37.681.421 |
| Alienações | - | (13.240.613) |
| Ajustamento Cambial | 12.183.311 | (12.914.546) |
| Saldo Final | 352.812.897 | 335.643.370 |

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 22)

O Goodwill é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC's) do Grupo as quais correspondem aos segmentos operacionais identificados na Nota 4, conforme segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---------------------|--------------------|--------------------|
| Cimento e Derivados | 193.482.435 | 176.312.908 |
| Pasta e Papel | 122.907.528 | 122.907.528 |
| Ambiente | 36.422.934 | 36.422.934 |
| | 352.812.897 | 335.643.370 |

VARIAÇÃO DE PERÍMETRO

No final de maio de 2016, o Grupo Secil concretizou a aquisição de 100% da Finlandimmo Holding B.V., sociedade de direito holandês, detida a 100% pela Lagan Cement, *trader* do Grupo sediada em Gouda. Em face do exposto, o Grupo Secil passou a deter a totalidade do capital social da Finlandimmo Holding B.V. e suas subsidiárias Finlandimmo B.V. e Lagan Cement B.V..

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2016, a subsidiária Secil adquiriu os restantes 50% da participada SPB, SGPS, Lda (ex-Secil Unicon até então classificada como Empreendimento conjunto) bem como uma percentagem adicional de 8,4% da subsidiária Argibetão.

Destas aquisições resultou um goodwill apurado como segue:

| Valores em Euros | Total | Finlandimmo Holding B.V. | Argibetão | SPB, SGPS, Lda ex-Secil Unicon |
|---|--------------------|--------------------------|---------------|--------------------------------|
| Caixa e seus equivalentes | 42.149 | 12.664 | - | 29.485 |
| Terrenos, edifícios e equipamentos | 1.131.437 | 1.156.566 | - | (25.129) |
| Outros ativos não correntes | 8.203 | - | - | 8.203 |
| Existências | 1.982.807 | 432.900 | - | 1.549.907 |
| Estado | 193.295 | 12.915 | - | 180.380 |
| Outros valores a receber correntes | 2.891.039 | 1.359.395 | - | 1.531.644 |
| Interesses não controlados | 2.953.592 | - | 75.557 | 2.878.035 |
| Provisões (Nota 19) | 2.530.781 | - | - | 2.530.781 |
| Passivos remunerados MLP | (5.362.219) | - | - | (5.362.219) |
| Outros valores a pagar não correntes | (4.640.849) | (1.401.219) | - | (3.239.630) |
| Passivos remunerados CP | (3.930.106) | - | - | (3.930.106) |
| Estado | (117.516) | (51.285) | - | (66.231) |
| Outros valores a pagar correntes | (2.330.178) | (474.649) | - | (1.855.529) |
| Total (alienado)/adquirido | (4.647.565) | 1.047.287 | 75.557 | (5.770.409) |
| Diferença de aquisição positiva | 10.756.626 | 4.986.216 | - | 5.770.410 |
| Diferença de aquisição em capitais próprios | (473) | - | (473) | - |
| Património (alienado)/Custo de aquisição | 6.108.588 | 6.033.503 | 75.084 | 1 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (42.149) | (12.664) | - | (29.485) |
| Património líquido (alienado)/adquirido | 6.066.439 | 6.020.839 | 75.084 | (29.484) |

Conforme preconizado pela IAS 36, o Goodwill encontra-se sujeito a testes de imparidade efetuados numa base mínima anual ou aquando da existência de indício de imparidade, conforme política contabilística descrita na Nota 1.7.

Para efeitos de testes de imparidade às UGC's, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos tiveram por base o desempenho histórico destas unidades assim como as expectativas de desenvolvimento dos seus negócios com a atual estrutura produtiva, tendo sido utilizados os orçamentos para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

Os principais pressupostos utilizados para efeitos de testes de imparidade, nestas UGC's, foram os seguintes:

| Segmento de negócio | Taxa de Juro sem risco* | Taxa WACC | Tx Cresci/º na perp. | Taxa de Imposto |
|----------------------------------|-------------------------|-----------|----------------------|-----------------|
| Pasta e Papel | | | | |
| Período de Planeamento explícito | 3,11% | 6,93% | - | 29,50% |
| Perpetuidade | 2,85% | 6,75% | 0,00% | 29,50% |
| Cimentos e derivados | | | | |
| Portugal | | | | |
| Período de Planeamento explícito | 3,11% | 7,30% | - | 27,50% |
| Perpetuidade | 2,85% | 7,14% | 2,00% | 27,50% |
| Tunísia | | | | |
| Período de Planeamento explícito | 4,09% | 8,31% | - | 25,00% |
| Perpetuidade | 4,09% | 8,31% | 2,00% | 25,00% |
| Libano | | | | |
| Período de Planeamento explícito | 7,34% | 10,86% | - | 15,00% |
| Perpetuidade | 7,34% | 10,86% | 2,00% | 15,00% |
| Angola | | | | |
| Período de Planeamento explícito | 8,05% | 11,87% | - | 30,00% |
| Perpetuidade | 8,05% | 11,87% | 2,00% | 30,00% |
| Brasil | | | | |
| Período de Planeamento explícito | 3,49% | 8,93% | - | 34,00% |
| Perpetuidade | 2,85% | 7,94% | 2,30% | 34,00% |
| Ambiente | | | | |
| Período de Planeamento explícito | 3,11% | 6,70% | - | 25,00% |
| Perpetuidade | 2,85% | 6,53% | 1,25% | 25,00% |

* Incluindo Risco País

Em resultado dos testes de imparidade efetuados, e respetivas análises de sensibilidade aos principais pressupostos assumidos, foi identificada e registada uma perda por imparidade no Goodwill apurado na aquisição da Secil Unicom, no montante de Euros 5.770.410 (Notas 8 e 22).

16. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

No exercício de 2016 e 2015, o movimento na rubrica Outros ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade, foi conforme segue:

| Valores em Euros | Marcas | Despesas de investigação e de desenvolvimento | Propriedade industrial e outros direitos | Licenças de Emissão de CO2 | Imobilizações em curso | Total |
|--|--------------|---|--|----------------------------|------------------------|--------------|
| Valor Bruto | | | | | | |
| Saldo a 1 de janeiro de 2015 | 258.910.130 | 11.737 | 273.822 | 20.852.745 | 32.548 | 280.080.982 |
| Variação de perímetro | 26.549.889 | - | - | 288.276 | - | 26.838.165 |
| Aquisições/Atribuições | - | - | - | 21.158.004 | 20.361 | 21.178.365 |
| Alienações | - | - | - | (1.384.000) | - | (1.384.000) |
| Regularizações, transferências e abates | - | - | (58.879) | (16.775.571) | (49.065) | (16.883.515) |
| Ajustamento cambial | (1.602.282) | - | - | (13.618) | - | (1.615.900) |
| Saldo a 31 de dezembro de 2015 | 283.857.737 | 11.737 | 214.943 | 24.125.836 | 3.844 | 308.214.097 |
| Variação de perímetro | - | - | - | 13.618 | - | 13.618 |
| Aquisições/Atribuições | - | - | 3.300 | 12.427.934 | 6.226 | 12.437.460 |
| Alienações | - | - | - | (4.498.000) | - | (4.498.000) |
| Regularizações, transferências e abates | (35.456) | - | 40.968 | (13.697.379) | (5.512) | (13.697.379) |
| Ajustamento cambial | 5.297.552 | - | - | (13.618) | - | 5.283.934 |
| Saldo a 31 de dezembro de 2016 | 289.119.833 | 11.737 | 259.211 | 18.358.391 | 4.558 | 307.753.730 |
| Amort. acumuladas e perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo a 1 de janeiro de 2015 | - | (10.844) | (240.655) | (2) | - | (251.501) |
| Amortizações e perdas por imparidade | (11.075.942) | - | (32.522) | (144.997) | - | (11.253.461) |
| Regularizações, transferências e abates | - | - | 58.879 | 119.498 | - | 178.377 |
| Ajustamento cambial | (211.908) | - | - | - | - | (211.908) |
| Saldo a 31 de dezembro de 2015 | (11.287.850) | (10.844) | (214.298) | (25.501) | - | (11.538.493) |
| Amortizações e perdas por imparidade | 1.079.181 | - | (22.146) | 27.395 | - | 1.084.430 |
| Regularizações, transferências e abates | - | - | - | (1.895) | - | (1.895) |
| Ajustamento cambial | (676.168) | - | - | - | - | (676.168) |
| Saldo a 31 de dezembro de 2016 | (10.884.837) | (10.844) | (236.444) | (1) | - | (11.132.126) |
| Valor líquido a 1 de janeiro de 2015 | 258.910.130 | 893 | 33.167 | 20.852.743 | 32.548 | 279.829.481 |
| Valor líquido a 31 de dezembro de 2015 | 272.569.887 | 893 | 645 | 24.100.335 | 3.844 | 296.675.604 |
| Valor líquido a 31 de dezembro de 2016 | 278.234.996 | 893 | 22.767 | 18.358.390 | 4.558 | 296.621.604 |

O montante apresentado na rubrica Marcas inclui:

SEGMENTO DA PASTA E PAPEL

- Euros 151.487.000, correspondente à valorização inicial apurada na avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Navigator e Soporset, utilizando as respetivas projeções de fluxos de caixa atualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos ativos e passivos do Grupo Navigator.

SEGMENTO DOS CIMENTOS E DERIVADOS

- Euros 126.747.996, correspondente à valorização inicial apurada na avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Secil Portugal (Euros 71.700.000), Sibline (Líbano – Euros 25.611.982), Gabés (Tunísia – Euros 8.347.559), e Supremo (Brasil – Euros 21.088.455) utilizando as respetivas projeções de fluxos de caixa atualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos ativos e passivos do Grupo Secil.

De salientar que o valor correspondente às marcas de cimento Sibline, Gabés e Supremo está sujeito a atualização cambial conforme política contabilística referida na Nota 1.5.

Os valores referidos não se encontram sujeitos a amortização por se considerar não terem vida útil definida (Nota 1.6). Para efeitos da avaliação, considera-se que as marcas possuem uma vida útil indefinida, na medida em que se assume não ser possível determinar com um aceitável grau de fiabilidade um limite temporal para a sua permanência no mercado. O Grupo testa anualmente a imparidade destes ativos intangíveis conforme preconizado pela IAS 36.

Para efeitos de testes de imparidade às marcas, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados.

Os principais pressupostos utilizados nas avaliações efetuadas no exercício de 2016 às marcas do segmento da Pasta e Papel, para efeitos de testes de imparidade, detalham-se como segue:

| Marca | Mercados | Taxa Juro sem risco* | Taxa WACC | Taxa Imposto |
|-----------|----------|----------------------|-----------|--------------|
| Navigator | Europa | 1,23% | 6,77% | 29,5% |
| | EUA | 2,53% | 6,77% | 29,5% |
| Soporset | Europa | 1,23% | 6,77% | 29,5% |
| | EUA | 2,53% | 6,77% | 29,5% |

* Government Bonds (10Y) Euro Zone e US

Os principais pressupostos utilizados nas avaliações efetuadas no exercício de 2016 às marcas do segmento do Cimento e Derivados, para efeitos de testes de imparidade, detalham-se como segue:

| Marca | Mercados | Taxa Juro sem risco* | Taxa WACC | Taxa Imposto |
|------------------------------|----------|----------------------|-----------|--------------|
| Secil Portugal | Portugal | 3,11% | 7,30% | 27,5% |
| Ciments de Sibline | Líbano | 7,96% | 10,86% | 15,0% |
| Supremo Cimentos | Brasil | 6,90% | 8,93% | 34,0% |
| Société des Ciments de Gabés | Tunísia | 6,44% | 8,31% | 25,0% |

* Incluindo Risco País

As marcas foram avaliadas por entidade independente, com base num modelo de desconto de *cash-flows post-tax*, denominado “*income-split method*” associados à influência da marca (diferença entre a margem líquida da marca deduzida de investimentos em *marketing* e a margem líquida da marca branca associada), descontados para o momento da avaliação com base numa taxa de desconto específica.

Em resultado dos testes e respetivas análises de sensibilidade aos principais pressupostos assumidos foi, no exercício de 2016:

- Identificada e registada uma perda por imparidade na marca Supremo Cimentos (Brasil), no montante de Euros 5.093.288 (Notas 8 e 22);
- Revertida parcialmente a perda por imparidade na marca Cimento – Ciments de Sibline (Líbano) registada no exercício de 2015, no montante de Euros 6.172.470 (imparidade registada em 2015 de Euros 11.075.942) (Notas 8 e 22).

17. TERRENOS, EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS

No decurso do exercício de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos Terrenos, Edifícios e equipamentos, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

| Valores em Euros | Terrenos | Edifícios e outras construções | Equipamentos e outros tangíveis | Investimentos em curso | Total |
|--|--------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------|-----------------|
| Custo de aquisição | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 370.106.877 | 997.199.702 | 4.851.367.332 | 61.702.791 | 6.280.376.702 |
| Variação de perímetro | 63.820.274 | 65.750.405 | 201.416.646 | 85.128.653 | 416.115.978 |
| Aquisições | 3.744.300 | 5.687.667 | 8.992.121 | 160.494.992 | 178.919.080 |
| Alienações | (1.946.403) | (3.274.977) | (4.412.902) | (56.445) | (9.690.727) |
| Regularizações, transferências e abates | 750.248 | 47.142.941 | 150.050.882 | (197.311.209) | 632.862 |
| Ajustamento cambial | (8.798.722) | (10.489.982) | (17.492.500) | (6.808.638) | (43.589.842) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 427.676.574 | 1.102.015.756 | 5.189.921.579 | 103.150.144 | 6.822.764.053 |
| Variação de perímetro | 2.465.305 | 9.800.758 | 22.452.956 | 110.636 | 34.829.655 |
| Aquisições | 1.368.547 | 1.651.379 | 14.777.926 | 168.260.495 | 186.058.347 |
| Alienações | (39.818) | (2.444.016) | (13.089.543) | (6.351) | (15.579.728) |
| Regularizações, transferências e abates | 3.223.165 | 16.461.261 | 118.088.961 | (160.730.192) | (22.956.805) |
| Ajustamento cambial | 8.658.782 | 16.926.013 | 26.867.432 | 314.031 | 52.766.258 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 443.352.555 | 1.144.411.151 | 5.359.019.311 | 111.098.763 | 7.057.881.780 |
| Depreciações acumuladas e perdas por imparidade | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | (52.326.209) | (646.683.431) | (3.569.237.738) | (2.389.186) | (4.270.636.564) |
| Variação de perímetro | (839.748) | (3.019.328) | (20.896.664) | - | (24.755.740) |
| Amortizações e perdas por imparidade | (4.569.572) | (19.217.571) | (169.284.196) | (1.778.035) | (194.849.374) |
| Alienações | - | 1.570.751 | 3.723.862 | - | 5.294.613 |
| Regularizações, transferências e abates | 1.410.010 | 4.526.592 | 1.645.122 | (1) | 7.581.723 |
| Ajustamento cambial | (342.925) | (1.653.241) | (6.890.236) | 425.632 | (8.460.770) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (56.668.444) | (664.476.228) | (3.760.939.850) | (3.741.590) | (4.485.826.112) |
| Variação de perímetro | (1.787.836) | (9.365.208) | (22.545.174) | - | (33.698.218) |
| Amortizações e perdas por imparidade | (4.522.293) | (19.033.655) | (172.351.541) | - | (195.907.489) |
| Alienações | - | 336.201 | 9.620.843 | - | 9.957.044 |
| Perdas por imparidade | (2.960.025) | - | - | (51.325.138) | (54.285.163) |
| Regularizações, transferências e abates | - | 7.799.554 | 3.362.798 | - | 11.162.352 |
| Ajustamento cambial | 1.079.810 | 1.103.637 | 2.022.673 | - | 4.206.120 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (64.858.788) | (683.635.699) | (3.940.830.251) | (55.066.728) | (4.744.391.466) |
| Valor líquido em 1 de janeiro de 2015 | 317.780.668 | 350.516.271 | 1.282.129.594 | 59.313.605 | 2.009.740.138 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2015 | 371.008.130 | 437.539.528 | 1.428.981.729 | 99.408.554 | 2.336.937.941 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2016 | 378.493.767 | 460.775.452 | 1.418.189.060 | 56.032.035 | 2.313.490.314 |

Os compromissos de compra relativos a Ativos fixos tangíveis, bem como os que se encontram dados em garantia, estão detalhados nas Notas 39 e 40 respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de investimentos em curso inclui Euros 854.159 (31 de Dezembro de 2015: Euros 19.541.078), relativos a adiantamentos de imobilizado, efetuados no âmbito dos projetos de investimento atualmente em curso no Grupo. O remanescente respeita a investimentos associados a melhorias do processo produtivo nas diversas fábricas do grupo.

Esta rubrica de Investimentos em curso inclui, adicionalmente, o registo da perda por imparidade associada ao investimento em Moçambique, de Euros 45.785.163 (Nota 8).

O valor de Terrenos inclui Euros 117.273.207 provenientes do segmento da pasta e papel, dos quais Euros 78.837.443 relativos a terrenos florestais e Euros 38.435.764 relativos a terrenos afetos aos perímetros fabris, arrendados a outras empresas do Grupo Navigator.

18. ATIVOS BIOLÓGICOS

No decurso do exercício de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos biológicos decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial | 116.996.927 | 113.969.423 |
| Variações | | |
| Cortes efetuados | (22.637.607) | (24.230.097) |
| Crescimento | 15.151.098 | 1.773.520 |
| Replantações | 2.718.849 | 7.984.092 |
| Outras variações de justo valor | 13.383.681 | 17.499.989 |
| Total de variações | 8.616.021 | 3.027.504 |
| | 125.612.948 | 116.996.927 |

Os montantes apresentados na rubrica Outras variações de justo valor correspondem, essencialmente, aos custos de gestão do património florestal previstos e incorridos no período (Custos de silvicultura, estrutura e rendas) e detalham-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Outras variações de justo valor | | |
| Silvicultura | 3.125.794 | 4.812.404 |
| Estrutura | 3.336.748 | 3.412.329 |
| Rendas fixas e variáveis | 10.109.370 | 9.275.256 |
| Imparidade no projecto de Moçambique | (3.188.231) | - |
| | 13.383.681 | 17.499.989 |

A decomposição dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------------|--------------------|--------------------|
| Eucalipto (Portugal) | 116.413.499 | 104.896.897 |
| Outras Espécies (Portugal) | 1.820.807 | 6.882.584 |
| Eucalipto (Moçambique) | 7.378.642 | 5.217.446 |
| | 125.612.948 | 116.996.927 |

Estes valores, apurados em função da expectativa de extração das respetivas produções, correspondem às seguintes expectativas de produção futura:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|------------|------------|
| Eucalipto (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de madeira k m3ssc | 11.649 | 11.822 |
| Resinosas (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de madeira k ton | 455 | 481 |
| Resinosas (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de pinhas k ton | n/a | n/a |
| Sobreiro (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de cortiça k @ | 615 | 626 |
| Eucalipto (Portugal) - Potencial Futuro de extrações de madeira k m3ssc (1) | 1.988 | 1.400 |

(1) Apenas avaliado em áreas com um ano ou mais de idade no final de 2014

Adicionalmente, não existem quantias de ativos biológicos cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos, nem compromissos não reversíveis relativos à aquisição de ativos biológicos.

19. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2016 e 2015, foi como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|------------------------------|------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 3.403.708 | 87.086.273 |
| Variação de perímetro | - | (77.889.593) |
| Resultado líquido apropriado | 1.380.062 | (4.287.184) |
| Dividendos atribuídos | (868.685) | (1.505.827) |
| Justo valor em associadas | (29.434) | - |
| Ajustamento cambial | (193) | 39 |
| Saldo Final | 3.885.458 | 3.403.708 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos evidenciados na demonstração da Posição financeira consolidada, incluindo o Goodwill, tinham a seguinte composição:

| Participadas/Associadas | Valor contabilístico | | | |
|--------------------------------|----------------------|------------|----------|------------|
| | % detida | 31-12-2016 | % detida | 31-12-2015 |
| Associadas | | | | |
| Setefrete, SGPS, S.A. | 25,00% | 3.329.903 | 25,00% | 2.895.568 |
| MC - Materiaux de Construction | 49,36% | 2.068 | 49,36% | 2.264 |
| J.M.J. - Henriques, Lda. | 50,00% | 376.752 | 50,00% | 378.442 |
| Ave, S.A. | 35,00% | 176.735 | 35,00% | 127.434 |
| | | 3.885.458 | | 3.403.708 |

No final do mês de junho de 2015, a subsidiária brasileira, NSOSPE, S.A., adquiriu os restantes 50% do capital da Supremo Cimentos, S.A., aquisição após a qual, o Grupo passou a controlar 100% do capital desta participada. Até então, a participação era relevada nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. A partir de 30 de junho de 2015, em virtude da obtenção de controlo, esta participada passou a ser incorporada pelo método integral.

O valor do investimento na associada Setefrete, SGPS, S.A. inclui um montante de Euros 2.227.750 de goodwill.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a informação financeira das principais empresas associadas é conforme segue:

| Valores em Euros | | 31 de dezembro de 2016 | | | |
|------------------------------------|----|------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | | Ativos Totais | Passivos Totais | Capital Próprio | Resultado Líquido |
| Ave-Gestão Ambiental e Valorização | | | | | |
| Energética, S.A. | a) | 3.137.609 | 2.632.651 | 504.958 | 545.137 |
| MC- Materiaux de Construction | b) | 848.325 | 917.984 | (69.659) | (96.745) |
| J.M.J. - Henriques, Lda. | b) | 1.080.241 | 326.737 | 753.504 | (3.386) |
| Setefrete, SGPS, S.A. | c) | 7.826.888 | 3.418.274 | 4.408.614 | 4.763.825 |

a) Valores referentes a 30.11.2016

b) Valores referentes a 31.12.2016

c) Valores referentes a 31.07.2016

| Valores em Euros | 31 de dezembro de 2015 | | | | |
|---|------------------------|-----------------|-----------------|-------------------|------------|
| | Ativos Totais | Passivos Totais | Capital Próprio | Resultado Líquido | Réditos |
| Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A. | a) 3.917.745 | 3.553.638 | 364.107 | 303.136 | 11.747.355 |
| MC- Materiaux de Construction | b) 721.482 | 694.002 | 27.480 | (97.997) | 4.229.614 |
| J.M.J. - Henriques, Lda. | b) 1.078.986 | 322.102 | 756.884 | (3.434) | - |
| Setefrete, SGPS, S.A. | c) 8.105.038 | 5.433.765 | 2.671.273 | 4.638.825 | 102.813 |

a) Valores referentes a 30.11.2015

b) Valores referentes a 31.12.2015

c) Valores referentes a 31.12.2014, ajustados dos dividendos distribuídos no período findo em 31.12.2015

20. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2016 e 2015, foi como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-----------------|------------------|
| Saldo inicial | 342.968 | 451.485 |
| Aquisições | - | - |
| Alienações | (268.670) | - |
| Variações líquidas de Justo valor | (27.040) | (108.517) |
| | 47.258 | 342.968 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados detalham-se como segue:

| Valores em Euros | Justo Valor | |
|----------------------------|---------------|----------------|
| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
| Fundo de participação CEMG | - | 295.710 |
| Outros | 47.258 | 47.258 |
| | 47.258 | 342.968 |

A classificação dos Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, de acordo com a hierarquia do justo valor definida na IFRS 13, encontra-se evidenciada na Nota 34.

21. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2016 e 2015, foi como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-----------------|------------------|
| Justo valor no início do exercício | 229.136 | 346.257 |
| Aquisições | 81.636 | 29.308 |
| Transferências | 66.853 | - |
| Variações de justo valor (Nota 10) | (35.503) | (146.429) |
| | 342.122 | 229.136 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o justo valor dos Ativos disponíveis para venda tinham a seguinte decomposição:

| Valores em Euros | Justo Valor | |
|---------------------|----------------|----------------|
| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
| Liaison Technologie | 260.486 | 229.136 |
| Outros títulos | 81.636 | - |
| | 342.122 | 229.136 |

A classificação dos Ativos disponíveis para venda, de acordo com a hierarquia do justo valor definida na IFRS 13, encontra-se evidenciada na Nota 34.

22. IMPARIDADES EM ATIVOS NÃO CORRENTES E CORRENTES

O movimento ocorrido no exercício de 2016 e 2015, na rubrica de Imparidades em ativos não correntes, foi como segue:

| Valores em Euros | Goodwill | Marcas | Outros ativos não correntes | Ativos fixos Tangíveis | Investimentos Associadas | Total |
|-------------------------------|------------------|-------------------|-----------------------------|------------------------|--------------------------|-------------------|
| 1 de janeiro de 2015 | - | - | 1.855.975 | 102.292 | 2.002 | 1.960.269 |
| Reforço (Notas 8 e 16) | - | 11.075.942 | - | - | - | 11.075.942 |
| Utilizações | - | - | - | - | 14.100 | 14.100 |
| 31 de dezembro de 2015 | - | 11.075.942 | 1.855.975 | 102.292 | 16.102 | 13.050.311 |
| Variação de perímetro | 190.826 | - | - | - | 150 | 190.976 |
| Reforço (Notas 8, 15 e 16) | 5.770.410 | 5.093.288 | - | - | - | 10.863.698 |
| Reversões (Notas 8 e 16) | - | (6.172.470) | - | - | - | (6.172.470) |
| Utilizações | - | - | - | - | - | - |
| 31 de dezembro de 2016 | 5.961.236 | 9.996.761 | 1.855.975 | 102.292 | 16.252 | 17.932.516 |

O movimento ocorrido no exercício de 2016 e 2015, na rubrica de Imparidades em ativos correntes, foi como segue:

| Valores em Euros | Existências | Cientes c/c | Outros Devedores | Total |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| 1 de janeiro de 2015 | 11.384.186 | 26.440.979 | 7.495.677 | 45.320.842 |
| Variação de perímetro | 890.363 | 235.137 | - | 1.125.500 |
| Ajustamento cambial | 272.111 | (105.720) | 5.132 | 171.523 |
| Reforço (Nota 6) | 2.372.304 | 2.270.847 | 816.553 | 5.459.704 |
| Reversões (Nota 5) | (588.717) | (1.579.517) | - | (2.168.234) |
| Utilizações | (10.610) | 794.041 | - | 783.431 |
| Regularizações e transferências | - | - | - | - |
| 31 de dezembro de 2015 | 14.319.637 | 28.055.767 | 8.317.362 | 50.692.766 |
| Variação de perímetro | 632.016 | 3.068.177 | - | 3.700.193 |
| Reforço (Nota 6) | 1.151.661 | 2.153.088 | 276.649 | 3.581.398 |
| Reversões (Nota 5) | (1.160.320) | (2.172.783) | (2.276.924) | (5.610.027) |
| Utilizações | (8.745) | (510.841) | (43.971) | (563.557) |
| Regularizações e transferências | (223.033) | (204.684) | (9.293) | (437.010) |
| 31 de dezembro de 2016 | 14.711.216 | 30.388.724 | 6.263.823 | 51.363.763 |

23. EXISTÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Existências tinha a seguinte composição:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Matérias primas | 183.096.265 | 185.432.836 |
| Produtos e trabalhos em curso | 25.133.435 | 14.395.489 |
| Sub-produtos e desperdícios | 1.718.613 | 1.072.438 |
| Produtos acabados e mercadorias | 98.592.441 | 108.857.913 |
| Adiantamentos por conta de compras | 176.941 | 1.002 |
| | 308.717.695 | 309.759.678 |

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 22)

O movimento ocorrido, no exercício de 2016 e 2015, nas rubricas Matérias Primas, Produtos acabados e mercadorias e Adiantamento por conta de compras foi como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|--------------------|--------------------|
| Saldo Inicial | 294.291.751 | 272.062.699 |
| Compras | 794.459.901 | 872.189.346 |
| Saldo Final | (281.865.647) | (294.291.751) |
| Custo dos inventários consumidos/vendidos (Nota 6) | 806.886.005 | 849.960.294 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a localização das Existências por segmento geográfico tinha a seguinte decomposição:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|------------------|--------------------|--------------------|
| Portugal | 85.179.945 | 222.513.096 |
| Resto da Europa | 143.297.051 | 6.333.152 |
| América | 31.125.834 | 27.267.940 |
| África | 21.955.546 | 22.733.123 |
| Ásia | 27.159.319 | 30.912.367 |
| | 308.717.695 | 309.759.678 |

24. VALORES A RECEBER CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Valores a receber correntes, decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Clientes | 244.913.009 | 253.590.438 |
| Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 35) | 859.869 | 1.312.976 |
| Instrumentos financeiros derivados (Nota 34) | 942.139 | 3.650.428 |
| Outras contas a receber | 43.720.096 | 27.004.101 |
| Acréscimo de proveitos | 2.747.450 | 3.451.731 |
| Custos diferidos | 11.721.863 | 20.585.542 |
| | 304.904.426 | 309.595.216 |

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Outras contas a receber detalha-se conforme segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Outras contas a receber | | |
| Adiantamentos a fornecedores | 2.123.078 | 1.640.696 |
| Adiantamentos ao pessoal | 1.392.317 | 380.172 |
| Acerto de preço Aquisição da Supremo Cimentos | 2.143.467 | - |
| Incentivos financeiros a receber | 58.869 | - |
| Cauções prestadas a favor de terceiros | 4.281.655 | 1.199.423 |
| Subscritores de capital | - | 5.713.991 |
| Department of Commerce (EUA) | 26.369.181 | - |
| Outros | 7.351.529 | 18.069.819 |
| | 43.720.096 | 27.004.101 |

Em 2015, o saldo da rubrica Subscritores de capital respeita ao valor da participação do IFC – Internacional Finance Corporation no capital social da Portucel Moçambique, S.A., a qual foi entretanto realizada no mês de julho de 2016.

No exercício de 2015, o Grupo Navigator foi alvo de uma investigação de alegadas práticas de *dumping* nas importações de papel UWF para os Estados Unidos da América, tendo-lhe sido aplicada uma taxa provisória *anti-dumping* sobre as vendas para aquele país de 29,53%. Em 11 de Janeiro de 2016 o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América reviu em baixa a taxa aplicada, fixando o valor final em 7,8%. O saldo da rubrica de Outros devedores traduz, essencialmente, o valor a receber correspondente ao diferencial de taxa *anti-dumping* sobre as vendas de papel para os Estados Unidos da América.

Embora a taxa agora definida seja substancialmente inferior à margem determinada inicialmente, a Navigator continua em total desacordo com a aplicação de qualquer margem *anti-dumping* no período, pois, face ao algoritmo de cálculo utilizado e validado pelos seus advogados nos EUA, o grupo não apura qualquer diferença de preço entre o mercado doméstico (Portugal) e de destino (EUA).

O montante evidenciado na rubrica Acerto de preço – Aquisição da Supremo Cimentos, em 2016, diz respeito ao acerto de preço apurado no âmbito do contrato de aquisição desta subsidiária celebrado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de Acréscimos de proveitos e Custos diferidos detalham-se conforme segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Acréscimos de proveitos | | |
| Juros a receber | 531.667 | 776.353 |
| Outros | 2.215.783 | 2.675.378 |
| | 2.747.450 | 3.451.731 |
| Custos diferidos | | |
| Seguros | 579.987 | 2.197.647 |
| Rendas e alugueres | 3.303.855 | 4.762.247 |
| Planos pós-emprego | - | 3.755.326 |
| Outros | 7.838.021 | 9.870.322 |
| | 11.721.863 | 20.585.542 |
| | 14.469.313 | 24.037.273 |

Em 31 de dezembro de 2015, existia excesso de financiamento de alguns dos fundos afetos aos planos de Benefício Definido, no montante de Euros 3.755.326, que foram reconhecidos como ativos correntes por permitirem garantir uma menor necessidade de contribuição futura pelo Grupo para o financiamento daqueles planos (Nota 29).

25. ESTADO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos.

Conforme referido na Nota 11, o grupo fiscal dominado pela Semapa, SGPS, SA, integra as sociedades residentes em Portugal (e que cumprem com as condições previstas no artigo 69.º do CIRC) dos grupos Secil e ETSA o mesmo se aplicando ao grupo fiscal dominado pela Navigator. Desta forma, apesar de as referidas sociedades apurarem e registarem o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual, o apuramento global do imposto bem como a respetiva autoliquidação compete à sociedade dominante.

Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

ATIVOS CORRENTES

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|--------------------|-------------------|
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC | 13.059.045 | 3.639.642 |
| Retenções de Imposto sobre o Rendimento | 1.603.048 | 124.750 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar | 10.556.220 | 12.370.604 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos | 50.235.500 | 47.165.878 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) | 5.697.852 | 5.028.827 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) | 453.567 | 213.295 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 22.726 | 195.686 |
| Crédito de PIS e COFINS sobre ativos fixos | 18.509.519 | - |
| Restantes Impostos | 10.411.417 | 274.257 |
| | 110.548.894 | 69.012.939 |

PASSIVOS CORRENTES

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|--------------------|--------------------|
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC | 47.023.845 | 37.348.475 |
| Retenções de Imposto sobre o Rendimento | 5.895.841 | 3.407.002 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 35.043.858 | 37.793.448 |
| Contribuições para a Segurança Social | 4.566.054 | 4.012.759 |
| ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços | 632.292 | - |
| Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) | 3.457.328 | 763.019 |
| Programa Paraná Competitivo | 7.837.913 | - |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 81.928 | - |
| Liquidações adicionais de imposto | 17.742.052 | 27.396.686 |
| Outros | 996.462 | 536.251 |
| | 123.277.573 | 111.257.640 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC (montante líquido entre Ativos correntes e Passivos correntes) decompõe-se do seguinte modo:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 49.035.557 | 39.001.519 |
| Ajustamento cambial | 190.773 | 68.905 |
| Pagamentos por conta, especiais e adicionais por conta | (4.099.706) | (5.084.565) |
| Retenções na fonte a recuperar | (1.131.722) | (2.088.990) |
| IRC de exercícios anteriores | (10.030.102) | 1.811.964 |
| | 33.964.800 | 33.708.833 |

A movimentação ocorrida no exercício de 2016 e 2015 na rubrica de Liquidações adicionais de imposto apresenta-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 27.396.686 | 57.222.485 |
| Aumentos | - | 6.170.831 |
| Diminuições | (9.654.634) | (2.853.919) |
| Transferências | - | (33.142.711) |
| | 17.742.052 | 27.396.686 |

26. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social da Semapa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 81.270.000 ações e 81.645.523 ações, respetivamente, com o valor nominal de 1 Euro.

Na sequência da aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa de 20 de Abril de 2016, foram implementadas as seguintes deliberações:

- Redução do capital social de 81.645.523 euros para Euros 81.270.000, no montante de Euros 375.523, por extinção de 375.523 ações próprias, nos termos do artigo 463.º do Código das Sociedades Comerciais, com a consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade, relativo à composição do capital;
- Aumento do capital social de Euros 81.270.000 para Euros 117.028.800, no montante total de Euros 35.758.800, por incorporação de reservas, com o aumento proporcional, no montante de Euros 0,44 por ação, do valor nominal de todas as ações da Sociedade, que passa a ser de Euros 1,44 por ação e com a consequente alteração estatutária do n.º 1 do artigo 4.º, relativo à composição do capital social; e
- Redução do capital social de Euros 117.028.800 para Euros 81.270.000, no montante de Euros 35.758.800, tendo por finalidade a libertação de excesso de capital, transferindo para reservas livres o montante do capital social liberto e por redução proporcional do valor nominal de todas as ações da Sociedade, no montante de Euros 0,44 por ação, que passam a ter o valor nominal unitário de 1 Euro, com a consequente alteração estatutária, nomeadamente do n.º 1 do artigo 4.º, relativo à composição do capital social, e do n.º 4 do artigo 9.º, respeitante ao número de ações a que corresponde um voto;
- O pagamento de dividendos relativos aos resultados de 2015 num montante de cerca de 26,7 milhões de euros (32,9 cêntimos por ação em circulação).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as pessoas coletivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

| Denominação | Nº de Ações | % | |
|---|-------------------|---------------|---------------|
| | | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
| Longapar, SGPS, S.A. | 22.225.400 | 27,35 | 27,22 |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | 16.199.031 | 19,93 | 19,84 |
| Sodim, SGPS, S.A. | 15.252.726 | 18,77 | 18,68 |
| Bestinver Gestión, SGIIC, S.A. | 7.166.756 | 8,82 | 8,78 |
| Cimigest, SGPS, S.A. | 3.185.019 | 3,92 | 3,90 |
| Santander Asset Management España, SA | 2.268.346 | 2,79 | 2,78 |
| Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A. | 625.199 | 0,77 | 0,77 |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | 535.000 | 0,66 | 0,66 |
| Ações próprias | 586.329 | 0,72 | 0,01 |
| Outros acionistas com participações inferiores a 2% | 13.226.194 | 16,27 | 17,37 |
| | 81.270.000 | 100,00 | 100,00 |

A Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. detém, em 31 de dezembro de 2016, 586.329 ações próprias (31 de dezembro de 2015: 5.530 ações próprias).

27. RESERVAS E LUCROS RETIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas Reserva de justo valor, Reserva de conversão cambial e Outras reservas decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|---------------------|---------------------|
| Justo valor de instrumentos financeiros | (4.780.771) | (3.639.345) |
| Outras reservas de justo valor | (1.281.742) | (1.281.742) |
| Reserva de justo valor | (6.062.513) | (4.921.087) |
| Reserva de conversão cambial | (31.600.075) | (65.903.206) |
| Reserva legal | 16.695.625 | 23.666.489 |
| Outras reservas | 700.921.321 | 642.029.919 |
| Outras reservas | 717.616.946 | 665.696.408 |
| Reservas | 679.954.358 | 594.872.115 |

JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O montante de Euros 4.780.771 negativo, líquido de impostos diferidos, apresentado na rubrica Justo valor de Instrumentos financeiros, corresponde à variação do justo valor dos Instrumentos financeiros classificados como de cobertura, descritos na Nota 34, e contabilizados em conformidade com a política descrita na Nota 1.13.

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL

O montante negativo evidenciado na reserva de conversão cambial respeita à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, essencialmente na Tunísia, Líbano, Angola, Estados Unidos da América (incluindo cobertura de *Net investment*), Reino Unido e Brasil.

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de dezembro de 2016. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

OUTRAS RESERVAS

Esta rubrica corresponde a reservas constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

A redução de Euros 376.791.932 na rubrica Outras reservas, no exercício de 2015, decorreu da extinção de ações próprias no âmbito da OPT levada a cabo pela Semapa e corresponde ao diferencial entre o valor nominal das ações extintas (o qual reduziu diretamente ao capital social) e o valor de aquisição pelo qual se encontravam registadas.

LUCROS RETIDOS

REFORÇO E REDUÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS QUE NÃO ORIGINAM PERDA DE CONTROLO

O Grupo regista nesta rubrica as diferenças apuradas entre a quota-parte dos capitais próprios adquiridos/alienados e o valor de aquisição/venda de participações de capital a interesses não controlados em empresas por si já controladas.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante acumulado destas diferenças relativo a reforços de participações em subsidiárias, ascende a Euros 416.498.687 negativos (31 de dezembro de 2015: Euros 416.498.687 negativos).

Decorrente da OPT, realizada pela Semapa em 2015, foram dadas em troca pela aquisição de ações da própria sociedade, 84.539.108 ações da subsidiária Navigator, operação da qual resultou o registo de um ganho de Euros 165.213.913 registado em Lucros Retidos por se tratar de uma operação com Interesses não Controlados.

REMENSURACÕES (GANHOS E PERDAS ATUARIAIS)

São registados nesta rubrica as remensurações (desvios atuariais), resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efetivamente ocorreu (bem como de alterações efetuadas nos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos ativos dos fundos e a rentabilidade real) conforme política descrita na Nota 1.22.1. No exercício de 2016 o Grupo registou remensurações negativas num montante líquido de impostos diferidos de Euros 11.626.310.

28. IMPOSTOS DIFERIDOS

No exercício de 2016, o movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi o seguinte:

| | Em 1 de janeiro | Ajustamento | Demonstração de resultados | | Lucros | Transferências | Ativos detidos | Em 31 de dezembro |
|---|-----------------|--------------|----------------------------|--------------|-------------|----------------|----------------|-------------------|
| Valores em Euros | de 2016 | Cambial | Aumentos | Reduções | Retidos | | para venda | de 2016 |
| Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos | | | | | | | | |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 23.773.019 | 8.635.677 | 24.973.420 | - | - | 122.069 | - | 57.504.185 |
| Provisões tributadas | 25.295.497 | (79.022) | 4.780.837 | (49.016) | - | 611.953 | - | 30.560.249 |
| Harmonização do critério das amortizações | 106.391.961 | - | 32.178.197 | (22.216.168) | - | (1) | - | 116.353.989 |
| Pensões e outros benefícios pós-emprego | 5.903.648 | (8.537) | 973 | (778.487) | 39.251 | - | - | 5.156.848 |
| Instrumentos financeiros | 5.337.254 | - | - | - | 5.061.594 | - | - | 10.398.848 |
| Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo) | 28.069.893 | 12.366 | 5.274.545 | (86.153) | - | - | - | 33.270.651 |
| Valorização das florestas em crescimento | 1.275.824 | - | - | (1.275.824) | - | - | - | - |
| Subsídios ao investimento | 14.766.526 | - | 866.532 | (1.458.893) | - | - | - | 14.174.165 |
| Justo valor apurado em combinações empresariais | 1.678.976 | 55.047 | - | - | - | - | - | 1.734.023 |
| Outras diferenças temporárias | 11.956.517 | 1.559.868 | 2.134.048 | (5.102.930) | - | (1.857.450) | - | 8.690.053 |
| | 224.449.115 | 10.175.399 | 70.208.552 | (30.967.471) | 5.100.845 | (1.123.429) | - | 277.843.011 |
| Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos | | | | | | | | |
| Reavaliação de ativos fixos tangíveis | (56.949.332) | (11.111.474) | 411 | 7.224.514 | - | - | - | (60.835.881) |
| Pensões e outros benefícios pós-emprego | (3.965.861) | - | (34.119) | 8.949.104 | (7.070.191) | 2 | - | (2.121.065) |
| Instrumentos financeiros | (234.446) | 206.353 | - | 3.207.985 | (138.304) | (1.271.752) | - | 1.769.836 |
| Incentivos fiscais | (11.991.792) | - | (319.179) | 10.535.135 | 505.157 | - | - | (1.270.679) |
| Harmonização do critério das amortizações | (470.774.266) | (1.376.072) | (20.461.179) | 104.406.143 | - | - | - | (388.205.374) |
| Menos-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo) | (689.367) | - | (2.652.963) | 91.711 | - | - | - | (3.250.619) |
| Valorização das florestas em crescimento | - | - | (3.979.927) | - | - | - | - | (3.979.927) |
| Justo valor dos ativos intangíveis - Marcas | (250.854.281) | (119.791) | - | (6.172.470) | - | - | - | (257.146.542) |
| Justo valor dos ativos fixos | (142.048.141) | - | - | 15.271.550 | - | - | - | (126.776.591) |
| Justo valor apurado em combinações empresariais | (193.509.554) | (1.003.787) | - | 14.461.876 | - | 5.035 | (30.312) | (180.076.742) |
| Outras diferenças temporárias | (2.726.080) | (245.785) | (825.242) | 182.327 | - | 1.587.753 | - | (2.027.027) |
| | (1.133.743.120) | (13.650.556) | (28.272.198) | 158.157.875 | (6.703.338) | 321.038 | (30.312) | (1.023.920.611) |
| Ativos por impostos diferidos | 74.480.542 | 3.460.214 | 18.859.763 | (19.598.030) | 1.556.640 | (106.906) | - | 78.652.223 |
| Passivos por impostos diferidos | (305.515.909) | (5.025.758) | (3.047.169) | 38.857.863 | (1.839.319) | 108.390 | (6.747) | (276.468.649) |

No exercício de 2015, o movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

| Valores em Euros | Em 1 de janeiro de 2015 | Ajustamento Cambial | Demonstração de resultados | | Lucros Retidos | Transferências | Ativos detidos para venda | Variação de perímetro | Em 31 de dezembro de 2015 |
|--|-------------------------|---------------------|----------------------------|----------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|-----------------------|---------------------------|
| | | | Aumentos | Reduções | | | | | |
| Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos | | | | | | | | | |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 111.677.463 | (4.305.110) | 18.360.466 | (115.900.245) | - | 1.606.865 | - | 12.333.580 | 23.773.019 |
| Provisões tributadas | 28.318.559 | 319.766 | 1.418.694 | (5.821.730) | - | - | - | 1.060.208 | 25.295.497 |
| Harmonização do critério das amortizações | 51.484.087 | - | 69.095.053 | (14.187.179) | - | - | - | - | 106.391.961 |
| Pensões e outros benefícios pós-emprego | 6.804.762 | (22.250) | - | (1.030.740) | 151.876 | - | - | - | 5.903.648 |
| Instrumentos financeiros | 6.843.951 | - | - | - | (1.506.697) | - | - | - | 5.337.254 |
| Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo) | 23.511.326 | (10.617) | 7.962.925 | (3.393.741) | - | - | - | - | 28.069.893 |
| Valorização das florestas em crescimento | - | - | 1.275.824 | - | - | - | - | - | 1.275.824 |
| Subsídios ao investimento | 16.524.492 | - | - | (1.757.966) | - | - | - | - | 14.766.526 |
| Justo valor apurado em combinações empresariais | 1.505.510 | 173.466 | - | - | - | - | - | - | 1.678.976 |
| Outras diferenças temporárias | 1.116.492 | (2.056.093) | 9.360.489 | (1.826.142) | - | (1.242.019) | - | 6.603.790 | 11.956.517 |
| | 247.786.642 | (5.900.838) | 107.473.451 | (143.917.743) | (1.354.821) | 364.846 | - | 19.997.578 | 224.449.115 |
| Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos | | | | | | | | | |
| Reavaliação de ativos fixos tangíveis | (10.502.140) | 10.631.387 | - | 1.000.414 | - | - | - | (58.078.993) | (56.949.332) |
| Pensões e outros benefícios pós-emprego | (5.968.265) | - | (8.097.873) | 74.934 | 10.025.343 | - | - | - | (3.965.861) |
| Instrumentos financeiros | (144.728) | - | - | - | (89.718) | - | - | - | (234.446) |
| Justo valor dos ativos biológicos | (477.515) | - | - | 477.515 | - | - | - | - | - |
| Incentivos fiscais | - | - | - | - | - | - | - | (11.991.792) | (11.991.792) |
| Harmonização do critério das amortizações | (498.818.087) | 1.772.874 | (29.405.695) | 68.506.916 | (3.752.884) | - | - | (9.077.390) | (470.774.266) |
| Menos-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo) | (3.837.662) | - | (358.958) | 3.827.345 | (320.092) | - | - | - | (689.367) |
| Justo valor dos ativos intangíveis - Marcas | (258.910.130) | (3.232.002) | - | 11.287.851 | - | - | - | - | (250.854.281) |
| Justo valor dos ativos fixos | (157.319.691) | - | - | 15.271.550 | - | - | - | - | (142.048.141) |
| Justo valor apurado em combinações empresariais | (176.481.657) | 697.197 | - | 8.855.107 | - | - | (30.312) | (26.549.889) | (193.509.554) |
| Outras diferenças temporárias | (283.005) | 629.526 | (700.248) | 15.992 | - | - | - | (2.388.345) | (2.726.080) |
| | (1.112.742.880) | 10.498.982 | (38.562.774) | 109.317.624 | 5.862.649 | - | (30.312) | (108.086.409) | (1.133.743.120) |
| Ativos por impostos diferidos | 64.957.138 | (2.110.891) | 29.047.258 | (31.928.650) | (340.226) | 13.296.328 | - | 6.799.176 | 79.720.133 |
| Efeito da alteração da taxa de imposto | (5.239.591) | - | - | - | - | - | - | - | (5.239.591) |
| Ativos por impostos diferidos | 59.717.547 | (2.110.891) | 29.047.258 | (31.928.650) | (340.226) | 13.296.328 | - | 6.799.176 | 74.480.542 |
| | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Passivos por impostos diferidos | (317.351.757) | 4.856.844 | (9.221.424) | 26.597.216 | 1.562.179 | - | (6.747) | (35.969.912) | (329.533.601) |
| Efeito da alteração da taxa de imposto | 24.017.692 | - | - | - | - | - | - | - | 24.017.692 |
| Passivos por impostos diferidos | (293.334.065) | 4.856.844 | (9.221.424) | 26.597.216 | 1.562.179 | - | (6.747) | (35.969.912) | (305.515.909) |

29. PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Conforme referido na Nota 1.22, o Grupo atribui aos seus trabalhadores e seus familiares diversos benefícios pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades líquidas refletidas na Posição financeira consolidada detalham-se como segue:

| 31 de dezembro de 2016 | Pasta e Papel | Cimento e Derivados | Holdings | Total |
|---|------------------|---------------------|------------------|-------------------|
| Responsabilidades com Pensões | | | | |
| Ativos | 62.591.075 | 47.043 | - | 62.638.118 |
| Ex-colaboradores | 17.035.183 | - | - | 17.035.183 |
| Aposentados | 69.251.640 | 24.892.174 | 1.232.653 | 95.376.467 |
| Valor de mercado dos Fundos de pensões | (142.420.782) | (22.430.525) | - | (164.851.307) |
| Capital seguro | - | 220.905 | - | 220.905 |
| Apólices de Seguro | - | (173.075) | - | (173.075) |
| Conta reserva (excesso de fundo na passagem a CD) | - | (656.487) | - | (656.487) |
| Responsabilidades com pensões não cobertas | 6.457.116 | 1.900.035 | 1.232.653 | 9.589.804 |
| Outras Responsabilidades sem fundo afeto | | | | |
| Assistência na doença | - | 71.885 | - | 71.885 |
| Reforma e morte | - | 100.162 | - | 100.162 |
| Prémio de antiguidade | - | 323.572 | - | 323.572 |
| Total responsabilidades líquidas | 6.457.116 | 2.395.654 | 1.232.653 | 10.085.423 |
| Total responsabilidades não cobertas | 6.457.116 | 2.395.654 | 1.232.653 | 10.085.423 |

| 31 de dezembro de 2015 | Pasta e Papel | Cimento e Derivados | Holdings | Total |
|---|--------------------|------------------------|------------------|--------------------|
| Responsabilidades com Pensões | | | | |
| Ativos | 59.309.768 | 105.590 | - | 59.415.358 |
| Ex-colaboradores | 16.865.214 | - | - | 16.865.214 |
| Aposentados | 63.137.380 | 27.198.841 | 1.296.605 | 91.632.826 |
| Fundo de pensões | (143.067.688) | (23.907.220) | - | (166.974.908) |
| Capital seguro | - | 261.049 | - | 261.049 |
| Apólices de Seguro | - | (206.932) | - | (206.932) |
| Conta reserva (excesso de fundo na passagem a CD) | - | (704.608) | - | (704.608) |
| Responsabilidades com pensões não cobertas | (3.755.326) | 2.746.720 | 1.296.605 | 287.999 |
| Outras Responsabilidades sem fundo afeto | | | | |
| Assistência na doença | - | 74.989 | - | 74.989 |
| Reforma e morte | - | 109.559 | - | 109.559 |
| Prémio de antiguidade | - | 439.870 | - | 439.870 |
| Total responsabilidades líquidas | (3.755.326) | 3.371.138 | 1.296.605 | 912.417 |
| Total responsabilidades não cobertas | - | 3.371.138 | 1.296.605 | 4.667.743 |
| Excesso de fundos (Nota 24) | (3.755.326) | - | - | (3.755.326) |

O segmento da Pasta e Papel apresenta, em 31 de dezembro de 2015, um excesso de cobertura por via dos fundos/ativos afetos às suas responsabilidades no montante de Euros 3.755.326 (Nota 24).

SUBGRUPO NAVIGATOR

COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

Até 2013, coexistiram nas empresas do Grupo diversos planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, bem como de prémios de reforma, existindo, para determinadas categorias de trabalhadores ativos, planos com carácter supletivo em relação aos abaixo descritos, igualmente com património autónomo afeto à cobertura dessas responsabilidades adicionais.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da The Navigator Company que optaram por não transitar para o Plano de contribuição definida bem como os reformados à data da transição de 1 de Janeiro de 2009 e a partir de 1 de Janeiro de 2014 os ex-Colaboradores da Navigator Paper Figueira (ex-Soporcel), Navigator Forest Portugal (ex-PortucelSoporcel Florestal), RAIZ, Empre média e Navigator Lusa (ex-PortucelSoporcel Lusa), têm direito, após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30 (máximo de 25 para a Navigator Paper Figueira, Navigator Forest Portugal, Empre média, Navigator Lusa e RAIZ), sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos.

Para cobrir esta responsabilidade, foram constituídos fundos de pensões autónomos, geridos por entidade externa, estando os ativos dos fundos repartidos por cada uma das empresas.

Em 2010 e 2013, respetivamente, o Grupo concluiu os passos e obteve do Regulador as autorizações tendentes à conversão dos Planos de benefícios pós-emprego da The Navigator Company e da Navigator Paper Figueira, Navigator Forest Portugal, Empremedia, Navigator Lusa e RAIZ em planos de contribuição definida. Esta conversão opera para os atuais Colaboradores das empresas e salvaguardados os direitos à data da transição. Os direitos adquiridos por ex-Colaboradores e pensionistas no momento da sua saída da empresa por mudança de emprego ou passagem à reforma manter-se-ão inalterados.

Não obstante, na sequência de um processo negocial com os seus Colaboradores, fruto das referidas alterações ao fundo de pensões, a Soporcel permitiu que, até ao dia 16 de Janeiro de 2015 os Colaboradores no ativo a 1 de Janeiro de 2014 optassem por uma das seguintes alternativas:

- Plano com salvaguarda de benefícios, ou
- Plano de contribuição definida puro.

A opção conferida aos colaboradores no início de 2015 teve por referência a situação em 31 de dezembro de 2013, ou seja, visou corrigir as alterações entretanto promovidas ao plano de pensões da Soporcel, simulando que esta mesma opção havia sido conferida aquando da conversão, em 1 de janeiro de 2014, do plano de pensões de benefício definido num plano de pensões de contribuição definida.

Deste modo, por forma a fazer face ao acréscimo de responsabilidades, o Grupo efetuou, em 2015, contribuições suplementares para o fundo de pensões de benefício definido.

O Grupo mantém ainda responsabilidades com Planos de benefício pós-emprego de benefício definido para o grupo de Colaboradores da The Navigator Company que optaram por não aceitar a conversão do seu plano em contribuição definida, representando este universo 13 indivíduos, para além dos ex-Colaboradores, reformados ou, quando aplicável, com direitos adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de responsabilidades afetas a planos de benefícios pós emprego, respeitantes a dois administradores do Grupo Navigator, ascendia a Euros 1.669.240 (31 de dezembro de 2015: Euros 1.697.024).

SUBGRUPO SECIL

O Fundo de Pensões do Grupo Secil tem como associadas a Secil e as suas subsidiárias:

- (i) CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. e Unibetão – Industrias de Betão Preparado, S.A., que integraram (e extinguiram simultaneamente) os seus Fundos de Pensões no Fundo de pensões da Secil;
- (ii) Cimentos Madeira, Lda., que integrou (e extinguiu simultaneamente) a sua apólice de seguro no Fundo de pensões da Secil;
- (iii) Britobetão – Central de Betão, Lda., Secil Britas, S.A., Beto Madeira, S.A. e Brimade, S.A..

O Fundo de Pensões do Grupo Secil é o suporte financeiro para o pagamento dos benefícios previstos nos Planos de Pensões de cada associada (geridos conjuntamente).

PLANOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

(I) PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS COM FUNDOS GERIDOS POR TERCEIRAS ENTIDADES

RESPONSABILIDADE POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

A Secil e as suas subsidiárias CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A., Unibetão - Industrias de Betão Preparado, S.A., Cimentos Madeira, Lda., Betomadeira, S.A. e Societé des Ciments de Gabés assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência e subsídio de reforma.

As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros, ou cobertas por apólices de seguro.

Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projetada.

(II) PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS A CARGO DO GRUPO

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de dezembro de 1987, são asseguradas diretamente pela Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas pela subsidiária Secil Martingança, S.A. são asseguradas diretamente por esta empresa.

Em 26 de junho de 2012, as responsabilidades a cargo da Cimentos Madeira, Lda. e Betomadeira - Betões e Britas da Madeira, S.A. relativas a todos os reformados e pensionistas que à data se encontravam a receber uma pensão, foram transferidas para o Plano de Pensões de Benefícios Definidos Cimentos Madeira o qual integrou o Fundo de Pensões do Grupo Secil.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com atuais pensionistas e o método de crédito da unidade projetada, na avaliação das responsabilidades com ativos.

RESPONSABILIDADES POR ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

A subsidiária Cimentos Madeira, Lda., mantém com os seus empregados regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados e viúvas, através de um seguro de saúde contratado.

RESPONSABILIDADES POR SUBSÍDIOS DE REFORMA E MORTE

A subsidiária Societé des Ciments de Gabés assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de subsídio de reforma por velhice e por invalidez e subsídio por morte, com os seguintes critérios de atribuição:

- na Société des Ciments de Gabés (Tunísia), na data da reforma, com base no Acordo Coletivo de Trabalho, artigo 52, um subsídio de reforma, que representa: (i) 2 meses do último salário, se o trabalhador tem menos de 30 anos ao serviço da empresa e (ii) 3 meses do último salário, se o trabalhador tem 30 anos ou mais ao serviço da empresa.

A Secil e a subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio por morte do trabalhador ativo, de igual valor a 1 mês do último salário auferido.

RESPONSABILIDADES POR PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

A Secil e a subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que atingem 25 anos de antiguidade nas referidas empresas, os quais são pagos **no ano em que o trabalhador perfaz aquele número de anos ao serviço da empresa.**

PRESSUPOSTOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Os estudos atuariais desenvolvidos por entidades independentes, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades por serviços passados, tiveram por base os seguintes pressupostos:

| | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Fórmula de Benefícios da Segurança Social | Decreto-Lei nº 187/2007 | Decreto-Lei nº 187/2007 |
| | de 10 de maio | de 10 de maio |
| Tabelas de invalidez | EKV 80 | EKV 80 |
| Tabelas de mortalidade | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Taxa de crescimento salarial | 1,00% | 1,00% |
| Taxa de juro técnica - Segmento da Pasta e Papel | 2,00% | 2,50% |
| Taxa de juro técnica - Segmento dos cimentos | 2,00% | 2,00% |
| Taxa de retorno dos ativos - Segmento da Pasta e Papel | 2,00% | 2,50% |
| Taxa de retorno dos ativos - Segmento dos cimentos | 2,00% | 2,00% |
| Taxa de crescimento das pensões - Segmento dos Cimentos | 0,45% | 0,45% |
| Taxa de crescimento das pensões - Restantes Segmentos | 0,75% | 1,00% |
| Taxa de reversibilidade das pensões Semapa | 50,00% | 50,00% |
| Nº de prestações anuais do complemento Semapa | 12 | 12 |

A tabela abaixo apresenta informação histórica para um período de cinco anos sobre o valor atual das responsabilidades, o valor de mercado dos fundos, as responsabilidades não financiadas e os ganhos e perdas atuariais líquidos. O detalhe desta informação nos últimos cinco exercícios é como segue:

| Valores em Euros | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| Valor presente das obrigações | 155.057.532 | 99.516.232 | 100.073.116 | 168.798.865 | 175.766.292 |
| Justo valor dos ativos e conta Reserva | 145.554.473 | 95.945.454 | 99.038.106 | 167.886.448 | 165.680.869 |
| Excedente / (défice) | (9.503.059) | (3.570.778) | (1.035.010) | (912.417) | (10.085.423) |
| Remensurações (Desvios atuariais) | 11.654.475 | (6.786.377) | 343.040 | (10.421.772) | (11.626.310) |

FUNDOS AFETOS AOS PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO COM PENSÕES

No exercício de 2016 e 2015 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | | 31-12-2015 | |
|--------------------------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | Fundo autónomo | Capital seguro | Fundo autónomo | Capital seguro |
| Valor no início | 166.974.909 | 206.932 | 98.021.037 | 221.975 |
| Contas individuais | - | - | 50.755.836 | - |
| Variação cambial | - | (17.696) | - | 4.061 |
| Dotação efetuada | - | 35.201 | 22.449.723 | 46.423 |
| Rendimento esperado | 4.315.102 | (11.137) | 2.393.835 | 47 |
| Rendimento esperado vs. real | 396.495 | - | (6.281) | - |
| Pensões pagas | (6.835.199) | - | (6.639.241) | - |
| Reformas processadas | - | (40.225) | - | (65.574) |
| Valor no fim do período | 164.851.307 | 173.075 | 166.974.909 | 206.932 |

A composição dos fundos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | % | 31-12-2015 | % |
|-------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| Obrigações | 100.649.957 | 61,1% | 104.602.244 | 62,6% |
| Ações | 34.007.794 | 20,6% | 37.075.412 | 22,2% |
| Liquidez | 21.672.205 | 13,1% | 15.476.813 | 9,3% |
| Dívida Pública | 7.873.444 | 4,8% | 8.484.672 | 5,1% |
| Imobiliário | 152.377 | 0,1% | 1.059.428 | 0,6% |
| Outras aplicações | 495.530 | 0,3% | 276.340 | 0,2% |
| | 164.851.307 | 100,0% | 166.974.909 | 100,0% |

EVOLUÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO NA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

A evolução ocorrida no exercício de 2016 nas responsabilidades assumidas, refletidas na Posição financeira consolidada, é conforme segue:

| Valores em Euros | Saldo Inicial | Variação de Cambial | Remições | Alteração de Pressupostos | Custos e Proveitos | Ganhos e Perdas Atuariais | Pagamentos efetuados | Saldo Final |
|-------------------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------|--------------------|
| Benefícios pós emprego | | | | | | | | |
| Pensões a cargo do Grupo | 6.511.600 | - | - | - | 154.871 | 24.933 | (855.560) | 5.835.844 |
| Pensões com fundo autónomo | 161.401.798 | - | (3.887.639) | 11.025.008 | 5.431.798 | 2.078.157 | (6.835.198) | 169.213.924 |
| Capital de seguro | 261.049 | (22.379) | - | - | 11.185 | 11.275 | (40.225) | 220.905 |
| Reforma e morte | 109.559 | (3.855) | - | - | 973 | (6.515) | - | 100.162 |
| Assistência na doença | 74.989 | - | - | - | 989 | (1.463) | (2.630) | 71.885 |
| Prémios de antiguidade | 439.870 | - | - | - | 47.940 | - | (164.238) | 323.572 |
| | 168.798.865 | (26.234) | (3.887.639) | 11.025.008 | 5.647.756 | 2.106.387 | (7.897.851) | 175.766.292 |

GASTOS SUPORTADOS COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Relativamente aos gastos suportados no exercício de 2016 e 2015 com pensões e outros benefícios pós emprego, o detalhe é conforme segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------------------------|--|--------------------------|---------------------------------|
| | Serviços correntes | Custo dos juros | Retorno esperado dos ativos | Cortes e Liquidações e Remissões | Efeito líquido da reintrodução planos BD | Contribuições do período | Impacto no resultado do período |
| Benefícios pós emprego | | | | | | | |
| Pensões a cargo do Grupo | 2.101.605 | 3.518.586 | (3.526.622) | (3.887.639) | (315.394) | 1.314.502 | (794.962) |
| Pensões com fundo autónomo | 2.835 | 418.243 | (454.601) | - | - | - | (33.523) |
| Apólice de Seguro | 7.654 | 16.161 | (12.630) | - | - | - | 11.185 |
| Morte e subsídios de reforma | 6.674 | 4.683 | (10.384) | - | - | - | 973 |
| Assistência na doença | - | 989 | - | - | - | - | 989 |
| Prémios de antiguidade | 27.060 | 7.696 | 13.184 | - | - | - | 47.940 |
| Contribuições para planos CD | - | - | - | - | - | 1.179.782 | 1.179.782 |
| | 2.145.828 | 3.966.358 | (3.991.053) | (3.887.639) | (315.394) | 2.494.284 | 412.384 |

| Valores em Euros | 31-12-2015 | | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------------------------|-------------------|--------------------------|---------------------------------|
| | Serviços correntes | Custo dos juros | Retorno esperado dos ativos | Cortes e Liquidações e Remissões | Outros Custos | Contribuições do período | Impacto no resultado do período |
| Benefícios pós emprego | | | | | | | |
| Pensões a cargo do Grupo | - | 243.376 | - | - | - | - | 243.376 |
| Pensões com fundo autónomo | 96.182 | 3.096.161 | (3.310.134) | 1.444.944 | 13.049.670 | - | 14.376.823 |
| Apólice de Seguro | 8.419 | 18.004 | (15.348) | - | - | - | 11.075 |
| Morte e subsídios de reforma | 6.604 | 6.617 | 3.025 | (258.516) | - | - | (242.270) |
| Assistência na doença | - | 1.534 | - | - | - | - | 1.534 |
| Prémios de antiguidade | 26.511 | 15.799 | 45.602 | - | - | - | 87.912 |
| Contribuições para planos CD | - | - | - | - | - | 3.035.203 | 3.035.203 |
| | 137.716 | 3.381.491 | (3.276.855) | 1.186.428 | 13.049.670 | 3.035.203 | 17.513.653 |

DESVIOS ATUARIAIS NA DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Relativamente aos Desvios atuariais reconhecidos, no exercício de 2016, diretamente na Demonstração do rendimento integral, o detalhe é conforme segue:

| Valores em Euros | Alteração pressupostos | Ganhos e Perdas | Ativos do plano esperado vs. real | Valor Bruto | Imposto diferido | Impacto nos Capitais próprios |
|-------------------------------|------------------------|------------------|-----------------------------------|---------------------|--------------------|-------------------------------|
| Benefícios pós emprego | | | | | | |
| Pensões a cargo do Grupo | - | (24.933) | - | (24.933) | 7.069 | (17.864) |
| Pensões com fundo autónomo | (11.025.008) | (900.184) | 315.837 | (11.609.355) | (1.934.627) | (13.543.982) |
| Morte e subsídios de reforma | - | 6.515 | - | 6.515 | (1.339) | 5.176 |
| Assistência na doença | - | 1.463 | - | 1.463 | (316) | 1.147 |
| | (11.025.008) | (917.139) | 315.837 | (11.626.310) | (1.929.213) | (13.555.523) |

30. PROVISÕES

No decurso do exercício de 2016 e 2015, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de Provisões:

| Valores em Euros | Processos Judiciais | Processos Fiscais | Recuperação Ambiental | Outras | Total |
|---------------------------------|------------------------|----------------------|--------------------------|-------------------|--------------------|
| 1 de janeiro de 2015 | 2.943.468 | 24.107.664 | 7.179.748 | 47.704.588 | 81.935.468 |
| Variação de perímetro | - | - | 7.506 | 1.151.134 | 1.158.640 |
| Aumentos | 21.191 | - | 419 | 12.157.745 | 12.179.355 |
| Reversões | (52.236) | - | (157.298) | (20.960.448) | (21.169.982) |
| Utilizações | - | - | (174.155) | (2.369.223) | (2.543.378) |
| Ajustamento Cambial | - | - | (1.431) | 163.552 | 162.121 |
| Descontos financeiros | - | - | 289.714 | - | 289.714 |
| Transferências e regularizações | (286.376) | 32.106.930 | - | 398.323 | 32.218.877 |
| 31 de dezembro de 2015 | 2.626.047 | 56.214.594 | 7.144.503 | 38.245.671 | 104.230.815 |
| Variação de perímetro | - | - | - | (2.530.781) | (2.530.781) |
| Aumentos (Nota 6) | - | 2.112.283 | 516 | 17.221.369 | 19.334.168 |
| Reversões (Nota 6) | (374.826) | (2.173.379) | (157.298) | (19.016.560) | (21.722.063) |
| Utilizações | - | - | (19.813) | 3.201.438 | 3.181.625 |
| Ajustamento cambial | - | - | 1.595 | 364.490 | 366.085 |
| Descontos financeiros | - | - | 289.490 | - | 289.490 |
| Transferências e regularizações | (29.455) | (28.548.109) | - | - | (28.577.564) |
| 31 de dezembro de 2016 | 2.221.766 | 27.605.389 | 7.258.993 | 37.485.627 | 74.571.775 |

As provisões relacionadas com processos judiciais intentados contra a Empresa, foram constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas internamente pelo Grupo com o apoio dos seus consultores legais, baseadas na probabilidade da decisão ser favorável ou desfavorável ao Grupo.

O montante das provisões para processos fiscais decorre de uma avaliação efetuada pelo Grupo com referência à data da Demonstração da Posição financeira, quanto a potenciais divergências com a Administração Tributária, tendo em conta os recentes desenvolvimentos nas matérias fiscais.

O montante apresentado na rubrica Outras refere-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos/diferendos de natureza diversa, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa.

31. PASSIVOS REMUNERADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|----------------------|----------------------|
| Dívida a terceiros remunerada | | |
| Não Corrente | 1.697.565.380 | 1.497.214.815 |
| Corrente | 266.268.367 | 512.032.570 |
| | 1.963.833.747 | 2.009.247.385 |
| Caixa e seus equivalentes | | |
| Numerário | 679.425 | 360.705 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 143.499.139 | 60.639.929 |
| Outras aplicações de tesouraria | 39.922.710 | 145.255.130 |
| | 184.101.274 | 206.255.764 |
| Dívida líquida remunerada | 1.779.732.473 | 1.802.991.621 |

DÍVIDA REMUNERADA NÃO CORRENTE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|----------------------|----------------------|
| Não correntes | | |
| Empréstimos por obrigações | 871.000.000 | 760.000.000 |
| Papel Comercial | 510.000.000 | 438.700.000 |
| Empréstimos bancários | 318.194.383 | 284.945.116 |
| Encargos com emissão de empréstimos | (9.753.767) | (10.799.427) |
| Dívida bancária remunerada | 1.689.440.616 | 1.472.845.689 |
| Locação Financeira | 2.038.700 | 2.913.024 |
| Outros empréstimos reembolsáveis | 5.692.866 | 7.390.242 |
| Outras dívidas remuneradas | 393.198 | 14.065.860 |
| Outras dívidas remuneradas | 8.124.764 | 24.369.126 |
| Total de dívida remunerada não corrente | 1.697.565.380 | 1.497.214.815 |

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Empréstimos por obrigações correntes e não correntes detalham-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
| Empréstimos por obrigações | | |
| Portucel Senior Notes Due 2020 | - | 150.000.000 |
| Portucel 2015 / 2023 | 200.000.000 | 200.000.000 |
| Portucel 2016 / 2021 | 100.000.000 | - |
| Portucel 2016 / 2021 | 45.000.000 | - |
| Semapa 2006 / 2016 | - | 175.000.000 |
| Semapa 2006 / 2016 | - | 1.087.000 |
| Semapa 2014 / 2019 | 150.000.000 | 150.000.000 |
| Semapa 2014 / 2020 | 80.000.000 | 80.000.000 |
| Semapa 2016 / 2023 | 100.000.000 | - |
| SBI 2007 / 2017 | 40.000.000 | 40.000.000 |
| Secil 2015/2020 | 60.000.000 | 60.000.000 |
| Secil 2015/2020 | 80.000.000 | 80.000.000 |
| Secil 2016/2021 | 26.000.000 | - |
| Secil 2016/2023 | 30.000.000 | - |
| | 911.000.000 | 936.087.000 |

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES SEMAPA

Em junho de 2016 a Semapa emitiu obrigações a taxa fixa no valor de 100 milhões de euros, pelo prazo de 7 anos, com maturidade em 2023. Esta emissão não se encontra admitida à cotação.

Em abril de 2014 a Semapa procedeu a uma emissão de obrigações no montante de 150 milhões de euros, pelo prazo de 5 anos com maturidade em 2019. Em 31 de dezembro de 2016 a cotação unitária de mercado destas obrigações era de Euros 102,210.

Em novembro de 2014 a Semapa procedeu a uma emissão de obrigações no montante de 80 milhões de euros, pelo prazo de 6 anos com maturidade em 2020, tendo procedido à amortização no valor de 48,9 milhões de euros das “Obrigações Semapa 2006/2016 – 2.ª Emissão”, cuja emissão inicial foi de 50 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016 a cotação unitária de mercado destas obrigações era de Euros 101,500.

No final de maio de 2016, a Semapa procedeu ao reembolso integral do remanescente das “Obrigações Semapa 2006/2016 – 2.ª Emissão”.

No exercício de 2016, a Semapa reembolsou integralmente o empréstimo obrigacionista contratado no exercício de 2006, num montante total de 175 milhões de euros, o qual se encontrava cotado na Euronext Lisboa sob a designação “Obrigações Semapa 2006/2016”.

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES NAVIGATOR

A 13 de Maio de 2016, a Navigator procedeu ao reembolso antecipado do remanescente empréstimo obrigacionista Portucel Senior Notes 5.375%, com vencimento em 2020, no montante de 150 milhões de euros, em acréscimo aos 200 milhões de euros já reembolsados em Setembro de 2015. Simultaneamente esta subsidiária concretizou novas operações de financiamento, nomeadamente um empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros com um prazo de 5 anos.

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES SECIL

A subsidiária Secil Betões e Inertes, S.A. (sociedade dissolvida e integrada na Secil em junho 2016), emitiu em 2007, um empréstimo obrigacionista pelo montante de Euros 40.000.000. O reembolso das obrigações far-se-á no final do 10º ano, ou seja, em 2017.

Em 2015 a Secil renegociou três empréstimos obrigacionistas que detinha. O empréstimo de Euros 60.000.000 foi reembolsado e emitido um novo por igual valor que será reembolsado ao par em Junho de 2020.

Os dois empréstimos obrigacionistas de Euros 40.000.000 cada, contratados em 2013, foram reembolsados tendo sido emitido um novo empréstimo obrigacionista no valor de Euros 80.000.000, com reembolso integral ao par em Junho de 2020. Poderá ser solicitado o reembolso antecipado (*Call Option*) total, na 4ª, 6ª e 8ª datas de pagamento de juro.

Em Janeiro de 2016 a Secil emitiu um empréstimo obrigacionista por subscrição particular a taxa fixa no montante de Euros 26.000.000. Estas obrigações serão reembolsadas ao par, de uma só vez, em 2021.

Em Fevereiro de 2016 a Secil emitiu um empréstimo obrigacionista a taxa fixa de Euro 30.000.000 e maturidade em 2023. Estas obrigações serão reembolsadas em sete prestações semestrais iguais e sucessivas a partir da 8ª data de pagamento de juros, inclusive. Poderá ser solicitado o reembolso antecipado (*Call Option*) total na 10ª ou na 12ª datas de pagamento de juros.

PAPEL COMERCIAL

No exercício de 2016 a Semapa contratou dois programas de papel comercial: um até ao montante máximo de 40 milhões de euros pelo prazo de 5 anos e outro até ao montante máximo de 35 milhões de euros, pelo prazo de 1 ano, os quais se encontravam integralmente utilizados em 31 de dezembro de 2016.

No exercício de 2015 a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros, pelo prazo de 4 anos, o qual se encontrava integralmente utilizado em 31 de dezembro de 2016.

No exercício de 2014 a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de 120 milhões de euros, pelo prazo de 4 anos. Em 31 de dezembro de 2016 este programa estava utilizado em 90 milhões de euros.

No exercício de 2013 a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros, pelo prazo de 7 anos, o qual se encontrava integralmente por utilizar em 31 de dezembro de 2016.

A Semapa SGPS tem contratado um programa de papel comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros, com data de vencimento em setembro de 2020, datado de 2008 e tendo sido objeto de renegociação, originalmente no montante máximo de 70 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016, este programa estava integralmente utilizado.

Em junho de 2016, expirou o prazo do programa de papel comercial até ao montante máximo de 175 milhões de euros.

Durante o exercício de 2016, a Navigator celebrou dois novos programas de papel comercial, de Euros 100.000.000 e Euros 70.000.000, respetivamente, ambos por um período de 5 anos. Contratou ainda um terceiro programa, este de curto prazo no montante de Euros 50.000.000. Em 31 de dezembro de 2016, destes novos contratos, apenas estava integralmente utilizado o programa de Euros 70.000.000.

Em dezembro de 2012, a Navigator emitiu um programa de papel comercial no montante de Euros 125.000.000, tomado firme por um banco por um período de 3 anos. Durante o ano de 2015, as condições deste programa foram renegociadas, tendo o prazo sido prorrogado até maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2016, este programa estava totalmente utilizado.

Em julho de 2015, a Navigator contratou dois novos programas de papel comercial no valor global de 120 milhões de euros, também pelo prazo de 5 anos. Em 31 de dezembro de 2016, o montante integralmente utilizado.

PRAZOS DE REEMBOLSO DOS EMPRÉSTIMOS

Os Prazos de reembolso relativamente ao saldo de empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários, papel comercial e outros empréstimos, de médio e longo prazo, detalham-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|------------------|----------------------|----------------------|
| 1 a 2 anos | 256.036.583 | 44.202.713 |
| 2 a 3 anos | 226.147.112 | 174.781.242 |
| 3 a 4 anos | 492.763.661 | 358.235.647 |
| 4 a 5 anos | 333.391.134 | 496.092.091 |
| Mais de 5 anos | 396.941.957 | 431.789.525 |
| | 1.705.280.447 | 1.505.101.218 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Empréstimos bancários não correntes detalham-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 | Indexante |
|---|--------------------|--------------------|-------------------------------|
| Não correntes | | | |
| Holdings | | | |
| Banco BIC | - | 2.857.143 | Euribor 3m |
| Banco do Brasil | 17.500.000 | 17.500.000 | Euribor 3m |
| Abanca | 40.000.000 | - | Euribor 12m |
| Segmento - Cimento e Derivados | | | |
| BNDES | 51.297.654 | 43.283.620 | TJLP/Cesta Moedas/Fixa e US\$ |
| Banco Santander (Banco EKF) | 43.740.365 | 40.106.605 | CDI |
| Millennium BCP | 15.133.603 | 7.728.428 | Vários |
| BBIC - Banco BIC Português, SA | 6.063.337 | 18.162.508 | Vários |
| ABT- Attijari Bank de Tunisie | 6.892.199 | 8.713.587 | Vários |
| Haitong | 5.441.207 | - | CDI |
| Banco ITAU | 7.003.482 | 106.390 | CDI |
| UBCI - Union Bancaire Pour Le Commerce Et L'Industrie | 5.479.424 | 7.675.439 | Vários |
| Outros empréstimos | 18.974.066 | 20.144.656 | Vários |
| Segmento - Pasta e Papel | | | |
| BEI | 95.535.714 | 90.238.095 | Euribor 6m |
| Outros empréstimos | - | 19.339.756 | Euribor 6m |
| Segmento - Ambiente | | | |
| Banco BPI | 2.300.000 | 4.366.668 | Vários |
| Banco BIC | 2.833.333 | 4.722.221 | Euribor 6m |
| Total | 318.194.384 | 284.945.116 | |

DÍVIDA REMUNERADA CORRENTE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Correntes | | |
| Empréstimos por obrigações | 40.000.000 | 176.087.000 |
| Papel Comercial | 95.000.000 | 158.750.000 |
| Empréstimos bancários | 108.985.402 | 122.126.511 |
| Encargos com emissão de empréstimos | (1.702.642) | (2.577.430) |
| Dívida bancária remunerada | 242.282.760 | 454.386.081 |
| Empréstimos de curto prazo de acionistas (Nota 23) | 8.830.127 | 21.710.283 |
| Locação Financeira | 773.982 | 917.559 |
| Outros empréstimos - QREN | 223.854 | 2.837.311 |
| Outras dívidas | 14.157.644 | 32.181.336 |
| Outras dívidas remuneradas | 23.985.607 | 57.646.489 |
| Total de dívida remunerada corrente | 266.268.367 | 512.032.570 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Empréstimos bancários correntes detalham-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Indexante |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------|
| Correntes | | | |
| Holdings | | | |
| Caixa Geral de Depósitos | 24.312 | 460.583 | Euribor 12m |
| BPI | 600.000 | - | Euribor 6m |
| Banco BIC | 3.757.143 | 5.714.286 | Euribor 3m |
| Segmento - Cimento e Derivados | | | |
| BNDES | 14.476.041 | 9.631.089 | TJLP/Cesta Moedas/Fixa e US\$ |
| BBIC - Banco BIC Português, SA | 12.125.131 | 6.262.492 | Vários |
| Banco Santander Totta | 36.160 | - | Vários |
| Banco Santander (Banco EKF) | 5.832.049 | 4.718.424 | CDI |
| Banco Caixa Geral | 5.485.051 | 3.765.326 | Vários |
| Banco do Brasil | 4.372.824 | 1.725.774 | CDI |
| Banque Mediterranee | 4.846.223 | 4.493.943 | Vários |
| ABT- Attijari Bank de Tunisie | 3.621.315 | 3.448.941 | Vários |
| Banco Fomento de Angola | 4.219.203 | 2.548.637 | Taxa fixa (16%) |
| Banco Caixa Geral Angola | 2.251.614 | 2.682.767 | Luibor 3 M |
| BIAT | 2.063.813 | 2.260.807 | TMM |
| Millennium BCP | 3.428.959 | 1.865.805 | Vários |
| Banco ITAU | 1.883.255 | 16.734.783 | Vários |
| Banco Keve | 2.224.790 | 1.255.055 | Luibor 6 M |
| Banco Millennium Atlântico | 1.061.352 | 3.206.342 | Luibor 1M |
| Outros empréstimos | 9.148.231 | 5.311.413 | Vários |
| Segmento - Pasta e Papel | | | |
| BEI | 19.702.381 | 19.702.381 | Euribor 6m |
| Outros empréstimos | - | 20.876.209 | Vários |
| Segmento - Ambiente | | | |
| Banco BIC | 2.388.889 | 2.138.889 | Vários |
| Banco BPI | 4.056.666 | 2.566.666 | Vários |
| Banco Popular | 1.380.000 | 500.000 | Euribor 6m |
| Caixa Geral de Depósitos | - | 255.899 | Euribor 12m |
| Total | 108.985.402 | 122.126.511 | |

DÍVIDA REFERENTE A LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os planos de reembolso da Dívida do Grupo referente a locações financeiras, excetuando os ativos resultantes da aplicação da IFRIC 4 (Nota 17), detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|------------------|------------------|
| A menos de 1 ano | 816.511 | 994.971 |
| 1 a 2 anos | 868.937 | 999.263 |
| 2 a 3 anos | 248.004 | 909.979 |
| 3 a 4 anos | 149.725 | 229.693 |
| 4 a 5 anos | 156.929 | 128.391 |
| Mais de 5 anos | 629.726 | 692.745 |
| | 2.869.832 | 3.955.042 |
| Juros futuros | (57.150) | (124.459) |
| Valor atual das responsabilidades | 2.812.682 | 3.830.583 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo utiliza os seguintes bens adquiridos em Locação financeira:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | | | 31-12-2015 | | |
|--------------------------------|-------------------|-----------------------|------------------------------|-------------------|-----------------------|------------------------------|
| | Valor aquisição | Amortização acumulada | Valor líquido contabilístico | Valor aquisição | Amortização acumulada | Valor líquido contabilístico |
| Edifícios e outras construções | 2.000.815 | (143.774) | 1.857.041 | 2.000.815 | (86.938) | 1.913.877 |
| Equipamento básico | 9.843.098 | (6.876.356) | 2.966.742 | 7.810.878 | (3.871.896) | 3.938.982 |
| Equipamento básico - IFRIC 4 | 14.000.000 | (10.972.973) | 3.027.027 | 14.000.000 | (9.459.460) | 4.540.540 |
| Equipamentos de transporte | - | - | - | 254.549 | (135.759) | 118.790 |
| | 25.843.913 | (17.993.103) | 7.850.810 | 24.066.242 | (13.554.052) | 10.512.190 |

Em 2010, com o arranque da nova fábrica de papel, o Grupo reconheceu como um contrato de locação financeira (IFRIC 4) o custo da unidade de produção de Precipitado de Carbonato de Cálcio instalada para o efeito pela Omya, S.A. no complexo industrial do Grupo em Setúbal, para utilização exclusiva daquela nova unidade fabril, revertendo a propriedade dos ativos para a About The Future, S.A. no final do contrato, em 2019.

CRÉDITOS BANCÁRIOS CONCEDIDOS E NÃO SACADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 695.258.377 e Euros 736.308.629 respetivamente.

FINANCIAL COVENANTS

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados. Os *covenants* existentes referem-se nomeadamente a cláusulas de *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative pledge*, *Ownership-clause*, cláusulas relacionadas com a manutenção das atividades do Grupo, manutenção de rácios financeiros, nomeadamente de Dívida Líquida/EBITDA, Cobertura de juros, Endividamento e Autonomia financeira, bem como de cumprimento das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais), comuns nos contratos de financiamento e plenamente conhecidas no mercado.

Adicionalmente, o Grupo cumpre os rácios a que está obrigado pelos contratos de financiamento em vigor em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

32. VALORES A PAGAR CORRENTES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Valores a pagar correntes decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Fornecedores c/c | 182.449.988 | 186.396.831 |
| Fornecedores de imobilizado c/c | 39.150.234 | 12.190.493 |
| Instituto do Ambiente | 13.495.261 | 18.471.042 |
| Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 34) | 10.185.130 | 6.266.980 |
| Outros credores | 9.209.742 | 12.205.999 |
| Partes relacionadas (Nota 35) | 3.487.349 | 4.176.786 |
| Acréscimos de custos | 109.546.762 | 104.329.085 |
| Proveitos diferidos | 12.258.343 | 14.147.807 |
| | 379.782.809 | 358.185.023 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de Acréscimos de custos e Proveitos diferidos decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Acréscimo de custos | | |
| Seguros | 7.834 | 112.841 |
| Custos com o pessoal | 54.199.992 | 51.055.225 |
| Juros a pagar | 11.306.041 | 15.167.923 |
| Periodificação de gastos com energia | 8.757.517 | 10.384.355 |
| Serviços de transporte | 490.024 | 809.553 |
| Serviços bancários | 475.123 | 189.851 |
| Auditoria | 92.364 | 54.990 |
| Consultoria | 1.826.588 | 1.521.309 |
| Informática | 322.995 | 219.505 |
| Outros | 32.068.284 | 24.813.533 |
| | 109.546.762 | 104.329.085 |
| Proveitos diferidos | | |
| Subsídios ao investimento | 5.929.823 | 6.280.003 |
| Subsídios - licenças de emissão CO2 | 5.351.466 | 7.526.256 |
| Outros | 977.054 | 341.548 |
| | 12.258.343 | 14.147.807 |

OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Outros passivos decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Outros passivos não correntes | | |
| Subsídios ao investimento | 31.202.382 | 42.157.447 |
| Equipamentos - Omya (IFRIC 4) | 2.098.758 | 1.322.745 |
| | 33.301.140 | 43.480.192 |

O movimento ocorrido nos subsídios ao investimento correntes (em Proveitos diferidos) e não correntes (em Outros passivos), no exercício de 2016 e 2015, foi como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial (Correntes e não correntes) | 48.437.450 | 37.434.211 |
| Atribuição | - | 17.532.496 |
| Utilização | (10.879.379) | (6.188.426) |
| (Regularização/reforço) | (425.866) | (340.831) |
| | 37.132.205 | 48.437.450 |

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Em 18 de junho de 2014, a subsidiária do Grupo CelCacia – Celulose de Cacia, S.A., assinou com a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, dois contratos de incentivos de natureza financeira e fiscal, tendentes ao apoio ao investimento a promover por aquela empresa no projeto de expansão de capacidade da fábrica de pasta de Cacia, sendo o montante total de investimento realizado de 49,3 milhões de Euros. Os incentivos aprovados são de Euros 9,264 milhões de incentivo financeiro reembolsável e de Euros 5,644 milhões de incentivo fiscal, a utilizar até 2024. O contrato inclui um prémio de realização, que corresponde à conversão do incentivo reembolsável atribuído, em

incentivo não reembolsável, até ao limite de 75% (Euros 6.947.450), mediante o cumprimento dos objetivos definidos contratualmente.

33. ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA

Os ativos e passivos detidos para venda estão relacionados com a aquisição da Uniconcreto – Betão Pronto, S.A. efetuada pela subsidiária Secil. A decisão de alienar os ativos e passivos decorreu da imposição colocada pela Autoridade da Concorrência, bem como da posterior avaliação interna efetuada pelo Grupo. Até à data ainda não foi possível concretizar a venda dos referidos ativos.

34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estando as suas atividades expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro e operacional, o Grupo tem tido uma postura ativa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco do preço da pasta, o risco cambial e o risco de taxa de juro.

Para minimizar os efeitos das variações cambiais nas vendas de pasta e nas exportações de papel do Grupo para países não europeus, foram contratados Instrumentos financeiros de cobertura para a quase totalidade dos valores da demonstração da Posição financeira denominados em moeda estrangeira e para uma parte das vendas estimadas sujeitas ao risco cambial.

Adicionalmente para cobrir parcialmente o risco de taxa de juro, estão contratados *swaps* de taxa de juro associados aos empréstimos obrigacionistas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a reconciliação da Posição financeira com as diversas categorias de ativos e passivos financeiros detalha-se como segue:

| 31 de dezembro de 2016 | IF detidos para negociação | IF derivados designados de cobertura | Crédito e valores a receber | AF ao Justo valor através de resultados | AF disponíveis para venda | Outros passivos financeiros | Ativos /passivos Não financeiros |
|---|----------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|---|---------------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| Valores em Euros | Nota 24/32 | Nota 24/32 | Nota 24 | Nota 20 | Nota 21 | Notas 31/32 | Nota 24/32 |
| Ativos | | | | | | | |
| Ativos ao Justo Valor através de Resultados | - | - | - | 47.258 | - | - | - |
| Ativos disponíveis para venda | - | - | - | - | 342.122 | - | - |
| Outros ativos não correntes | - | - | 6.744.351 | - | - | - | - |
| Valores a receber correntes | - | 942.139 | 292.240.424 | - | - | - | 11.721.863 |
| Caixa e seus equivalentes | - | - | 184.101.274 | - | - | - | - |
| Total de ativos | - | 942.139 | 483.086.049 | 47.258 | 342.122 | - | 11.721.863 |
| Passivos | | | | | | | |
| Passivos remunerados não correntes | - | - | - | - | - | 1.697.565.380 | - |
| Outros passivos | - | - | - | - | - | 33.301.140 | - |
| Passivos remunerados correntes | - | - | - | - | - | 266.268.367 | - |
| Valores a pagar correntes | 2.940.253 | 7.244.877 | - | - | - | 343.844.075 | 25.753.604 |
| Total de passivos | 2.940.253 | 7.244.877 | - | - | - | 2.340.978.962 | 25.753.604 |
| <i>IF - Instrumentos Financeiros</i> | | | | | | | |
| <i>AF - Ativos Financeiros</i> | | | | | | | |

| 31 de dezembro de 2015 Valores em Euros | IF detidos para negociação Nota 24/32 | IF derivados designados de cobertura Nota 24/32 | Crédito e valores a receber Nota 24 | AF ao Justo valor através de resultados Nota 20 | AF disponíveis para venda Nota 21 | Outros passivos financeiros Notas 31/32 | Ativos /passivos Não financeiros Nota 24/32 |
|---|--|--|--|--|--|--|--|
| Ativos | | | | | | | |
| Ativos ao Justo Valor através de Resultados | - | - | - | 342.968 | - | - | - |
| Ativos disponíveis para venda | - | - | - | - | 229.136 | - | - |
| Outros ativos não correntes | - | - | 6.777.734 | - | - | - | - |
| Valores a receber correntes | 2.236.063 | 1.414.365 | 285.359.246 | - | - | - | 20.585.542 |
| Caixa e seus equivalentes | - | - | 206.255.764 | - | - | - | - |
| Total de ativos | 2.236.063 | 1.414.365 | 498.392.744 | 342.968 | 229.136 | - | 20.585.542 |
| Passivos | | | | | | | |
| Passivos remunerados não correntes | - | - | - | - | - | 1.497.214.815 | - |
| Outros passivos | - | - | - | - | - | 43.480.192 | - |
| Passivos remunerados correntes | - | - | - | - | - | 512.032.570 | - |
| Valores a pagar correntes | 646.872 | 5.620.108 | - | - | - | 319.299.194 | 32.618.849 |
| Total de passivos | 646.872 | 5.620.108 | - | - | - | 2.372.026.771 | 32.618.849 |
| <i>IF - Instrumentos Financeiros</i> | | | | | | | |
| <i>AF - Ativos Financeiros</i> | | | | | | | |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o justo valor destes ativos e passivos financeiros é aproximadamente igual ao seu valor apresentado na Demonstração da Posição financeira consolidada.

Na tabela que se segue apresentam-se os Ativos e Passivos mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2016, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de Instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da Posição financeira consolidada;
- Nível 2: o justo valor de Instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado; e
- Nível 3: o justo valor de Instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR

| Valores em Euros | 31/12/2016 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|---|--------------------|----------------|----------------|--------------------|
| Ativos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas | | | | |
| Derivados de Cobertura (Nota 34) | 942.139 | - | 942.139 | - |
| Ativos Financeiros ao JV através de resultados | | | | |
| Ações (Nota 20) | 47.258 | 47.258 | - | - |
| Ativos Financeiros Disponíveis para venda | | | | |
| Ações (Nota 21) | 342.122 | 342.122 | - | - |
| Ativos mensurados ao Justo Valor | | | | |
| Ativos biológicos (Nota 18) | 116.996.927 | - | - | 116.996.927 |
| | 118.328.446 | 389.380 | 942.139 | 116.996.927 |

| Valores em Euros | 31/12/2015 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|---|--------------------|----------------|------------------|--------------------|
| Ativos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas | | | | |
| Derivados de Cobertura (Nota 24) | 1.414.365 | - | 1.414.365 | - |
| Ativos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em resultados | | | | |
| Derivados de Negociação (Nota 24) | 2.236.063 | - | 2.236.063 | - |
| Ativos Financeiros ao JV através de resultados | | | | |
| Ações (Nota 20) | 342.968 | 342.968 | - | - |
| Ativos Financeiros Disponíveis para venda | | | | |
| Ações (Nota 21) | 229.136 | 229.136 | - | - |
| Ativos mensurados ao Justo Valor | | | | |
| Ativos biológicos (Nota 18) | 125.612.948 | - | - | 125.612.948 |
| | 129.835.480 | 572.104 | 3.650.428 | 125.612.948 |

PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR

| Valores em Euros | 31/12/2016 | Nível 1 | Nível 2 |
|--|--------------|---------|--------------|
| Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas | | | |
| Derivados de Cobertura (Nota 34) | (7.244.877) | - | (7.244.877) |
| Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em resultados | | | |
| Derivados de Negociação (Nota 34) | (2.940.253) | - | (2.940.253) |
| | (10.185.130) | - | (10.185.130) |

| Valores em Euros | 31/12/2015 | Nível 1 | Nível 2 |
|--|-------------|---------|-------------|
| Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas | | | |
| Derivados de Cobertura (Nota 34) | (5.620.108) | - | (5.620.108) |
| Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em resultados | | | |
| Derivados de Negociação (Nota 34) | (646.872) | - | (646.872) |
| | (6.266.980) | - | (6.266.980) |

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

No decurso do exercício de 2016, a variação do justo valor dos Instrumentos financeiros derivados, decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | Variação Justo valor (Negociação) | Variação Justo valor (Cobertura) | Total |
|---|---|--|-------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2016 | 1.589.191 | (4.205.743) | (2.616.552) |
| Novos contratos / liquidações | (57.667) | 5.827.470 | 5.769.803 |
| Variação de justo valor em resultados (Nota 10) | (4.471.777) | (3.530.520) | (8.002.297) |
| Variação de justo valor em Capitais | - | (4.393.945) | (4.393.945) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (2.940.253) | (6.302.738) | (9.242.991) |

DETALHE E MATURIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O justo valor dos Instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar correntes (Nota 32), quando negativos e na rubrica Valores a receber correntes (Nota 24), quando positivo.

O detalhe dos montantes apresentados na Posição financeira consolidada referentes a Instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, decompõe-se conforme segue:

| Valores em Euros | Montante | Moeda | Maturidade | 31/12/2016 | | | 31/12/2015 |
|------------------------------------|-------------|-------|------------|------------|--------------|-------------|-------------|
| | | | | Positivos | Negativos | Líquido | Líquido |
| Cobertura | | | | | | | |
| Collar de taxa de juro (SWAP's) | 175.000.000 | Euro | 2016 | - | - | - | (2.282.117) |
| Cobertura de Net Investment | 25.050.000 | USD | 2017 | - | (249.273) | (249.273) | 543.992 |
| Forwards cambiais (vendas futuras) | 214.650.000 | USD | 2017 | 901.050 | - | 901.050 | - |
| Swaps de taxa de juro (SWAP's) | 505.000.000 | Euro | 2020/23 | 41.089 | (6.995.604) | (6.954.515) | (2.467.618) |
| | | | | 942.139 | (7.244.877) | (6.302.738) | (4.205.743) |
| Negociação | | | | | | | |
| Forwards cambiais | 65.250.000 | USD | 2017 | - | (1.778.650) | (1.778.650) | 1.302.089 |
| Forwards cambiais | 14.600.000 | GBP | 2017 | - | (164.752) | (164.752) | 229.435 |
| Cross currency interest rate swap | 17.739.298 | USD | 2018/2019 | - | (426.933) | (426.933) | - |
| Collar Cambial | 23.894.658 | BRL | 2018 | - | (153.640) | (153.640) | - |
| Non Deliverable Forward (NDF) | 36.404.054 | BRL | 2018 | - | (416.278) | (416.278) | - |
| Compra Futura de Licenças CO2 | 2.778.500 | Euro | 2018 | - | - | - | 57.667 |
| | | | | - | (2.940.253) | (2.940.253) | 1.589.191 |
| | | | | 942.139 | (10.185.130) | (9.242.991) | (2.616.552) |

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS | NEGOCIAÇÃO

SEGMENTO DA PASTA E PAPEL

O Grupo Navigator tem uma exposição cambial nas vendas que fatura em divisas, com especial relevância em dólares norte-americanos (USD) e libras esterlinas (GBP). Uma vez que o Grupo tem a suas demonstrações financeiras traduzidas em euros, corre um risco económico na conversão destes fluxos de divisas para o Euro. O Grupo tem também, embora com menor expressão, alguns pagamentos nestas mesmas divisas, que, para efeitos de exposição cambial, funcionam como um *hedge* natural. Deste modo, a cobertura tem como objetivo proteger o saldo dos valores da demonstração da posição financeira denominados em divisas contra as respetivas variações cambiais.

Os instrumentos de cobertura utilizados nesta operação são *forwards* cambiais, contratados sobre a exposição líquida às divisas, para montantes e datas de vencimento próximas dessa exposição. A natureza do risco coberto é a variação cambial contabilística registada nas vendas e compras tituladas em divisas. No final de cada mês é feita uma atualização cambial dos saldos de clientes e dos fornecedores, cujo ganho ou perda é compensado com a variação do justo valor dos *forwards* negociados.

O justo valor dos instrumentos de negociação – *forwards* e futuros – em 31 de Dezembro de 2016 ascende a Euros 1.943.402 negativos (31 de Dezembro de 2015: Euros 417.437 negativos).

Para além das aquisições efetuadas em 2015, de 200.000 licenças de emissão de CO2 para entrega em 2017-2018, o Grupo Navigator procedeu, em 2016, à aquisição complementar de 300.000 licenças de CO2, também para entrega no período compreendido entre 2017-2019.

SEGMENTO DOS CIMENTOS E DERIVADOS

Em Julho de 2016, a subsidiária Supremo Cimentos, S.A, contratou junto de uma instituição financeira brasileira um financiamento externo no montante de USD 9.239.297,81 com maturidade em 22 de Julho de 2019, amortizado em 5 prestações iguais com início em 24 de Julho de 2017. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato “*cross currency interest rate swap*” com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este instrumento financeiro derivado permitiu à Empresa a fixação do valor nominal do financiamento em BRL 30.000.000 e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em Setembro de 2016, a subsidiária Supremo Cimentos, S.A, contratou junto de uma instituição financeira brasileira um financiamento externo no montante de USD 8.500.000 com maturidade em 26 de Novembro de 2018, amortizado em 6 prestações iguais com início em 28 de Agosto de 2017. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato “*cross currency interest rate swap*” com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este instrumento financeiro derivado permitiu à Empresa a fixação do valor nominal do financiamento em BRL 27.542.550 e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

A Secil celebrou três financiamentos *intercompany* em Reais Brasileiros (BRL) com a subsidiária Supremo (detida em 100% pela Secil), tendo negociado instrumentos financeiros derivados que lhe permitem proteger-se do impacto da volatilidade cambial:

a) BRL 20.000.000 concedidos a 27 de outubro de 2016, com vencimento a 26 de outubro 2018, reembolso de capital e pagamento de juros integralmente na maturidade, com contratação de Collar cambial com um *notional* total de BRL 23.894.658, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em BRL;

b) BRL 10.000.000 concedidos a 17 de novembro de 2016, com vencimento a 26 de outubro 2018, reembolso de capital e pagamento de juros integralmente na maturidade, com contratação de um Non-deliverable *Forward* com um *notional* total de BRL 12.083.068, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em BRL;

c) BRL 20.000.000 concedidos a 20 de dezembro de 2016, com vencimento a 26 de outubro 2018, reembolso de capital e pagamento de juros integralmente na maturidade, com contratação de um Non-deliverable *Forward* com um *notional* total de BRL 24.320.986, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em BRL.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS | COBERTURA

SEGMENTO DA PASTA E PAPEL - COBERTURA DE INVESTIMENTOS EM OPERAÇÕES ESTRANGEIRAS

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial ao USD associado à sua exposição no investimento detido na entidade Portucel North America, através da contratação de *forwards* cambiais. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha contratada uma operação, envolvendo um nocional de USD 25.050.000.

O instrumento contratado encontra-se designado como instrumento de cobertura contabilístico de investimentos em operações estrangeira, sendo a respetiva variação do justo valor reconhecida na reserva de conversão cambial em capitais próprios.

SEGMENTO DA PASTA E PAPEL - COBERTURA DE VENDAS FUTURAS | RISCO CAMBIAL EUR/USD

O Grupo Navigator recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados com o objetivo de limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras estimadas em USD.

Neste âmbito, no decorrer do último trimestre do exercício de 2016, o Grupo contratou um conjunto de estruturas financeiras para cobrir uma parte da exposição cambial líquida das vendas estimadas em USD para 2016. Os instrumentos financeiros derivados contratados foram Opções e *Zero Cost Collar*, num valor global de USD 200.000.000, as quais atingem a sua maturidade em 31 de dezembro de 2017. Já em 2017, procedeu-se a um reforço do instrumento financeiro, pela via da contratação adicional de USD 80.000.000, por via de Opções e *Zero Cost Collar*, com maturidade até janeiro de 2018.

SEGMENTO DA PASTA E PAPEL – COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

O Grupo Navigator procede à cobertura dos pagamentos de juros futuros associados às emissões de papel comercial e do empréstimo obrigacionista, através da contratação de *swaps* de taxa de juro, onde paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável. O referido instrumento é designado como de cobertura dos fluxos de caixa associados ao programa de papel comercial e ao empréstimo obrigacionista. O risco de crédito não faz parte da relação de cobertura. As coberturas encontram-se em vigor até à maturidade dos instrumentos.

SEGMENTO DOS CIMENTOS E DERIVADOS – COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

O Grupo Secil emitiu, em 2007, um empréstimo obrigacionista pelo montante de Euros 40.000.000 (emitido pela subsidiária Secil Betões e Inertes, S.A. que foi dissolvida e integrada na Secil em 2016). Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo contratou um derivado de negociação, um *interest rate swap* (IRS) com valor *notional* de Euros 40.000.000, no entanto, após a realização de testes de eficácia prospetivos e retrospectivos, o mesmo foi considerado como de cobertura de fluxos de caixa com efeitos a partir de 1 de Julho de 2010.

Em 2015, a Secil contratou um empréstimo obrigacionista de Euros 60.000.000 que será reembolsado ao par em Junho de 2020. Em 23 de junho de 2016, a Secil contratou um derivado de cobertura de risco de taxa de juro, através de um *interest rate swap* (IRS) com valor *notional* de Euros 60.000.000, com início a 9 de Dezembro 2016 e vencimento a 9 de Junho de 2020.

Ainda no exercício de 2015, a Secil contratou um empréstimo obrigacionista de Euros 80.000.000, com reembolso integral ao par em maio de 2020. Em 23 de junho de 2016, foi contratado um derivado de cobertura de risco de taxa de juro, através de um *interest rate swap* (IRS) com valor *notional* de Euros 80.000.000, com início em 25 de novembro de 2016 e vencimento a 25 de maio 2020.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor de mercado, deduzido de eventuais imparidades (Nota 21).

CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor nominal, deduzido de eventuais imparidades identificadas no decurso da análise dos riscos de crédito das carteiras de crédito detidas (Notas 2.1.3, 22 e 24).

OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Estes valores são reconhecidos pelo seu custo amortizado, correspondendo ao valor dos respetivos fluxos de caixa, descontados pela taxa efetiva de juro associada a cada um dos passivos (Nota 31).

35. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Saldos com partes relacionadas e acionistas decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 31-12-2016 | | | 31-12-2015 | | |
|---------------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|
| | Outros Devedores (Nota 24) | Outros Credores (Nota 32) | Dívida Remun. Corrente (Nota 31) | Outros Devedores (Nota 24) | Outros Credores (Nota 32) | Dívida Remun. Corrente (Nota 31) |
| Acionistas | | | | | | |
| Cimigest, SGPS, S.A. | - | - | 6.209.058 | - | - | 2.754.259 |
| Cimo SGPS, S.A. | - | - | 321.842 | - | - | - |
| Longapar, SGPS, S.A. | - | - | 73.064 | - | 1.160 | 16.890.763 |
| OEM SGPS, S.A. | - | - | 2.226.163 | - | - | 2.065.261 |
| Outras entidades relacionadas | | | | | | |
| Cimilonga - Imobiliária, S.A. | - | (13.700) | - | - | 6.839 | - |
| Hotel Ritz, S.A. | - | 10.843 | - | - | - | - |
| Ave-Gestão Ambiental, S.A. | 148.734 | (146.844) | - | 105.490 | 588.654 | - |
| Cotif Sicar | - | 89.255 | - | - | 182.002 | - |
| Enermontijo, S.A. | 363.682 | 6.708 | - | 433.951 | 4.982 | - |
| Enerpar, SGPS, S.A. | - | - | - | - | 46.694 | - |
| Hotel Ritz, S.A. | - | - | - | - | - | - |
| Inertogrande | 214.669 | 2.091 | - | 211.296 | - | - |
| J.M.J. Henriques, Lda. | 123.701 | - | - | 121.275 | - | - |
| Secil Prebetão, S.A. | - | - | - | 385.520 | 19.670 | - |
| Secil Unicon - S.G.P.S., Lda. | - | - | - | 55.444 | - | - |
| Seribo, S.A. | - | 319.907 | - | - | 315.097 | - |
| Setefrete - Soc. Tráfego Cargas, S.A. | - | 3.423 | - | - | 300.942 | - |
| Outros acionistas de subsidiárias | 9.083 | 3.215.666 | - | - | 2.710.746 | - |
| Total | 859.869 | 3.487.349 | 8.830.127 | 1.312.976 | 4.176.786 | 21.710.283 |

No exercício de 2016 e 2015, as transações ocorridas com acionistas e outras partes relacionadas decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | | | | 2015 | | | |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| | Compras de serviços | Vendas e Prestações de serviços | Outros proveitos operacionais | (Custos)/ Proveitos financeiros | Compras de serviços | Vendas e Prestações de serviços | Outros proveitos operacionais | (Custos)/ Proveitos financeiros |
| Acionistas | | | | | | | | |
| Cimigest SGPS, S.A. | (107.740) | - | - | (24.299) | (107.740) | - | - | (878) |
| Cimo SGPS, S.A. | - | - | - | (1.123) | - | - | - | (3.124) |
| Longapar, SGPS, S.A. | - | - | - | (29.736) | - | - | - | (1.683) |
| OEM SGPS, S.A. | - | - | - | (11.002) | - | - | - | (8.584) |
| | (107.740) | - | - | (66.160) | (107.740) | - | - | (14.269) |
| Outras partes relacionadas | | | | | | | | |
| Cimilonga - Imobiliária, S.A. | (1.021.326) | - | 244 | - | (883.647) | - | 180 | - |
| Hotel Ritz, S.A. | (34.918) | - | - | - | (30.563) | - | - | - |
| Sonagi, SGPS, S.A. | - | - | 990 | - | - | - | - | - |
| Enermontijo, S.A. | (305.461) | 642.063 | - | - | (267.508) | 983.993 | - | - |
| Enerpar, SGPS, S.A. | (310.749) | - | - | - | (1.919.589) | - | - | - |
| Ave-Gestão Ambiental, S.A. | (3.549.893) | 57.716 | 63.366 | - | (4.755.060) | 39.379 | (64.611) | - |
| Secil Prebetão, S.A. | (21.322) | 356.793 | 43.732 | 2.300 | (52.697) | 798.500 | 94.763 | - |
| Seribo, S.A. | - | - | - | (4.810) | - | - | - | - |
| Setefrete, S.A. | (2.856.638) | - | 24.086 | - | (2.820.022) | - | 31.330 | - |
| Outros | - | - | 9.083 | 5.726 | - | - | 3.600 | (4.432) |
| | (8.100.307) | 1.056.572 | 141.501 | 3.216 | (10.729.086) | 1.821.872 | 65.262 | (4.432) |

36. DISPÊNDIOS EM MATÉRIAS AMBIENTAIS

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de caráter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de caráter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

Os dispêndios capitalizados e reconhecidos em gastos no exercício de 2016 e 2015, têm a seguinte discriminação:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|---------------------------|-------------|--------------------|---------------|-------------|--------------------|---------------|
| | Rendimentos | Imputados a custos | Capitalizados | Rendimentos | Imputados a custos | Capitalizados |
| Emissões para a atmosfera | - | 4.905.533 | 833.339 | - | 1.515.675 | 6.142.709 |
| Gestão das águas | - | 11.069.256 | 105.865 | - | 10.069.624 | 1.200 |
| Gestão de resíduos | (686.887) | 6.022.986 | 217.670 | (743.973) | 3.269.776 | 156.422 |
| Proteção da natureza | - | 542.376 | - | - | 781.827 | 9.775 |
| Energia | - | 10.811 | 1.681.991 | - | - | - |
| Outras atividades | - | 4.059.049 | 182.428 | - | 384.742 | 198.215 |
| | (686.887) | 26.610.011 | 3.021.293 | (743.973) | 16.021.644 | 6.508.321 |

37. FATURAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA

No exercício de 2016 e 2015, os valores faturados ao Grupo relativos a serviços de revisão legal de contas e outros, decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---|---------|---------|
| Serviços de revisão legal de contas e auditoria | | |
| Serviços de Revisão Legal de Contas | 494.885 | 319.352 |
| Auditoria financeira subsidiárias estrangeiras | 273.034 | 222.807 |
| Serviços de assessoria fiscal permitidos | | |
| Em Portugal | 49.545 | 12.250 |
| Em subsidiárias estrangeiras | 61.867 | 50.451 |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 119.741 | 93.291 |
| | 999.072 | 698.151 |

Os serviços referentes a assessoria fiscal referem-se essencialmente a *compliance fiscal*, estando os mesmos integralmente enquadrados no período transitório expresso no artigo 3.º da Lei 140/2015.

Os serviços indicados como “outros serviços de garantia de fiabilidade” dizem respeito a emissão de relatórios sobre análise aos sistemas de informação de gestão, suporte especializado no âmbito dos relatórios de sustentabilidade de subsidiárias do Grupo e emissão de pareceres para certificação de créditos incobráveis. Incluem ainda assessoria prestada no âmbito do acompanhamento de candidaturas de incentivos, a qual se encontrava no período transitório expresso no artigo 3.º da Lei 140/2015, e a formações.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através dos processos de análise do Conselho Fiscal dos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

38. NÚMERO DE PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de colaboradores ao serviço das diversas empresas do Grupo, repartidos por segmento de negócio, detalha-se conforme segue:

| Segmento | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Var. 16/15 |
|---------------------|--------------|--------------|------------|
| Pasta e Papel | 3.111 | 2.662 | 449 |
| Cimento e Derivados | 2.615 | 2.647 | (32) |
| Ambiente | 275 | 287 | (12) |
| Holdings e outros | 27 | 25 | 2 |
| | 6.028 | 5.621 | 407 |

O acréscimo verificado no segmento Pasta e Papel deve-se, essencialmente, à internalização de um conjunto de efetivos, que em 2015 se encontravam em regime de *outsourcing*.

39. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Garantias prestadas | | |
| IAPMEI (âmbito do QREN) | 5.775.752 | 8.380.074 |
| Desalfandegamento de produtos | 2.868.454 | 2.723.960 |
| AT - Autoridade Tributária e Aduaneira | - | 1.124.184 |
| Agência Estatal de Administ. Tributaria Espanhola | 1.033.204 | - |
| Direção Geral de Alfândegas | - | 54.414 |
| APSS - Admi. dos Portos de Setúbal e Sesimbra | 2.593.639 | 2.593.639 |
| Direção Geral de Alfândegas de Setúbal | 800.000 | 800.000 |
| APDL - Administração do Porto de Leixões | 707.343 | 704.162 |
| Simria | 338.829 | 327.775 |
| Instituto de Conservação da Natureza - Arrábida | 406.540 | 406.540 |
| Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais | - | 274.595 |
| IAPMEI (âmbito do PEDIP) | 209.305 | 209.914 |
| Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Norte | 236.403 | 236.403 |
| Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Centro | 863.173 | 863.173 |
| Comissão de Coordenação e Desenv. Regional LVT | 1.118.892 | 1.118.892 |
| Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Algarve | 453.360 | 519.165 |
| CNE (Massa Insolvente) | 13.200.000 | - |
| Mercedes Benz - Aluguer de veículos | 866.000 | 366.000 |
| Outras | 1.604.038 | 1.446.064 |
| | 33.074.932 | 22.148.954 |
| Outros compromissos | | |
| De compra | | |
| Ativos fixos tangíveis | 79.128.866 | 29.603.350 |
| Outros | 35.793.718 | 41.036.349 |
| Contratos de renda de terrenos florestais | 53.542.281 | 68.339.646 |
| Hipotecas sobre Imóveis para garantia de empréstimos | 1.218.088 | 1.356.285 |
| | 169.682.953 | 140.335.630 |
| | 202.757.885 | 162.484.584 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os compromissos assumidos pelo Grupo com locações operacionais decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------------|------------------|
| Não mais de um ano | 2.481.448 | 445.375 |
| Mais de um ano e não mais de cinco anos | 4.272.315 | 4.902.934 |
| | 6.753.763 | 5.348.308 |
| Custos incorridos no período | 3.203.888 | 3.101.136 |

40. OUTROS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELAS EMPRESAS DO GRUPO

INVESTIMENTO NUMA NOVA FÁBRICA EM ANGOLA

Em 26 de outubro de 2007, o Conselho Ministros de Angola aprovou o Projeto de Investimento Privado denominado "Nova Fábrica de Cimento do Lobito", no montante de USD 91.539.000, contratualizado em 14 de Dezembro de 2007, pela Secil Lobito e pela ANIP - Agência Nacional para o Investimento Privado, esta em representação do Estado angolano. Adicionalmente, no exercício de 2008, foi adicionado ao investimento uma central de produção de energia elétrica no valor de USD 18.000.000.

A Secil Lobito adaptou o projeto de investimento à realidade do mercado de cimento de Angola. Nesse sentido, em outubro de 2015, a Secil Lobito entregou na U.T.I.P. – Unidade Técnica para o Investimento Privado, criada no âmbito da Nova Lei do Investimento Privado, e para merecer a sua aceitação, uma minuta de adenda ao acima referido Contrato de Investimento Privado aprovado em Dezembro de 2007 pelo Conselho de Ministros de Angola. Esta adenda foi preparada no seguimento dos vários contactos mantidos com a então ANIP, e compreende a revisão e atualização de determinadas matérias e condições das quais depende a efetiva viabilidade, realização e implementação do projeto de investimento.

No início de 2016 foi enviada para a U.T.I.P a última versão revista do Projeto, que engloba o ajustamento deste às novas condições de mercado, assim como considera as recomendações emanadas pela UTIP no final de 2015. Durante o exercício de 2016, a Secil Lobito procurou conhecer a posição do Estado Angolano sobre a reativação e reformulação deste Projeto. Segundo a última informação obtida, este processo encontra-se em apreciação na Casa Civil do Presidente da República de Angola.

DEPÓSITO CAUÇÃO

A subsidiária Ciminpart vendeu em 2012 a sua participação na VIROC. No âmbito deste processo, a Secil constituiu penhor sobre um depósito bancário no montante de Euros 950.000.

41. ATIVOS CONTINGENTES

ATIVOS CONTINGENTES DE NATUREZA NÃO FISCAL

TAXA DE REFORÇO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

No âmbito do processo de licenciamento nº 408/04 relativo ao projeto da nova fábrica de papel de Setúbal a Câmara Municipal de Setúbal emitiu uma liquidação à Navigator relativamente a uma taxa de reforço e manutenção de infraestrutura ("TMUE") no valor de Euros 1.199.560, com a qual a empresa discorda.

Em causa está o quantitativo cobrado a título desta taxa no processo de licenciamento acima referido, relativo à construção da nova fábrica de papel, no complexo industrial da Mitrena, em Setúbal. A Navigator discorda do valor cobrado, tendo reclamado da aplicação da mesma, em 25 de fevereiro de 2008, por requerimento nº 2485/08, e impugnado judicialmente o indeferimento da reclamação em 28 de outubro de 2008, o qual mereceu indeferimento em 3 de outubro de 2012 e foi objeto de recurso para o STA em 13 de novembro de 2012, o qual fez baixar a ação ao TCA em 4 de julho de 2013, cuja decisão se aguarda.

FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Para além das questões de natureza fiscal referidas no ponto seguinte, foi apresentado no Tribunal Administrativo de Almada, em 2 de junho de 2010 novo requerimento, em que se solicitava o reembolso de diversos valores, totalizando Euros 136.243.939, relativos a ajustamentos efetuados nas demonstrações financeiras do grupo após a sua privatização, por via de imparidades e ajustamentos em ativos e responsabilidades não registadas, os quais não haviam sido considerados na formulação do preço dessa privatização por não constarem do processo disponibilizado para consulta dos concorrentes ao processo.

Em 24 de maio de 2014, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada negou o pedido do Grupo para apresentação de prova testemunhal, solicitando alegações por escrito. Em 30 de junho de 2014, o Grupo apresentou a reclamação para conferência desta posição, não deixando de apresentar nesta mesma data as alegações por escrito solicitadas pelo Tribunal. O Tribunal deu razão às pretensões do Grupo a este propósito, pelo que se aguarda a marcação de audiência para inquirição de testemunhas, sendo que já foram nomeados peritos pelas partes, cujo relatório se aguarda até ao final do ano.

ATIVOS CONTINGENTES DE NATUREZA FISCAL

FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Nos termos do Decreto-Lei n.º 36/93 de 13 de fevereiro, as dívidas fiscais de empresas privatizadas referentes a períodos anteriores à data da privatização (25 de novembro de 2006) são da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública. Em 16 de abril de 2008, a Navigator apresentou um requerimento ao Fundo de Regularização da Dívida Pública a solicitar o pagamento das dívidas fiscais até então liquidadas pela Administração Fiscal.

Em 13 de dezembro de 2010 apresentou novo requerimento a solicitar o pagamento das dívidas liquidadas pela Administração Fiscal relativas aos exercícios de 2006 e 2003, tendo este sido complementado, em 13 de outubro de 2011, com os montantes já pagos e não contestados relativos a essas mesmas dívidas, bem como com as despesas com elas diretamente relacionadas, nos termos do Acórdão datado de 24 de maio de 2011 (Processo nº 0993A/02), que veio confirmar a posição da empresa quanto à exigibilidade dessas despesas. Neste contexto, serão da responsabilidade do referido Fundo os montantes detalhados como segue:

| Valores em Euros | Exercício | Valores solicitados | 1º Reembolso | Redução decorrente do pagamento ao abrigo do RERD | Processos decididos a favor do Grupo | Valores em aberto |
|--------------------|-----------|---------------------|--------------------|---|--------------------------------------|-------------------|
| Portucel | | | | | | |
| IVA - Alemanha | 1998-2004 | 5.850.000 | (5.850.000) | - | - | - |
| IRC | 2001 | 314.340 | - | - | (314.340) | - |
| IRC | 2002 | 625.033 | (625.033) | - | - | - |
| IVA | 2002 | 2.697 | (2.697) | - | - | - |
| IRC | 2003 | 1.573.165 | (1.573.165) | - | - | - |
| IRC | 2003 | 182.230 | (157.915) | - | (24.315) | - |
| IRC (RF) | 2004 | 3.324 | - | - | - | 3.324 |
| IRC | 2004 | 766.395 | - | - | (139.023) | 627.372 |
| IRC (RF) | 2005 | 1.736 | (1.736) | - | - | - |
| IRC | 2005 | 11.754.680 | - | (1.360.294) | - | 10.394.386 |
| IRC | 2006 | 11.890.071 | - | (1.108.178) | - | 10.781.893 |
| Despesas | | 314.957 | - | - | - | 314.957 |
| | | 33.278.627 | (8.210.545) | (2.468.472) | (477.678) | 22.121.932 |
| Soporcel | | | | | | |
| IRC | 2002 | 18.923 | - | - | - | 18.923 |
| IRC (Decl. Subst.) | 2003 | 5.725.771 | - | - | - | 5.725.771 |
| IVA | 2003 | 2.509.101 | - | - | - | 2.509.101 |
| Imposto Selo | 2004 | 497.669 | - | - | (497.669) | - |
| | | 8.751.464 | - | - | (497.669) | 8.253.795 |
| | | 42.030.091 | (8.210.545) | (2.468.472) | (975.347) | 30.375.727 |

42. COTAÇÕES UTILIZADAS

Os ativos e passivos das subsidiárias e associadas estrangeiras foram convertidos para contravalores em euros, ao câmbio de 31 de dezembro de 2016.

As rubricas de Resultados do exercício foram convertidas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram refletidas na rubrica Reserva de conversão cambial no capital próprio.

As cotações utilizadas no exercício de 2016 e 2015, face ao Euro, foram as seguintes:

| | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Valorização/ (desvalorização) | | 31-12-2016 | 31-12-2015 | Valorização/ (desvalorização) |
|--------------------------|------------|------------|----------------------------------|---------------------------|------------|------------|----------------------------------|
| TND (dinar tunisino) | | | | DKK (coroa dinamarquesa) | | | |
| Câmbio médio do período | 2,3726 | 2,1761 | (9,03%) | Câmbio médio do período | 7,4448 | 7,4588 | 0,19% |
| Câmbio de fim do período | 2,4227 | 2,2116 | (9,55%) | Câmbio de fim do período | 7,4344 | 7,4626 | 0,38% |
| LBN (libra libanesa) | | | | HUF (florim húngaro) | | | |
| Câmbio médio do período | 1.668,70 | 1.672,60 | 0,23% | Câmbio médio do período | 311,3319 | 309,9458 | (0,45%) |
| Câmbio de fim do período | 1.589,10 | 1.641,20 | 3,17% | Câmbio de fim do período | 309,8300 | 315,9800 | 1,95% |
| USD (dólar americano) | | | | AUD (dólar australiano) | | | |
| Câmbio médio do período | 1,1042 | 1,1085 | 0,38% | Câmbio médio do período | 1,4841 | 1,4775 | (0,44%) |
| Câmbio de fim do período | 1,0541 | 1,0887 | 3,18% | Câmbio de fim do período | 1,4596 | 1,4897 | 2,02% |
| GBP (libra esterlina) | | | | MZM (metical moçambicano) | | | |
| Câmbio médio do período | 0,8228 | 0,7259 | (13,36%) | Câmbio médio do período | 70,1309 | 42,5652 | (64,76%) |
| Câmbio de fim do período | 0,8562 | 0,7340 | (16,65%) | Câmbio de fim do período | 75,1300 | 49,3400 | (52,27%) |
| PLN (złoti polaco) | | | | BRL (real brasileiro) | | | |
| Câmbio médio do período | 4,3653 | 4,1844 | (4,32%) | Câmbio médio do período | 3,8532 | 3,6959 | (4,26%) |
| Câmbio de fim do período | 4,4103 | 4,2639 | (3,43%) | Câmbio de fim do período | 3,4379 | 4,2493 | 19,09% |
| SEK (coroa sueca) | | | | MAD (Dirame marroquino) | | | |
| Câmbio médio do período | 9,4917 | 9,3530 | (1,48%) | Câmbio médio do período | 10,8694 | 10,8606 | (0,08%) |
| Câmbio de fim do período | 9,5525 | 9,1895 | (3,95%) | Câmbio de fim do período | 10,6160 | 10,8120 | 1,81% |
| CZK (coroa checa) | | | | NOK (coroa norueguesa) | | | |
| Câmbio médio do período | 27,0345 | 27,2804 | 0,90% | Câmbio médio do período | 9,2800 | 8,9516 | (3,67%) |
| Câmbio de fim do período | 27,0210 | 27,0230 | 0,01% | Câmbio de fim do período | 9,0863 | 9,6030 | 5,38% |
| CHF (franco suíço) | | | | AOA (Kwanza angolano) | | | |
| Câmbio médio do período | 1,0892 | 1,0690 | (1,89%) | Câmbio médio do período | 184,4824 | 135,5674 | (36,08%) |
| Câmbio de fim do período | 1,0739 | 1,0835 | 0,89% | Câmbio de fim do período | 178,3843 | 149,7158 | (19,15%) |
| TRY (lira turca) | | | | | | | |
| Câmbio médio do período | 3,3602 | 3,0275 | (10,99%) | | | | |
| Câmbio de fim do período | 3,7072 | 3,1765 | (16,71%) | | | | |

43. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

EMPRESAS INSTRUMENTAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

| Denominação Social | Sede | % direta e indireta do capital detido pela Semapa | | |
|---|------------|--|----------|--------|
| | | Direta | Indireta | Total |
| Empresa-mãe: | | | | |
| Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. | Lisboa | | | |
| Subsidiárias: | | | | |
| Seminv, SGPS, S.A. | Lisboa | 100,00 | - | 100,00 |
| Seinpart, SGPS, S.A. | Lisboa | 49,00 | 51,00 | 100,00 |
| Seinpar Investments, B.V. | Amesterdão | 100,00 | - | 100,00 |
| Semapa Inversiones S.L. | Madrid | 100,00 | - | 100,00 |
| Celcimo S.L. | Madrid | - | 100,00 | 100,00 |
| Inspiredplace, S.A. | Lisboa | 100,00 | - | 100,00 |

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS DO SUBGRUPO ETSA INCLUÍDAS NO CONSOLIDADO PELO MÉTODO INTEGRAL

| Denominação Social | Sede | % direta e indireta do capital detido na ETSA | | | % do capital efetivamente detido pela Semapa |
|--|---------|--|----------|--------|--|
| | | Direta | Indireta | Total | |
| Empresa-mãe: | | | | | |
| ETSA - Investimentos, SGPS, S.A. | Loures | 99,99 | - | 99,99 | 99,99 |
| Subsidiárias: | | | | | |
| ETSA LOG,S.A. | Loures | 100,00 | - | 100,00 | 99,99 |
| ABAPOR – Comércio e Industria de Carnes, S.A. | Coruche | 100,00 | - | 100,00 | 99,99 |
| SEBOL – Comércio e Industria de Sebo, S.A. | Loures | 100,00 | - | 100,00 | 99,99 |
| ITS – Indústria Transformadora de Subprodutos Animais, S.A. | Coruche | 100,00 | - | 100,00 | 99,99 |
| BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda. | Loures | 100,00 | - | 100,00 | 99,99 |
| AISIB – Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A. | Mérida | 100,00 | - | 100,00 | 99,99 |

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS DO SUBGRUPO NAVIGATOR INCLUÍDAS NO CONSOLIDADO PELO MÉTODO INTEGRAL

| Denominação Social | Sede | % direta e indireta do capital detido na The Navigator Company | | | % do capital efetivamente detido pela Semapa |
|--|---------------------|---|----------|--------|---|
| | | Direta | Indireta | Total | |
| Empresa-mãe: | | | | | |
| The Navigator Company, S.A. | Setúbal | 35,71 | 33,69 | 69,40 | 69,40 |
| Subsidiárias: | | | | | |
| Navigator Paper Figueira, S.A. | Figueira da Foz | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Parques Industriais, S.A. | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Products & Technology, S.A. | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, S.A. | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| About Balance - SGPS, S.A. | Lisboa | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Tissue Rodão, SA | Vila Velha de Ródão | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Tissue Cacia, S.A. | Aveiro | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Fine Paper , S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Internacional Holding SGPS, S.A. | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Portucel Moçambique - Sociedade de Desenvolvimento Florestal e Industrial, Lda | Moçambique | 20,05 | 60,15 | 80,20 | 55,66 |
| Portucel Florestal Brasil - Gestão de Participações, Lda | Brasil | 25,00 | 75,00 | 100,00 | 69,40 |
| Colombo Energy Inc. | EUA | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Portucel Finance, Zoo | Polónia | 25,00 | 75,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Africa, SRL | Itália | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Floresta, SGPS, S.A. | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra - Produção e Comercialização de Vinhos, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Gavião - Sociedade de Caça e Turismo, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Forest Portugal, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Afocelca - Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incêndios, ACE | Portugal | - | 64,80 | 64,80 | 44,97 |
| Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, S.A. | Palmela | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Atlantic Forests, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel | Aveiro | - | 94,00 | 94,00 | 65,24 |
| Bosques do Atlantico, SL | Espanha | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Pulp Holding ,SGPS, S.A. | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Pulp Figueira, S.A. | Figueira da Foz | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Pulp Setúbal, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Pulp Cacia, S.A. | Aveiro | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Portucel International GmbH | Alemanha | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Paper Holding ,SGPS, S.A. | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Cartolinas , S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| About the Future - Empresa Produtora de Papel, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Paper Setúbal, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Portucel Soporcel North America Inc. | EUA | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Sales & Marketing, S.A. | Bélgica | 25,00 | 75,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Lusa, Lda | Figueira da Foz | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Switzerland Ltd. | Suiça | 25,00 | 75,00 | 100,00 | 69,40 |
| PortucelSoporcel Afrique du Nord | Marrocos | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| PortucelSoporcel España, S.A. | Espanha | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Netherlands, BV | Holanda | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| PortucelSoporcel France, EURL | França | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Paper Company UK, Ltd | Reino Unido | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Italia, SRL | Itália | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| PortucelSoporcel Deutschland, GmbH | Alemanha | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Paper Austria, GmbH | Austria | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| PortucelSoporcel Poland SP Z o o | Polónia | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Eurasia | Turquia | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Rus Company, LLC | Russia | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Participações Holding ,SGPS, S.A. | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Portucel Florestal, S.A. | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 69,40 |
| Arboser – Serviços Agro-Industriais, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| EMA21 - Engenharia e Manutenção Industrial Século XXI, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Ema Cacia - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE | Aveiro | - | 91,15 | 91,15 | 63,26 |
| Ema Setúbal - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE | Setúbal | - | 92,56 | 92,56 | 64,24 |
| Ema Figueira da Foz- Engenharia e Manutenção Industrial, ACE | Figueira da Foz | - | 91,47 | 91,47 | 63,48 |
| Empremédia - Corretores de Seguros, S.A. | Lisboa | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| EucaliptusLand, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Headbox - Operação e Contolo Industrial, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Added Value, S.A. | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |
| Navigator Abastecimento de Madeira. ACE | Setúbal | - | 100,00 | 100,00 | 69,40 |

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS DO SUBGRUPO SECIL INCLUÍDAS NO CONSOLIDADO PELO MÉTODO INTEGRAL

| Denominação Social | Sede | % direta e indireta do capital detido na Secil | | | % do capital efetivamente detido pela Semapa |
|---|----------------|--|----------|--------|--|
| | | Direta | Indireta | Total | |
| Empresa-mãe: | | | | | |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | Setúbal | - | 99,998 | 99,998 | 99,998 |
| Subsidiárias | | | | | |
| Hewbol, S.G.P.S., Lda. | Funchal | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Somera Trading Inc. | Panamá | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda. | Praia | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda. | Praia | 37,50 | 25,00 | 62,50 | 62,499 |
| Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda. | Funchal | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Sociedade de Inertes, Lda | Nacala | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Seciment Investments, B.V. | Amesterdão | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| I3 Participações e Serviços, Ltda. | Rio de Janeiro | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda | Lisboa | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Silonor, S.A. | Dunkerque | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Société des Ciments de Gabés | Tunis | 98,72 | - | 98,72 | 98,716 |
| Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud | Tunis | - | 98,72 | 98,72 | 98,716 |
| Zarzis Béton | Tunis | - | 98,52 | 98,52 | 98,519 |
| Secil Angola, SARL | Luanda | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A. | Lobito | - | 51,00 | 51,00 | 50,999 |
| Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A. | Lisboa | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Britobetão - Central de Betão, Lda. | Évora | 9,00 | 91,00 | 100,00 | 99,998 |
| Secil Britas, S.A. | Lisboa | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Lusoinertes, S.A. | Lisboa | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A. | Leiria | 51,19 | 48,81 | 100,00 | 99,998 |
| IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A. | Santarém | - | 75,00 | 75,00 | 74,998 |
| Giminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. | Lisboa | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| ALLMA - Microalgas, Lda. | Leiria | - | 70,00 | 70,00 | 69,999 |
| Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A. | Lisboa | - | 99,37 | 99,37 | 99,368 |
| Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, S.A. | Lisboa | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Prescor Produção de Escórias Moídas, Lda. | Lisboa | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| NSOSPE - Empreendimentos e Participações, SA | Brasil | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Supremo Cimentos, SA | Brasil | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Margem - Companhia de Mineração, SA | Brasil | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Nacional Mineração e Engenharia S.A. | Brasil | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. | Leiria | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Ciments de Sibline, S.A.L. | Beirute | 28,64 | 22,41 | 51,05 | 51,049 |
| Soime, S.A.L. | Beirute | - | 51,05 | 51,05 | 51,049 |
| Cimentos Madeira, Lda. | Funchal | 57,14 | - | 57,14 | 57,142 |
| Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A. | Funchal | - | 57,14 | 57,14 | 57,142 |
| Promadeira - Sociedade Técnica de Construção da Ilha da Madeira, Lda. | Funchal | - | 57,14 | 57,14 | 57,142 |
| Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A. | Funchal | - | 57,14 | 57,14 | 57,142 |
| Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda. (a) | Funchal | - | 29,14 | 29,14 | 29,142 |
| Pedra Regional - Industria Transformadora de Rochas Ornamentais, S.A. | Funchal | - | 57,14 | 57,14 | 57,142 |
| Allmicroalgae Natural Products SA | Leiria | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Uniconcreto - Betão Pronto, S.A. | Lisboa | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Finlandimmo Holding BV (futura Secil Netherlands BV) | Holanda | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Secil Immo Netherlands BV | Holanda | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| Secil Cement BV | Holanda | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |
| SPB, SGPS, LDA (Ex. Secil Unicon) (b) | Setúbal | 100,00 | - | 100,00 | 99,998 |
| Secil Prébetão, S.A. (b) | Montijo | - | 100,00 | 100,00 | 99,998 |

(a) Sociedade detida em 51% pela Brimade, S.A. e portanto controlada pelo Grupo

(b) Empresas incluídas na consolidação a 1 de Julho de 2016

44. RECONCILIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO E DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO COM AS CONTAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Semapa, SGPS, SA são preparadas em conformidade com a totalidade das normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A reconciliação entre o capital próprio e o resultado líquido consolidado, do exercício de 2016 e 2015, apresenta-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Total do capital próprio - SNC | 885.608.645 | 838.806.193 |
| Reconhecimento dos subsídios ao investimento em Capital Próprio | (27.095.569) | (39.340.338) |
| Amortização de goodwill | 16.802.995 | - |
| Amortização de marcas | 7.622.308 | - |
| Diferença de justo valor em subsidiárias e aquisições/alienações a InC | (65.608.581) | (83.128.249) |
| Total do capital próprio - IFRS | 817.329.798 | 716.337.606 |

| Valores em Euros | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Resultado líquido - SNC | 89.520.903 | 235.960.575 |
| Diferença de justo valor em subsidiárias e alienações a InC | 916.606 | (159.668.162) |
| Amortização de goodwill | 16.802.995 | - |
| Amortização de marcas | 7.622.308 | - |
| Diferença de tratamento em instrumentos financeiros de cobertura | - | 5.237.629 |
| Resultado líquido - IFRS | 114.862.812 | 81.530.042 |

Salienta-se que, no exercício de 2016, tornou-se efetiva a alteração introduzida pelo SNC à NCRF 6 – Ativos Intangíveis e NCRF 14 – Concentração de atividades empresariais, normativo que, como referido, é seguido na preparação das Demonstrações Financeiras individuais da Semapa, tendo esta norma passado a obrigar à amortização anual do Goodwill e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida - marcas, facto que se traduz numa divergência de tratamento contabilístico entre o normativo IFRS e o SNC.

No exercício de 2015, o montante de Euros 159.668.162 apresentado na reconciliação do resultado líquido diz respeito ao ganho apurado na redução de participação na subsidiária Navigator em resultado da OPT descrita na Nota 1.2 o qual, dado tratar-se de uma transação com Interesses não controlados (InC), foi registado nas demonstrações financeiras consolidadas diretamente na rubrica Lucros retidos (Nota 27), sendo que o ganho apurado para efeitos das contas individuais da Semapa foi registado no resultado líquido, em conformidade com o preconizado nas normas IFRS e SNC, respetivamente

45. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

ALTERAÇÃO DO PERÍODO SOCIETÁRIO

Na Assembleia Geral extraordinária da Semapa, SGPS, SA que teve lugar no dia 30 de dezembro de 2016, foi deliberado alterar, com efeitos a partir do exercício de 2017, o período anual de prestação de contas para o período que decorrer entre o dia 1 de julho de cada ano e o dia 30 de junho do ano subsequente, fazendo-o coincidir com o respetivo período de tributação.

Conforme oportunamente divulgado, essa alteração foi deliberada pela Assembleia Geral por mera cautela, em virtude da necessidade de se obter esclarecimentos adicionais das autoridades competentes sobre a aplicação e modo de cumprimento pela Semapa da nova exigência legal de coincidência do período de tributação e do período societário introduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 2017.

Razão pela qual, nessa mesma deliberação, se deliberou a possível revogação daquela alteração pela Semapa caso esta viesse a obter os devidos esclarecimentos junto dessas autoridades quanto à aplicação dessa nova exigência.

Ora, a Semapa foi entretanto notificada pela AT, no passado dia 2 de Março de 2017, de que poderá cumprir essa exigência legal através da alteração do respetivo período de tributação, fazendo-o coincidir com um período de prestação de contas correspondente ao ano civil, e com efeitos a partir 1 de Janeiro de 2017.

AQUISIÇÃO DE ATIVOS PELA SUBSIDIÁRIA SECIL

No passado dia 27 de janeiro, a Secil celebrou um contrato com vista à aquisição de um conjunto de ativos em Espanha, atualmente detidos pelo grupo LafargeHolcim. Os ativos adquiridos consistem num terminal de cimento, duas pedreiras e treze centrais de betão-pronto localizados nas regiões espanholas das Astúrias, Galiza e Castela e Leão. Com esta aquisição, a Secil expande a sua atividade para uma nova geografia e aumenta as suas vendas de cimento a partir de Portugal. A concretização da transação encontra-se dependente da verificação de um conjunto de condições precedentes usuais em operações similares.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

VOGAIS:

João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco

José Miguel Pereira Gens Paredes

Paulo Miguel Garcês Ventura

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

António Pedro de Carvalho Viana Baptista

Carlos Eduardo Coelho Alves

Francisco José Melo e Castro Guedes

Manuel Custódio de Oliveira

Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

Vítor Paulo Paranhos Pereira

PARTE 4

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 4.088.476.350 euros e um total de capital próprio de 1.227.084.005 euros, incluindo um resultado líquido de 114.862.812 euros), a Demonstração dos resultados consolidados e a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Recuperabilidade do goodwill

Divulgações relacionadas com o goodwill apresentadas nas notas 1.10, 3.1 e 15 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2016 o goodwill reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Semapa ascende a 353 milhões de euros, alocados às seguintes unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC) do Grupo: cimento e derivados 193 milhões de euros, pasta e papel 123 milhões de euros e ambiente 36 milhões de euros.

Face aos montantes envolvidos, à complexidade do modelo de avaliação e ao elevado nível de julgamento, consubstanciado nos pressupostos utilizados para o cálculo de imparidade, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O cálculo do valor de uso requer a definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere à projeção dos cash-flows futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.

Os testes de imparidade realizados não revelaram perdas por imparidade no Goodwill afeto às referidas unidades geradoras de caixa.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, de entre outros, a avaliação da adequabilidade do modelo de imparidade utilizado pela Gestão e respetivos cálculos embutidos, a apreciação da razoabilidade dos pressupostos utilizados, bem como a reconciliação dos cash-flows futuros com o plano plurianual aprovado pela Comissão Executiva do Grupo. Recorremos aos nossos especialistas em Mercados de Capitais para nos auxiliarem na validação dos pressupostos e metodologias utilizadas no teste de imparidade anual.

Desafiámos a Gestão quanto à adequabilidade dos pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor de uso, nomeadamente a evolução das receitas, margem de EBITDA, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade. Avaliámos a taxa de desconto e a taxa de crescimento na perpetuidade por recurso a comparáveis e outra informação existente no mercado. Desenvolvemos, ainda, análises de sensibilidade aos principais pressupostos de modo a determinar qual o nível de variações que, individualmente ou no seu conjunto, poderiam originar perdas por imparidade no goodwill.

A atual situação política e económica no Brasil está a originar uma redução no consumo e no preço do cimento no mercado brasileiro, o que não beneficia a avaliação do risco-país. Neste contexto, a margem de segurança que existia entre o valor de uso e o valor contabilístico do investimento tem vindo a estreitar-se pelo que os nossos procedimentos de auditoria tiveram incidência particular sobre esta geografia.

Revimos igualmente a adequabilidade das divulgações associadas, em especial as que se referem às estimativas e pressupostos que apresentam maior sensibilidade no cálculo do valor de uso, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.

Recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida - marcas

Divulgações relacionadas com os ativos de vida útil indefinida apresentadas nas notas 1.6.2, 1.10, 3.1 e 16 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2016 o montante dos ativos de vida útil indefinida e correspondentes passivos por impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Semapa, ascendem a 278 milhões euros e 74 milhões de euros, respetivamente, e compreende as marcas identificadas no contexto do processo de aquisição do controlo do Grupo Navigator (152 milhões de euros) e do Grupo Secil (127 milhões de euros).

O Grupo recorre a avaliadores externos que, em conjunto com a Gestão, estabelecem um conjunto de estimativas e de pressupostos relevantes, que assentam em variáveis macroeconómicas e de mercado, nomeadamente para a definição dos cash-flows futuros, influência e força da marca, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.

Este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria pela complexidade e nível de julgamento associado ao modelo que é utilizado para avaliar eventuais imparidades.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, de entre outros, a avaliação da adequabilidade do modelo de avaliação elaborado por uma entidade externa e respetivos cálculos embutidos, a apreciação da razoabilidade da metodologia e pressupostos utilizados, bem como a reconciliação dos cash-flows futuros com o plano plurianual aprovado pela Comissão Executiva do Grupo. Procedemos, igualmente, ao enunciado na ISA 620 - Usar o trabalho de um perito do auditor.

Desafiámos a Gestão quanto à adequabilidade dos pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor de uso, nomeadamente a evolução das receitas, margem de EBITDA, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, bem como a entidade externa na que se refere à influência e força da marca. Avaliámos a razoabilidade da taxa de desconto e da taxa de crescimento na perpetuidade por recurso a comparáveis e outra informação existente no mercado.

Desenvolvemos, igualmente, análises de sensibilidade aos principais pressupostos de modo a determinar qual o nível de variações, que individualmente ou no seu conjunto, poderiam originar perdas por imparidade nas marcas.

Adicionalmente, comparámos as estimativas e os pressupostos mais significativos com o desempenho passado e com as projeções económicas das geografias das UGC's do Grupo onde existe menor margem de segurança face ao respetivo valor contabilístico, nomeadamente a marca de Cimento – Ciments de Sibline, a qual já tinha originado o reconhecimento de uma perda por imparidade no exercício de 2015 no montante de 11 milhões de euros (tendo esta sido parcialmente revertida no exercício de 2016 no montante de 5,2 milhões de euros), bem como a marca de Cimento - Supremo Cimentos, a qual originou o reconhecimento de uma perda por imparidade no corrente exercício no montante de 5 milhões de euros.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Revimos a adequabilidade das divulgações, em especial, as que se referem às estimativas e pressupostos que apresentam maior sensibilidade no cálculo do valor de uso, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.

Recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis

Divulgações relacionadas com os ativos fixos tangíveis apresentadas nas notas 1.8, 1.10 e 17 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2016 o montante de ativos fixos tangíveis reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Semapa ascende a 2.313 mil milhões de euros.

A expressão dos montantes em causa e o grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis, que requer a definição de estimativas e pressupostos complexos por parte da Gestão, nomeadamente no que diz respeito ao apuramento do valor de uso no âmbito dos testes de imparidade às UGC's do Grupo, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, entre outros, a apreciação da adequabilidade do modelo de suporte e razoabilidade dos pressupostos utilizados na determinação do valor de uso dos ativos fixos tangíveis, bem como dos respetivos cálculos embutidos no âmbito dos testes de imparidade às unidades geradoras de caixa do Grupo Semapa nos termos da IAS 36 – Imparidade de ativos.

A atual situação política e económica no Brasil e em Moçambique não se encontra a beneficiar as avaliações do risco-país, originando uma maior necessidade de reavaliar a valorização dos investimentos realizados nestas localizações. Neste contexto, a margem de segurança que existia entre o valor escriturado e o valor recuperável dos referidos investimentos tem vindo a estreitar-se pelo que os nossos procedimentos de auditoria tiveram incidência particular sobre os ativos destas geografias.

Em resultado da análise da recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis do Grupo, realizada no presente exercício, foi reconhecida uma perda por imparidade, sobre o investimento em Moçambique, no montante de 46 milhões de euros.

A adequabilidade das divulgações apresentadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a respeito dos ativos fixos tangíveis foi igualmente verificada, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.

Matérias relevantes de auditoria

Justo valor dos ativos biológicos

Divulgações relacionadas com os ativos biológicos apresentadas nas notas 1.11, 3.4 e 18 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2016 o montante de ativos biológicos reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Navigator, constituídos essencialmente por eucaliptos, ascende a 125,6 milhões de euros, dos quais 118,2 milhões de euros relativos a ativos localizados em Portugal e 7,4 milhões de euros em Moçambique.

A expressão dos montantes em causa e o elevado grau de julgamento inerente aos pressupostos utilizados no modelo desenvolvido internamente para a avaliação dos ativos biológicos justificam que esta tenha sido uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria. O cálculo do justo valor requer a definição de estimativas e pressupostos por parte da Gestão que assentam em previsões económicas e de mercado, nomeadamente a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, o valor das rendas dos terrenos próprios e arrendados, os custos de chegada e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto.

Síntese da abordagem de auditoria

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos, incluíram, entre outros, a apreciação da adequabilidade do modelo, desenvolvido internamente, e razoabilidade dos pressupostos utilizados, bem como dos respetivos cálculos incorporados para determinação do justo valor e a sua conformidade com o disposto na IAS 41 – Agricultura.

Desafiámos a Gestão quanto à razoabilidade dos pressupostos mais sensíveis para a determinação do justo valor dos ativos biológicos, nomeadamente o preço de venda da madeira e os custos de diferentes naturezas incorporados no modelo, bem como a taxa utilizada para descontar os fluxos de caixa apurados.

Adicionalmente, procedemos à realização de testes especificamente direcionados para a validação da razoabilidade desses pressupostos. Recorremos aos nossos especialistas de Mercados de Capitais para avaliar a razoabilidade da taxa de desconto e procedemos à validação substantiva da informação histórica de base à construção dos preços *spot* e de tendência incorporados no modelo. Comparámos, igualmente, informação estimada com o desempenho real, nomeadamente ao nível dos custos de estrutura, transporte, exploração e rendas tendo igualmente avaliado a consistência e a evolução dos modelos de silvicultura previstos face aos períodos anteriores. Para efeitos da validação das áreas florestais sob gestão do Grupo, obtivemos relatórios independentes de inventariação de talhões, tendo procedido à apreciação dos mesmos em conformidade com o preconizado na ISA 620 - Usar o trabalho de um perito do auditor.

Efetuámos, igualmente, análises de sensibilidade de forma a aferir os potenciais impactos no justo valor decorrentes de alterações ao preço e à taxa de desconto.

Revimos, ainda, a adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, nomeadamente no que diz respeito às estimativas e pressupostos incorporados no modelo, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.

Impostos e matérias fiscais

Divulgações relacionadas com impostos e provisões apresentadas nas notas 1.14, 1.21, 3.2, 11 e 30 das demonstrações financeiras consolidadas.

A dimensão e estrutura do Grupo Semapa e a dispersão da sua atividade operacional por diversas localizações sujeitas a diferentes enquadramentos fiscais, gera necessariamente um acréscimo na complexidade do registo dos impostos nas demonstrações financeiras do Grupo. A Gestão monitoriza o risco fiscal inerente à dispersão geográfica numa esfera local e corporativa.

Dependendo do parecer expresso pelos assessores jurídicos e fiscais e do julgamento efetuado pela Gestão relativamente a matérias fiscais, fonte de eventuais divergências com a Administração Tributária, são reconhecidos passivos ou divulgados passivos contingentes nas demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do enunciado no IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Adicionalmente, existem processos fiscais divulgados pelo Grupo como ativos contingentes à luz do referido normativo, os quais se encontram pendentes de decisão por parte de entidades externas.

A complexidade e o grau de julgamento inerente às matérias fiscais em questão, bem como o nível de incerteza associado ao respetivo desfecho, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2016 o montante de provisões relacionadas com impostos e matérias fiscais apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Semapa ascende a 27,6 milhões de euros. Tendo em consideração os desenvolvimentos ocorridos durante o exercício de 2016, foi registado um ganho em imposto sobre o rendimento, referente a estas provisões, de cerca de 30 milhões de euros. Adicionalmente, encontram-se divulgados ativos contingentes relacionados com matérias fiscais no montante de 30 milhões de euros.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos abrangendo as provisões e as contingências fiscais incluíram, de entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os procedimentos adotados pelo Grupo para efeitos de identificação e avaliação das contingências fiscais, o levantamento da totalidade das situações geradoras de possíveis contingências fiscais à data de relato financeiro, a compreensão da sua natureza, a avaliação da informação constante nos pareceres dos assessores jurídicos e fiscais do Grupo e nas comunicações havidas entre o Grupo e a Autoridade Tributária. Desafiámos igualmente a Gestão e os responsáveis pela área legal e fiscal sobre as estimativas, julgamentos e decisões tomadas de forma a avaliarmos a adequabilidade da categorização das probabilidades de desfecho das matérias fiscais à luz do IAS 37.

Verificámos, ainda, a adequabilidade das divulgações apresentadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. pela primeira vez por deliberação da mesa da assembleia geral de acionistas de 8 de agosto de 2005, até ao final do mandato em curso à data, compreendido entre 2003 e 2005. A referida deliberação foi posteriormente ratificada em assembleia geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2006, tendo sido nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2006 e 2009, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de maio de 2014 para o mandato compreendido entre 2014 e 2017.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 21 de abril de 2017.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

21 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Contas Consolidadas**

Exercício de 2016

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2016 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Directores da Sociedade. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiamos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparamos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciamos a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, que merecem o nosso acordo.
4. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.
5. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
 - a) a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração da posição financeira consolidada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações aos capitais próprios consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma

16

16

correcta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;

c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.

d) O Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

6. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:

a) seja aprovado o Relatório de Gestão;

b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

7. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da empresa.

Lisboa, 21 de Abril de 2017

O Presidente do Conselho Fiscal,



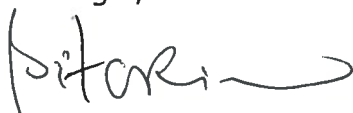
Miguel Camargo de Sousa Eiró

O Vogal,



Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

O Vogal,



José Manuel Oliveira Vitorino

PARTE 5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

| Valores em Euros | Notas | 2016 | 2015 |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| RENDIMENTOS E GASTOS | | | |
| Vendas e serviços prestados | 5 | 12 030 773 | 10 840 690 |
| Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 6 | 111 349 028 | 278 862 657 |
| Fornecimentos e serviços externos | 7 | (3 041 258) | (3 377 134) |
| Gastos com o pessoal | 8 | (8 846 936) | (11 917 694) |
| Provisões [aumentos/(reduções)] | 9 | - | (2 632 589) |
| Aumentos / (reduções) de justo valor | 10 | (61 457) | (7 240 176) |
| Outros rendimentos | 11 | 20 887 | 1 272 |
| Outros gastos | 11 | (438 740) | (439 721) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 111 012 297 | 264 097 305 |
| (Gastos) / reversões de depreciação e amortização | 12 | (8 786 590) | (225 492) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 102 225 707 | 263 871 813 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 13 | 1 355 767 | 2 238 108 |
| Juros e gastos similares suportados | 13 | (16 976 667) | (31 027 720) |
| Resultado antes de impostos | | 86 604 807 | 235 082 201 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 14 | 2 916 096 | 878 374 |
| Resultado líquido do exercício | | 89 520 903 | 235 960 575 |
| Resultados por acção | | | |
| Resultados básicos por acção, Eur | 15 | 1,11 | 2,46 |
| Resultados diluídos por acção, Eur | 15 | 1,11 | 2,46 |

BALANÇO INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

| Valores em Euros | Notas | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 16 | 670 143 | 801 090 |
| Goodwill | 17 | 215 102 802 | 223 692 546 |
| Participações financeiras - método da equivalência patrimonial | 6 | 1 361 957 920 | 1 226 573 677 |
| Outros investimentos financeiros | | 8 337 | 4 233 |
| | | 1 577 739 202 | 1 451 071 546 |
| Ativo corrente | | | |
| Estado e outros entes públicos | 18 | 10 333 247 | - |
| Outros créditos a receber | 19 | 9 864 361 | 36 139 492 |
| Diferimentos | 20 | 190 187 | 81 120 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 21 | - | 294 710 |
| Outros ativos financeiros | 22 | 3 541 616 | 5 186 474 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 44 186 | 31 125 |
| | | 23 973 597 | 41 732 921 |
| Total do ativo | | 1 601 712 799 | 1 492 804 467 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital subscrito | 23 | 81 270 000 | 81 645 523 |
| Ações próprias | 23 | (6 036 401) | (53 116) |
| Prémios de emissão | 24 | - | 3 923 459 |
| Reservas legais | 24 | 16 695 625 | 23 666 489 |
| Outras reservas | 24 | 767 452 353 | 554 130 419 |
| Resultados transitados | 24 | 6 232 850 | 3 025 331 |
| Ajustamentos em ativos financeiros | 24 | (69 526 685) | (71 517 929) |
| Outras variações no capital próprio | 24 | - | (1 384 625) |
| | | 796 087 742 | 593 435 551 |
| Resultado líquido do exercício | | 89 520 903 | 235 960 575 |
| Total do capital próprio | | 885 608 645 | 829 396 126 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 9 | 12 800 000 | 12 800 000 |
| Financiamentos obtidos | 25 | 639 291 053 | 272 068 365 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 26 | 1 232 653 | 1 296 605 |
| Passivos por impostos diferidos | 27 | 1 112 988 | 981 732 |
| | | 654 436 694 | 287 146 702 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 28 | 72 034 | 65 789 |
| Estado e outros entes públicos | 18 | 706 742 | 2 057 217 |
| Financiamentos obtidos | 25 | 48 383 018 | 357 896 166 |
| Outras dívidas a pagar | 29 | 12 505 666 | 16 234 095 |
| Diferimentos | 20 | - | 8 372 |
| | | 61 667 460 | 376 261 639 |
| Total do passivo | | 716 104 154 | 663 408 341 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 1 601 712 799 | 1 492 804 467 |

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

| Valores em Euros | Notas | Capital subscrito | Ações próprias | Prémios de emissão | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Ajustamentos em ativos financeiros | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do exercício | Total do Capital Próprio |
|---|-----------|----------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|---------------------------|--|---|--------------------------------------|--------------------------------|
| Capital próprio em 1 de janeiro de 2015 | 1 | 118 332 445 | (108 444 835) | 3 923 459 | 23 666 489 | 1 000 223 596 | (78 037 726) | (31 951 021) | (27 451 644) | 112 508 253 | 1 012 769 016 |
| Alterações no exercício | | | | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | | - | - | - | - | - | - | - | (2 422 749) | - | (2 422 749) |
| Reciclagem das diferenças de conversão de demonstrações financeiras para resultado do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | 19 331 364 | - | 19 331 364 |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustamento de partes de capital em subsidiárias | | - | - | - | - | - | - | (38 378 380) | - | - | (38 378 380) |
| Variação de justo valor em instrumentos financeiros derivados | | - | - | - | - | - | - | - | 3 599 082 | - | 3 599 082 |
| Reciclagem do justo valor em instrumentos financeiros derivados para resultado do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | 5 559 322 | - | 5 559 322 |
| Transferência para reservas e resultados transitados | | - | - | - | - | (8 071 252) | 78 037 727 | - | - | (69 966 475) | - |
| Outros movimentos | | - | - | - | - | - | 1 188 528 | (1 188 528) | - | - | - |
| Resultado líquido do exercício | 2 | - | - | - | - | (8 071 252) | 79 226 255 | (39 566 908) | 26 067 019 | (69 966 475) | (12 311 361) |
| Resultado integral | 3 | - | - | - | - | - | - | - | - | 235 960 575 | 235 960 575 |
| | 4=2+3 | - | - | - | - | - | - | - | - | 165 994 100 | 223 649 214 |
| Operações com detentores de capital no exercício | | | | | | | | | | | |
| Reduções de capital | | (36 686 922) | 413 478 852 | - | - | (376 791 930) | - | - | - | - | - |
| Aquisição de ações próprias | | - | (305 087 133) | - | - | - | (765 800) | - | - | - | (305 852 933) |
| Distribuições | | - | - | - | - | (61 229 995) | - | - | - | (39 939 176) | (101 169 171) |
| Outras operações | | - | - | - | - | - | 2 602 602 | - | - | (2 602 602) | - |
| | 5 | (36 686 922) | 108 391 719 | - | - | (438 021 925) | 1 836 802 | - | - | (42 541 778) | (407 022 104) |
| Capital próprio em 31 de dezembro de 2015 | 6=1+2+3+5 | 81 645 523 | (53 116) | 3 923 459 | 23 666 489 | 554 130 419 | 3 025 331 | (71 517 929) | (1 384 625) | 235 960 575 | 829 396 126 |
| Alterações no exercício | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustamento de partes de capital em subsidiárias | 24 | - | - | - | - | - | - | 1 991 244 | - | - | 1 991 244 |
| Variação de justo valor em instrumentos financeiros derivados | 30 | - | - | - | - | - | - | - | 1 134 955 | - | 1 134 955 |
| Reciclagem do justo valor em instrumentos financeiros derivados para resultado do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | 249 670 | - | 249 670 |
| Transferência para reservas e resultados transitados | 24 | - | - | - | - | 205 274 392 | - | - | - | (205 274 392) | - |
| | 7 | - | - | - | - | 205 274 392 | - | 1 991 244 | 1 384 625 | (205 274 392) | 3 375 869 |
| Resultado líquido do exercício | 8 | - | - | - | - | - | - | - | - | 89 520 903 | 89 520 903 |
| Resultado integral | 9=7+8 | - | - | - | - | - | - | - | - | (115 753 489) | 92 896 772 |
| Operações com detentores de capital no exercício | | | | | | | | | | | |
| Realizações de capital | | 35 758 800 | - | (3 923 459) | (6 970 864) | (24 864 477) | - | - | - | - | - |
| Reduções de capital | | (35 758 800) | - | - | - | 35 758 800 | - | - | - | - | - |
| Aquisição de ações próprias | | - | (9 959 889) | - | - | - | - | - | - | - | (9 959 889) |
| Extinção de ações próprias | | (375 523) | 3 976 604 | - | - | (3 601 081) | - | - | - | - | - |
| Distribuições | 24 | - | - | - | - | 11 820 | - | - | - | (26 736 183) | (26 724 363) |
| Outras operações | | - | - | - | - | 742 480 | 3 207 519 | - | - | (3 950 000) | (1) |
| | 10 | (375 523) | (5 983 285) | (3 923 459) | (6 970 864) | 8 047 542 | 3 207 519 | - | - | (30 686 183) | (36 684 253) |
| Capital próprio em 31 de dezembro de 2016 | 6+7+8+10 | 81 270 000 | (6 036 401) | - | 16 695 625 | 767 452 353 | 6 232 850 | (69 526 685) | - | 89 520 903 | 885 608 645 |

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

| Valores em Euros | Notas | 2016 | 2015 |
|---|-------|---------------------|----------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO | | | |
| Pagamentos a fornecedores | | (8 651 553) | (4 909 090) |
| Pagamentos ao pessoal | | (8 876 848) | (7 924 106) |
| Caixa gerada pelas operações | | (17 528 401) | (12 833 196) |
| (Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento | | (19 034 980) | (1 591 418) |
| Outros recebimentos/(pagamentos) | | 20 882 330 | 46 269 454 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | (15 681 051) | 31 844 840 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | (33 887) | (1 757) |
| Investimentos financeiros | | (140 000 000) | (45 526 337) |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | - | 100 |
| Investimentos financeiros | 6 | 87 769 092 | 211 284 229 |
| Juros e rendimentos similares | | 1 442 967 | 94 127 |
| Dividendos | 6 | 60 706 029 | 193 886 680 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | 9 884 201 | 359 737 042 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 2 470 204 313 | 3 090 444 084 |
| Outras operações de financiamento | | 3 000 000 | 5 801 700 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | (2 412 619 919) | (3 341 560 629) |
| Juros e gastos similares | | (18 074 932) | (42 614 993) |
| Dividendos | 24 | (26 724 363) | (101 169 171) |
| Compra de ações próprias | 23 | (9 959 889) | - |
| Outras operações de financiamento | | (15 000) | (2 758 700) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | 5 810 210 | (391 857 709) |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3) | | 13 360 | (275 827) |
| EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO | | (299) | - |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO | 4 | 31 125 | 306 952 |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO | 4 | 44 186 | 31 125 |

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

| | | |
|------------|---|------------|
| 1. | IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA | 251 |
| 2. | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 251 |
| 3. | RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS | 252 |
| 3.1 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | 252 |
| 3.2 | GOODWILL | 252 |
| 3.3 | PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL | 253 |
| 3.4 | IMPARIIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES | 254 |
| 3.5 | ATIVOS FINANCEIROS | 254 |
| 3.6 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS | 255 |
| 3.7 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO | 255 |
| 3.8 | OUTRAS CONTAS A RECEBER | 256 |
| 3.9 | CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS | 256 |
| 3.10 | CAPITAL SUBSCRITO E AÇÕES PRÓPRIAS | 256 |
| 3.11 | FINANCIAMENTOS OBTIDOS | 257 |
| 3.12 | ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS | 257 |
| 3.13 | PROVISÕES | 257 |
| 3.14 | BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS | 257 |
| 3.15 | DÍVIDAS A PAGAR CORRENTES | 258 |
| 3.16 | LOCAÇÕES OPERACIONAIS | 258 |
| 3.17 | DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS | 258 |
| 3.18 | RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO | 258 |
| 3.19 | ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES | 259 |
| 3.20 | EVENTOS SUBSEQUENTES | 259 |
| 3.21 | GESTÃO DO RISCO | 259 |
| 3.21.1 | FATORES DO RISCO FINANCEIRO | 259 |
| 3.21.2 | FATORES DE RISCO OPERACIONAL | 261 |
| 3.22 | ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES | 261 |
| 3.22.1 | VIDA ÚTIL DO GOODWILL | 261 |
| 3.22.2 | PRESSUPOSTOS ATUARIAIS | 262 |
| 4. | CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS | 262 |
| 5. | VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS | 262 |
| 6. | PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL | 262 |
| 7. | FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS | 264 |
| 8. | GASTOS COM O PESSOAL | 264 |
| 9. | PROVISÕES | 265 |
| 10. | AUMENTOS/ (REDUÇÕES) DE JUSTO VALOR | 265 |
| 11. | OUTROS RENDIMENTOS E OUTROS GASTOS | 266 |
| 12. | (GASTOS)/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO | 266 |
| 13. | RESULTADOS FINANCEIROS | 267 |
| 14. | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO | 267 |
| 15. | RESULTADOS POR AÇÃO | 269 |
| 16. | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | 269 |
| 17. | GOODWILL | 270 |
| 18. | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS | 270 |
| 19. | OUTROS CRÉDITOS A RECEBER | 271 |
| 20. | DIFERIMENTOS | 272 |
| 21. | | 272 |
| 22. | ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO | 272 |
| 23. | OUTROS ATIVOS FINANCEIROS | 272 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 24. | CAPITAL SUBSCRITO E AÇÕES PRÓPRIAS | 272 |
| 25. | RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO | 273 |
| 26. | FINANCIAMENTOS OBTIDOS..... | 275 |
| 27. | BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO | 278 |
| 28. | IMPOSTOS DIFERIDOS | 278 |
| 29. | FORNECEDORES | 279 |
| 30. | OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR | 279 |
| 31. | INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS..... | 280 |
| 32. | SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | 281 |
| 33. | GASTOS SUPOSTADOS COM AUDITORIA E REVISÃO LEGAL DE CONTAS | 285 |
| 34. | RECONCILIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS E RESULTADO LÍQUIDO | 285 |
| 35. | EVENTOS SUBSEQUENTES..... | 286 |

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

DESIGNAÇÃO: Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

SEDE SOCIAL: Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10º Piso, Lisboa

CAPITAL SOCIAL: Euros 81.270.000

N.I.P.C.: 502 593 130

A Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ("Empresa") foi constituída em 21 de junho de 1991 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, nomeadamente nos setores da produção de cimento e derivados, de pasta e de papel e ambiente, através das suas participadas Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., The Navigator Company, S.A. e ETSA Investimentos, SGPS, S.A..

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2017.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e as respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e do consequente Aviso n.º 8256/2015 do Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho de 2015, foram introduzidas alterações ao Sistema de Normalização Contabilística as quais são de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2016. Em virtude destas alterações, nomeadamente a determinação de amortização do Goodwill e dos ativos sem vida útil definida, as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não são diretamente comparáveis.

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa. A Empresa preparou também demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), as quais refletem em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativamente às demonstrações financeiras individuais, as seguintes diferenças:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|---------------|---------------|
| Total do ativo | 2 486 763 551 | 2 574 741 560 |
| Total do passivo | 2 145 288 191 | 2 272 964 037 |
| Total do capital próprio (antes de interesses não controlados) | (68 278 847) | (113 058 522) |
| Réditos totais | 2 062 584 170 | 2 121 495 000 |

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 16).

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sobre o custo, sendo utilizado o método das quotas constantes, aplicando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

| | ANOS MÉDIOS DE VIDA ÚTIL |
|--------------------------------|-----------------------------|
| Edifícios e outras construções | 8 – 10 |
| Equipamentos: | |
| Equipamento administrativo | 3 - 10 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 8 - 10 |

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.4).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos gastos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos ou outros gastos (operacionais).

3.2 GOODWILL

O *Goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição (Nota 17).

O *Goodwill* é amortizado no período da sua vida útil, apurada em função de especificidade de cada segmento de negócio e encontra-se sujeito a testes por imparidade sempre que existam indícios para tal. As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *Goodwill* correspondente.

A vida útil do *Goodwill* estimada pela Semapa varia entre os 20 e os 28 anos e foi determinada tendo em consideração a média ponderada das vidas úteis remanescentes dos principais ativos líquidos das unidades geradoras de caixa que são as subsidiárias.

3.3 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A rubrica “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” inclui os investimentos numa participada na qual a Empresa exerce controlo (o que ocorre quando a Empresa controla direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detém o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) ou influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As participações financeiras são relevadas ao método da equivalência patrimonial, subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada (Nota 6).

SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Empresa detém o controlo sobre outra entidade. Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *Goodwill*. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão, à exceção do *Goodwill*.

Quando a participação da Empresa nas perdas da subsidiária iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, a Empresa deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transações com as subsidiárias são eliminados na extensão da participação da Empresa nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa. O *Goodwill* registado nas demonstrações financeiras das subsidiárias é amortizado durante as suas vidas úteis estimadas, que variam entre os 19 e os 41 anos. Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas (por exemplo as marcas) são amortizados num período máximo de 10 anos.

Os investimentos em subsidiárias encontram-se detalhados na Nota 6.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas por imparidade do *Goodwill* – ver Nota 3.2).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como rendimento operacional. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

3.5 ATIVOS FINANCEIROS

A Empresa classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: Ao custo amortizado e ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecida na demonstração dos resultados. A classificação depende do objetivo na aquisição do investimento. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e sendo essa classificação reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago e a pagar, incluindo despesas de transação. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Os empréstimos concedidos e créditos a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos ativos correntes, exceto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data do Balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os empréstimos concedidos e créditos a receber são incluídos no balanço, nas rubricas “Outros ativos financeiros” e “Outros créditos a receber” correntes.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido principalmente com o objetivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores e cujo justo valor possa ser mensurado de forma fiável. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

A Empresa avalia, em cada data de balanço, se há uma evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos ativos financeiros detidos para negociação, a perda é calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente e reconhecida no resultado do exercício.

3.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A Empresa utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, há uma parte dos mesmos que não se qualifica como cobertura contabilística. Os instrumentos derivados são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas no capital próprio ou na demonstração dos resultados, conforme sejam eficazes ou não na cobertura contabilística.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de “Valores a receber correntes” e de “Valores a pagar correntes”.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

3.7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A partir do exercício com início em 1 de janeiro de 2006, a Empresa é tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), constituído pelas empresas em que detém participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC, o qual integrou até 30 de junho de 2015, as participadas The Navigator Company, S.A., Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e ETSA Investimentos, SGPS, S.A. e respetivas subsidiárias que cumprem com as referidas condições.

Com referência a 1 de julho de 2015, todas as empresas que integram o grupo fiscal do qual a Semapa é sociedade dominante alteraram o seu período de tributação, o qual até então correspondia ao período contabilístico e ano civil, para o período que se inicia em 1 de julho de cada ano e termina em 30 de junho do ano seguinte.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são no entanto reconhecidas como devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um proveito na sociedade dominante.

Os ganhos e perdas imputados de empresas subsidiária, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidos, respetivamente, ao resultado do exercício, para apuramento da matéria coletável.

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de balanço (Nota 14).

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os outros valores a receber correntes inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente contabilizados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 19).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

3.9 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor (Nota 4).

3.10 CAPITAL SUBSCRITO E AÇÕES PRÓPRIAS

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 23).

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Ações próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas.

Quando alguma empresa subsidiária adquire ações da empresa-mãe (ações próprias) o pagamento, que inclui os gastos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais ações são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de gastos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

3.11 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de gastos de transação incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço (Nota 25).

3.12 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como gastos de financiamento, de acordo com o regime de acréscimo (Nota 13).

Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda uma ano) ou produção de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Qualquer rendimento diretamente relacionado com um investimento específico é deduzido ao custo do referido ativo.

3.13 PROVISÕES

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 9).

3.14 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS

PLANOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma são registadas de acordo com os critérios consagrados pela NCRF 28.

De acordo com a NCRF 28, as empresas com planos de pensões reconhecem os gastos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos beneficiários. Deste modo a responsabilidade total da Semapa é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projetadas.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no balanço e os gastos com pensões são registados na rubrica “Gastos com o pessoal”. Os desvios atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efetivamente ocorreu são reconhecidos diretamente em capitais próprios, na rubrica “Resultados transitados” (Nota 24), bem como os impactos decorrentes da alteração de pressupostos.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontrem a ser pagos ou se encontrem vencidos.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, na rubrica “Responsabilidades benefícios pós-emprego”, no passivo não corrente.

Os desvios atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efetivamente ocorreu (bem como de alterações efetuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos ativos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, diretamente em capitais próprios (Nota 26).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS E PRÊMIOS

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o Sistema de Gestão de Desempenho, os trabalhadores têm possibilidade de receber uma gratificação no caso de cumprirem os objetivos definidos anualmente.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

3.15 DÍVIDAS A PAGAR CORRENTES

Os saldos de fornecedores e outras dívidas a pagar correntes são registados pelo seu valor nominal, i.e., ao custo.

3.16 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a Empresa locatária, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais são registados como gastos na demonstração dos resultados durante o período da locação.

3.17 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no exercício em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

3.18 RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração individual dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo regime contabilístico do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas Outros créditos a receber correntes e Outras dívidas a pagar correntes (Notas 19 e 29 respetivamente).

3.19 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.20 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras individuais.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras individuais, se materiais.

3.21 GESTÃO DO RISCO

3.21.1 FATORES DO RISCO FINANCEIRO

Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash-flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash-flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à holding dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash-flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respetivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

A Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua performance financeira. A gestão do risco é conduzida pela Direção Financeira de acordo com a política aprovada pela Administração. Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo de riscos da atividade da sociedade.

RISCO CAMBIAL

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas pode afetar significativamente as receitas da Semapa, principalmente através das suas subsidiárias.

RISCO DE TAXA DE JURO

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, a Semapa procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, nomeadamente *collars* de taxa de juro. Na seleção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspetos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

A Semapa, na sua gestão da exposição às taxas de juro, apenas realiza cobertura de fluxos de caixa. Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/Perdas por aumentos/reduções de justo valor em instrumentos financeiros em resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada diretamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

O custo da dívida financeira contraída pela Semapa está, maioritariamente, indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afetar os resultados da Empresa. Nos casos em que a Administração considera adequado, a Semapa recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objetivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros.

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- 1 Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- 2 Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- 3 Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- 4 Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

RISCO DE LIQUIDEZ

A Semapa gere o risco de liquidez por duas vias: (i) garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde as suas subsidiárias exercem a sua atividade, e (ii) através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

3.21.2 FATORES DE RISCO OPERACIONAL

Os fatores de risco operacional encontram-se essencialmente ao nível das empresas subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas e são os seguintes:

- Abastecimento de matérias-primas
- Preço de venda
- Procura dos produtos das empresas
- Concorrência
- Legislação ambiental
- Gastos energéticos
- Gastos de contexto

3.22 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e *Goodwill*; ii) análises de imparidade, nomeadamente do *Goodwill* e de contas a receber, e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

3.22.1 VIDA ÚTIL DO GOODWILL

A Semapa testa para efeitos de análise de imparidade do *Goodwill* que regista no seu Balanço conforme a política contabilística indicada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso ou do justo valor deduzido dos custos de vender. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e pressupostos que em caso de alteração podem ter impacto na quantia recuperável estimada. A vida útil do *Goodwill* é apurada com base na vida útil remanescente estimada dos principais ativos líquidos operacionais das subsidiárias.

3.22.2 PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos atuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica Caixa e depósitos bancários tinha a seguinte composição:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|---------------|---------------|
| Numerário | 4 082 | 4 426 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 40 104 | 26 699 |
| | 44 186 | 31 125 |

5. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nos montantes de Euros 12.030.773 e Euros 10.840.690, respetivamente, referem-se a serviços prestados pela Semapa às suas subsidiárias nas áreas financeira, contabilística, fiscal e informática, entre outras, e foram integralmente realizadas no mercado interno (Nota 31).

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os investimentos em participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial em balanço tinham a seguinte composição:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|--|------------|----------------------|---------------------------------------|----------------------|------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| | % detida | Participação | Share premium e Prestações acessórias | Total | % detida | Participação | Share premium | Total |
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | 99,99% | 63 102 652 | - | 63 102 652 | 99,99% | 62 511 166 | - | 62 511 166 |
| Inspiredplace, S.A. | 100,00% | 43 139 | - | 43 139 | 100,00% | 44 151 | - | 44 151 |
| The Navigator Company, S.A. | 35,71% | 382 760 040 | - | 382 760 040 | 35,71% | 383 233 648 | - | 383 233 648 |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | 100,00% | 334 596 402 | 140 000 000 | 474 596 402 | 100,00% | 334 716 607 | - | 334 716 607 |
| Seinpar Investments, B.V. | 100,00% | 327 755 854 | 111 493 500 | 439 249 354 | 100,00% | 275 106 173 | 168 743 500 | 443 849 673 |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | 49,00% | 25 053 | - | 25 053 | 49,00% | 25 834 | - | 25 834 |
| Semapa Inversiones, S.L. | 100,00% | 166 349 | - | 166 349 | 100,00% | 175 069 | - | 175 069 |
| Seminv - Investimentos, SGPS, S.A. | 100,00% | 2 014 931 | - | 2 014 931 | 100,00% | 2 017 529 | - | 2 017 529 |
| | | 1 110 464 420 | 251 493 500 | 1 361 957 920 | | 1 057 830 177 | 168 743 500 | 1 226 573 677 |

O movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Saldo inicial | 1 226 573 677 | 1 650 369 364 |
| Constituições e aumentos de capital | - | 45 434 374 |
| Diferença de conversão cambial | - | (2 422 749) |
| Alienações | - | (205 423 743) |
| Resultado líquido apropriado | 111 349 028 | 119 194 491 |
| Dividendos atribuídos | (60 706 029) | (193 886 680) |
| Prestações acessórias | 140 000 000 | - |
| Reembolso de: | | |
| Share premium | (57 250 000) | (148 313 000) |
| Ajustamento de partes de capital | 1 991 244 | (38 378 380) |
| Saldo final | 1 361 957 920 | 1 226 573 677 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Semapa procedeu a prestações acessórias de capital na subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., no montante total de Euros 140.000.000. Estas prestações acessórias não vencem juros.

No exercício de 2016 os resultados líquidos apropriados de subsidiárias encontram-se afetados pelo seguinte:

| Valores em Euros | Amortização do Goodwill | Vida útil definida | Racional da amortização do Goodwill | Amortização das marcas | Vida útil definida | Impacto em resultados |
|---|-------------------------|--------------------|--|------------------------|--------------------|-----------------------|
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | (2 361 466) | 19 anos | A Empresa realizou uma avaliação aos ativos core detida por esta Empresa tendo apurado uma vida útil média remanescente de 19 anos. | - | - | (2 361 466) |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.: | | | | | | |
| Supremo Cimentos, S.A. (Brasil) | (1 388 439) | 41 anos | Vida útil remanescente, em 31 de dezembro de 2015, da pedreira da Margem (extração prevista até 2056). | - | - | (1 388 439) |
| Finlandimmo Holding BV (Holanda) | (118 717) | 28 anos | Associado à vida útil estimada para o Grupo Secil (Nota 17). | - | - | (118 717) |
| Setefrete, S.G.P.S., S.A. | (222 770) | 10 anos | Sem vida útil definida, pelo que se assume o prazo máximo de 10 anos previsto na NCRF 14. | - | - | (222 770) |
| Seinpar Investments B.V. (Holanda): | | | | | | |
| The Navigator Company, S.A.: | (4 111 211) | 20 anos | A empresa AF Industry AV realizou uma avaliação independente aos ativos do Grupo Navigator tendo apurado uma vida útil média remanescente para os principais ativos em Setúbal, Cacia e Figueira de 20 anos. | (7 622 292) | 10 anos | (11 733 503) |
| Navigator Tissue Ródão, S.A. | (10 649) | 38 anos | A empresa AF Industry AV realizou uma avaliação independente aos ativos core da Empresa tendo apurado uma vida útil média remanescente de 38 anos. | - | - | (10 649) |
| | (8 213 251) | | | (7 622 292) | | (15 835 544) |

Os ganhos / (perdas) imputados de participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Resultados apropriados | | |
| Aboutbalance, SGPS, S.A. | - | 881 |
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | 592 894 | 3 754 816 |
| Inspiredplace, S.A. | (1 012) | (2 676) |
| N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A. | - | (2 265 590) |
| The Navigator Company, S.A. | 69 785 534 | 77 370 616 |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | (20 679 947) | (22 040 903) |
| Seinpar Investments, B.V. | 61 663 621 | 62 392 754 |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | (781) | (798) |
| Semapa Inversiones, S.L. | (8 720) | (12 269) |
| Seminv - Investimentos, SGPS, S.A. | (2 561) | (2 340) |
| | 111 349 028 | 119 194 491 |
| Mais / (menos) valias na alienação de participações financeiras | | |
| Aboutbalance, SGPS, S.A. | - | 4 |
| N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A. | - | (1 597 945) |
| The Navigator Company, S.A. | - | 161 266 107 |
| | - | 159 668 166 |
| | 111 349 028 | 278 862 657 |

Em 31 de dezembro de 2016 a informação financeira das participações financeiras, após se efetuar os necessários ajustamentos de harmonização de políticas contabilísticas, era como segue:

| Valores em Euros | Ativos Totais | Passivos Totais | Capital Próprio | Resultado Líquido | Rédito |
|--|------------------|--------------------|--------------------|----------------------|---------------|
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | 88 848 870 | 25 739 164 | 63 109 706 | 592 961 | 26 711 204 |
| Inspiredplace, S.A. | 44 839 | 1 699 | 43 140 | (1 012) | - |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | 1 415 322 274 | 997 630 010 | 334 603 267 | (20 680 372) | 470 518 532 |
| Seinpar Investments, B.V. | 439 272 996 | 23 642 | 439 249 354 | 61 663 621 | - |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | 52 826 | 1 699 | 51 127 | (1 593) | - |
| Semapa Inversiones, S.L. | 2 459 717 | 2 293 368 | 166 349 | (8 720) | - |
| Seminv - Investimentos, SGPS, S.A. | 2 016 528 | 1 599 | 2 014 929 | (2 561) | - |
| The Navigator Company, S.A. | 2 295 470 997 | 1 221 295 616 | 1 071 902 775 | 195 431 339 | 1 577 385 207 |

Em 31 de dezembro de 2015 a informação financeira das participações financeiras, após se efetuar os necessários ajustamentos de harmonização de políticas contabilísticas, era como segue:

| Valores em Euros | Ativos Totais | Passivos Totais | Capital Próprio | Resultado Líquido | Rédito |
|--|------------------|--------------------|--------------------|----------------------|---------------|
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | 93 865 227 | 31 347 073 | 62 518 154 | 3 755 236 | 27 614 589 |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | 1 513 931 367 | 1 179 207 892 | 334 723 475 | (22 040 903) | 476 697 994 |
| Seinpar Investments, B.V. | 443 862 181 | 12 508 | 443 849 673 | 62 392 754 | - |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | 53 579 | 859 | 52 720 | (1 628) | - |
| Semapa Inversiones, S.L. | 180 141 | 5 072 | 175 069 | (12 269) | - |
| Seminv - Investimentos, SGPS, S.A. | 2 018 327 | 799 | 2 017 528 | (2 340) | - |
| The Navigator Company, S.A. | 2 346 662 894 | 1 273 433 803 | 1 073 229 091 | 185 332 347 | 1 628 023 107 |

7. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os gastos com “Fornecimentos e serviços externos” decompõem-se da seguinte forma:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Serviços especializados | 1 517 560 | 1 943 371 |
| Materiais | 51 397 | 50 343 |
| Energia e fluídos | 76 206 | 80 024 |
| Deslocações, estadas e transportes | 351 264 | 228 903 |
| Serviços diversos | 1 067 726 | 1 197 683 |
| Redébitos de serviços externos | (22 895) | (123 190) |
| | 3 041 258 | 3 377 134 |

8. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2016 e 2015 a rubrica “Gastos com o pessoal” decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---|------------------|-------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais (Nota 31) | 5 608 328 | 8 716 322 |
| Outras remunerações | 2 092 435 | 1 997 416 |
| Benefícios pós-emprego (Nota 26) | 58 228 | 58 228 |
| Outros gastos com pessoal | 1 087 945 | 1 145 728 |
| | 8 846 936 | 11 917 694 |

O número de empregados ao serviço da Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de 27 e 25 pessoas, respetivamente.

Em 2015 a rubrica Remuneração dos órgãos sociais inclui o montante de Euros 2.377.075 de gratificações de balanço, reclassificadas para gastos com pessoal, corresponde às gratificações deliberadas na Assembleia Geral de aprovação de contas de 2014, realizada a 30 de abril de 2015. Tendo em consideração que a deliberação ocorreu após a data em que as demonstrações financeiras de 2014 foram autorizadas para emissão, e de acordo com o preconizado no normativo contabilístico aplicável, as gratificações de balanço foram reclassificadas para os custos com pessoal do exercício, em 2015. A comparabilidade desta rubrica, entre os dois exercícios, encontra-se assim afetada (Nota 31).

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as provisões ascendiam a Euros 12.800.000 e referem-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos/diferendos de natureza fiscal, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

| Valores em Euros | Capitais próprios negativos | Impostos | Outras | Total |
|--|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 48 910 | - | 10 210 000 | 10 258 910 |
| Aumentos | 42 589 | - | 8 100 000 | 8 142 589 |
| Reversões | - | - | (5 510 000) | (5 510 000) |
| Utilizações | (91 500) | - | - | (91 500) |
| Transferências e regularizações | 1 | - | - | 1 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | - | 12 800 000 | 12 800 000 |
| Transferências e regularizações | - | 12 800 000 | (12 800 000) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | - | 12 800 000 | - | 12 800 000 |

10. AUMENTOS/ (REDUÇÕES) DE JUSTO VALOR

Durante os exercícios de 2016 e 2015 ocorreram as seguintes variações de justo valor:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|-----------------|--------------------|
| Ativos financeiros detidos para negociação - Ganhos / (perdas) (Nota 21) | (61 122) | (109 352) |
| Intrumentos financeiros derivados - Perdas (Nota 30) | (7) | (7 273 783) |
| Intrumentos financeiros derivados - Ganhos (Nota 30) | 99 | 142 861 |
| Investimentos financeiros - Fundo de Compensação do Trabalho - Ganhos / (perdas) | (427) | 98 |
| | (61 457) | (7 240 176) |

A variação de justo valor ocorrida na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação” corresponde aos ganhos e perdas resultantes da alteração da cotação dos títulos detidos pela Semapa, conforme descrito na Nota 21.

A rubrica “Ganhos / (perdas) com instrumentos financeiros derivados” acomoda as variações de justo valor registadas no exercício com os instrumentos descritos na Nota 30.

11. OUTROS RENDIMENTOS E OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Outros rendimentos” decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---|---------------|--------------|
| Ganhos na alienação de ativos fixos tangíveis | 20 000 | 81 |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 30 | - |
| Recuperação de IVA de exercícios anteriores | 856 | - |
| Outros rendimentos | 1 | 1 191 |
| | 20 887 | 1 272 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Outros gastos” decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|------------------|------------------|------------------|
| Impostos | (294 234) | (309 674) |
| Donativos | (74 500) | (77 717) |
| Quotizações | (57 456) | (48 746) |
| Outros gastos | (12 550) | (3 584) |
| | (438 740) | (439 721) |

12. (GASTOS)/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “(Gastos)/reversões de depreciação e amortização decompõe-se como se segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|--------------------|------------------|
| Depreciações de Ativos fixos tangíveis | | |
| Edifícios e outras construções (Nota 16) | (114 857) | (116 966) |
| Equipamentos e outros tangíveis (Nota 16) | (81 990) | (108 526) |
| | (196 847) | (225 492) |
| Amortizações de Ativos intangíveis | | |
| Goodwill (Nota 17) | (8 589 743) | - |
| | (8 786 590) | (225 492) |
| (Gastos) / reversões de depreciação e amortização | (8 786 590) | (225 492) |

13. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2016 e 2015 os resultados financeiros decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|---------------------|---------------------|
| Juros e rendimentos similares obtidos: | | |
| Juros obtidos de depósitos bancários | 1 750 | - |
| Juros de financiamentos concedidos a subsidiárias (Nota 31) | 1 354 015 | 2 144 956 |
| Juros indemnizatórios | - | 34 025 |
| Ganhos em instrumentos financeiros derivados (Nota 30) | - | 59 127 |
| Outros rendimentos financeiros | 2 | - |
| | 1 355 767 | 2 238 108 |
| Juros e gastos similares suportados: | | |
| Juros de financiamentos obtidos junto de instituições de crédito | (2 511 209) | (3 175 957) |
| Juros de financiamentos obtidos junto de acionistas (Nota 31) | (66 161) | (14 270) |
| Juros de financiamentos obtidos junto de subsidiárias (Nota 31) | (1 623) | (819) |
| Perdas em instrumentos financeiros derivados (Nota 30) | (1 383 492) | (7 006 571) |
| Juros de outros financiamentos obtidos | (9 491 113) | (16 270 888) |
| Outros gastos de financiamento | (3 523 069) | (4 559 215) |
| | (16 976 667) | (31 027 720) |

As rubricas “Perdas em instrumentos financeiros derivados” e “Ganhos em instrumentos financeiros derivados” acomodam as variações de justo valor registadas no exercício com os instrumentos descritos na Nota 30.

A rubrica “Outros gastos de financiamento” incluem essencialmente o gasto relativo aos encargos com emissão de empréstimos os quais são reconhecidos em conformidade com a política contabilística descrita nas Notas 3.12 e 3.13.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Decorrente das alterações introduzidas pelo código do IRC, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, entre outras ao nível da tributação de grupos de sociedades (o denominado RETGS), a percentagem de participação no capital social de subsidiárias que qualifica para efeitos de integração no grupo fiscal foi alterada para 75% (até 31 de dezembro de 2013 esta percentagem era de 90%).

Em 31 de dezembro de 2016 o grupo fiscal do qual a Semapa é sociedade dominante integra assim as sociedades dos grupos Secil e ETSA bem como todas as restantes subsidiárias que cumprem com os requisitos legalmente definidos pelo Código do IRC. As empresas que compõem o Grupo The Navigator Company integraram igualmente o RETGS dominado pela Semapa no exercício de 2014 e até 30 de junho de 2015 passando a integrar um RETGS autónomo a partir de 1 de julho de 2015. Esta alteração decorreu da OPT ocorrida em julho de 2015 da qual resultou uma redução da percentagem de participação direta e indireta detida nesta subsidiária passando esta a situar-se abaixo dos 75% legalmente exigidos.

Com referência a 1 de julho de 2015 todas as empresas que integram o grupo fiscal do qual a Semapa é sociedade dominante alteraram o seu período de tributação, que até então correspondia ao período contabilístico e ano civil, para o período que se inicia em 1 de julho de cada ano e termina em 30 de junho do ano seguinte.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Imposto sobre o rendimento do exercício” apresenta o seguinte detalhe:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|----------------------------|------------------|----------------|
| Imposto corrente | 3 047 352 | 24 964 048 |
| Imposto diferido (Nota 27) | (131 256) | (24 085 674) |
| | 2 916 096 | 878 374 |

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é evidenciada como segue:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---|--------------------|------------------|
| Resultado antes de impostos | 86 604 807 | 235 082 201 |
| Imposto esperado | 19 486 082 | 52 893 495 |
| Diferenças permanentes (a) | (23 132 405) | (98 073 221) |
| IRC de exercícios anteriores | (4 086 029) | (915 898) |
| Prejuízos fiscais não recuperáveis | 3 777 579 | 69 264 410 |
| Prejuízos fiscais recuperáveis | - | (26 879 115) |
| Tributação autónoma | 1 038 677 | 2 831 955 |
| | (2 916 096) | (878 374) |
| Taxa efetiva de imposto | (3,37%) | (0,37%) |
| Taxa efetiva de imposto sem efeito do MEP | 9,27% | 0,83% |

(a) Este valor respeita essencialmente a :

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|----------------------|----------------------|
| Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial - MEP (Nota 6) | (111 349 028) | (278 862 657) |
| Amortizações não aceites fiscalmente (Nota 12) | 8 589 743 | - |
| Ajustamentos e provisões tributadas (Nota 9) | - | 8 142 589 |
| Reversão de provisões tributadas (Nota 9) | - | (5 510 000) |
| Benefícios pós-emprego (Nota 8 e 26) | 58 228 | 58 228 |
| Pensões pagas (Nota 26) | (122 180) | (122 180) |
| Mais / (Menos) valias fiscais | 20 000 | - |
| (Mais) / Menos valias contabilísticas | (20 000) | (159 668 166) |
| Outros | 12 549 | 81 204 |
| | (102 810 688) | (435 880 982) |
| Impacto fiscal (22,50%) | (23 132 405) | (98 073 221) |

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (cinco anos para a segurança social). Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período superior.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016, sendo certo que já foram revistos os exercícios até 2013, inclusive.

15. RESULTADOS POR AÇÃO

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|---|------------|-------------|
| Resultado atribuível aos acionistas da Semapa | 89 520 903 | 235 960 575 |
| Número médio ponderado de ações em circulação | 80 977 732 | 95 945 583 |
| Resultado básico por ação | 1,11 | 2,46 |
| Resultado diluído por ação | 1,11 | 2,46 |

16. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No decurso do exercício de 2016 e 2015 o movimento ocorrido nos “Ativos fixos tangíveis” bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

| Valores em Euros | Edifícios e outras construções | Equipamentos e outros tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total |
|--|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------|
| Custo de aquisição | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 1 872 176 | 1 256 523 | 102 292 | 3 230 991 |
| Aquisições | - | 70 001 | 4 383 | 74 384 |
| Alienações | - | (1 600) | - | (1 600) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 1 872 176 | 1 324 924 | 106 675 | 3 303 775 |
| Aquisições | - | 46 244 | 19 657 | 65 901 |
| Alienações | - | (69 708) | - | (69 708) |
| Transferências | - | 21 915 | (21 915) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 1 872 176 | 1 323 375 | 104 417 | 3 299 968 |
| Depreciações acumuladas e perdas por imparidade | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | (1 176 226) | (1 000 276) | (102 292) | (2 278 794) |
| Aumentos (Nota 12) | (116 966) | (108 526) | - | (225 492) |
| Alienações | - | 1 600 | - | 1 600 |
| Abates e regularizações | - | 1 | - | 1 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (1 293 192) | (1 107 201) | (102 292) | (2 502 685) |
| Aumentos (Nota 12) | (114 857) | (81 990) | - | (196 847) |
| Alienações | - | 69 708 | - | 69 708 |
| Abates e regularizações | 1 | (2) | - | (1) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (1 408 048) | (1 119 485) | (102 292) | (2 629 825) |
| Valor líquido em 1 de janeiro de 2015 | 695 950 | 256 247 | - | 952 197 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2015 | 578 984 | 217 723 | 4 383 | 801 090 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2016 | 464 128 | 203 890 | 2 125 | 670 143 |

17. GOODWILL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Goodwill” detalhava-se da seguinte forma:

| Entidade | Ano Aq. | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|---------|--------------------|--------------------|
| The Navigator Company, S.A. | 2010 | 39 948 146 | 42 050 680 |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA | 2014 | 175 154 656 | 181 641 866 |
| | | 215 102 802 | 223 692 546 |

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2016 e 2015, na rubrica “Goodwill” foi como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|--------------------|--------------------|
| Valor líquido no início do exercício | 223 692 546 | 237 577 174 |
| Alienações | - | (13 884 628) |
| Amortizações | (8 589 743) | - |
| Regularizações | (1) | - |
| Valor líquido no final do exercício | 215 102 802 | 223 692 546 |

A determinação da vida útil do Goodwill e a respetiva amortização detalha-se como segue:

| Valores em Euros | Amortização do Goodwill | Vida útil definida | Racional |
|---|-------------------------|--------------------|--|
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.: | (6 487 209) | 28 anos | Vida útil média remanescente, em 31 de dezembro de 2015, da pedreira do Outão e da Maceira. |
| The Navigator Company, S.A.: | (2 102 534) | 20 anos | A empresa AF Industry AV realizou uma avaliação independente aos ativos do Grupo Navigator tendo apurado uma vida útil média remanescente para os principais ativos em Setúbal, Cacia e Figueira de 20 anos. |
| | (8 589 743) | | |

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos.

Conforme referido na Nota 14, a partir de 1 de janeiro de 2014 o grupo fiscal dominado pela Semapa, SGPS, S.A., passou a integrar as sociedades residentes em Portugal e que cumprem com as condições previstas no artigo 69.º do CIRC. Desta forma, apesar de as referidas sociedades apurarem e registarem o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual, o apuramento global do imposto pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), bem como a respetiva autoliquidação, compete à sociedade dominante, neste caso à Semapa SGPS, SA.

Os saldos com o Estado e outros Entes Públicos detalham-se como segue:

ATIVOS CORRENTES

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------------------|------------|
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC | 10 333 247 | - |
| | 10 333 247 | - |

PASSIVOS CORRENTES

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|----------------|------------------|
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC | - | 1 241 406 |
| Retenções de Imposto sobre o Rendimento | 130 972 | 131 687 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 437 632 | 562 375 |
| Contribuições para a Segurança Social | 108 244 | 118 935 |
| Outros tributos | 29 894 | 2 814 |
| | 706 742 | 2 057 217 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC” decompõe-se do seguinte modo:

| Valores em euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------------------|--------------------|
| Imposto sobre o rendimento do exercício da própria empresa | (635 392) | (672 738) |
| Imposto sobre o rendimento do exercício de subsidiárias (RETGS) | (694 002) | (1 265 479) |
| Pagamentos especiais por conta | 607 639 | 464 393 |
| Retenções na fonte a recuperar | 14 290 | 47 165 |
| Imposto sobre o rendimento a recuperar de exercícios anteriores | 11 040 712 | 185 253 |
| | 10 333 247 | (1 241 406) |

19. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros créditos a receber” detalha-se conforme segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------------------|------------------|-------------------|
| Outros devedores | | |
| Fornecedores (saldos devedores) | 640 | 19 984 |
| Partes relacionadas (Nota 31) | | |
| Saldos de operações correntes | 1 411 248 | 35 046 263 |
| Saldos de operações do RETGS | 8 429 049 | 1 047 033 |
| Outros devedores - gerais | 23 424 | 26 212 |
| | 9 864 361 | 36 139 492 |

20. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------------------------|----------------|---------------|
| Gastos a reconhecer | | |
| Fornecimentos e serviços externos | 94 412 | 64 037 |
| Juros antecipados | 95 775 | 17 083 |
| | 190 187 | 81 120 |
| Rendimentos a reconhecer | | |
| Outros rendimentos | - | 8 372 |
| | - | 8 372 |

21. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os “Ativos financeiros detidos para negociação” tinham a seguinte decomposição:

| Valores em Euros | Justo Valor | |
|----------------------------|-------------|----------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Fundo de participação CEMG | - | 294 710 |
| | - | 294 710 |

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|----------------|----------------|
| Justo valor no início do exercício | 294 710 | 404 062 |
| Aquisições | 35 504 | - |
| Alienações | (269 092) | - |
| Variações de justo valor (Nota 10) | (61 122) | (109 352) |
| Justo valor no fim do exercício | - | 294 710 |

22. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas “Outros ativos financeiros” correntes eram essencialmente constituídas por valores a receber de empresas subsidiárias (Nota 31) nos montantes de Euros 3.541.616 e Euros 5.186.474, respetivamente. Os valores a receber correntes referem-se a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado, debitados trimestralmente.

23. CAPITAL SUBSCRITO E AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito da Semapa encontrava-se totalmente realizado, sendo representado por 81.270.000 ações e 81.645.523 ações, respetivamente, com o valor nominal de 1 Euro.

Na sequência da aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa de 20 de abril de 2016, foram implementadas, entre outras, as seguintes deliberações:

- Redução do capital social de 81.645.523 euros para Euros 81.270.000, no montante de Euros 375.523, por extinção de 375.523 ações próprias, nos termos do artigo 463.º do Código das Sociedades Comerciais, com a consequente alteração do n.º 1 do artigo 4.º do contrato de sociedade, relativo à composição do capital;
- Aumento do capital social de Euros 81.270.000 para Euros 117.028.800, no montante total de Euros 35.758.800, por incorporação de reservas, com o aumento proporcional, no montante de Euros 0,44 por ação, do valor nominal de todas as ações da Sociedade, que passa a ser de Euros 1,44 por ação e com a consequente alteração estatutária do n.º 1 do artigo 4.º, relativo à composição do capital social; e
- Redução do capital social de Euros 117.028.800 para Euros 81.270.000, no montante de Euros 35.758.800, tendo por finalidade a libertação de excesso de capital, transferindo para reservas livres o montante do capital social liberto e por redução proporcional do valor nominal de todas as ações da Sociedade, no montante de Euros 0,44 por ação, que passam a ter o valor nominal unitário de 1 Euro, com a consequente alteração estatutária, nomeadamente do n.º1 do artigo 4.º, relativo à composição do capital social, e do n.º 4 do artigo 9.º, respeitante ao número de ações a que corresponde um voto;

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as pessoas coletivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

| Denominação | 31/12/2016 | | 31/12/2015 | |
|---|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Nº de Ações | % | Nº de Ações | % |
| Longapar, SGPS, S.A. | 22 225 400 | 27,35 | 22 225 400 | 27,22 |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | 16 199 031 | 19,93 | 16 199 031 | 19,84 |
| Sodim, SGPS, S.A. | 15 252 726 | 18,77 | 15 252 726 | 18,68 |
| Bestinver Gestión, SGIIC, S.A. | 7 166 756 | 8,82 | 7 166 756 | 8,78 |
| Cimigest, SGPS, S.A. | 3 185 019 | 3,92 | 3 185 019 | 3,90 |
| Santander Asset Management España, SA | 2 268 346 | 2,79 | 2 268 346 | 2,78 |
| Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A. | 625 199 | 0,77 | 625 199 | 0,77 |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | 535 000 | 0,66 | 535 000 | 0,66 |
| Ações próprias | 586 329 | 0,72 | 5 530 | 0,01 |
| Outros acionistas com participações inferiores a 2% | 13 226 194 | 16,27 | 14 182 516 | 17,37 |
| | 81 270 000 | 100,00 | 81 645 523 | 100,00 |

A Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. detém, em 31 de dezembro de 2016, 586.329 ações próprias (31 de dezembro de 2015: 5.530 ações).

24. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

PRÉMIO DE EMISSÃO

Este ágio não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizado para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporado no capital.

RESERVAS LEGAIS

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de dezembro de 2016.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

OUTRAS RESERVAS

Esta rubrica corresponde a reservas constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

RESULTADOS TRANSITADOS

GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

São registados nesta rubrica os desvios atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efetivamente ocorreu, bem como de alterações efetuadas nos mesmos, conforme política descrita na Nota 3.14.

A aplicação do resultado do exercício anterior foi como segue:

| Valores em Euros | Aplicação do resultado do exercício de: | |
|--|---|--------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Distribuição de dividendos | 26 724 363 | 39 939 176 |
| Gratificações de balanço | 3 207 519 | 2 602 602 |
| Outras reservas | 206 028 693 | 69 966 475 |
| Resultado líquido do exercício | 235 960 575 | 112 508 253 |
| Dividendos por ação em circulação | 0,3290 | 0,3750 |

Ajustamentos em ativos financeiros

Esta rubrica evidencia os ajustamentos decorrentes da utilização do método da equivalência patrimonial nas subsidiárias.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Ajustamentos em ativos financeiros” decompõe-se da seguinte forma:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|---------------------|---------------------|
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | (774 892) | (773 483) |
| The Navigator Company, S.A. | (16 458 910) | (6 905 799) |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | (43 359 070) | (63 918 811) |
| Seinpar Investments, B.V. | (17 443 873) | (8 429 933) |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | 35 857 480 | 35 857 480 |
| Semapa Inversiones, S.L. | (36 764 962) | (36 764 962) |
| Seminv - Investimentos, SGPS, S.A. | 9 417 542 | 9 417 579 |
| | (69 526 685) | (71 517 929) |

A rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” registou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os seguintes movimentos:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|---------------------|---------------------|
| Saldo inicial | (71 517 929) | (31 951 021) |
| Reconhecimento dos subsídios ao investimento no capital próprio das subsidiárias | (3 990 927) | 4 174 318 |
| Ganhos e perdas atuariais | (6 767 941) | (10 039 686) |
| Justo valor de Instrumentos financeiros | (2 526 052) | (1 748 381) |
| Justo valor apurado em combinações empresariais | (13 992 809) | - |
| Reserva de conversão cambial | 32 849 107 | (30 761 809) |
| Diferenças de aquisição intragrupo de partes de capital | (3 550 701) | - |
| Transferência para resultados transitados | - | (1 188 528) |
| Outros movimentos | (29 433) | (2 822) |
| Saldo final | (69 526 685) | (71 517 929) |

25. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|--------------------|--------------------|
| Dívida a terceiros remunerada | | |
| Não Corrente | 639 291 053 | 272 068 365 |
| Corrente | 48 383 018 | 357 896 166 |
| | 687 674 071 | 629 964 531 |
| Caixa e depósitos bancários | | |
| Numerário | 4 082 | 4 426 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 40 104 | 26 699 |
| | 44 186 | 31 125 |
| Valor de mercado dos títulos em carteira | 7 856 809 | 70 203 |
| Dívida líquida remunerada | 679 773 076 | 629 863 203 |

CRÉDITOS BANCÁRIOS CONCEDIDOS E NÃO SACADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os créditos bancários concedidos e não sacados ascendiam a Euros 143.229.233 e Euros 355.539.416, respetivamente.

DÍVIDA REMUNERADA NÃO CORRENTE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Não correntes | | |
| Empréstimos por obrigações | 330 000 000 | 230 000 000 |
| Papel Comercial | 255 000 000 | 25 000 000 |
| Empréstimos bancários | 57 500 000 | 20 357 143 |
| Encargos com emissão de empréstimos | (3 208 947) | (3 288 778) |
| Total de dívida remunerada não corrente | 639 291 053 | 272 068 365 |

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os empréstimos por obrigações não correntes e correntes detalham-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
| Empréstimos por obrigações | | |
| Semapa 2006 / 2016 | - | 175 000 000 |
| Semapa 2006 / 2016 | - | 1 087 000 |
| Semapa 2014 / 2019 | 150 000 000 | 150 000 000 |
| Semapa 2014 / 2020 | 80 000 000 | 80 000 000 |
| Semapa 2016 / 2023 | 100 000 000 | - |
| | 330 000 000 | 406 087 000 |

Em junho de 2016 a Semapa emitiu obrigações a taxa fixa no valor de 100 milhões de euros, pelo prazo de 7 anos, com maturidade em 2023. Esta emissão não se encontra admitida à cotação.

Em abril de 2014 a Semapa procedeu a uma emissão de obrigações no montante de 150 milhões de euros, pelo prazo de 5 anos com maturidade em 2019. Em 31 de dezembro de 2016 a cotação unitária de mercado destas obrigações era de Euros 102,210.

Em novembro de 2014 a Semapa procedeu a uma emissão de obrigações no montante de 80 milhões de euros, pelo prazo de 6 anos com maturidade em 2020, tendo procedido à amortização no valor de 48,9 milhões de euros das “Obrigações Semapa 2006/2016 – 2.ª Emissão”, cuja emissão inicial foi de 50 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016 a cotação unitária de mercado destas obrigações era de Euros 101,500. No final de maio de 2016, a Semapa procedeu ao reembolso integral do remanescente das “Obrigações Semapa 2006/2016 – 2.ª Emissão”.

No exercício de 2016 a Semapa reembolsou integralmente o empréstimo obrigacionista contratado no exercício de 2006, num montante total de 175 milhões de euros, o qual se encontrava cotado na *Euronext* Lisboa sob a designação “Obrigações Semapa 2006/2016”.

PAPEL COMERCIAL

No exercício de 2016 a Semapa contratou dois programas de papel comercial: um até ao montante máximo de 40 milhões de euros pelo prazo de 5 anos e outro até ao montante máximo de 35 milhões de euros, pelo prazo de 1 ano, os quais se encontravam integralmente utilizados em 31 de dezembro de 2016.

No exercício de 2015 a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros, pelo prazo de 4 anos, o qual se encontrava integralmente utilizado em 31 de dezembro de 2016.

No exercício de 2014 a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de 120 milhões de euros, pelo prazo de 4 anos. Em 31 de dezembro de 2016 este programa estava utilizado em 90 milhões de euros.

No exercício de 2013 a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros, pelo prazo de 7 anos, o qual se encontrava integralmente por utilizar em 31 de dezembro de 2016.

A Semapa SGPS tem contratado um programa de papel comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros, com data de vencimento em setembro de 2020, datado de 2008 e tendo sido objeto de renegociação, originalmente no montante máximo de 70 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016, este programa estava integralmente utilizado.

Em junho de 2016, expirou o prazo do programa de papel comercial até ao montante máximo de 175 milhões de euros.

PRazos DE REEMBOLSO DOS EMPRÉSTIMOS

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários e outros empréstimos, não correntes, detalham-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------|--------------------|--------------------|
| 1 a 2 anos | 117 500 000 | 2 857 143 |
| 2 a 3 anos | 175 000 000 | 17 500 000 |
| 3 a 4 anos | 178 000 000 | 175 000 000 |
| 4 a 5 anos | 48 000 000 | 80 000 000 |
| Mais de 5 anos | 124 000 000 | - |
| | 642 500 000 | 275 357 143 |

DÍVIDA REMUNERADA CORRENTE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------------------|--------------------|
| Correntes | | |
| Empréstimos por obrigações | - | 176 087 000 |
| Papel Comercial | 35 000 000 | 153 750 000 |
| Empréstimos bancários | 4 381 456 | 6 174 869 |
| Dívida bancária remunerada | 39 381 456 | 336 011 869 |
| Empréstimos de curto prazo de acionistas (Nota 31) | 8 830 127 | 21 710 283 |
| Empréstimos de curto prazo de subsidiárias (Nota 31) | 171 435 | 174 014 |
| Outras dívidas remuneradas | 9 001 562 | 21 884 297 |
| Total de dívida remunerada corrente | 48 383 018 | 357 896 166 |

RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS COM LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os planos de reembolso da dívida da Empresa referente a locações operacionais detalha-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|----------------|----------------|
| A menos de 1 ano | 161 106 | 142 788 |
| 1 a 2 anos | 134 573 | 132 806 |
| 2 a 3 anos | 98 146 | 106 273 |
| 3 a 4 anos | 41 676 | 69 846 |
| 4 a 5 anos | 6 270 | 13 376 |
| Valor total das responsabilidades | 441 771 | 465 089 |
| Gastos incorridos no exercício* | 910 978 | 880 060 |

* Inclui gastos com rendas de imóveis

26. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o montante do passivo refletido em balanço, na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós emprego", corresponde à responsabilidade da Semapa afeta a um único beneficiário que não aderiu à revogação do plano de pensões dos administradores da Semapa, ocorrida em dezembro de 2012, ascendendo esta responsabilidade a Euros 1.232.653 (31 de dezembro de 2015: Euros 1.296.605).

As responsabilidades da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 registaram a seguinte evolução:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------------|------------------|
| Responsabilidades no início do exercício | 1 296 605 | 1 360 557 |
| Movimentos no exercício: | | |
| Gastos reconhecidos nos resultados (Nota 8) | 58 228 | 58 228 |
| Pensões pagas no exercício | (122 180) | (122 180) |
| Responsabilidades no fim do exercício | 1 232 653 | 1 296 605 |

O cálculo atuarial considera os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|--|--|
| Tabelas de mortalidade | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Tabela de Invalidez | EKV 80 | EKV 80 |
| Taxa de crescimento das pensões | 2,25% | 2,25% |
| Taxa técnica de juro | 3,50% | 3,50% |
| Taxas de rendimento | 4,50% | 4,50% |
| Taxas de crescimento salarial | 2,00% | 2,00% |
| Taxa de reversibilidade das pensões | 50% | 50% |
| Nº de prestações anuais do complemento Semapa | 12 | 12 |
| Fórmula de Benefícios da Segurança Social | Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de maio | Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de maio |

27. IMPOSTOS DIFERIDOS

No exercício de 2016 o movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi o seguinte:

| Valores em Euros | Em 1 de janeiro de 2016 | Demonstração dos resultados Aumentos | Em 31 de dezembro de 2016 |
|--|----------------------------|--|------------------------------|
| Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos | | | |
| Prejuízos fiscais reportáveis intra-grupo | (4 674 914) | (625 030) | (5 299 944) |
| Passivos por impostos diferidos | (981 732) | (131 256) | (1 112 988) |

No exercício de 2015 o movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi o seguinte:

| Valores em Euros | Em 1 de janeiro de 2015 | Demonstração dos resultados Reduções | Em 31 de dezembro de 2015 |
|--|-------------------------|---|---------------------------|
| Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos | | | |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 116 482 452 | (116 482 452) | - |
| Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos | | | |
| Prejuízos fiscais reportáveis intra-grupo | (6 463 678) | 1 788 764 | (4 674 914) |
| Ativos por impostos diferidos | 24 461 315 | (24 461 315) | - |
| Passivos por impostos diferidos | (1 357 372) | 375 640 | (981 732) |

Em conformidade com as normas contabilísticas em vigor (Nota 3.7), a Empresa regista impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais sempre que seja expectável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos referem-se a valores a devolver a empresas do Grupo fiscal, caso ocorra a recuperabilidade, no âmbito do RETGS da Semapa, dos prejuízos fiscais apurados por aquelas entidades.

28. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos a pagar a Fornecedores decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|---------------|---------------|
| Partes relacionadas (Nota 31) | 13 878 | 1 958 |
| Outros fornecedores - mercado nacional | 58 156 | 62 297 |
| Outros fornecedores - restantes mercados | - | 1 534 |
| | 72 034 | 65 789 |

29. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Outras dívidas a pagar” correntes decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Partes relacionadas (Nota 31) | | |
| Saldos de operações correntes | 3 390 163 | 4 190 934 |
| Saldos de operações do RETGS | 2 099 773 | 78 158 |
| Fornecedores de investimentos | 24 149 | 27 076 |
| Consultores e assessores | 13 900 | 49 396 |
| Instrumentos financeiros derivados (Nota 24 e 30) | - | 2 282 117 |
| Outros credores | 5 924 | 2 256 364 |
| Acréscimo de gastos | 6 971 757 | 7 350 050 |
| | 12 505 666 | 16 234 095 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Acréscimos de gastos” decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Acréscimo de gastos | | |
| Gastos com o pessoal | 4 662 520 | 4 657 749 |
| Juros a pagar | 2 044 442 | 1 921 269 |
| Outros acréscimos de gastos | 264 795 | 771 032 |
| | 6 971 757 | 7 350 050 |

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O detalhe dos montantes apresentados em balanço referentes a instrumentos financeiros, no exercício de 2016 e 2015, decompõe-se conforme segue:

| Valores em Euros | Moeda | Valor Nominal | Maturidade | Justo valor | |
|--|-------|---------------|------------|-------------|--------------------|
| | | | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Instrumentos financeiros designados como de cobertura | | | | | |
| Collar de Taxa de Juro | EUR | 175 000 000 | 20/abr/16 | - | (2 282 117) |
| Collar de Taxa de Juro | EUR | 25 000 000 | 30/nov/15 | - | - |
| Collar de Taxa de Juro | EUR | 25 000 000 | 30/nov/15 | - | - |
| Currency Interest Rate Swap | BRL | 32 000 000 | 27/mar/17 | - | - |
| Currency Interest Rate Swap | BRL | 64 075 000 | 26/mar/17 | - | - |
| Saldo no fim do exercício | | | | - | (2 282 117) |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e por forma a cobrir o risco de taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas, a Semapa contratou 3 *Collars*: (i) Euros 175.000.000 com o Caixa BI; (ii) Euros 25.000.000 com o BPI e (iii) Euros 25.000.000 com o BES. Desta forma, a Semapa estabeleceu uma taxa máxima e mínima no pagamento dos fluxos de caixa dos referidos empréstimos. Durante o exercício de 2015 a Semapa liquidou, no seu termo, os 2 *Collars* de Euros de valor nominal Euros 25.000.000 cada. O *Collar* remanescente, com valor nominal de Euros 175.000.000, foi liquidado durante o exercício de 2016.

No decurso do exercício de 2016 e 2015 a variação do justo valor dos Instrumentos financeiros derivados decompõe-se como segue:

| Valores em Euros | Variação Justo valor (Cobertura) |
|---|----------------------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | (11 709 019) |
| Maturidade / liquidações | 14 346 864 |
| Variação de justo valor em resultados (Nota 10) | (7 130 922) |
| Reclassificação para resultados (Nota 13) | (6 947 444) |
| Variação de justo valor em Capitais | 9 158 404 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (2 282 117) |
| Maturidade / liquidações | 2 280 892 |
| Variação de justo valor em resultados (Nota 10) | 92 |
| Reclassificação para resultados (Nota 13) | (1 383 492) |
| Variação de justo valor em Capitais | 1 384 625 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | - |

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | Ativo | | | Passivo | | | |
|---|--|---|---|---------------------------|--|--------------------------------------|---------------------------------------|
| | RETGS Contas a receber (Nota 19) | Outras contas a receber (Nota 19) | Outros ativos financeiros (Nota 22) | Fornecedores (Nota 28) | Financiamentos obtidos (Nota 25) | RETGS Contas a pagar (Nota 29) | Outras contas a pagar (Nota 29) |
| Acionistas | | | | | | | |
| Gimigest, SGPS, S.A. | - | - | - | - | 6 209 058 | - | - |
| Címo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | - | - | - | - | 321 842 | - | - |
| Longapar, SGPS, S.A. | - | - | - | - | 73 064 | - | - |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | - | - | - | - | 2 226 163 | - | - |
| | - | - | - | - | 8 830 127 | - | - |
| Subsidiárias | | | | | | | |
| Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, S.A. | 177 550 | 660 | 145 095 | - | - | - | - |
| About The Future - Empresa Produtora de Papel, S.A. | 888 904 | - | - | - | - | - | - |
| Aboutbalance, SGPS, S.A. | - | - | - | - | - | 500 | - |
| Arboser - Serviços Agro-Industriais, S.A. | 78 515 | - | - | - | - | - | - |
| Argibetão - Soc. de Novos Prod. de Argila e Betão, S.A. | 27 771 | - | - | - | - | - | - |
| Atlantic Forests - Comércio de Madeiras, S.A. | - | - | - | - | - | 2 492 | - |
| Biological - Gestão de Resíduos Industriais, Lda. | 9 483 | 2 | 376 | - | - | - | - |
| Britobetão - Central de Betão, Lda. | 2 852 | - | - | - | - | - | - |
| Navigator Pulp Cacia, S.A. | 359 113 | - | - | - | - | - | - |
| Navigator Pulp Setúbal, S.A. | - | - | - | - | - | 484 | - |
| Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, S.A. | - | - | - | - | - | 22 464 | - |
| Cimipart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. | 769 610 | - | - | - | - | - | - |
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. | - | 452 053 | - | - | - | 741 869 | 401 723 |
| EMA21 - Eng. e Manutenção Industrial Século XXI, S.A. | - | - | - | - | - | 22 785 | - |
| Empremédia - Corretores de Seguros, S.A. | - | - | - | - | - | 3 429 | - |
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | 105 323 | 46 922 | 3 246 301 | - | - | - | 47 638 |
| ETSA Log, S.A. | 90 121 | 117 | 25 793 | - | - | - | - |
| Headbox - Operação e Controlo Industrial, S.A. | - | - | - | - | - | 21 752 | - |
| Hewbol - SGPS, Lda. | - | - | - | - | - | 500 | - |
| Inspiredplace, S.A. | - | 100 | - | - | 41 888 | 2 011 | - |
| ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A. | 132 223 | 1 008 | 48 422 | - | - | - | - |
| Luso Inertes, S.A. | 56 952 | - | - | - | - | - | - |
| Portucel Florestal - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A. | - | - | - | - | - | 660 | - |
| Navigator Paper Setúbal, S.A. | 342 681 | - | - | - | - | - | - |
| The Navigator Company, S.A. | 2 855 486 | 443 | - | - | - | - | - |
| Navigator Tissue Ródão, S.A. | - | - | - | - | - | 120 402 | - |
| Navigator Floresta, SGPS, S.A. | - | - | - | - | - | 500 | - |
| Navigator Forest Portugal, S.A. | - | - | - | - | - | 2 349 | - |
| Navigator Lusa, Unipessoal, Lda. | - | - | - | - | - | 1 049 | - |
| Navigator Pulp Holding, SGPS, S.A. | - | - | - | - | - | 500 | - |
| Navigator Added Value, S.A. | 43 489 | - | - | - | - | - | - |
| Navigator Tissue Cacia, S.A. | 698 | - | - | - | - | - | - |
| Prescor Produção de Escórias Moídas, Lda. | - | - | - | - | - | 1 536 | - |
| Allmicroalgae - Natural Products, S.A. | 4 561 | - | - | - | - | - | - |
| Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A. | - | 275 | 60 492 | - | - | 17 488 | - |
| Secil - Britas, S.A. | 74 633 | - | - | - | - | - | - |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | - | 408 | - | - | - | 851 113 | - |
| Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A. | - | - | - | - | - | 8 934 | - |
| Secil, Betões e Inertes, SGPS, S.A. | - | - | - | - | - | 1 500 | - |
| Seinpar Investments, BV | - | - | 15 137 | - | - | - | - |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | - | 100 | - | - | 10 749 | 2 000 | - |
| Semapa Inversiones, S.L. | - | - | - | - | 118 798 | - | - |
| Seminv, Investimentos - SGPS, S.A. | - | - | - | - | - | 605 | 1 958 845 |
| Serife - Soc. de Estudos e Realizações Industriais e de Fornec. de Equip., Lda. | - | - | - | - | - | 2 000 | - |
| Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra - Produção e Com. de Vinhos, S.A. | - | - | - | - | - | 610 | - |
| Navigator Paper Figueira, S.A. | - | 909 160 | - | - | - | 268 153 | 981 957 |
| Navigator Pulp Figueira, S.A. | 1 843 789 | - | - | - | - | - | - |
| SPCG - Sociedade Portuguesa de Co-Geração Eléctrica, S.A. | - | - | - | - | - | 35 | - |
| Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A. | 219 695 | - | - | - | - | - | - |
| Uniconcreto - Betão Pronto, S.A. | - | - | - | - | - | 2 053 | - |
| Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, S.A. | 345 600 | - | - | - | - | - | - |
| | 8 429 049 | 1 411 248 | 3 541 616 | | 171 435 | 2 099 773 | 3 390 163 |
| Outras empresas | | | | | | | |
| Gimilonga - Imobiliária, S.A. | - | - | - | 2 413 | - | - | - |
| Hotel Ritz, S.A. | - | - | - | 8 430 | - | - | - |
| Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Unipessoal, Lda. | - | - | - | 3 035 | - | - | - |
| | - | - | - | 13 878 | - | - | - |
| Total | 8 429 049 | 1 411 248 | 3 541 616 | 13 878 | 9 001 562 | 2 099 773 | 3 390 163 |

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos a receber e a pagar às subsidiárias incluídas no Grupo fiscal, relacionados com as operações do RETGS, têm a seguinte composição:

| Valores em euros | Devedor | Credor |
|---|------------------|------------------|
| RETGS | | |
| Imposto sobre o rendimento do exercício de subsidiárias | 350 014 | (343 988) |
| Recebimentos por conta de IRC | (62 890) | 3 500 |
| Retenções na fonte a recuperar | (2 334) | 11 956 |
| IRC de exercícios anteriores | 8 144 259 | 2 428 305 |
| | 8 429 049 | 2 099 773 |

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | Ativo | | | Passivo | | | |
|--|--|---|---|---------------------------|--|--------------------------------------|---------------------------------------|
| | RETGS Contas a receber (Nota 19) | Outras contas a receber (Nota 19) | Outros ativos financeiros (Nota 22) | Fornecedores (Nota 28) | Financiamentos obtidos (Nota 25) | RETGS Contas a pagar (Nota 29) | Outras contas a pagar (Nota 29) |
| Acionistas | | | | | | | |
| Omigest, SGPS, S.A. | - | - | - | - | 2 754 259 | - | - |
| Longapar, SGPS, S.A. | - | - | - | - | 16 890 763 | - | - |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | - | - | - | - | 2 065 261 | - | - |
| | - | - | - | - | 21 710 283 | - | - |
| Subsidiárias | | | | | | | |
| Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, S.A. | 146 850 | 67 830 | - | - | - | - | - |
| About The Future - Empresa Produtora de Papel, S.A. | - | 32 871 | - | - | - | - | - |
| Aboutbalance, SGPS, S.A. | - | 500 | - | - | - | 500 | - |
| Arboser - Serviços Agro-Industriais, S.A. | - | - | - | - | - | 4 989 | 52 234 |
| Argibetão - Soc. de Novos Prod. de Argila e Betão, S.A. | 1 497 | 270 | - | - | - | - | - |
| Biological - Gestão de Resíduos Industriais, Lda. | 2 293 | 380 | - | - | - | - | - |
| Britobetão - Central de Betão, Lda. | 20 987 | - | - | - | - | - | 27 |
| CelCacia - Celulose de Cacia, S.A. | - | 138 436 | - | - | - | - | - |
| CelSet - Celulose de Setúbal, S.A. | - | 484 | - | - | - | 484 | - |
| Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, S.A. | - | 19 211 | - | - | - | 92 | - |
| Cimipart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. | 572 014 | 30 248 720 | - | - | - | - | - |
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. | 42 389 | 50 035 | - | - | - | - | - |
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | 27 882 | 1 421 453 | 5 151 623 | - | - | - | 3 669 |
| Etsa Log, S.A. | 36 830 | 21 001 | - | - | - | - | - |
| Headbox - Operação e Controlo Industrial, S.A. | - | 31 059 | - | - | - | - | - |
| Inspiredplace, S.A. | - | - | - | - | 43 293 | 1 011 | 337 |
| ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A. | 144 922 | 935 | - | - | - | - | - |
| Lusoinertes, S.A. | 5 274 | 3 775 | - | - | - | - | - |
| The Navigator Company, S.A. | - | 547 594 | - | - | - | - | - |
| Navigador Floresta, SGPS, S.A. | - | 500 | - | - | - | 500 | - |
| Navigador Forest Portugal, S.A. | - | 44 786 | - | - | - | - | - |
| Navigador Pulp Holding, SGPS, S.A. | - | 500 | - | - | - | 500 | - |
| Prescor Produção de Escórias Moidas, Lda. | - | - | - | - | - | 527 | 22 |
| Almicroalgae - Natural Products, S.A. | - | - | - | - | - | 1 015 | - |
| Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A. | - | 9 539 | - | - | - | 1 030 | - |
| Secil - Britas, S.A. | 6 716 | - | - | - | - | - | 125 |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | 36 240 | 972 015 | - | - | - | - | - |
| Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A. | 3 139 | 4 150 | - | - | - | - | - |
| Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A. | - | - | - | - | - | 1 051 | 17 |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | - | 60 | - | - | 10 553 | 1 000 | - |
| Semapa Inversiones, S.L. | - | - | - | - | 120 168 | - | - |
| Seminv, Investimentos - SGPS, S.A. | - | - | - | - | - | 45 | 1 959 565 |
| Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de | - | - | - | - | - | 1 000 | - |
| Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra - Produção e Comercialização de | - | 610 | - | - | - | 610 | - |
| Navigador Paper Figueira, S.A. | - | 1 427 235 | - | - | - | - | - |
| Navigador Pulp Figueira, S.A. | - | - | - | - | - | 35 000 | 1 830 683 |
| Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A. | - | - | - | - | - | 27 791 | 2 367 |
| Uniconcreto - Betão Pronto, S.A. | - | 500 | - | - | - | 1 013 | - |
| Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, S.A. | - | - | - | - | - | - | 341 888 |
| | 1 047 033 | 35 044 449 | 5 151 623 | | 174 014 | 78 158 | 4 190 934 |
| Outras empresas | | | | | | | |
| Hotel Ritz, S.A. | - | - | - | 1 958 | - | - | - |
| YD Invisible, S.A. | - | 1 814 | 34 851 | - | - | - | - |
| | - | 1 814 | 34 851 | 1 958 | - | - | - |
| Total | 1 047 033 | 35 046 263 | 5 186 474 | 1 958 | 21 884 297 | 78 158 | 4 190 934 |

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos a receber e a pagar às subsidiárias incluídas no Grupo fiscal, relacionados com as operações do RETGS, têm a seguinte composição:

| Valores em euros | Devedor | Credor |
|---|------------------|---------------|
| RETGS | | |
| Imposto sobre o rendimento do exercício de subsidiárias | 1 207 624 | (57 855) |
| Recebimentos por conta de IRC | (21 232) | 37 809 |
| Retenções na fonte a recuperar | (44 517) | 2 648 |
| IRC de exercícios anteriores | (94 842) | 95 556 |
| | 1 047 033 | 78 158 |

Em 31 de dezembro de 2016 as transações ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | Vendas e prestações de serviços (Nota 5) | Rendimentos suplementares | Juros e outros rendimentos (Nota 13) | Gastos de financiamento (Nota 13) | Compras de bens e serviços |
|---|--|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| Acionistas | | | | | |
| Cimigest, SGPS, S.A. | - | - | - | (24 299) | (107 740) |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | - | - | - | (1 123) | - |
| Longapar, SGPS, S.A. | - | - | - | (29 736) | - |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | - | - | - | (11 003) | - |
| Sodim, SGPS, S.A. | - | 409 | - | - | - |
| | - | 409 | - | (66 161) | (107 740) |
| Subsidiárias | | | | | |
| Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, S.A. | - | - | 2 434 | - | - |
| Biological - Gestão de Resíduos Industriais, Lda. | - | - | 7 | - | - |
| Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. | - | - | 1 257 266 | - | - |
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. | 4 008 553 | - | - | - | - |
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | 243 631 | 2 080 | 92 036 | - | - |
| ETSA Log, S.A. | - | - | 446 | - | - |
| Inspiredplace, S.A. | - | - | - | (794) | - |
| ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A. | - | 788 | 735 | (3) | - |
| The Navigator Company, S.A. | - | 3 223 | - | - | - |
| Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A. | - | - | 954 | - | - |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | (134 172) | 2 127 | - | - | - |
| Seinpar Investments, B.V. | - | - | 137 | - | - |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | - | - | - | (196) | - |
| Semapa Inversiones, S.L. | - | - | - | (630) | - |
| Navigator Paper Figueira, S.A. | 7 912 761 | 12 564 | - | - | - |
| | 12 030 773 | 20 782 | 1 354 015 | (1 623) | - |
| Outras empresas | | | | | |
| Cimilonga - Imobiliária, S.A. | - | 244 | - | - | (749 721) |
| Hotel Ritz, S.A. | - | - | - | - | (34 918) |
| Sonagi, SGPS, S.A. | - | 990 | - | - | - |
| | - | 1 234 | - | - | (784 639) |
| Total | 12 030 773 | 22 425 | 1 354 015 | (67 784) | (892 379) |

Em 31 de dezembro de 2015 as transações ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | Vendas e prestações de serviços (Nota 5) | Rendimentos suplementares | Juros e outros rendimentos (Nota 13) | Gastos de financiamento (Nota 13) | Compras de bens e serviços | Alienação de bens de investimento |
|---|--|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|
| Acionistas | | | | | | |
| Cimigest, SGPS, S.A. | - | 1 798 | - | (878) | (107 740) | - |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | - | - | - | (3 125) | - | - |
| Longapar, SGPS, S.A. | - | - | - | (1 683) | - | - |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | - | - | - | (8 584) | - | - |
| Sodim, SGPS, S.A. | - | 120 | - | - | - | - |
| | - | 1 918 | - | (14 270) | (107 740) | - |
| Subsidiárias | | | | | | |
| Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, S.A. | - | - | 47 | - | - | - |
| Biological - Gestão de Resíduos Industriais, Lda. | - | - | 4 | - | - | - |
| Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. | - | - | 2 012 337 | - | - | 93 174 834 |
| ETSA Investimentos, SGPS, S.A. | 251 726 | - | 131 941 | - | - | - |
| Etsa Log, S.A. | - | - | 163 | - | - | - |
| Inspiredplace, S.A. | - | - | - | (293) | - | - |
| ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A. | - | - | - | (84) | - | - |
| The Navigator Company, S.A. | - | 19 950 | - | - | - | 43 395 |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | 2 963 570 | 6 609 | 375 | - | - | - |
| Seinpar Investments, B.V. | - | - | 89 | - | - | - |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | - | - | - | (274) | - | - |
| Semapa Inversiones, S.L. | - | - | - | (168) | - | - |
| Navigator Paper Figueira, S.A. | 7 625 394 | 92 240 | - | - | - | - |
| | 10 840 690 | 118 799 | 2 144 956 | (819) | - | 93 218 229 |
| Outras empresas | | | | | | |
| Cimilonga - Imobiliária, S.A. | - | 180 | - | - | (816 791) | - |
| Hotel Ritz, S.A. | - | - | - | - | (30 563) | - |
| | - | 180 | - | - | (847 354) | - |
| Total | 10 840 690 | 120 897 | 2 144 956 | (15 089) | (955 094) | 93 218 229 |

As remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo a estimativa para o prémio de gestão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram as seguintes:

| Valores em Euros | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Conselho de Administração | | |
| Remunerações | 2 683 313 | 2 405 316 |
| Gratificações de balanço reclassificadas para gastos com pessoal (Nota 24) | - | 2 377 075 |
| Prémio de gestão relativo ao exercício anterior | - | 200 000 |
| Estimativa para prémio de gestão relativo ao exercício | 3 650 000 | 3 650 000 |
| Reversão de estimativa para prémio de gestão relativo ao exercício de 2015 | (792 319) | - |
| Conselho Fiscal e outros órgãos sociais | 67 334 | 83 931 |
| Impacto em resultados do exercício (Nota 8) | 5 608 328 | 8 716 322 |

Em 2015 o montante de Euros 2.377.075 de gratificações de balanço reclassificadas para gastos com pessoal (Nota 8) corresponde às gratificações deliberadas na Assembleia Geral de aprovação de contas de 2014 realizada a 30 de abril de 2015 (Nota 24).

32. GASTOS SUPOSTADOS COM AUDITORIA E REVISÃO LEGAL DE CONTAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores faturados à Semapa relativos a serviços de revisão legal de contas e outros decompõem-se como segue:

| Valores em Euros | 2016 | % | 2015 | % |
|---|---------------|-------------|---------------|-------------|
| Serviços de revisão legal de contas e auditoria | 43.765 | 95% | 39.765 | 96% |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 690 | 1% | - | - |
| Serviços de consultoria fiscal permitidos | 1.800 | 4% | 1.800 | 4% |
| Total | 46.255 | 100% | 41.565 | 100% |

Os serviços referentes a consultoria fiscal referem-se à disponibilização da base de dados “Inforfisco”, estando os mesmos integralmente enquadrados no período transitório expresso no artigo 3.º da Lei 140/2015. Os serviços indicados como “outros serviços de garantia de fiabilidade” dizem respeito a formações.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através dos processos de análise do Conselho Fiscal dos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

33. RECONCILIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS E RESULTADO LÍQUIDO

A reconciliação entre o resultado líquido consolidado e o resultado líquido individual do exercício de 2016 e 2015 apresenta-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Resultado líquido - SNC | 89 520 903 | 235 960 575 |
| Diferença de justo valor em subsidiárias /alienações a InC | 916 606 | (159 668 162) |
| Amortização de goodwill | 16 802 995 | - |
| Amortização de marcas | 7 622 308 | - |
| Diferença de tratamento em instrumentos financeiros de cobertura | - | 5 237 629 |
| Resultado líquido - IFRS | 114 862 812 | 81 530 042 |

A reconciliação entre os capitais próprios consolidados e individual em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apresenta-se como segue:

| Valores em Euros | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|--------------------|--------------------|
| Total do capital próprio - SNC | 885 608 645 | 838 806 193 |
| Reconhecimento dos subsídios ao investimento em Capital Próprio | (27 095 569) | (39 340 340) |
| Amortização de goodwill | 16 802 995 | - |
| Amortização de marcas | 7 622 308 | - |
| Diferença de justo valor em subsidiárias /aquisições a InC | (65 608 581) | (83 128 248) |
| Total do capital próprio - IFRS | 817 329 798 | 716 337 605 |

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Assembleia Geral extraordinária da Semapa, SGPS, SA que teve lugar no dia 30 de dezembro de 2016, foi deliberado alterar, com efeitos a partir do exercício de 2017, o período anual de prestação de contas para o período que decorrer entre o dia 1 de julho de cada ano e o dia 30 de junho do ano subsequente, fazendo-o coincidir com o respetivo período de tributação.

Conforme oportunamente divulgado, essa alteração foi deliberada pela Assembleia Geral por mera cautela, em virtude da necessidade de se obter esclarecimentos adicionais das autoridades competentes sobre a aplicação e modo de cumprimento pela Semapa da nova exigência legal de coincidência do período de tributação e do período societário introduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 2017.

Razão pela qual, nessa mesma deliberação, se deliberou a possível revogação daquela alteração pela Semapa caso esta viesse a obter os devidos esclarecimentos junto dessas autoridades quanto à aplicação dessa nova exigência.

Ora, a Semapa foi entretanto notificada pela AT, no passado dia 2 de Março de 2017, de que poderá cumprir essa exigência legal através da alteração do respetivo período de tributação, fazendo-o coincidir com um período de prestação de contas correspondente ao ano civil, e com efeitos a partir 1 de Janeiro de 2017.

Paulo Jorge Morais Costa

CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

VOGAIS:

João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco

José Miguel Pereira Gens Paredes

Paulo Miguel Garcês Ventura

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

António Pedro de Carvalho Viana Baptista

Carlos Eduardo Coelho Alves

Francisco José Melo e Castro Guedes

Manuel Custódio de Oliveira

Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

Vítor Paulo Paranhos Pereira

PARTE 6

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS CONTAS INDIVIDUAIS

▪



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.601.712.799 euros e um total de capital próprio de 885.608.645 euros, incluindo um resultado líquido de 89.520.903 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio e a demonstração individual dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Vida útil do goodwill

Divulgações relacionadas com o goodwill apresentadas nas notas 3.2, 3.23.1 e 17 das demonstrações financeiras individuais.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, entre outros, o entendimento e validação do racional e apreciação dos pressupostos subjacentes ao apuramento da vida útil do Goodwill.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Em 31 de dezembro de 2016 o goodwill reconhecido nas demonstrações financeiras individuais da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ascende a 215 milhões de euros, alocado às seguintes unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC): cimento e derivados 175 milhões de euros e pasta e papel 40 milhões de euros.

Para efeitos da determinação da vida útil do Goodwill, a Gestão assumiu um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere à vida útil dos principais ativos operacionais das unidades geradoras de fluxos de caixa.

Face aos montantes envolvidos, à natureza do modelo de avaliação e ao nível de julgamento, consubstanciado nos pressupostos utilizados para a determinação da vida útil do goodwill, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Desafiámos a Gestão quanto à adequabilidade dos pressupostos adotados, nomeadamente no que se refere à identificação dos ativos operacionais considerados para o apuramento da vida útil.

Revimos igualmente a adequabilidade das divulgações associadas, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.

Recuperabilidade das participações financeiras

Divulgações relacionadas com as participações financeiras apresentadas nas notas 3.3, 3.4 e 6 das demonstrações financeiras individuais.

Em 31 de dezembro de 2016 o montante de participações financeiras reconhecido nas demonstrações financeiras individuais da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ascende a 1.362 mil milhões de euros.

Conforme descrito nas demonstrações financeiras, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias, por contrapartida de rendimentos ou gastos do

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, entre outros, a obtenção e validação da estrutura organizacional do Grupo Semapa.

Obtivemos igualmente o cálculo de suporte à valorização das participações registadas pelo método de equivalência patrimonial, tendo procedido à verificação da sua exatidão matemática.

Analisámos a apropriação dos resultados e das variações no capital próprio das subsidiárias da Empresa, na devida proporção da sua participação, através da aplicação do método da equivalência patrimonial, bem como a respetiva harmonização de políticas contabilísticas.

A adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais a

| <i>Matérias relevantes de auditoria</i> | <i>Síntese da abordagem de auditoria</i> |
|--|---|
| <p>período, ou de ajustamentos em ativos financeiros, consoante aplicável, e pelos dividendos recebidos.</p> <p>A expressão dos montantes em causa bem como a dimensão e natureza dos procedimentos realizados justificam que a valorização das participações financeiras tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p> | <p>respeito das participações financeiras foi igualmente revista, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. pela primeira vez por deliberação da mesa da assembleia geral de acionistas de 8 de agosto de 2005, até ao final do mandato em curso à data, compreendido entre 2003 e 2005. A referida deliberação foi posteriormente ratificada em assembleia geral de acionistas realizada em 23 de abril de 2006, tendo sido nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2006 e 2009, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de maio de 2014 para o mandato compreendido entre 2014 e 2017.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 21 de abril de 2017.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

21 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Jorge Manuel Santos Costa'.

Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Contas Individuais**

Exercício de 2016

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2016 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração da Sociedade e Directores. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciámos a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, que merecem o nosso acordo.
4. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.
5. No exercício das nossas funções, verificámos que:
 - a) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;



- c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade;
 - d) O Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.
6. Somos do parecer que a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
7. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:
- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras individuais;
 - c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da empresa.
8. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da empresa.

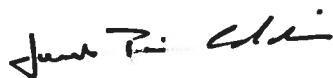
Lisboa, 21 de Abril de 2017

O Presidente do Conselho Fiscal,



Miguel Camargo de Sousa Eiró

O Vogal,



Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

O Vogal,



José Manuel Oliveira Vitorino